

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

JEANE KICH

**O DESAFIO DE PRODUZIR COM COMPROMISSO SOCIAL E AMBIENTAL:
A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS**

**São Leopoldo
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JEANE KICH

**O DESAFIO DE PRODUZIR COM COMPROMISSO SOCIAL E AMBIENTAL:
A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo

São Leopoldo
2009

JEANE KICH

**O DESAFIO DE PRODUZIR COM COMPROMISSO SOCIAL E AMBIENTAL:
A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Dra. Rosinha da Silva Machado Carrion - UFRGS

Dr. Aloísio Ruscheinsky - UNISINOS

Dr. José Luiz Bica de Mélo - Orientador - UNISINOS

Dedico este trabalho aos que acreditam e lutam por um mundo mais justo e sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNISINOS e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela acolhida e oportunidade que me foram dadas.

Agradeço à CAPES pela viabilização financeira dos meus estudos.

Agradeço aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais por todo o aprendizado.

Agradeço ao professor Dr. José Luiz Bica de Mélo pelo apoio, pelo estímulo e pelas inúmeras e incansáveis orientações. Sobretudo por ter contribuído com o meu crescimento.

Agradeço a todos os colegas, mestrandos e doutorandos, pelas experiências compartilhadas, conhecimentos construídos e amizades constituídas.

Agradeço à CICS pelo apoio e confiança, às colegas de trabalho por todo o suporte e estímulo, em especial à Denise pela compreensão e ajuda.

Agradeço à Lisiane e Juliana pelo apoio técnico.

Agradeço ao Comitê Interno da Parceiros Voluntários de Canoas, que entendeu minhas faltas e incansavelmente ajudou para que o trabalho da ONG continuasse.

Agradeço aos amigos e familiares pelo carinho, incentivo e, principalmente, por compreenderem as minhas ausências.

Agradeço, por fim, ao César, que esteve do meu lado nos momentos mais difíceis, com o qual compartilhei descobertas e angústias. Não há palavras para expressar tanta dedicação para que, juntos, pudéssemos vencer mais essa etapa.

De tudo, fica a certeza de que duas almas não se encontram por acaso!

Mesmo que o mundo acabasse amanhã, ainda hoje plantaria uma macieira.

Martinho Lutero

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,
que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos,
que nos levam sempre aos mesmos lugares.

É o tempo da travessia:
e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

RESUMO

A responsabilidade socioambiental empresarial pode ser definida apenas como mais um termo em voga inserido dentro de uma estratégia de negócios ou um conceito que se apresenta para se unir ao já existente conjunto de valores, direitos e obrigações necessárias para assegurar a preservação da vida em nosso planeta, dentro de uma visão global, integrada e sustentável? Essa questão permeou a temática abordada nesta pesquisa que teve por objetivo estudar as políticas e práticas sociais e ambientais de três empresas do Município de Canoas/RS, procurando evidenciar seus reais compromissos com o contexto no qual estão inseridas, como uma amostra acerca da visão empresarial sobre o tema. A reflexão teve como parâmetro os diversos entendimentos relativos à Responsabilidade Social e as principais teorias da Sociologia Ambiental, quais sejam: a Sociedade de Risco, de Beck e Giddens; o Desenvolvimento Sustentável, de Sachs; e a Modernização Ecológica, apontado por Buttel, Mol e Spaargaren. Da mesma forma, também buscou entender os motivos que determinaram o surgimento dos conceitos, revelando os fatos históricos caracterizados como acidentes ambientais empresariais que identificaram a necessidade de regulamentação legal e o aparecimento de medidas que estagnassem a repetição dos danos causados à natureza e à sociedade. Por fim, expõe a simultaneidade e interdependência dos problemas sociais e ambientais, defendendo a adoção de políticas integradas como proposta para seus enfrentamentos. Surge, portanto, a responsabilidade socioambiental empresarial que, respaldada na ética e transparência no processo de produção, considera os riscos da nova modernidade e almeja o efetivo desenvolvimento sustentável, nos níveis local, regional e global. Para o desenvolvimento da pesquisa, o método utilizado foi a realização do estudo de três casos, o que permitiu a descrição de experiências que foram divididas em categorias, analisadas através do método de análise de conteúdo. Os resultados obtidos mostraram que as empresas pesquisadas realizam ações sociais e ambientais que, muitas vezes, transcendem ao exigido pela legislação, ao mesmo tempo em que também utilizam a adoção de tais práticas em seus discursos de uma forma estratégica, agregando valor aos seus negócios. Desta forma, a partir deste trabalho, conclui-se que há indícios de que ocorrem, sim, iniciativas empresariais que visem apresentar soluções às questões sociais e ambientais. Entretanto, existem vestígios de que tais ações ainda encontram-se bastante incipientes, sendo necessária a adoção de posturas mais pró-ativas por parte das empresas para atenderem os desejos por produtos e serviços que garantam qualidade de vida para todas as gerações, presente e futura, para que efetivamente possam produzir com responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade socioambiental. Riscos. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Can the corporate environmental responsibility be defined as a mere fashionable business term or as a concept which adds to the existing set of values, rights and obligations to ensure the preservation of life on our planet within a global, integrated and sustainable vision? This issue has permeated the theme addressed in this research, which studied the social and environmental practices of three companies in the city of Canoas, trying to show their real commitment to their context, as a sample of the business vision on the subject. The parameters for the reflection were the different understandings of social responsibility and the main theories of environmental sociology, namely: Risk Society, Beck and Giddens, Sustainable Development, Sachs, and the Ecological Modernization by Buttel, Mol and Spaargaren. Similarly, it sought to understand the reasoning behind the emergence of concepts, revealing the historical facts characterized as corporate environmental accidents that made evident the need for legal regulation and for measures that halted the repetition of the damage to nature and society. Finally, it exposes the simultaneity and interdependence of social and environmental issues, advocating the adoption of integrated policies. Therefore, the corporate environmental responsibility emerges and, backed by ethics and transparency in the production process, takes into account the risks of the new modernity and aims at the effective sustainable development at local, regional and global scales. The method used for this research was the study of three cases, which allowed the description of experiences that were categorized and analyzed by the method of content analysis. The results showed that the surveyed companies invest in social and environmental actions that often go beyond the ones required by legislation, and strategically use the adoption of such practices in their speeches, adding value to their business. Thus, there are signs that business initiatives aimed at providing solutions to social and environmental issues really happen. However, there are also signs that these actions are still very incipient, being necessary the adoption of a more proactive attitude by companies in order to meet their desires for products and services that ensure quality of life for all generations, present and future, so that they can actually produce with responsibility.

Keywords: Social responsibility. Environmental responsibility. Risk. Sustainability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre DS e ME segundo Lafferty e Meadcrowft	59
Quadro 2 – Estratégias associadas à orientação da empresa e seus <i>stakeholders</i>	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensão global integrada e sustentável da responsabilidade socioambiental.	94
Figura 2 - Representações da Agco no mundo.	99
Figura 3 – Programa Educação da Springer Carrier S/A.....	153
Figura 4 - Organograma da Refap S/A	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos empregados da Agco do Brasil S/A.....	101
Gráfico 2 - Agco do Brasil S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social junto à comunidade	126
Gráfico 3 - Agco do Brasil S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Ambiental	128
Gráfico 4 - Agco do Brasil S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social interna	130
Gráfico 5 - Springer Carrier S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social junto à comunidade.....	168
Gráfico 6 - Springer Carrier S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Ambiental	170
Gráfico 7 - Springer Carrier S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social interna	172
Gráfico 8 - Refap S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social junto à comunidade.....	230
Gráfico 9 - Refap S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Ambiental.....	232
Gráfico 10 - Refap S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social interna....	235

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRH – Associação Brasileira de Recursos Humanos
ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ACADEF – Associação Canoense de Deficientes Físicos
ACM – Associação Cristã de Moços
ADCE – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas
ADTR – Área Interna de Disposição de Resíduos
ANP – Agência Nacional de Petróleo
ARLAS – Associação de Reciclagem de Lixo Amigas Solidárias
BR 116 – rodovia de responsabilidade do Governo federal
CCQ – Círculos de Controle de Qualidade
CDI – Comitê para a Democratização da Informática
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPE – Clube dos Empregados da Petrobrás
CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CFC – Cloro-Flúor-Carbono
CIC – Centro Integrado de Controle
CICS – Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas
CIETEC – Fundação de Ciência e Tecnologia
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNTL – Centro Nacional de Tecnologias Limpas
CO2 – dióxido de carbono
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ETDI – Estação de Tratamento de Efluentes
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEEMA – Fundação de Engenharia do Meio Ambiente
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICE – *International Corpus of English*
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGEA – Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos
INCA – Instituto Nacional de Câncer
INEC – Instituto Nacional de Educação do Consumidor e do Cidadão
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IR – Imposto de Renda
ISCA – Inclusão Social e Capacitação e Acessibilidade
ISO – Organização Internacional de Padronização
LIC – Lei Estadual de Incentivo à Cultura

MASS – Meio Ambiente, Saúde e Segurança
Metroplan – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
NBC – Nucleares, Biológicas e Químicas
OCD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OHSAS – *Occupational Health and Safety Advisory Services*
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
P+L – Produção Mais Limpa
PAE – Programa de Assistência Especial
PAV – Programa Alternativo à Violência
PDCA – *Plan, Do, Check and Act*;
PDV – Plano de Demissões Voluntárias
PGQP – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPD – Pessoas Portadoras de Deficiências
PROCONDI – Programa de Condicionamento Físico
QSMS – Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENAI/RS – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGA – Sistema de Gerenciamento Ambiental
SIG – Sistema Integrado de Gestão
SINDILAB – Laboratório Sindical Industrial
SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul
SUCESURS – Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações do Rio Grande do Sul
UCR – Unidade de Coqueamento Retardado
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHDT – Unidade de Hidrotratamento de Instáveis do Diesel
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URE – Unidade de Recuperação de Enxofre
URFCC – Unidade de Craqueamento Catalítico Fluído de Resíduo
UTC – *United Technologies Corporation*
WWF – *World Wide Fund for Nature*

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS	15
1.1 OBJETIVO GERAL.....	27
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
2 DIFERENTES TEORIAS, DIVERSAS INTERPRETAÇÕES	33
2.1 A NOVA MODERNIDADE E A PROLIFERAÇÃO DOS RISCOS.....	33
2.1.1 A Emergência de uma Nova Política Global	39
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SUAS CONCEPÇÕES E CRÍTICAS.....	44
2.2.1 Modernização Ecológica e Desenvolvimento Sustentável: é Possível Conciliar Crescimento Econômico com Sustentabilidade?	55
3 AS EMPRESAS E SUAS RESPONSABILIDADES	61
3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL: SUA ORIGEM, HISTÓRIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	61
3.1.1 Afinal, de que Social Estamos Falando? Diferentes Visões Sobre a Responsabilidade das Empresas	67
3.2 OS ACIDENTES E AS TENTATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	75
3.2.1 Gestão Ambiental como Política da Responsabilidade Ambiental	83
3.3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: REDIMENSIONANDO O COMPROMISSO DAS EMPRESAS.....	90
4 SOBRE OS ATORES E SUAS POLÍTICAS	96
4.1 CANOAS: UM OLHAR NECESSÁRIO.....	96
4.2 AGCO DO BRASIL S/A.....	99
4.2.1 Análise e Interpretação dos Dados	104
4.2.1.1 Eixo Temático: Responsabilidade Ambiental.....	104
4.2.1.1.1 <i>Categoria: tratamento da água</i>	106
4.2.1.1.2 <i>Categoria: poluição do ar</i>	107
4.2.1.1.3 <i>Categoria: tratamento dos resíduos sólidos</i>	107
4.2.1.2 Eixo Temático: Responsabilidade Social Interna.....	111
4.2.1.2.1 <i>Categoria: políticas de benefícios</i>	112
4.2.1.3 Eixo temático: Responsabilidade Social Externa.....	114
4.2.1.3.1 <i>Categoria: projetos com a comunidade realizados dentro da empresa</i> ... 114	
4.2.1.3.2 <i>Categoria: projetos com a comunidade realizados fora da empresa</i>	124
4.2.1.3.3 <i>Categoria: percepções dos empregados</i>	126
4.2.1.3.4 <i>Categoria: relação com o Poder Público</i>	135
4.2.2 Considerações Finais sobre a Empresa	136
4.3 SPRINGER CARRIER S/A.....	142
4.3.1 Análise e Interpretação dos Dados	146
4.3.1.1 Eixo Temático: Responsabilidade Ambiental.....	146
4.3.1.1.1 <i>Categoria: tratamento da água</i>	148
4.3.1.1.2 <i>Categoria: poluição do ar</i>	150
4.3.1.1.3 <i>Categoria: tratamento dos resíduos sólidos</i>	151
4.3.1.2 Eixo Temático: Responsabilidade Social Interna.....	152
4.3.1.2.1 <i>Categoria: políticas de benefícios</i>	152
4.3.1.3 Eixo temático: responsabilidade social externa.....	155
4.3.1.3.1 <i>Categoria: projetos com a comunidade realizados dentro da empresa</i> ... 155	

4.3.1.3.2	<i>Categoria: projetos com a comunidade realizados fora da empresa</i>	161
4.3.1.3.3	<i>Categoria: percepção dos empregados</i>	168
4.3.1.3.4	<i>Categoria: relação com o Poder Público</i>	177
4.3.2	Considerações Finais sobre a Empresa	179
4.4	REFAP S/A	186
4.4.1	Análise e Interpretação dos Dados	194
4.4.1.1	Eixo Temático: Responsabilidade Ambiental	195
4.4.1.1.1	<i>Categoria: Tratamento da Água</i>	200
4.4.1.1.2	<i>Categoria: Poluição do Ar</i>	203
4.4.1.1.3	<i>Categoria: Tratamento dos Resíduos Sólidos</i>	204
4.4.1.2	Eixo Temático: Responsabilidade Social Interna	206
4.4.1.2.1	<i>Categoria: políticas de benefícios</i>	206
4.4.1.3	Eixo Temático: Responsabilidade Social Externa	214
4.4.1.3.1	<i>Categoria: projetos com a comunidade realizados dentro a empresa</i>	214
4.4.1.3.2	<i>Categoria: projetos com a comunidade realizados fora a empresa</i>	220
4.4.1.3.3	<i>Categoria: percepções dos empregados</i>	229
4.4.1.3.4	<i>Categoria: relação com o poder público</i>	241
4.4.2	Considerações Finais sobre a Empresa	244
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
	REFERÊNCIAS	263
	ANEXO A - RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS TRABALHOS ACADÊMICOS JÁ REALIZADOS NAS EMPRESAS NA ÁREA SOCIAL E AMBIENTAL	274
	ANEXO B - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTUDADAS	275
	ANEXO C - PRINCIPAIS NORMAS E CERTIFICAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS	276
	ANEXO D - QUADRO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS DAS EMPRESAS PESQUISADAS	277

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

A responsabilidade socioambiental é o tema deste estudo que tem por finalidade compreender como as empresas vêm se apresentando frente à nova modernidade pautada no discurso do desenvolvimento sustentável e na disseminação dos riscos globais. Para tal, três empresas do Município de Canoas/RS - Agco do Brasil S/A, Refap S/A e Springer Carrier S/A - são o objeto empírico deste estudo, que busca identificar e analisar as políticas e práticas socioambientais adotadas por empresas do setor industrial para minimizar os impactos sociais e ambientais provocados pelos seus respectivos processos de produção.

No âmbito organizacional, a dimensão social e a dimensão ambiental afloraram em diferentes momentos e por distintas preocupações. Contudo, no atual contexto, parecem convergir para uma única esfera de reflexão, sendo trabalhadas de forma uniforme dentro de um arcabouço empresarial denominado de responsabilidade socioambiental.

Analisando a origem da chamada “questão ambiental”, pode-se afirmar que o assunto se tornou pauta de discussões sociais na medida em que foi constatada a degradação dos recursos naturais. Vale destacar que a sociedade passou a direcionar suas atenções e atuações em prol da causa ambiental devido a vários acidentes que ocorreram em diversas partes do mundo. Tais eventos deixaram rastros de destruição, dentre os quais destacam-se a liberação de água reativa da central nuclear da Ilha de Three Mile – Estados Unidos (1979), o vazamento de isocianato de metila e do hidrocianeto de uma subsidiária da Union Carbide em Bhopal – Índia (1984), a explosão de um reator da usina atômica de Chernobyl, na Ucrânia (1986) e o acidente do navio Exxon Valdez, que despejou 41 milhões de litros de petróleo em uma área de vida selvagem no Alasca – Estados Unidos (1989). No Brasil, vale destacar o vazamento de gasolina da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão/SP (1984), o vazamento radioativo de uma cápsula com a substância césio-137, em Goiânia/GO (1987) e a morte de cerca de 86,2 toneladas de peixes no Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul (2006), devido ao lançamento direto de produtos químicos no rio por cinco empresas da região, culminado com o despejamento de dejetos por parte de várias empresas públicas de municípios que não possuem tratamento adequado para o esgoto sanitário urbano. Além desses acidentes com efeitos imediatamente percebidos, foi constatada a possibilidade da existência de alterações do ecossistema somente percebidas a médio e longo prazo, como as que poderiam se manifestar a partir do denominado aquecimento global, em função, por

exemplo, da destruição de florestas, da emissão de gases eliminadores da camada de ozônio e da poluição dos rios.

Considerando estes incidentes ecológicos, vários órgãos internacionais passaram a debater e atuar no controle da degradação ambiental. Encontros de líderes em âmbito internacional passaram a ser realizados na tentativa de se criar políticas de proteção ao meio ambiente. Contudo, as conseqüências sociais resultantes dos problemas ambientais não foram profundamente debatidas, evidenciando, muito mais, uma preocupação objetiva e não sistêmica em relação ao escopo do problema. Dentre tais eventos, podem ser citados: a Conferência de Estocolmo em 1972; o Encontro de Oslo, na Noruega, em 1987, que culminou com a criação do Relatório de Brundtland intitulado “Nosso Futuro Comum” que apresentou, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável, a Conferência conhecida como Rio-92, que criou cinco documentos importantes, quais sejam: a Declaração do Rio - Cúpula da Terra; Agenda 21; Declaração de Florestas; Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Biodiversidade. Já a Conferência de Johannesburg, em 2002, tinha por objetivo principal avaliar os avanços ocorridos a partir das tratativas firmadas a partir da Rio-92.

Apesar das dificuldades no alcance efetivo das metas determinadas nesses encontros, a questão ambiental passou a ser vista de uma forma mais incisiva, ampliando-se, inclusive, a cobrança sobre as empresas para a adoção de políticas de responsabilidade ambiental. Isto porque as mesmas foram apontadas como sendo grandes causadoras de poluição, além de serem evidenciados enormes probabilidades de riscos ambientais em seus processos produtivos.

No Brasil, a partir de 1988, com a vigência da chamada Constituição Cidadã, o Governo tem procurado resguardar o meio ambiente através da implementação de ações e da edição de normas que visem a regulamentação e controle sobre a questão ambiental. O Poder Público criou uma Política Nacional do Meio Ambiente, a partir da qual foram formados os Conselhos do Meio Ambiente e órgãos reguladores nas diferentes esferas governamentais. Assim, várias são as leis vigentes que objetivam regulamentar as diferentes práticas ambientais empresariais, tais como as que visam obrigar a purificação dos gases expelidos antes de serem lançados na atmosfera, as que determinam destinar corretamente os resíduos industriais e as que obrigam as empresas a possuírem adequado manuseio dos recursos naturais.

Neste contexto, o não cumprimento destas regulamentações tem como consequência o pagamento de multas de alto valor econômico, além de cassação de licenças para a produção e a perda de outras vantagens administrativas e financeiras, como a proibição de receber subsídios, participar de licitações etc. Diante destes riscos iminentes e de intensa fiscalização, torna-se mais vantajoso para muitas empresas o cumprimento dos mandamentos da legislação ambiental, podendo-se considerar, inclusive, como a única alternativa para continuar suas atividades, embora ainda haja muitos empreendimentos que preferem burlar tais obrigações, correndo riscos de serem fiscalizados, multados e interditados.

Contudo, as grandes corporações, além de acatarem as obrigações legais, têm aderido também às normatizações de cunho internacional para que possam participar de transações com empresas de outros países, não sendo esta uma obrigação legal, mas uma opção comercial. Como referência mais adotada, a Organização Internacional de Padronização - ISO - criou a norma ISO 14.001, estabelecendo um modelo global de gestão ambiental organizacional que busca normatizar as atividades ambientais. Assim, a adoção de políticas voltadas à ISO 14.001 ocorre, principalmente, nas empresas exportadoras.

Como modelo de gestão para o alcance da certificação, as empresas têm adotado a tecnologia denominada de Produção mais Limpa, que objetiva reduzir os resíduos e as emissões em termos de quantidade e periculosidade. Desta forma, diante deste conjunto de premissas, sejam elas por imposição de lei ou para a obtenção de melhores vantagens competitivas, as empresas encontram-se sujeitas a estabelecerem práticas que diminuam os riscos ao meio ambiente, assumindo, assim, suas responsabilidades perante a sociedade e ao planeta. Contudo, muito mais do que cumprir as leis ou os requisitos da ISO 14.001, a efetiva responsabilidade ambiental empresarial procura justificar-se quando as pessoas que administram e trabalham nas empresas possuem o entendimento de que encontram-se inseridas em um ecossistema que necessita ser preservado para a perpetuação das condições de sobrevivência futura e, de alguma forma, introjetam este valor no dia-a-dia da organização. Assim fazendo, motivam a pessoa jurídica a agir preocupada com o bem estar e não somente com o cumprimento de obrigações ou de vantagens econômicas. Ao mesmo tempo supre a sociedade com bens ou serviços éticos que a mesma almeja, auferindo a respectiva valorização financeira necessária para a continuidade de suas atividades, promovendo o desenvolvimento humano conciliado com a preservação dos recursos naturais.

Com esta motivação de ampliar o conceito da responsabilidade ambiental empresarial, resgatando a adoção de posturas efetivamente comprometidas com a diminuição ou anulação

dos impactos possíveis de serem causados com relação à natureza, a denominada Agenda 21, oriunda da Conferência Rio-92, se apresenta como uma articulação mundial de política de responsabilidade ambiental. Essa agenda busca integrar os agentes sociais, estimulando também, no caso das empresas, o aprimoramento dos processos empresariais, fomentando o desenvolvimento sustentável da cidade e da região nas quais encontram-se situadas.

Diante desta perspectiva, pode-se afirmar que os aspectos sociais estão inerentes à responsabilidade ambiental, uma vez que a postura adotada por grupos de indivíduos em diferentes organizações determina a relação das mesmas com o meio ambiente, assim como a inter-relação entre as diferentes estruturas organizacionais produzem relevantes reflexos ambientais. Portanto, percebe-se a fusão dos temas referentes à responsabilidade social e ambiental, e por isto denominada socioambiental, destacando-se, neste ínterim, a responsabilidade empresarial, devido ao poder de impacto das atividades corporativas, muitas vezes, supranacional.

Por sua vez, o debate sobre o tema da responsabilidade social empresarial, apesar da existência de algumas iniciativas anteriores, iniciou na década de 50, quando ocorreram manifestações de destaque como o lançamento do primeiro livro sobre o tema nos Estados Unidos, em 1953, bem como foi nesta época que ocorreu o estímulo inicial para a elaboração de balanços sociais na França e posteriormente na Holanda, Bélgica e Espanha. No Brasil, o movimento de responsabilidade social corporativo é pauta de discussões a partir da criação de associações e fundações pertinentes à questão, sobretudo na década de 90, tais como: a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE, Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - FIDES, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Este período coincide com a consolidação do modelo econômico neoliberal e a conseqüente retração do Estado em relação às políticas de garantias de direitos sociais no país (PAOLI, 2003).

Apesar das diferentes tentativas para se definir o termo responsabilidade social, não existe um entendimento único sobre o tema. Dentre as principais concepções, Milton Friedman (1984) salienta que a única preocupação do empresário deve ser a geração de lucros para os acionistas, pois, assim, garante produtos de qualidade, bons salários para os empregados e, desta forma, beneficia a comunidade.

Autores como Ashley (2002), Boeira (2005) e Grajew (2005) salientam que a responsabilidade social é reflexo das novas atitudes dos consumidores que exigem das

empresas posturas éticas, valores e comportamentos morais. De outra parte, autores como Porter e Kramer (2002) e Prahalad e Hammond (2002) entendem a responsabilidade social como uma estratégia mercadológica, estruturando-a conforme os modelos utilizados para as suas decisões sobre os negócios, tendo-a como um investimento que apresenta retorno empresarial, podendo tornar-se uma fonte de oportunidade, inovação e vantagem competitiva ao associar benefícios para a sociedade com ganhos empresariais. Dessa forma, as empresas estariam conciliando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Existe, ainda, o grupo de autores que apresenta o termo responsabilidade social corporativa. Ashlei, Coutinho e Tomei (2000), Tachizawa (2004), trazem a idéia da responsabilidade da empresa com os seus *stakeholders* - indivíduos ou grupos que dependem da organização para alcançarem suas metas e dos quais a empresa depende para funcionar. Tal teoria parece apresentar um conceito de sociedade visto a partir da concepção da organização, na qual ela gera, de forma estratégica, as suas relações com os diferentes parceiros.

Analisando as diferentes concepções, parece que a adoção de políticas de gestão em responsabilidade socioambiental passa a ser uma estratégia de sobrevivência, de desenvolvimento e de perpetuação das empresas, uma vez que prevenir os riscos de poluição, preservando a reputação pode tornar-se mais rentável do que o dever de pagar pelas suas conseqüências, além de colocá-las em uma posição de relevante interesse público, seja pelos produtos e serviços ou mesmo pela defesa das causas da sociedade. Contudo, quais as posturas que se manifestam no dia-a-dia?

Na prática, essas políticas se traduzem em diferentes formas. Para algumas empresas, atuar neste contexto significa estar de acordo com a legislação, remunerando corretamente os empregados e pagando os devidos impostos ao Governo. Para outras, além dos itens anteriormente citados, significa aproveitar as isenções fiscais nos patrocínios financeiros de projetos sociais, culturais ou esportivos e, com isso, conseguir ampla divulgação de sua marca nos meios de comunicação. Existem, também, empresas que realizam projetos sociais e ambientais nas comunidades para cumprir as exigências das normas certificadoras. Há ainda, embora em menor número, outras que criam e investem em projetos próprios, almejando a transformação de determinada realidade, preocupadas com o desenvolvimento social sem esperar o retorno financeiro do investimento feito, mesmo com vantagens de incentivos fiscais ou de campanhas publicitárias inerentes.

Percebe-se, portanto, uma gama de definições e práticas diversificadas que buscam nortear e exemplificar as discussões sobre a responsabilidade das empresas, permitindo,

também, a ampliação da percepção dos entendimentos sobre o tema. De acordo com Nascimento (2008a), não houve apenas uma alteração nos nomes ou das práticas que passaram de filantrópicas para estratégicas, mas também uma ampliação dos conceitos e do papel das organizações perante a sociedade.

Nesse sentido, refletindo sobre os novos compromissos das empresas no cenário contemporâneo e, apesar de alguns autores incorporarem de forma pouco enfática em seus conceitos a questão ambiental, entende-se a necessidade de integrar a dimensão social e a dimensão ambiental para que se alcance o pleno entendimento das formas de atuação efetiva das empresas. Lima (2007) argumenta que as crises simultâneas associadas nos campos social e ambiental somente serão sanadas no momento em ocorrerem ações integradas para a sua solução, ou seja, práticas socioambientais.

Tomando como reflexão o exemplo da morte de peixes no Rio dos Sinos, em 2006, Nascimento (2008b) afirma que o impacto ambiental geralmente também provoca o impacto social. No exemplo do autor, faz-se necessária uma atuação socioambiental, uma vez que esta tratará de analisar as causas da poluição, os danos, as formas de remediação e os impactos sociais e econômicos do dano ambiental.

Portanto, a responsabilidade socioambiental empresarial passa a ser entendida como uma nova postura que considera a empresa dentro de uma visão global integrada e sustentável, englobando a ética relativa aos seus produtos, serviços e processos, respeito e atuação pró-ativa em relação ao meio ambiente, empregados, fornecedores, vizinhos ou comunidade na qual se encontra inserida, Governo, sindicatos, acionistas, ou seja, com todos os públicos com que se relaciona direta ou indiretamente. Assim, tal responsabilidade requer também uma relação transparente e um diálogo permanente com a comunidade afetada pelo seu processo produtivo, considerando, inclusive, os riscos pertinentes gerados que a todos se apresentam.

Nesse contexto, permeado por indagações ambientais, sociais e valorativas das empresas é que se delineou o tema desta pesquisa. Considerando o conceito global de responsabilidade socioambiental, o foco desta dissertação abrangeu três grandes eixos norteadores: a responsabilidade ambiental, a responsabilidade social interna e a responsabilidade social externa. Esta delimitação ocorreu devido à amplitude da questão socioambiental e da necessidade de se realizar um aprofundamento daqueles três tópicos. Assim, os três eixos abordaram os seguintes enfoques:

Responsabilidade Ambiental: considerou-se os programas de tratamento de passivos ambientais, dentre eles, o tratamento da água, do ar e destino dos resíduos oriundos do

processo de produção, bem como acerca dos investimentos em relação à melhoria de produção/operação, observando, também, a ocorrência de propostas de aprimoramentos em programas e projetos externos afins, como a participação em debates que promovam melhorias ambientais para a comunidade e região, como por exemplo, a agenda 21.

Responsabilidade Social Interna: buscou-se identificar as políticas voltadas para os empregados, tais como, ações que promovam a qualidade de vida, participação nos lucros, auxílios de diferentes naturezas, alimentação, previdência, saúde e segurança, fomento à educação e ações de inclusão de pessoas com necessidades especiais, de mulheres e de negros.

Responsabilidade Social Externa: foram averiguadas as ações que são realizadas na comunidade, seja dentro ou fora da empresa, considerando os investimentos em projetos comunitários como em educação, cultura ou meio ambiente, sejam eles em forma de investimentos financeiros, apoio institucional, doações em diferentes espécies ou trabalho voluntário. Analisou-se os projetos que se desenvolvem com associações, escolas ou outros locais por elas escolhidos, bem como a relação com o Poder Público.

A escolha de tal temática ocorreu por três motivos que justificaram a sua realização: primeiro, por questões de interesse pessoal e profissional; segundo, para buscar fornecer elementos teóricos em torno do tema da responsabilidade das empresas, caracterizando suas relações com diferentes vertentes das Ciências Sociais; e, terceiro, a pesquisa se fez interessante pela relevância do tema e devido ao cenário da chamada crise financeira que teve seu início em 2008, período em que esta pesquisa começou a ser realizada, buscando averiguar se tal fato interferiu nas políticas de responsabilidade socioambiental das organizações empresariais.

Em relação ao primeiro motivo, a pesquisadora, residente em Canoas e coordenadora executiva da Parceiros Voluntários Canoas, através de um convênio celebrado entre as associações privadas sem fins lucrativos Organização Não Governamental Parceiros Voluntários, com sede em Porto Alegre/RS e a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas, sendo esta última sua empregadora, encontra-se fomentando programas de responsabilidade social junto às empresas, preocupa-se com a qualidade de vida da população, exposta a riscos como poluição do ar, enchentes, danos ocasionados por acidentes da indústria petroquímica, de gás ou de outras companhias que trabalham com produtos químicos perigosos. Dessa maneira, segundo a mesma, o estudo se faz pertinente para que se possa trabalhar posteriormente, junto aos empresários, meios de prevenção, eliminação ou possibilidades de conscientização crescente em relação aos riscos em que a população se

encontra e que podem se tornar desastres, caso não haja estratégias de controle e prevenção em relação aos impactos causados pela ação empresarial desordenada.

Da mesma forma, as grandes desigualdades sociais que a cidade apresenta somente serão sanadas com a participação ativa de todos os atores. Nesse sentido, existe o interesse em especializar-se sobre o tema de forma teórica e, ao mesmo tempo, aprender com as empresas que já possuem políticas efetivas de responsabilidade socioambiental. Assim, a autora busca tornar-se uma cidadã mais informada e consciente, podendo estimular e cobrar posturas responsáveis das iniciativas empresariais, bem como utilizar esses conhecimentos na futura carreira acadêmica.

Em relação ao segundo motivo, Gil (1999) afirma que uma pesquisa será relevante em termos científicos quando conseguir produzir novos conhecimentos. Para que fosse assegurada esta premissa, foi realizado um levantamento em diferentes trabalhos de pesquisa, buscando identificar os problemas abordados e, a partir desse estudo, poder ofertar novos conhecimentos à comunidade científica. Visando contemplar as discussões teóricas sobre o tema em questão, buscou-se trabalhar com autores da Sociologia Ambiental e da Sociologia Econômica, identificando as principais teorias das Ciências Sociais que abordam as questões ambientais e de desenvolvimento social.

Tais teorias serviram de ponto de partida para o entendimento lógico de diferentes concepções de sociedade, sendo realizados, inicialmente, estudos aprofundados de três teorias, quais sejam: a teoria da Sociedade de Risco, tendo como principais autores Beck (2002) e Giddens (2000b); a teoria do Desenvolvimento Sustentável, formulada em encontros internacionais, pensada por atores sociais de diferentes países e aprofundada por autores como Sachs (1993); e a teoria da Modernização Ecológica, proposta por Mol e Spaargaren (1993) e Buttel (1996). Apesar dessas teorias não tratarem diretamente da responsabilidade socioambiental, pode-se perceber a presença das mesmas, de forma intrínseca, nas decisões das empresas estudadas, a partir das considerações de determinados aspectos como crescimento econômico, proteção ambiental, sustentabilidade e análise dos riscos ambientais.

Assim, acredita-se que o estudo tenha contribuído para a ampliação dos conceitos teóricos relacionados ao tema, pois a temática da responsabilidade socioambiental das empresas ainda tem sido pouco debatida no campo das Ciências Sociais e é para essa dinâmica que o estudo quer contribuir.

Sobre a temática relativa à responsabilidade socioambiental, também foi realizado um levantamento bibliográfico das pesquisas existentes, considerando os estudos realizados sobre

as três empresas em questão, sendo que os principais trabalhos estão elencados no Anexo A desta dissertação. Nesses documentos, verificou-se que as pesquisas não enfatizavam a gestão social e a gestão ambiental de forma integrada, ou seja, quando o tema da responsabilidade ambiental das empresas é abordado, os pesquisadores geralmente focam suas pesquisas em aspectos de Produção mais Limpa, tratamento de resíduos, etc., sem considerar os problemas e aspectos sociais intrínsecos. Por outro lado, as pesquisas que focam a responsabilidade social, em sua maioria, apresentam estudos de práticas das empresas na comunidade, junto a associações privadas sem fins lucrativos, junto a projetos sociais, mas a temática ambiental é desconsiderada, diferentemente do enfoque deste estudo, que visou analisar as políticas e práticas socioambientais de uma forma integrada, uma vez que existe o entendimento de que as mesmas interferem e se influenciam mutuamente.

Considerando novamente o contexto das Ciências Sociais, vale destacar que a pesquisa bibliográfica realizada constatou que são apresentados poucos estudos sobre o tema no Brasil. O campo da empresa e do empresário revelou-se como sendo uma área pouco estudada à luz da sociologia, sendo objeto recente de trabalhos e mais amplamente estudado pela Nova Sociologia Econômica¹. Geralmente, essas pesquisas são realizadas por profissionais da área da Administração, da Economia ou Engenharia. Na área das Ciências Sociais, Kirschner (2009), Capellin (2009), Gomes e Moretti (2007) e Demajorovic (2003) revelaram ser alguns dos autores brasileiros que buscaram a especialização sobre o tema em questão, revelando importantes contribuições científicas. Desta maneira, somando-se a esses autores, este trabalho pretende contribuir com o desenvolvimento desta temática.

Acerca do terceiro motivo, faz-se importante ressaltar que a temática da responsabilidade socioambiental não é uma preocupação recente, haja vista ter sido objeto de estudos desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, e, atualmente, apresenta-se como um tema de interesse crescente devido aos transtornos ambientais e sociais vividos na sociedade contemporânea. Muitos acreditam que vivemos as consequências de ações irresponsáveis de indivíduos e organizações praticadas no passado ou na atualidade e que podem ocasionar desastres irremediáveis em um futuro próximo, se tais ações continuarem a serem realizadas.

Por tal motivo, também há uma crescente preocupação e conscientização da população no que tange à adoção de novos hábitos que busquem a sustentabilidade futura, bem como para a obtenção de uma qualidade de vida mais efetiva. Assim, consumir produtos

¹ Termo utilizado no I Seminário Nacional de Sociologia Econômica, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em maio de 2009.

socialmente responsáveis, em muitos países já se tornou uma premissa de importante valor e muitos consumidores passaram a exigir não somente satisfação, bons preços e condições de entrega, mas também que as empresas informem e considerem as questões sociais e ambientais adequadas no seu processo de produção. Isto é, a forma como extraem e se utilizam da matéria-prima, como evitam a poluição que causam, como tratam os seus resíduos e os seus empregados, entre outros.

Desta maneira, embora muitas pessoas ainda não considerem tais aspectos, percebe-se globalmente uma discussão crescente sobre este tema, que tende a pressionar as empresas a repensarem seus processos produtivos e de estruturação sob o enfoque da responsabilidade social e ambiental. Algumas iniciativas da sociedade civil² têm defendido a idéia de que os efeitos pertinentes à degradação ambiental e precariedade social são frutos de ações de irresponsabilidade individual ou organizacional, seja política, governamental ou empresarial, cobrando das mesmas a resolução desses problemas, tornando público fatos que prejudicam a atuação das companhias na comunidade. Este fato já ocorre em determinados países, sobretudo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América.

Já as empresas que têm adotado práticas sustentáveis na produção de suas mercadorias, apontam como retorno a melhoria da sua imagem e o aumento dos lucros, conquistando, cada vez mais, novos mercados. No entanto, percebe-se que o exercício da responsabilidade socioambiental, por não possuir estratégias uniformes e estar ainda relacionado a critérios subjetivos em relação à percepção sobre quais ações e como o conjunto de atividades poderia revelar um exercício pleno desta atribuição, ainda se encontra relacionado a ações pontuais. Isso demonstra que mais estudos sobre o tema necessitam ser realizados para promover o amadurecimento do conceito e, conseqüentemente, apontar caminhos para atender às expectativas plenas de bem estar social e ambiental.

E, em virtude destas ações que o estudo apontou em três empresas, a partir dos três eixos originários da concepção de responsabilidade socioambiental, vale refletir sobre a efetividade do comprometimento das mesmas em relação à essência do desenvolvimento social ou ambiental, mesmo em momentos difíceis. Ou seja, como ficam as políticas de responsabilidade socioambiental das empresas em tempos de crise financeira mundial?

² No Brasil podemos citar iniciativas como a S.O.S. Mata Atlântica, MDV - Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC, AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, Fundação Gaia. Disponível em: <<http://www.abcdacolgia.hpg.ig.com.br/ecologiaambienta.htm>>. Acesso em 20 ago. 2008.

Este é, portanto, mais um dos motivos que justificam a realização desta pesquisa que pôde observar a postura das empresas frente à chamada “crise financeira” que se instaurou internacionalmente em meados de setembro de 2008, nos Estados Unidos e se alastrou, de forma diferenciada, por todos os continentes, em virtude da falta de crédito para afiançar as operações comerciais internacionais. Faz-se importante ressaltar que os primeiros dados sobre as políticas sociais e ambientais foram levantados ainda no primeiro semestre de 2008, quando não havia indícios da crise e as empresas se apresentavam como detentoras de grandes políticas de responsabilidade social e ambiental. Entretanto, ainda no final do mesmo ano, esses discursos se alteraram, percebendo-se certa fragilidade nessas políticas ou imaturidade ou ainda incredulidade com relação ao tema. Uma série de medidas passaram a ser tomadas pelas empresas, como redução do apoio a projetos sociais próprios ou projetos de associações privadas sem fins lucrativos parceiras, na comunidade, conciliado com demissões de trabalhadores, justificadas, de acordo com as empresas, como reflexo da crise que chegou ao país no início de 2009. Mesmo sendo conclusões preliminares, os primeiros resultados dos efeitos da crise financeira em tais empresas, considerando-se as políticas sociais e ambientais, já se encontraram descritos neste trabalho.

Apresentada a justificativa deste estudo, vale destacar que o cenário empírico da investigação são três ambientes empresariais que, intrinsecamente, se relacionam com a cidade em que estão inseridas. Tais empresas constituem-se como uma representativa parcela das indústrias do município, notoriamente reconhecidas pela comunidade, sendo destaque na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Canoas. As empresas, outrora já mencionadas, são: Agco do Brasil S/A e Springer Carrier S/A, empresas de porte multinacional, e Refap S/A, uma empresa privada de caráter estatal.

Nesse cenário, é importante apresentar, em breves palavras, o Município no qual essas empresas estão inseridas, uma vez que, a partir desta contextualização³, torna-se evidente o papel social e ambiental dessas empresas.

Apesar de ser considerado um município novo, tendo completado 70 anos em 2009, Canoas é considerada uma das cidades do Rio Grande do Sul mais desenvolvidas economicamente, possuindo o segundo maior Produto Interno Bruto - PIB e ocupando a

³ Um mapa de localização das três empresas no Município de Canoas encontra-se no Anexo B deste trabalho. O histórico completo contextualizando as principais características da cidade é apresentado no capítulo 4 junto à análise de dados, uma vez que se buscou identificar em que medida as políticas das empresas estão baseadas nos principais problemas da cidade.

segunda colocação na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS do Estado.

Com uma população de 332.056 habitantes, abriga diversos centros de estudos e um grande pólo industrial.

No entanto, também possui variados problemas decorrentes do crescimento populacional, sendo estes bastante comuns nas grandes metrópoles, como a falta de acesso à rede de água e de esgoto, o desemprego, os problemas na saúde pública, o analfabetismo, entre outros. Os moradores também sofrem com a poluição do ar devido ao grande tráfego de veículos que circulam na BR 116 e pela emissão de poluentes por parte das indústrias. Além disso, a cidade está envolta de dutos subterrâneos utilizados pela refinaria e empresas de gás para o escoamento de sua produção.

Nesse contexto de extremos, apresentando uma série de problemas sociais e riscos ambientais provocados pela produção industrial, encontram-se instaladas as empresas pesquisadas que tem um papel fundamental no contexto econômico e social do município, uma vez que se encontram no rol das maiores empresas da cidade, gerando, juntas, 2.762 empregos diretos⁴.

Outra característica comum das empresas é que possuem parte de capital estrangeiro, exigindo, de todas, o cumprimento de normas internacionais relacionadas ao meio ambiente, ao tratamento de empregados e à produção e à exportação. É comum, no discurso dos representantes das três empresas, o comprometimento social e ambiental. Elas alegam que possuem políticas que transcendem o cumprimento da legislação, ou seja, realizam ações que melhoram a realidade social da comunidade, apresentam práticas que beneficiam os empregados e possuem projetos ambientais que vão além dos limites estabelecidos em lei.

Dentre as principais atividades por elas destacadas, estão os sistemas de tratamento de efluentes, coletas seletivas de lixo, amplos benefícios aos empregados e realização de projetos com a comunidade local. Porém, faz-se necessário averiguar a importância dessas atividades para as empresas e a relação entre tais políticas com as práticas realizadas, bem como verificar em que medida as ações realizadas contribuem para a redução das reais mazelas sociais do município.

Considerando, portanto, o contexto descrito, buscou-se, durante a realização desta pesquisa, responder às seguintes questões: “Quais são e como se estruturam as políticas de responsabilidade socioambiental das três empresas de Canoas, considerando suas práticas (internas e externas) e seus discursos (entrevistas, balanços sociais, relatórios)?

⁴ Dados obtidos na pesquisa da autora desta dissertação.

De que maneira essas políticas e práticas refletem nas falas dos gestores, empregados e públicos beneficiados pelas organizações?”.

Para responder a tais indagações, foram estabelecidos os objetivos a seguir.

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar e discutir as políticas e práticas socioambientais de três empresas de Canoas, pesquisando sobre seus processos de gestão da responsabilidade socioambiental.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver novos estudos sobre os conceitos de risco, sociedade de risco, desenvolvimento sustentável, modernização ecológica, responsabilidade social, responsabilidade ambiental e responsabilidade socioambiental;
- Realizar um levantamento bibliográfico e documental dos projetos, programas e políticas socioambientais das três empresas estudadas;
- Explorar, por meio de entrevistas, o entendimento dos gerentes e responsáveis pelos setores socioambientais das empresas sobre o conceito em questão, bem como identificar as práticas realizadas pelas mesmas na área; e
- Explorar, junto aos empregados e beneficiados, se as políticas sociais implantadas pelas empresas efetivamente os beneficiam.

Quanto à finalidade deste trabalho e em consonância com os objetivos e o tema deste estudo, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos pressupostos epistemológicos apontam para a importância, na análise dos fenômenos humanos e sociais, da busca de respostas de grande amplitude e profundidade. Em relação à modalidade de pesquisa, adotou-se, para esta investigação, o estudo de casos, sendo este o tipo mais adequado, pois trata, em profundidade, acerca da responsabilidade socioambiental de três casos particulares. Yin (2005) considera que, através do estudo de casos, pode-se compreender fenômenos sociais mais complexos, conforme aponta:

O estudo de caso é a estratégia escolhida para examinar acontecimentos contemporâneos, mas não se podem manipular comportamentos relevantes. Utiliza-se a observação direta e série sistemática de entrevistas. Possui alta capacidade de lidar com variedades de evidências, além do que, pode estar disponível no estudo convencional (YIN, 2005, p. 27).

O estudo realizado foi de casos múltiplos, uma vez que o universo abordado é constituído por três empresas do município de Canoas – Agco do Brasil S/A, Refap S/A e Springer Carrier S/A. Mesmo sendo identificadas as políticas e práticas socioambientais destas empresas individualmente, em alguns casos, não desconsiderando o porte das organizações, foram realizadas algumas comparações, chegando-se, em algumas instâncias, a conclusões comuns sobre as três corporações.

A escolha dessas empresas ocorreu devido à acessibilidade da autora com as organizações, uma vez que todas são mantenedoras e associadas da instituição onde esta trabalha. Contudo, o aspecto mais relevante da escolha deve-se ao fato de que essas organizações são representativas no município de Canoas, haja vista suas contribuições significativas para a elevação do PIB da cidade, o volume expressivo de ICMS que recolhem aos cofres públicos, a geração de empregos diretos e indiretos proporcionados e o substancial investimento social destinado, pelas mesmas, aos projetos sociais da comunidade.

Como recorte histórico da pesquisa, optou-se por considerar os dados empíricos das empresas a partir de 1992. Este primeiro período possui a característica de ser bastante expressivo, pois foi o ano em que se realizou a Eco-92, no Rio de Janeiro, como exposto no referencial teórico. Naquele evento, com a composição da denominada Agenda 21, várias metas foram traçadas que, por sua vez, exigiram a edição de várias normas, resoluções e acordos internacionais que terminaram por serem concebidos. Também naquele período, bases teóricas foram estabelecidas, permitindo novas concepções acerca do desenvolvimento humano. Outro fator de estímulo para o início da identificação das práticas socioambientais empresariais foi o lançamento da ISO 14.001, em 1994. Esta norma motivou a adoção, pelas empresas, de novas posturas frente aos problemas sociais e ambientais.

No bojo destas reflexões, as empresas passaram a considerar, em seus enfoques administrativos e produtivos, tratamentos diferenciados à questão socioambiental, sendo a identificação destas práticas o objeto de estudo do presente trabalho.

Segundo Bauer e Aarts (2002, p.39), orientadores que contribuiram com os fundamentos para a pesquisa qualitativa, “a pesquisa social seleciona evidências para

argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação.” Portanto, a construção do *corpus* que compõe a pesquisa foi realizada de forma criteriosa para garantir a eficiência e veracidade dos dados apresentados.

Como *corpus*, Bardin (1995, p. 122) entende “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. De acordo com a autora, esses documentos devem seguir quatro regras básicas: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Assim, na composição do *corpus* da pesquisa, foram utilizadas entrevistas individuais semi-estruturadas e documentos já existentes, impressos e eletrônicos, tais como relatórios, balanços socioambientais e demais documentos que possuíam descrições dos projetos da empresa. Também foram aproveitadas informações obtidas em páginas eletrônicas, em reportagens de jornais internos e externos às organizações e pesquisas acadêmicas já realizadas sobre a companhia. Conforme já mencionado, tais estudos encontram-se relacionados no Anexo A deste trabalho.

Contudo, para que ocorresse um melhor entendimento das políticas desenvolvidas e, sobretudo, para que fossem identificadas as práticas implantadas, além de buscar colher as percepções e a relevância de tais ações para os empregados e para as comunidades beneficiadas, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com os gerentes e responsáveis pelo setor socioambiental das empresas analisadas.

Entendeu-se que, para alcançar os objetivos propostos, a entrevista semi-estruturada apresentou-se como a melhor técnica a ser utilizada, uma vez que, de acordo com Triviños (1987), nas entrevistas semi-estruturadas, o informante segue espontaneamente a linha de seu pensamento e a de suas experiências, dentro do foco principal colocado pelo interrogador, começando a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Assim, percebe-se a riqueza desse tipo de investigação, pois “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Nesta perspectiva, vale destacar a forma como foi realizada a seleção dos informantes, uma vez que se buscou entrevistar diferentes representações para se obter uma definição mais concreta sobre o tema em questão. Para conseguir alcançar uma visão mais ampla sobre a relevância das políticas de responsabilidade socioambiental da empresa, foram entrevistados membros da alta direção e para analisar as políticas ambientais, as estratégias e práticas desenvolvidas com os empregados (a partir dos projetos sociais implementados ou apoiados),

foram ouvidos os gestores e empregados que atuam diretamente nos setores que tratam destas pautas, assim como empregados de diferentes áreas, sendo as principais: recursos humanos ou gestão de pessoas, jurídico, administrativo, produção, qualidade, engenharia e setor ambiental. Também foram colhidas as percepções dos presidentes dos sindicatos dos trabalhadores vinculados às empresas, dos dirigentes das organizações parceiras e pessoas beneficiadas com os projetos sociais em que as companhias destinaram alguns investimentos, a fim de se obter impressões acerca das políticas desenvolvidas junto ao público interno, bem como perante a comunidade na qual encontram-se inseridas.

Cabe ressaltar ainda que, para que fosse estruturada a seleção dos respondentes, foram consideradas as observações de Bauer e Gaskell (2002). Os autores afirmam que o entrevistador deve utilizar sua imaginação social científica, considerando os ambientes sociais relevantes. Por isso, nessa pesquisa, foram focadas categorias específicas de entrevistados que pareceram particularmente interessantes, de acordo com os temas pesquisados. Desta forma, para compor o grupo de empregados participantes da pesquisa, foram considerados os seguintes critérios: tempo de serviço na empresa, alocação em diferentes setores e a participação em algum projeto ou atividade extra, não relacionada com a atividade fim da organização. Tais informantes foram sugeridos pela própria empresa, pelo sindicato ou tratavam-se de contatos pessoais da entrevistadora.

Por fim, em concordância com os apontamentos de Bauer e Gaskell (2002), é relevante ressaltar que o critério escolhido para a conclusão da composição do *corpus* em cada empresa foi o de saturação. Os autores sugerem que o levantamento de dados sobre o tema deve ser encerrado no momento que as entrevistas não apresentarem nada de novo ou não necessariamente melhorarem a qualidade da pesquisa. Fundamentam este raciocínio no fato de que – mesmo as experiências parecendo ser únicas a cada indivíduo – as representações não surgem de experiências individuais, mas, sim, dos resultados de processos coletivos. Portanto, além das entrevistas com os gestores responsáveis pelas áreas de interesse da pesquisa, nove empregados de cada empresa foram entrevistados.

Assim, baseando-se no modelo apresentado pelos autores, o *International Corpus of English - ICE*⁵, os seguintes documentos compõem o *corpus* da pesquisa:

- **Textos escritos:**

- Não impressos: doze informações obtidas em páginas eletrônicas da rede mundial de computadores; sete trabalhos acadêmicos; uma inscrição em prêmio; quatro projeções de materiais institucionais das empresas e dois arquivos informatizados sobre algumas políticas das empresas.

- Impressos: nove balanços sociais; vinte reportagens em jornais e revistas e um acordo coletivo com sindicato.

- **Textos falados:**

- Diálogos falados:

- Privado:

Quarenta e oito entrevistas diretas.

- Público:

Uma entrevista transmitida obtida na página eletrônica de um jornal.

- Monólogos:

- Improvisos:

Três comentários espontâneos obtidos em conversas informais sem o uso do gravador.

A análise e tratamento do *corpus* foi realizada através da análise de conteúdo que, segundo Bardin (1995), é o conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos extremamente diversificados.

O objetivo foi obter uma correspondência entre o nível empírico e o teórico, estabelecendo as relações entre eles. Assim, os textos foram separados em *unidades de significado*, agrupando-os posteriormente através da criação de *categorias temáticas* para, então, analisá-las sob a luz do enfoque teórico adotado, estabelecendo tais conexões.

Para o correto tratamento dos dados, foram seguidas as fases sugeridas por Bardin (1995): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos com a

⁵ De acordo com Bauer e Gaskell (2002), o IEC foi criado na University College London e trata-se de um etiquetador, analisador gramatical e um programa de busca de dados de determinada pesquisa. Nele, o *corpus* é planejado tanto para comportar o material falado como o escrito, que passa a sofrer subdivisões. Após organizado, o material é separado em categorias de análises.

interpretação. Na fase da exploração do material, foi realizado um reagrupamento do mesmo, tendo sido criadas as categorias pertinentes, considerando os três eixos temáticos da pesquisa, quais sejam:

Tema: Responsabilidade Ambiental.

Categorias: tratamento da água; poluição do ar; e tratamento dos resíduos sólidos.

Tema: Responsabilidade Social Interna.

Categoria: políticas de benefícios.

Tema: Responsabilidade Social Externa.

Categorias: projetos com a comunidade realizados dentro da empresa; projetos com a comunidade realizados fora da empresa; percepção dos empregados e; relação com o poder público.

Tais categorias de estudo nortearam a análise dos dados empíricos que, por sua vez, determinaram as devidas conclusões sobre as políticas e práticas socioambientais das três empresas estudadas. Vale destacar, ainda, que a categoria relação com o poder público se tornou importante para o entendimento mais abrangente do contexto no qual essas políticas estão inseridas. Já o item percepções dos empregados, refletiu o entendimento dos trabalhadores das organizações sobre as políticas socioambientais das empresas.

Para efeitos de apresentação da estrutura geral que norteia a investigação realizada, salienta-se que esta dissertação foi organizada em cinco capítulos. A segmentação em capítulos torna a exposição mais inteligível e permite que o leitor compreenda a trajetória trilhada.

No primeiro capítulo é apresentado o tema da presente dissertação, seguido da justificativa teórica e prática para a realização da pesquisa, da problemática e dos objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo é composto pelo referencial teórico, abordando as principais teorias que debatem a temática nas Ciências Sociais. O fio condutor da reflexão está pautado por três grandes princípios teóricos: a Sociedade de Risco, de Beck e Giddens; o Desenvolvimento Sustentável, abordado por Sachs; e a Modernização Ecológica, apontado por Buttel, Mol e Spaargaren.

O terceiro capítulo expõe a construção histórica e uma releitura da bibliografia relacionada à responsabilidade socioambiental, revelando suas diferentes abordagens.

O quarto capítulo contempla a descrição dos casos, iniciando com um histórico de cada empresa para realizar, na seqüência, a análise de conteúdo, conforme orientações teóricas de Bardin (1995), que organiza o material em torno de categorias.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais da autora, ressaltando possíveis aspectos a serem desenvolvidos em estudos posteriores.

2 DIFERENTES TEORIAS, DIVERSAS INTERPRETAÇÕES

Com o objetivo de evidenciar a opção teórica realizada, sob o enfoque das Ciências Sociais, importante se faz destacar as perspectivas bibliográficas identificadas sobre o tema pesquisado. Para tal, três teorias foram abordadas nesse trabalho: Sociedade de Risco; Desenvolvimento Sustentável; e Modernização Ecológica.

As teorias apresentam diferentes percepções sobre as perspectivas sociais e ambientais que norteiam a atualidade. Inicialmente, foi realizada uma reflexão sobre a Sociedade de Risco Global que possibilitou entender a situação atual da sociedade na concepção de Beck, Giddens e Lash. Esses autores afirmam que os riscos e perigos de hoje diferenciam-se essencialmente dos da chamada Primeira Modernidade, pela globalidade de suas ameaças e por suas causas decorrentes da tecnologia. Por sua vez, a teoria do Desenvolvimento Sustentável foi concebida, inicialmente, em encontros organizados pela Organização das Nações Unidas – ONU, nos quais diferentes atores criaram o seu conceito tendo como referência o atendimento das necessidades presentes, levando em conta as necessidades das futuras gerações. Por fim, em relação à teoria da Modernização Ecológica, esta apresenta um enfoque mais econômico, tendo como expoentes Buttel, Mol e Spaargaren. Essa teoria defende que é possível haver crescimento econômico com proteção ambiental.

2.1 A NOVA MODERNIDADE E A PROLIFERAÇÃO DOS RISCOS

Ulrich Beck, um dos teóricos mais destacados na atualidade pela chamada Teoria do Risco, salienta que vivemos em um mundo onde as rápidas inovações tecnológicas e as respostas sociais aceleradas criam a nova paisagem de riscos locais e globais. Trata-se de um novo tipo de capitalismo que não está baseado somente nos países ocidentais, nos quais a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, econômicas ou geográficas, mas, sim, a uma nova ordem global, um novo modelo de sociedade e de vida pessoal (BECK, 2002, p. 3).

Segundo o autor, a primeira modernidade baseava-se no estado-nação, tido como soberano economicamente, com pleno emprego, controle e progresso, no qual as relações sociais, as redes e as comunidades se entendiam essencialmente em um sentido territorial. Nela, a identidade era tecida por classes sociais, partidos e ideologias. Contudo, é deste

modelo que derivam cinco aspectos que caracterizam a modernidade atual: a globalização; a individualização; a revolução dos gêneros; o subemprego; e os riscos globais.

Guivant (1998, p. 18) afirma que “se na sociedade de classes, a fome era hierárquica, agora, a poluição é democrática”. A autora enfatiza que a modernização muda de forma, através de classes, estratos, ocupações, papéis sexuais, empresas, estruturas setoriais, os pressupostos gerais e o curso do progresso natural técnico-econômico, fazendo emergir novas linhas de conflitos sociais e de coalizões políticas.

Assim, surge uma nova sociedade pautada nos riscos da modernização, um produto global da maquinaria do processo industrial que traz conseqüências e perigos globais baseados na destruição em curso, sendo que o desenvolvimento de forças produtivas está interligado com o desenvolvimento de forças destrutivas. Como reforça Castel (2005, p. 60), “não é mais o progresso social, mas a incerteza que comanda o futuro da civilização”.

De acordo com Beck (2002, p. 5), em toda a história da sociedade existiram perigos. No entanto, os riscos atuais têm uma ordem nova: “não são nacionais, são globais”. Entre esses riscos, estão os ecológicos, químicos, nucleares, genéticos e econômicos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente.

Para Giddens (2000b), o risco está associado às sociedades orientadas para o futuro que pretendem romper com o passado. Segundo o autor, os riscos da atualidade são fabricados, ou seja, ocorrem em situações nas quais existem poucas experiências históricas sobre o confronto. Como exemplo, cita o aquecimento global¹, influenciado diretamente pelo processo de globalização.

Eis, então, a diferença dos riscos da primeira modernidade para os atuais: eles envolvem “incertezas fabricadas”, nas quais, praticamente, não há como definir culpados. Tratam-se de riscos produzidos pela indústria na sociedade, diferentes dos perigos naturais. Giddens afirma que essas incertezas afetam tanto a vida dos indivíduos quanto a humanidade como um todo. Neste cenário, o autor identifica oportunidades e dificuldades:

¹ O aquecimento global é resultado do lançamento excessivo de gases de efeito estufa (GEEs), sobretudo, o dióxido de carbono (CO₂), na atmosfera. Esses gases formam uma espécie de cobertor cada dia mais espesso que torna o planeta cada vez mais quente e não permite a saída de radiação solar. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/clima/mudancas_climaticas/index.cfm>. Acesso em: 11 jul. 2008.

De repente, muitos aspectos de nossas vidas tornaram-se abertamente organizados em termos de “suposição de cenários”, a construção do “como se” dos possíveis resultados futuros (...). Podemos facilmente discernir novas oportunidades que potencialmente nos libertam das limitações do passado. Por outro lado, quase em todas as partes, enxergamos a possibilidade de catástrofe (GIDDENS, 1997, p. 220).

Castel aponta que a sociedade de risco não possui seguros em relação aos incidentes acima exemplificados. Afinal, os novos riscos são amplamente imprevisíveis, não-calculáveis segundo uma lógica probabilística e acarretam conseqüências irreversíveis, sendo estas também incalculáveis. O autor remete-se a Giddens para ilustrar a sensibilidade da cultura do risco em que vivemos:

Significa que nos tornamos mais sensíveis às novas ameaças trazidas pelo mundo moderno e que se multiplicam efetivamente, produzidas pelo próprio ser humano através do uso sem controle das ciências e das tecnologias e de uma instrumentalização do desenvolvimento econômico que tende a fazer, do mundo inteiro, uma mercadoria (GIDDENS *apud* CASTEL, 2005 p. 62).

Nesta sincronia, Beck (2002, p. 54) aponta que, na sociedade de risco global, estão presentes três tipos de ameaças globais que podem ainda se complementar e se acentuar mutuamente:

1 – os conflitos chamados “maus” (em oposição aos bons): a destruição ecológica e os perigos do desenvolvimento industrial motivados pela riqueza, tais como o buraco na camada de ozônio, o efeito estufa e os riscos imprevisíveis que resultam da manipulação genética das plantas e dos seres humanos.

2 – os riscos diretamente relacionados com a pobreza. Segundo o autor, existe um estreito vínculo entre a pobreza e a destruição ambiental. Essa desigualdade aponta-se como sendo o principal problema ambiental do planeta, bem como, também, do desenvolvimento. Portanto, uma análise integrada do nível de vida, da perda das espécies e recursos da genética, da energia, da indústria e da população humana mostra que essas dimensões estão mutuamente ligadas e não podem ser tratadas de forma isolada. Dessa forma, qual seria a solução do problema da pobreza vinculada à destruição ambiental, uma melhor distribuição de renda? Ampliação da produção para que as pessoas tenham mais acesso ou reduzir a produção e reutilizar os produtos?

3 – ameaças que procedem da destruição em massa – Nucleares, Biológicas e Químicas - NBC – utilizadas nos conflitos militares de estados e que, agora, também se apresentam nos litígios fundamentalistas e no terrorismo privado. É cada vez mais provável que a posse particular de armas de destruição em massa, bem como pelos agentes denominados terroristas, se converta em uma nova fonte de perigo na sociedade de risco global.

Considerando as ameaças apontadas e a incalculabilidade das conseqüências e danos, surge a questão: quem são os responsáveis pelos riscos da segunda modernidade?

Segundo Beck (2002, p. 2), a sociedade tornou-se um laboratório sem nenhum responsável pelos resultados do experimento. Esta impossibilidade de atribuir responsabilidades pela produção destes riscos, trata-se, conforme Beck, de uma “irresponsabilidade organizada” em que todos se esquivam de responder pelas conseqüências de seus atos:

Políticos dizem que não estão no comando, que no máximo regulam a estrutura para o mercado. Especialistas científicos dizem que meramente criam oportunidades tecnológicas: eles não decidem como serão implementadas. Gente de negócios diz que está simplesmente respondendo a uma demanda dos consumidores (BECK, 2002, p. 2).

Em outras palavras, é um mercado que possui vida própria. Nesse ponto, surgem as lutas políticas e, até mesmo, simbólicas para definir quais os riscos emergentes, uma vez que os perigos criados na atualidade não são evidentes nem consensuais. Portanto, ocorre um verdadeiro embate para definir quais as reais ameaças e suas possíveis implicações. São essas disputas por delimitações que influenciam as informações, provas e conhecimentos relevantes sobre os reais riscos ambientais, dificultando o apontamento de culpados.

Ao mesmo tempo, o Estado pode negar a existência da gravidade dos problemas ecológicos ou tentar retirar a legitimidade de reivindicações e preocupações das pessoas que reclamam por soluções para estas questões. As elites políticas e econômicas dominantes, que se beneficiam das atividades de risco, encobrem as origens e efeitos dos mesmos, desviando e controlando os protestos gerados. Por fim, as conseqüências dos riscos se assentam nas pessoas que sofreram os danos e não nos potenciais agentes poluidores (GOLDBLATT, 1996, p. 234-235).

Na segunda modernidade, segundo tal lógica, não importa tanto a classe poluente, já que na globalidade de riscos todos são afetados pelos desastres em grandes escalas. Contudo, a globalidade não representa a igualdade de riscos. Muito pelo contrário, pois, de acordo com Beck (2002, p. 8), “a primeira lei dos riscos ambientais é a contaminação cega do pobre”.

Isso, segundo o autor, significa que as pessoas pobres são as mais afetadas no mundo. Basta considerarmos os dados da ONU e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - para verificar o grande número de pessoas que não possuem parte das necessidades básicas supridas. Por exemplo, mais de dois bilhões e quinhentos mil pessoas vivem sem saneamento básico e um bilhão e duzentas mil pessoas carecem de água potável segura. Nos países em desenvolvimento, novecentos e oitenta milhões de pessoas sobrevivem com menos de um dólar por dia. Outro dado espantoso é o número de crianças em idade escolar que se encontra fora da escola: cem milhões. As duas organizações apontam, também, que quase onze milhões de crianças ao redor do mundo ainda morrem, todos os anos, antes de completarem cinco anos.²

Além desses dados, o que chama a atenção é a disparidade entre ricos e pobres. Segundo Beck (2002, p. 5), os 20% mais ricos consomem aproximadamente seis vezes mais comida, energia, água, transporte e minerais do que os pobres. As políticas de “livre-comércio”, impostas pelo ocidente aos países endividados, obriga-os a desenvolverem indústrias especializadas para abastecer os ricos. Assim, as nações mais pobres tendem a investir em subsídios para atrair investimentos dos países credores, buscando amenizar suas dívidas, com a esperança de obterem aumento na renda, promoção de emprego e, sobretudo, conseguir o retorno de mais impostos sobre operações industriais e comerciais que, em sua maioria, são destinados ao pagamento dos juros das dívidas externas. Desta maneira, buscam a manutenção do relacionamento internacional, pactuando com o atual sistema comercial global, muitas vezes assegurando a sobrevivência nesta relação de hiposuficiência. Logo, gastam mais com os juros de suas dívidas externas do que com saúde e educação em seus próprios países.

É nesse cenário de desigualdades, de riscos e incertezas que Beck (1997, p. 12) apresenta o conceito de modernização reflexiva, caracterizando a transição da sociedade industrial para a sociedade de riscos que, para ele, “significa a possibilidade de uma (auto)

² Dados obtidos de relatórios do PNUD – Os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e ONU – The Millennium Development Goals Report. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>> e <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/The%20Millennium%20Development%20Goals%20Report%202008>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O “sujeito” dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental”.

Desse modo, os próprios termos da modernização são negociados pelos atores sociais. A individualização passa a ser uma das grandes características da nova modernidade que libertou os indivíduos das estruturas coletivas e abstratas como classes, nação, família nuclear e crença incondicional na validade da ciência. Se, por um lado, esses aspectos podem apresentar alguma conotação positiva, na concepção de Lash, a modernidade reflexiva caracteriza-se pela

[...] crise da família nuclear e a concomitante auto-organização das narrativas da vida; com o declínio da influência das estruturas de classe sobre os agentes – na escolha do comportamento, nos padrões de consumo e na participação nos sindicatos; com o deslocamento da produção limitada por regras na flexibilidade no trabalho com a desconfiança ecológica e a crítica à ciência institucionalizada (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 141).

Ou seja, a modernidade reflexiva é um processo no qual são postas em questão, tornando-se objeto de reflexão, as assunções fundamentais e as insuficiências e antinomias da primeira modernidade. Para os autores da modernidade reflexiva, o termo “reflexividade” passa a ter dois sentidos: a) a reflexividade estrutural, no qual a ação, libertada das restrições da estrutura social, reflete as regras e os recursos dessa estrutura e implica nas condições sociais de existência; e b) a auto-reflexividade, em que a ação reflete a si mesma. Para Giddens, as conseqüências da modernidade referem-se, principalmente, à reflexividade estrutural, às regras e recursos da sociedade. Já Beck elegeu, em primeiro plano, a reflexividade sobre as instituições de ciências, na estrutura crítica ecológica (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 140).

Lash detém-se a analisar as diferenças na concepção de reflexividade em Giddens e Beck, para chegar a uma conclusão sobre auto-reflexividade e reflexividade estrutural:

Para Giddens, a reflexividade na modernidade envolve uma mudança nas relações de confiança, de tal forma que a confiança não é mais uma questão de envolvimento face a face, mas, em vez disso, uma questão de confiança nos sistemas especialistas. Para Beck, em marcante contraposição, a reflexividade na modernidade implica uma liberdade crescente dos sistemas especialistas e uma crítica a elas. Assim sendo, a reflexividade estrutural envolve uma liberdade em relação aos sistemas especialistas da ciência dominante. A auto-reflexividade envolve uma liberdade – das várias psicoterapias. A reflexividade não é baseada na confiança, mas na ausência de confiança nos sistemas especialistas (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 142).

Mesmo com as diferenças expostas acima, tanto Giddens, Beck e Lash concordam que a sociedade produtora de riscos torna-se cada vez mais reflexiva. Portanto, novos quadros de referência tornam-se necessários, desde que sejam capazes de provocar a instauração de uma nova política que seja global e direta, ao mesmo tempo em que permita alianças globais que possam eliminar ou minimizar os riscos da atualidade.

2.1.1 A Emergência de uma Nova Política Global

Para o desenvolvimento de uma nova política econômica na sociedade de risco global, Beck aponta cinco incertezas e desafios. Em primeiro lugar, apresenta o novo jogo de poder entre os atores políticos territoriais (Governo, parlamento, sindicatos) e os atores econômicos não territoriais (representantes do capital, das finanças, do comércio) como elemento central expressado na economia política da incerteza e do risco, ou seja, o trabalho é local, mas o capital passou a ser global. Com essa expressão, revela a fragilidade do trabalho no mundo atual, sendo por tempo parcial, por conta própria ou por contratos eventuais. Segundo Beck (2002, p. 17), “se essa dinâmica prosseguir, em dez ou quinze anos, cerca da metade da população ativa do ocidente trabalhará em condições de incerteza”.

O segundo fator de incerteza, de acordo com o autor, é que não há mais como garantir a seguridade social do grande número de pobres que vêm se elevando às custas do desemprego. O terceiro ponto está relacionado ao fim da sociedade do trabalho, na medida em que um grande número de pessoas passa a ser substituído por tecnologias inteligentes. Já não se pode mais atribuir o crescimento do desemprego às crises econômicas cíclicas e, sim, ao êxito do capitalismo tecnologicamente avançado que não foi acompanhado pelo desenvolvimento de novas e adequadas políticas públicas.

Como quarto ponto, argumenta que a economia política que nos “bons tempos” se reforçava e se complementava mutuamente (pleno emprego, arrochos salariais, ingressos fiscais, margem da ação do Governo) passa hoje por um efeito dominó. Na medida em que o pleno emprego torna-se mais precário, piores se tornam as bases do Estado de bem-estar.

E, como quinto aspecto, Beck assinala que as estratégias defensivas ortodoxas vêm sendo submetidas à pressão. Ou seja, em toda a parte é exigido flexibilidade. Como exemplo, o autor salienta que o empresário tem que poder demitir seus empregados com a maior

facilidade. Os trabalhos disponíveis são cada vez mais curtos e renováveis. Assim, a flexibilidade também significa uma redistribuição de riscos, transferindo-os do Estado e da economia para o indivíduo.

Portanto, Beck convoca a sociedade para o Manifesto Cosmopolita, que, diferente do Manifesto Comunista³, trata de um conflito transnacional-nacional que é preciso inaugurar e organizar. Um manifesto que faça um diálogo global sobre as metas, valores e estruturas e que traga, como idéia chave, uma nova dialética para as questões globais e locais que a política nacional não tem conseguido atingir.

Essas questões, segundo Beck, poderiam denominar-se “*glocais*” e formar parte da agenda política dos municípios e regiões, dos Governos e esferas públicas nacionais e internacionais. Trata-se da “reinvenção de uma política única fundada e fundamentada em um novo sujeito político em partidos cosmopolitas” (BECK, 2002, p. 23).

Esses sujeitos, por sua vez, representariam os interesses transnacionais. Contudo, também funcionam dentro do âmbito da política nacional.

Na concepção de Cruz, Bondnar e Xavier, a proposta de Estado transnacional trazida por Beck aponta para uma racionalização subjacente: “o Estado constitucional moderno não está só antiquado, mas também é irrenunciável com o espaço público garantidor das políticas públicas internas e internacionais de transição” (CRUZ; BONDNAR; XAVIER, 2008, p. 3). Na concepção dos autores, o Estado transnacional será um Estado forte, cujo poder de configuração política é fruto das respostas cooperativas solidárias à globalização. Ele seria, em primeiro lugar um “não Estado nacional moderno” e, portanto, também não haveria Estados territoriais. Em segundo lugar, negaria o Estado constitucional moderno, libertando-se da armadilha territorial e da soberania moderna e teria, assim, um conceito de Estado que reconheceria a globalidade em sua dimensão plural, como elemento fundamental irreversível. Tornaria a norma e a organização do transnacional os principais elementos para a redefinição e revitalização do político, tanto enquanto Estado, como enquanto sociedade civil.

³ O Manifesto Comunista foi escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848. Sugere um curso de ação para uma revolução socialista através da tomada do poder pelos proletários.

Considerando a transnacionalidade, Beck salienta que as ameaças globais motivam ou motivarão as pessoas a atuarem, tornando-se “cidadãos cosmopolitas”, pois elas perceberão que grande parte das tragédias são reflexos das suas próprias ações. Segundo o autor, essa articulação se dará de duas formas distintas: a “globalização de cima”, mediante tratados e instituições internacionais; e a “globalização de baixo”, através de novos atores transnacionais que operam à margem do sistema da política parlamentar e desafiam as organizações políticas e os grupos de interesse estabelecidos.

O autor menciona que diversos avanços na área ambiental já foram obtidos graças ao desenvolvimento, em todo o mundo, de organizações da “globalização de baixo”, principalmente no setor não governamental sem fins lucrativos, como é o caso da Greenpeace, da Anistia Internacional, da *World Wide Fund for Nature - WWF* -, entre outros. Portanto, torna-se cada vez mais difícil extrair decisões das superestruturas corporativistas e político-partidárias.

A sociedade de risco exige uma abertura do processo de decisão, não só do Estado, mas também das corporações privadas e da ciência. Exige uma reforma institucional dessas relações de definição, da estrutura oculta de poder dos conflitos e perigos, já que os mesmos passaram a ser globais. Assim, as soluções também devem partir de alternativas globais. A política que a sociedade de risco sugere sinaliza um novo tipo de cultura política que estaria por operar para além das instituições.

Para Beck (2002), esse novo modelo seria uma resposta aos dilemas da irresponsabilidade organizada. Para o autor, o fortalecimento dessa nova política deve acontecer através de três medidas chaves: um sistema legal forte e independente; meios de comunicação livres e críticos; e um processo de autocrítica fundamentado nas diferentes formas de conhecimento sobre os riscos. As ações desses agentes moldariam a sociedade de baixo para cima. O autor reforça o poder dessa política:

Há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que, até então, não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho. Há, até mesmo, oportunidade para os indivíduos corajosos “moverem montanhas”, nos centros estratégicos de desenvolvimento (BECK, 1997, p. 36).

Percebe-se, ainda, que Beck deposita no cidadão leigo ou perito, as esperanças de mudança no processo político para enfrentar os riscos da segunda modernidade. Contudo, de que forma esses diferentes atores se articulariam para efetivamente moldarem a sociedade de baixo para cima? De que forma esses atores de tão diferentes ideologias e concepções se uniriam com o mesmo fim para debater a questão ecológica central no debate social contemporâneo? Enfim, como implantar essa política?

Guivant, fazendo uma leitura da proposta de Beck, aponta que a alternativa seria a formação de fóruns de negociação, envolvendo autoridades e empresas, assim como sindicatos, representantes políticos, peritos, ONGs etc. Tais fóruns não procurariam o consenso, mas possibilitariam tomar medidas de precaução e prevenção, integrando as ambivalências. Ainda baseada em Beck, Guivant aponta alguns parâmetros básicos que devem nortear o processo de negociação, a partir de uma nova política que enfrenta os riscos e integra os diferentes atores:

[...] estabelecer correlações de *standards* como fundamento para o reconhecimento legal do dano, em lugar de uma estrita prova de causa, que muito dificilmente pode ser atingida, dada a interdependência global dos riscos; mudar a responsabilidade da prova: os agentes industriais e os peritos devem passar a estar obrigados a se justificar em público; responder às reclamações por segurança técnica com responsabilidade pelos danos; reformular os princípios do poluidor-pagador, criando *accountabilities* regionais para setores econômicos beneficiados e prejudicados; sugerir e negociar acordos sobre o reconhecimento do dano e sobre pagamentos compensadores entre as plantas industriais de uma região e sua poluição; instaurar comitês e grupos de peritos nas áreas cinzas da política, ciência e indústria, incorporando representantes de diferentes disciplinas de grupos alternativos de peritos e leigos (GUIVANT, 2002, p. 6).

Esses fóruns não necessariamente levariam sempre ao consenso, nem eliminariam os conflitos e perigos fora de controle, mas poderiam contribuir para a prevenção dos riscos e tornar mais transparentes as ações dos geradores.

A alternativa apresentada por Beck, portanto, reivindica a reformulação e reformas do espaço político internacional franqueador de uma nova arquitetura completa de soberania e identidade. Como apontam Cruz, Bondnar e Xavier, para que isso possa ser efetivado, é necessária uma condição prévia: os Estados como espaços públicos de colaboração e solidariedade. Da mesma forma, os autores questionam se, no âmbito da sociedade civil e das políticas públicas que se movem em grandes espaços, pode surgir a consciência de uma necessária solidariedade cosmopolita.

Em seguida, os próprios autores respondem a questão afirmando que, para Beck, esse novo modelo de sociedade somente seria possível a partir da consciência e conscientização sobre a necessidade de uma nova arquitetura estatal, pautada em princípios e valores globais.

Portanto, não há como negar que alguns passos em busca de tratativas globais já foram dados através de acordos internacionais. Beck também percebe avanços globais no que se refere à formação de redes ecológicas. Outro exemplo do autor são os grupos feministas que acabam proliferando-se em todo o mundo. Essas redes ou movimentos acabam formando “partidos globais” em três sentidos:

[...] seus valores e objetivos não tem um fundamento nacional e, sim, cosmopolita. Apela a valores e tradições humanas em toda a cultura e religião, se sentem responsáveis pelo planeta como um todo. Situam a globalidade no núcleo da imaginação, da ação e da organização política. Tanto programática como institucionalmente, propõe uma política de alternativas concretas às prioridades firmemente estabelecidas e guiadas na esfera nacional. Somente são possíveis como partidos multinacionais. Portanto, tem que existir partidos cosmopolitas de diferentes origens, dos diferentes países que interagem mutuamente nos diversos âmbitos da sociedade mundial e lutam para produzir valores, reciprocidades e instituições cosmopolitas (BECK, 2002, p. 26-27).

Assim, na concepção do autor, se desenvolvem sociedades multireligiosas, multiétnicas e multiculturais, com novos modelos interculturais tolerantes à diferenças culturais, com o pluralismo observado em diferentes níveis e multiplicação das soberanias. Para Beck (2002), nessas novas sociedades, a participação do cidadão consciente é peça chave no movimento cosmopolita, como ator fundamental na luta pela minimização dos riscos e conflitos. Na formação desse cidadão, é primordial a compreensão do meio ambiente global e local, do entendimento da interdependência dos problemas e das soluções e da importância da responsabilidade de cada um na construção de uma sociedade planetária mais igualitária, justa e, sobretudo, sustentável.

Uma sociedade sustentável, com crescimento econômico em meio a tantos riscos e perigos, será esta uma possibilidade viável?

Para responder a esta questão, faz-se importante identificar a concepção de desenvolvimento sustentável, avaliando seus avanços e críticas, bem como os conceitos que embasam a teoria da modernização ecológica, buscando identificar semelhanças e diferenças entre as principais teorias discutidas nas Ciências Sociais.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SUAS CONCEPÇÕES E CRÍTICAS

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são conhecidos mundialmente. Nas Ciências Sociais, os termos passaram a ser empregados a partir do Relatório de Brundtland, em 1987, apesar das preocupações com os limites do crescimento industrial e populacional sobre o ambiente já terem sido apontadas por Catton e Dunlap, em meados de 1970 (LENZI, 2006b, p. 49).

Da mesma forma, duas décadas antes, a sociedade mundial parecia começar a refletir sobre os problemas relacionados ao ecossistema. O livro “A Primavera Silenciosa”, lançado em 1962, chamou a atenção da opinião pública por alertar para os perigos do uso de pesticidas e poluentes. A sua autora, Rachel Carson, estudava os pássaros em uma área rural da Pensilvânia e temia que os pesticidas os exterminassem, deixando a primavera sem o canto das aves. Mesmo pressionada pela indústria química, a autora conseguiu publicar seu livro, tornando-se um marco histórico na luta pela defesa do meio ambiente (NASCIMENTO, 2008b).

Na década de 70, foi fundado o Clube de Roma, entidade composta por intelectuais e empresários que se dispuseram a discutir a respeito da preservação dos recursos naturais do planeta Terra. Este grupo produziu os primeiros estudos científicos considerando as questões sociais e ambientais do planeta, denominados de “Os Limites do Crescimento”, apresentados na Conferência das Nações Unidas de Estocolmo – Suécia, em 1972. Este trabalho relacionou quatro grandes questões que deveriam ser solucionadas para que fosse alcançada a sustentabilidade: controle do crescimento populacional; controle do crescimento industrial; insuficiência da produção de alimentos; e o esgotamento dos recursos naturais (CAMARGO, 2002).

A partir deste trabalho, os ideais de um novo modelo econômico, que contemplasse as dimensões econômica, social e ambiental e que tentasse resolver o velho dilema entre crescimento econômico e redução da miséria, passaram a ser pauta de diversos encontros. Contudo, somente em 1983, ocorreu um compromisso internacional histórico objetivando a cooperação mundial: a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Formada por integrantes indicados por diversos Governos e pela ONU, sendo que metade dos participantes deveria provir dos países em desenvolvimento, ela se instituiu com o objetivo de chamar a atenção de todos para as questões de responsabilidade

ambiental. A Comissão defendeu que para haver um desenvolvimento global sustentável, seria necessário que os mais ricos adotassem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta.

Essa Comissão criou, em 1987, por ocasião do encontro em Oslo, Noruega, o Relatório de Brundtland intitulado “Nosso Futuro Comum” e apresentou, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 44).

Relacionado a esta definição, encontram-se dois conceitos-chave:

O conceito de necessidades, em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deveria ser dada prioridade essencial e a idéia de limitações impostas pelo Estado da tecnologia e organização social sobre a capacidade do meio ambiente de satisfazer as necessidades presentes e futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 44).

Este documento chamou a atenção do mundo sobre a necessidade urgente de encontrar formas de desenvolvimento econômico que se sustentassem, sem a redução dramática dos recursos naturais e nem com danos ao meio ambiente. A Comissão definiu, também, três princípios essenciais a serem cumpridos para que seja alcançada a sustentabilidade: desenvolvimento econômico; proteção ambiental; e equidade social, sendo que, para cumprir estas condições, seriam indispensáveis mudanças tecnológicas e sociais, o que implicaria na modificação de vários aspectos da vida social e econômica, de forma que:

- Todos tenham suas necessidades básicas atendidas e lhes sejam proporcionadas oportunidades para que concretizem seus desejos de uma vida melhor;
- Os padrões de consumo sejam mantidos dentro do limite de interferência que o meio natural pode suportar;
- As necessidades humanas sejam atendidas de modo igualitário, assegurando, à todos, as mesmas oportunidades;
- A evolução demográfica esteja em equilíbrio com o potencial produtivo do ecossistema;

- Os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra – atmosfera, águas, solos e seres vivos – não sejam degradados;
- Seja garantido o acesso equitativo aos bens naturais ameaçados, sendo necessário reorientar os avanços tecnológicos, no sentido de aliviar as pressões sobre a utilização destes recursos;
- Os recursos renováveis sejam utilizados dentro de limites que permitam sua regeneração natural;
- Os recursos não-renováveis sejam utilizados de forma racional, com ênfase na reciclagem e no uso eficiente, de modo que não se esgotem antes de haver substitutos adequados; e
- Os impactos negativos sobre a qualidade do ar, da água e dos demais elementos naturais sejam minimizados, a fim de manter a integridade global do sistema⁴.

É fato que, após a Conferência de Estocolmo, em 1972, a posição brasileira nas discussões sobre a questão ambiental no contexto internacional ganhou destaque. Isto se deve ao fato de crescerem as acusações de alguns países desenvolvidos em relação à postura predominante em países em desenvolvimento a respeito da ausência de normas para controlar os graves problemas ambientais, o Brasil liderou o bloco dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento. Jacobi (2003) enfatiza que no Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais.

Jacobi (2003) ressalta ainda que a postura brasileira coincide com o período do auge do crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano. Nesse período, é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA -, bem como, as primeiras agências ambientais para controle da poluição, como a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental - CETESB -, em São Paulo, e a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA -, no Rio de Janeiro. Contudo, segundo o autor, muito mais do que um comprometimento do Governo com a proteção ambiental, tal atitude serviu para amenizar as críticas negativas ao Brasil no exterior.

⁴ Estes e demais aspectos listados anteriormente foram extraídos de COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Com o advento da crise econômica estabelecida na América Latina nos anos 80, considerada por muitos como a “década perdida”, o Brasil sofre uma retração da produção industrial e decréscimo do PIB, em função da volatilidade de mercados, gerando problemas de solvência externa. Neste contexto, segundo Viola (1998, p. 10), o país passa a ter desvantagens competitivas, uma vez que “os recursos naturais clássicos perdem valor relativo, a tolerância para com a poluição torna-se um estigma e uma força de trabalho desqualificada é incapaz de operar os novos sistemas produtivos.” Surge, então, a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, que definiu princípios, instrumentos e mecanismos de formulação e aplicação da política ambiental. A resolução do Conama 001, de 1986, estabeleceu a obrigatoriedade da realização da avaliação de impactos ambientais para atividades potencialmente poluidoras. Outro marco foi a Constituição de 1988, que estabeleceu direitos e deveres do Estado e cidadãos em relação ao meio ambiente.

Nos anos 90, quando Fernando Collor de Melo assume a Presidência da República, parece haver uma súbita necessidade de resgate dos compromissos de responsabilidade ambiental, porém, esse passa a ser o pano de fundo para a projeção do Presidente, que também almejava a abertura comercial. O Governo nomeia Lutzenberger⁵ como Secretário de Meio Ambiente, aspirando alianças estratégicas e investimentos econômicos com os países do Norte, baseado no discurso da proteção ambiental. Nesse período o Brasil se prepara para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 (VIOLA, 1998; JACOBI, 2003).

A Rio-92 reuniu 179 Chefes de Estado e de Governo que instituíram o desenvolvimento sustentável como fator de equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Ela serviu como base para a formulação de cinco documentos importantes: a Declaração do Rio (Cúpula da Terra); a Agenda 21; a Declaração de Florestas; a Convenção sobre Mudanças Climáticas; e a Convenção sobre Biodiversidade. Nesse encontro, o conceito de sustentabilidade foi incorporado como um princípio global. Vale destacar a Declaração do Rio, que trata de princípios sobre os direitos e responsabilidades dos

⁵ Ambientalista, formado como engenheiro agrônomo, Lutzenberger preocupava-se com o desenvolvimento sustentável, buscando desenvolver processos alternativos como energias limpas, renováveis e todo o panorama de tecnologias brandas ou suaves que são as tecnologias ecologicamente sustentáveis e socialmente desejáveis. Foi nomeado, em 1990, como Secretário Especial do Meio Ambiente da Presidência da República, em Brasília/DF, no mandato de Fernando Collor de Mello e exonerado em 1992, dois meses antes da Rio-92, uma demissão sem muitas explicações. Disponível em: <www.fgaia.org.br/apres-lutz.html>. Acesso em: 13 jan. 2009.

Governos e cidadãos em relação ao meio ambiente e a Agenda 21, caracterizada por um plano de ação estratégico, constituindo-se em uma tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 buscou incentivar, além da formulação das metas globais, que cada país criasse a sua Agenda 21 nacional e local, elaboradas com a participação de diferentes níveis do Governo, do setor produtivo e com a sociedade civil organizada. (HERCULANO; PORTO; FREITAS, 2000, p. 18).

Segundo Camargo, Capobianco e Oliveira (2004), o encontro serviu para despertar o debate ambiental na sociedade brasileira, passando a chamar a atenção da mídia, dos Governos, dos empresários e da sociedade civil. As grandes expectativas depositadas nesse encontro não foram totalmente atingidas. Todavia, percebeu-se que, a partir dali, iniciou-se um movimento direcionado para o desenvolvimento sustentável, alicerçado na busca de uma justiça ambiental vibrante e crescente.

Em 2002, a ONU organizou outro encontro, desta vez em Johannesburg, na África do Sul: a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, buscando analisar os avanços ocorridos desde a realização da Rio-92. De forma consensual, foi constatado, pelos participantes deste encontro, que muito pouco efetivamente se conseguiu evoluir em relação à sustentabilidade, pois os objetivos econômicos e financeiros ainda prevaleciam em detrimento à construção de um mundo mais saudável (AFONSO, 2006). Neste evento, também foi lida a Carta da Terra, anteriormente aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO -, em 2000, como resultado dos encontros dos integrantes da Agenda 21. Esta carta, com dezesseis princípios, apresentou a necessidade de se criar uma sociedade sustentável global:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma **sociedade sustentável global** baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa

responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A CARTA..., 2000)⁶.

Considerando os avanços do Brasil rumo a uma sociedade sustentável, os pesquisadores Camargo, Capobianco e Oliveira realizaram um balanço geral dos debates e das implementações de ações para um desenvolvimento mais sustentável no país. Analisando o período de 1992 a 2002, chegaram à conclusão de que houve pouco progresso. Contudo, dentre os conceitos pesquisados, o da responsabilidade socioambiental teve o avanço mais otimista, pois conceitos e práticas como o *Responsible Care*, ecoeficiência e responsabilidade social tornaram-se populares no meio comercial e industrial. Da mesma forma, várias organizações nacionais e internacionais no âmbito empresarial foram criadas para atuar em iniciativas de desenvolvimento sustentável (CAMARGO; CAPOBIANCO; OLIVEIRA, 2004 p. 38).

Junto aos documentos oficiais e acordos internacionais, vários estudos e novas contribuições sobre a temática foram realizadas por diversos autores. Dentre eles, destaca-se Sachs (1993) que conceitua sustentabilidade a partir das seguintes dimensões:

1) Sustentabilidade social – baseada nos princípios de uma justa distribuição de renda e bens, direitos iguais à dignidade humana e solidariedade social;

2) Sustentabilidade cultural – deve focar o respeito aos diferentes modos de vida, sejam eles locais, regionais ou nacionais, em contraponto à padronização imposta pela globalização.

3) Sustentabilidade ecológica – fundamentada no princípio da solidariedade com o planeta e seus recursos e com a biosfera do seu entorno;

4) Sustentabilidade ambiental – respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

5) Sustentabilidade territorial – busca a superação das disparidades inter-regionais através de estratégias para o desenvolvimento ambiental seguro nas áreas ecologicamente frágeis, eliminando a inclinação dos investimentos públicos nas áreas urbanas em detrimento do rural e a melhoria do ambiente urbano;

6) Sustentabilidade econômica – ancorada na avaliação da sustentabilidade do social, analisada no seu contexto organizativo da vida material.

⁶ O texto completo da Carta da Terra está disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc. Acesso em 02 fev. 2009.

7) Sustentabilidade política (nacional) – fundamentada na democracia definida em termos de apropriação universal dos Direitos Humanos e desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores.

8) Sustentabilidade política (internacional) – baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional. Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), no controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, na aplicação do Princípio da Precaução⁷ na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, na prevenção das mudanças globais negativas, na proteção da diversidade biológica (e cultural) e na gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade.

Os princípios de Sachs (1993) ajudam a pensar o desenvolvimento nas dimensões global, nacional, regional e local. São princípios que se complementam, uma vez que buscam abordar diferentes dimensões, cada qual com uma estratégia específica, mas que, quando articuladas, parecem atender, de forma mais concreta, os objetivos para o qual o desenvolvimento sustentável se propõe.

Já Dobson (*apud* Lenzi 2006b, p. 96-97) considera que três concepções de sustentabilidade seriam necessárias para que se possa pensar em uma sociedade sustentável. Resumidamente, elas podem ser explicitadas da seguinte forma:

- a) sustentabilidade como manutenção do capital natural crítico:** diz respeito às propriedades do meio ambiente que não são produzidas pelo homem, ou seja, diz respeito a materiais, processos ou serviços ambientais que são essenciais à sobrevivência e o bem-estar humano, que não podem ser produzidos pelos indivíduos, mas, ao mesmo tempo, não impede que possam vir a sofrer os impactos da ação do homem ou que se tornem objetos de controle. Deve-se ser crítico em relação à produção e reprodução da vida natural, cuja presença de integridade é uma pré-condição essencial para a existência de vida humana na Terra.

⁷ De acordo com Soares (2003), o princípio da precaução na área ambiental, deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

- b) sustentabilidade como preservação da natureza irreversível:** considera que devem ser preservados os processos ou propriedades do meio ambiente natural que são considerados irreversíveis, mas não vitais para a sobrevivência e o bem-estar do homem. Tratam-se dos aspectos do ambiente que, uma vez destruídos ou consumidos, não podem ser reciclados.
- c) sustentabilidade como manutenção do valor natural:** busca conservar as formas históricas particulares do meio ambiente, as “unidades de significância”, ou seja, a manutenção da identidade original do que é transmitido para que ocorra a “continuidade da matéria”.

É indiscutível que a idéia do desenvolvimento sustentável tem se difundido pelo mundo, sendo amplamente utilizado quando se almeja refletir sobre a manutenção do sistema de suporte à vida, pois, de uma forma geral, sustentabilidade se fundamenta na possibilidade de se obter continuamente condições iguais ou superiores de vida para a população, em qualquer período, principalmente no que está por vir, devendo ser considerado, além das condições naturais, a justiça social. Trata-se, portanto, de uma proposta que tem, em seu horizonte, uma modernidade ética que perpassa as pequenas atitudes diferenciadas de comportamento, como a separação e a reciclagem do lixo doméstico realizada pelo cidadão comum e chega às grandes estratégias e atividades comerciais de algumas empresas às quais se especializaram em atender um mercado consumidor em franco crescimento, mas que hoje cobra essa atitude diferenciada, tanto dos produtos que consome, quanto dos processos produtivos que os envolvem. (CAVALCANTI, 2003).

Analisando o Relatório Brundtland, os documentos produzidos pelo Clube de Roma, pela Rio-92 e as contribuições dos diferentes autores sobre a temática relativa ao desenvolvimento sustentável, Camargo (2002) percebe uma grande polarização ligada ao tema da sustentabilidade. Este fato ocorre porque, de um lado, os defensores do atual modelo de desenvolvimento querem formatá-lo com a inserção das variáveis ambientais e, de outro, existe um grande grupo insatisfeito com os rumos que as discussões sobre desenvolvimento sustentável estão tomando.

Uma das grandes críticas sobre os conceitos elencados ao tema é que os mesmos são muito amplos e superficiais. Lenzi (2006b) aponta, por exemplo, que o Relatório de Brundtland sequer define bem o que são as necessidades básicas, conceito chave anteriormente apresentado. Para o autor, o relatório apresenta alguns exemplos, como

alimentação, vestimenta, higiene, cuidados com a saúde, entre outros, mas não há uma divisão entre necessidades básicas e secundárias. E ainda, segundo o autor, estas necessidades são específicas em relação ao tempo e a certas culturas, daí a dificuldade em hierarquizá-las. Da mesma forma, não indica quem é o responsável por definir, de forma conclusiva, quais sejam as necessidades básicas de cada grupo, tendo em vista que estas se diferenciam, dependendo do local onde as pessoas vivem. Entretanto, a grandeza do relatório está no fato de “não pressupor apenas a existência de necessidades fundamentais para o ser humano, como também eleva essas necessidades à condição de princípio normativo para uma visão de justiça social” (LENZI 2006b, p. 104).

Nessa mesma lógica, a idéia desenvolvimentista do conceito tem sido alvo de duras críticas nas Ciências Sociais. Lenzi (2006b, p. 90) apresenta diferentes percepções, como a de Richardson, por exemplo, que afirma que se trata “apenas de um engano político e representa uma fraude, uma vez que tenta obscurecer a contradição entre a finitude da terra e o caráter expansionista da sociedade industrial”. Já para Giddens (2000a), o conceito é baseado na imprecisão, sendo amplo e vago, caracterizando-se muito mais como um princípio norteador. Nobre e Amazonas (*apud* Jacobi, 2006b, p. 2) afirmam que a expressão "desenvolvimento sustentável" passou a ser utilizada para justificar diversos e diferentes conceitos, tornando-se um termo que serve a todos e, portanto, adquire um caráter persuasivo. Exemplificando, citam que ela passou a ser a expressão-chave para agências internacionais de fomento, tornou-se jargão do planejador de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que passou a ser tratada como tema de conferências e a servir como slogan de ativistas do desenvolvimento e do meio ambiente.

Carneiro (2005), por sua vez, sugere que o termo retrata uma ideologia de legitimação do *status quo*. O autor afirma que não é possível haver desenvolvimento sustentável no sistema capitalista, uma vez que este produz sistematicamente a desigualdade ecológica entre nações, classes e grupos sociais. Amplia sua crítica afirmando que grande parte dos trabalhos acerca do tema apresentam os problemas ambientais relacionados à finitude da biosfera e não como um conflito ambiental. Isto, para o autor, trata-se de uma abstração vazia de sentido, pois

[...] desde sempre, a atividade humana de transformação da natureza só pode se efetivar pela mediação de relações de produção determinadas, específicas, às quais condicionam a magnitude e a qualidade dos impactos que a atividade humana exerce sobre a natureza, exatamente por condicionar a forma e os fins que os homens, divididos em classes, organizam sua produção material, seu intercâmbio com a natureza (CARNEIRO, 2005, p. 31).

Para o autor, o desenvolvimento sustentável deveria ser considerado a partir dos problemas ou conflitos sociais que, na verdade, surgem através da apropriação de um espaço ambiental por um determinado grupo em detrimento de outro que fica ameaçado. É o caso da construção de hidrelétricas, a adoção de monoculturas e a mineração, que utilizam os discursos do desenvolvimento, muitas vezes insustentáveis, para implantar seus projetos. De acordo com esta concepção, evidencia-se a predominância dos interesses corporativos em relação aos de outros públicos, em virtude de suas forças econômicas e políticas, forçando para que os conflitos ambientais sejam resolvidos a partir da imposição de suas regras. Neste sentido, a sustentabilidade passa a ter um caráter desigual, uma vez que atinge uma classe de forma diferente da outra.

Segundo esta lógica, sempre existirão os que se sentem mais ou menos prejudicados nos conflitos ambientais e, por tal razão, persistirão as diferentes reações à estes problemas, em contraposição ao discurso da finitude dos recursos naturais. Esta forma simplista define que a solução somente se apresentará no momento em que todos passarem a agir com responsabilidade de maneira igual e solidária, pois de forma contrária, todos sofrerão as conseqüências da falta destes recursos naturais.

Assim, mais que um simples problema de causa e efeito, a teoria dos conflitos ambientais demonstra que tais questões extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção de desenvolvimento sustentável, devendo ser tratada também com seus reflexos sociais e não somente à luz das suas conseqüências ambientais. A natureza, então, passa a ser objeto de negociação em detrimento do desenvolvimento econômico, como argumentam Zhouri, Laschefski e Pereira (2005):

O discurso global em favor do desenvolvimento sustentável inscreveu a sociedade e o desenvolvimento numa concepção evolucionista e totalizadora de desenvolvimento econômico. A natureza passa a ser uma variável manejada e os interesses pessoais passam a ser passíveis de negociação entre os autores (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 15).

Nesta mesma perspectiva, eles argumentam que o desenvolvimento sustentável está sendo almejado na esteira do crescimento econômico, estimulado pela “integração internacional” do mercado “globalizado”, sustentado pelas exportações e pelo atendimento às exigências das instituições internacionais de crédito. Segundo os autores, “com tais políticas, iniciam-se os conflitos entre as esferas econômica, social e ambiental”. Como solução,

apontam que, diferentemente do que acontece, o planejamento deveria ser feito com o envolvimento da sociedade, pois, “afinal, o meio ambiente não é uma realidade objetiva, instância separada e externa às dinâmicas sociais e políticas da sociedade”. Por fim, argumentam que, para pensar a sustentabilidade na sociedade, “é necessária uma revolução da eficiência e da suficiência, equacionando-a impreterivelmente à diversidade cultural, à democratização do acesso aos recursos naturais e à distribuição dos riscos da produção industrial.” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p.16-17).

Tal proposta apresenta características semelhantes às reflexões propiciadas pela teoria da sociedade de risco, anteriormente explanada, revelando ser imprescindível considerar os riscos produzidos na atualidade, devendo-se buscar alternativas multidisciplinares para amenizá-los. Contudo, como supra mencionado, a teoria do desenvolvimento sustentável não se apresenta preocupada em definir os principais atores causadores dos riscos ambientais e, sim, em revelar a finitude de recursos, promover o atendimento das necessidades da população e estimular o crescimento igualitário.

De qualquer forma, embora sofrendo duras e diferentes críticas, a sustentabilidade social e ambiental parece encontrar eco no contexto atual, motivando cada vez mais indivíduos a valorizarem a sua implementação, a partir do aprimoramento de suas decisões e escolhas, fundamentadas à luz de uma consciência coletiva. Tal intenção pode ser exemplificada a partir da adesão de 189 países aos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, implantados pela ONU, que objetivam, até 2015, cumprir uma série de metas elaboradas pelos próprios países participantes, que se comprometeram a lutar contra a pobreza e fome, contra as doenças, contra a desigualdade de gênero e contra a degradação ambiental.⁸

Outras alternativas são apresentadas por Santos (2009): a educação ambiental nas escolas públicas e privadas do país; um plano nacional e mesmo internacional de intercâmbio de conhecimentos técnicos específicos na área ambiental; o fortalecimento das instituições públicas que tem o poder-dever de fiscalizar a preservação do meio ambiente; a estimulação dos meios de comunicação no sentido de divulgarem matérias ambientais ou correlatas; o desenvolvimento de uma educação sexual adequada aos parâmetros atuais de ocupação demográfica; o incentivo de práticas agrícolas que preservem o meio ambiente, utilizando, na agricultura, o sistema de rodízio de áreas pré-determinadas para evitar o esgotamento da terra e a desertificação; a elaboração de planos nacionais de ocupação territorial para as

⁸ Os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estão disponíveis em www.pnud.org.br/odm. Acesso em 30 mar. 2009.

comunidades marginalizadas e carentes, observando as regras básicas de preservação; o estudo e a readequação da política indígena para que os "povos da floresta" possam viver em seus ambientes naturais, sem que sejam afetados ou desrespeitados em sua dignidade, bem como respeitada a sua cultura; a diminuição gradativa das agressões dos agentes poluidores ao meio ambiente, mediante estudos técnicos e específicos, utilizando modernas tecnologias; entre outros.

Neste último item, a modernização ecológica surge com bastante intensidade, defendendo a bandeira do crescimento econômico com proteção ambiental. Nesse sentido, faz-se importante analisar esta teoria e verificar as suas possibilidades e similaridades em relação ao desenvolvimento sustentável, objetivando contribuir com as reflexões sobre o tema.

2.2.1 Modernização Ecológica e Desenvolvimento Sustentável: é Possível Conciliar Crescimento Econômico com Sustentabilidade?

A modernização ecológica foi formulada por um grupo de cientistas sociais, relacionados à sociologia ambiental, dentre eles Buttel, Mol e Spaargaren, de países como a Alemanha a Suécia, a Holanda, a Noruega, o Japão e os Estados Unidos. A modernização ecológica, resumidamente, pode ser entendida como uma proposta de reestruturação da economia política do capitalismo que se esforça em demonstrar a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental, bem como revelar a efetiva possibilidade do enfrentamento da crise ambiental.

A teoria da modernização ecológica, segundo Mol (1996, p. 3):

[...] tenta delinear o processo de reestruturação ecológica que começa a emergir nos países industrializados, focalizando no tipo de atores que nele desempenham papel dominante, nos sistemas de crenças ou ideologias, regras e recursos utilizados e transformados por esses atores, a nova configuração do Estado e do mercado para a reforma ecológica, e as trajetórias tecnológicas inovadoras na prevenção e controle da poluição (MOL, 1996, p. 3).

Para Chávez (2004), a teoria apresenta um enfoque de perfil reformista, pois se situa como um sistema interessado na análise dos processos de reforma institucional, nos ajustes estruturais da maquinaria estatal, nos novos arranjos da sociedade civil e na sua convergência

na solução ou reparação dos danos ambientais gerados pela sociedade industrial. No entanto, a reforma ecológica tem sido um dos principais focos de prospecção da teoria.

De acordo com Buttel (1996), a modernidade tem sido claramente acompanhada pela degradação ambiental, contudo, um dos concomitantes dessa modernidade tem sido o desenvolvimento de saberes ambientais e pressões sociais que criam uma base para desviar o curso da modernidade, no sentido da modernização ecológica. Modernização ecológica, segundo o autor, é basicamente a extensão das práticas do racionalismo moderno ao espírito empresarial e a organização do Estado em caminhos que levam a adaptações e reestruturações, que reduzem o consumo de recursos e a degradação ambiental. O autor, reforça que a modernização ecológica pode errar por excesso de otimismo, no entanto, ela representa uma resposta positiva para a necessidade da sociologia ambiental para dar maior atenção para as bases sociais de melhoria ambiental.

Lenzi (2006a) afirma que esta concepção tem sido associada principalmente aos países mais ricos, principalmente os integrantes da Comunidade Econômica Européia - CCE -, sendo que sua implementação exigirá os seguintes requisitos:

[...] um sistema político aberto e democrático; consciência ambiental ampla e organizações ambientais bem organizadas (ONGs) que tenham recursos para impelir a uma mudança ecológica radical; organizações de negócios capazes de representar produtores em negociações numa base regional e setorial; experiência e tradição com sistemas de tomada de decisão negociada; um sistema detalhado de monitoração ambiental que gera dados ambientais públicos, confiáveis e satisfatórios; e desenvolvimento tecnológico avançado (LENZI, 2006a, p. 121).

Já Mol (2000), afirma que a adequação da teoria em países em desenvolvimento seria mais difícil, sendo sua implantação mais apropriada para o contexto das sociedades industrializadas, sendo as condições subpolíticas, econômicas, culturais e a área geográfica alicerces para alavancar a proposta. Neste enfoque, a linha narrativa central do discurso da modernização ecológica encontra-se na dimensão econômica, ou seja, seus defensores acreditam na possibilidade de que o crescimento econômico e proteção ambiental possam caminhar juntos.

Considerando às várias críticas sobre a impossibilidade de obter crescimento econômico com proteção ambiental, Mol (2000), argumenta que

Esses autores são céticos acerca das possibilidades para as sociedades em desenvolvimento estabelecerem suas próprias estratégias e modelos para enfrentar suas crises ambientais, confrontadas como estão com o paradigma dominante da modernização ecológica provenientes das sociedades industrializadas (MOL, 2000, p. 275).

Na constatação de Giddens (2000a p.67), contudo isso não seria tão fácil, o autor argumenta que, a “modernização ecológica implica em parcerias entre Governos, empresas, ambientalistas moderados e cientistas cooperando na economia política capitalista na linha da defesa ambiental.” Para o autor, essa cooperação voluntária parece bastante utópica, possível talvez nos países “mais limpos” e com maior consciência ambiental.

Giddens (2000a) ainda critica que a teoria não leva em conta duas questões centrais levantadas nas considerações ecológicas: a relação com o avanço científico e a reação ao risco. Ele afirma que, devido à globalização, as mudanças científicas e tecnológicas têm influência cada vez maior nas vidas das pessoas e quando o homem é afetado de forma drástica, como no caso de construções de siderurgias e usinas, ele se mobiliza e luta contra este fato. Esses aspectos não estão previstos na modernização ecológica que, por sua vez, ainda se apresenta como uma questão de política nacional, diferentemente dos riscos ambientais, que geralmente se apresentam em âmbito global.

Para Acsehrad (2000), os ambientalistas e empresários defensores da modernização ecológica tendem a não considerar a presença de uma política lógica que vise orientar a distribuição desigual dos danos ambientais. Nenhuma referência é feita, por exemplo, à possibilidade de existir uma articulação entre degradação ambiental e injustiça social. O autor salienta ainda que, em nenhum momento, as críticas ecológicas resultam em mudanças na distribuição do poder sobre os recursos ambientais.

Tendo seu enfoque principal no mercado, quem garante que este promoverá a proteção ambiental de recursos comuns? E, dentro desta lógica, será que as empresas não utilizarão cada vez mais os recursos naturais a seu favor?

Nesse sentido, vale a pena analisar o enfoque que a modernização ecológica tem sobre o mercado.

Para Lenzi (2006a)

A abordagem de mercado da modernização ecológica concentra-se nas mudanças que ocorrem no âmbito das empresas e da tecnologia. Seu enfoque é econômico, empresarial e tecnológico. Pressupõe-se que empresários e empresas sejam os principais agentes da mudança e que as principais transformações a serem privilegiadas se circunscrevem ao âmbito do próprio mercado. Num nível mais geral, essa abordagem incorpora os preceitos de mercado para guiar as políticas ambientais. Um dos focos centrais dessa visão dá-se sobre o modo como companhias alteram seu comportamento frente à questão ambiental. ME assinala uma mudança em que as empresas saem de uma postura de reação passiva, de simplesmente obedecer às regulações ambientais existentes, para incorporar uma atuação mais ampla e responsável nessa área (LENZI 2006a, p. 122).

A teoria, portanto, considera como solução para os problemas causados pelo crescimento econômico, a ênfase em desenvolvimento técnico aliado ao mercado e ao consenso político. Ainda defende a utilização de matérias-primas extraídas de forma sustentável, utilização de tecnologias limpas ou tecnologias que não agridam tanto o meio ambiente e questões éticas relacionadas à venda do produto até chegar ao consumidor. Segue, neste sentido, a lógica liberal de mercado, buscando atingir eficiência total nos processos de produção.

Para resolver as incompatibilidades entre crescimento econômico e sustentabilidade, seus criadores sugerem que seja atingida a eficiência ambiental através de uma mudança estrutural e técnica da economia, a fim de manter os impactos ambientais dentro dos limites requeridos. Tal mudança deve englobar todo o ciclo econômico e atingir seis tópicos: recursos renováveis, recursos não renováveis, redução da poluição, processo de produção, produtos e consumo. Essas variáveis estando incorporadas ao processo econômico poderiam reduzir o impacto do crescimento econômico sobre o meio ambiente (LENZI, 2006a, p. 69).

Neste caso o conceito de modernização ecológica e desenvolvimento sustentável se equiparam, pois nos dois casos encontraremos as afirmações de que crescimento não implica maior degradação e que uma indústria pode aumentar sua produção e nem por isso tornar-se mais poluente. As duas teorias aceitam níveis toleráveis de poluição, pois, segundo elas, o crescimento não deve estagnar. A afirmação é que se mantenha a produção sem que isso tenha reflexo direto nos impactos negativos sobre o meio ambiente.

Contudo, segundo Lenzi (2006a, p.119), os teóricos da modernização ecológica, como Mol e Buttel criticam a teoria do desenvolvimento sustentável dizendo ser “um conceito vago

sem muita interpretação” e que o conceito de modernização ecológica seria mais “sociológico e analítico”. Esses mesmos autores, segundo Lenzi (2006a, p.119) concluem que “a modernização ecológica seria uma reestruturação industrial ecológica do desenvolvimento sustentável”.

Lenzi (2006a), baseado nas explicitações de Lafferty e Meadcrowf, apresenta as principais diferenças entre desenvolvimento sustentável e modernização ecológica, conforme quadro abaixo:

Desenvolvimento sustentável (DS)	Modernização ecológica (ME)
Conceito político normativo.	Conceito analítico.
Escopo global: preocupação com problemas ambientais globais e interdependência ecológica global.	Escopo nacional: preocupação com problemas ambientais circunscritos (nível regional e nacional).
Preocupação com justiça social (nível nacional e global). Interligação entre questões de sustentabilidade e justiça.	Preocupação com a eficiência.
Terceiro Mundo: preocupação com países pobres.	Ocidente: preocupação com países ricos.
Exige uma mudança econômica estrutural (crescimento econômico é submetido ao DS).	Não enfrenta aspectos sistêmicos do capitalismo.
Enfatiza o papel do Governo.	Perfil neoliberal. Admite uma economia desregulada.

Quadro 1 - Diferenças entre DS e ME segundo Lafferty e Meadcrowft
Fonte: Lenzi (2006b, p. 120).

De acordo com essa tabela, os autores deixam evidente, por exemplo, a falta de preocupação da modernização ecológica com as questões de pobreza e justiça social, pois esta se atém às questões de eficiência no nível regional ou nacional, o que, para os autores, lhe confere maior eficiência. Outra questão importante apresenta-se em relação ao papel do Estado que, no caso do Desenvolvimento Sustentável, é reforçado, enquanto que a Modernização Ecológica defende uma política neoliberal.

Por fim, as duas teorias se assemelham nas discussões ligadas ao meio ambiente, como sugere Lenzi (2006b, p. 122), pois “o sucesso da política ecológica da Modernização Ecológica está estreitamente ligado às efetividades e ao impacto do discurso do Desenvolvimento Sustentável no nível global e transnacional e vice-versa”. Contudo, a teoria do Desenvolvimento Sustentável parece estar mais ligada ao discurso de democracia e direitos humanos, enquanto a Modernização Ecológica foca a reestruturação ecológica na indústria.

Em contraposição à teoria da modernização ecológica, a teoria da sociedade de risco apresenta uma visão mais negativa da modernidade, na medida em que reconhece as incertezas inerentes à sociedade atual e futura, como a noção de incalculabilidade de riscos e a noção de igualdade de risco - uma vez que não importa a classe, pois todos estão sujeitos aos riscos em grande escala – evidenciando, portanto, a interdependência entre os diversos grupos e processos (sociais, econômicos etc.), acarretando um intenso questionamento do papel da ciência na solução de problemas oriundos da sociedade industrial, bem como sua dimensão e complexidade.

Mol e Spaargaren (1993) afirmam que a teoria da sociedade de risco contradiz a teoria da modernização ecológica por causa de seu tom global pessimista e os seus principais questionamentos sobre o papel da ciência e tecnologia na superação de uma eco-catástrofe. Assim, segundo os autores a teoria da sociedade de risco, fundamentalmente, parece analisar o futuro da sociedade de forma negativa, enquanto a modernização ecológica oferece uma abordagem construtivista em relação à crise ambiental e em relação ao papel da ciência e da tecnologia, refletindo distintos caminhos em relação às mudanças sociais. Contudo, reconhecem que as duas teorias contribuem sobremaneira para a sociologia ambiental.

Desta forma, para a compreensão de como as empresas vêm se apresentando frente à nova modernidade, pautada no discurso do desenvolvimento sustentável e na disseminação dos riscos globais, as teorias referentes à sociedade de risco, desenvolvimento sustentável e a da modernização ecológica revelaram-se de fundamental importância, pois apresentaram subsídios concretos para a análise da pesquisa realizada. Isto porque, considerando que as empresas analisadas almejam a eficiência tecnológica e estão constantemente se modernizando, visando reduzir a degradação ambiental, faz-se necessário entender, de forma técnica e científica, qual o efetivo interesse de preservação ambiental e suas verdadeiras aspirações em relação aos riscos sociais inerentes. Busca-se, assim, a compreensão efetiva acerca da utilização desta ciência e tecnologia, analisando-se se há reais benefícios para seus colaboradores, para a comunidade e para o meio ambiente, ou seja, se há uma preocupação com a sustentabilidade do contexto onde encontra-se inserida e não apenas com relação à sustentabilidade da própria organização.

3 AS EMPRESAS E SUAS RESPONSABILIDADES

A partir da análise do contexto da nova modernidade, percebe-se que os cenários econômico, social e ambiental vêm se alterando, exigindo a adoção de posturas mais adequadas e coerentes das empresas em relação aos atuais momentos vividos pela sociedade, seja a nível global, regional ou local. Assim, apontadas como sendo grandes responsáveis pela degradação ambiental, bem com pelos riscos globais, em virtude da necessidade de transformarem ou se utilizarem da natureza para a produção de produtos e serviços que possam ser comercializados, estas organizações também são responsabilizadas quanto aos desafios sociais, uma vez que induzem os indivíduos a consumirem seus produtos como forma de obterem satisfação plena, ressaltando valores individualistas e globais, muitas vezes não respeitando as culturas locais. Da mesma forma, muitos citam-nas como instrumentos de dominação da minoria que emprega a grande maioria em troca de baixos salários, utilizando sua força produtiva para a obtenção de grandiosos lucros, obtendo, também, uma grande vantagem política, utilizada para a manutenção de seus interesses.

Em face destes questionamentos, as companhias têm buscado assumir tais responsabilidades, ora procurando cumprir com as suas obrigações legais, ora através de ações socioambientais que as transcendem. Portanto, merece destaque a análise do campo de atuação das empresas no atual contexto da nova modernidade, devendo ser analisadas, inicialmente, as indagações dos autores sobre a responsabilidade social e ambiental das empresas, para, em seguida, ser detalhada a gestão da responsabilidade socioambiental das organizações escolhidas para a presente pesquisa.

3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL: SUA ORIGEM, HISTÓRIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Nas últimas décadas, têm crescido a mobilização e a preocupação da sociedade em relação aos problemas sociais e ambientais. Neste contexto, destaca-se a participação da sociedade civil organizada¹ que busca alternativas para minimizar os riscos provocados ao

¹ Alguns exemplos são: Greenpeace (www.greenpeace.org.br); WWF (www.wwf.org); ONG Parceiros Voluntários (www.parceirosvoluntarios.org.br); Instituto Ethos (www.ethos.org.br).

planeta e cobra a participação das empresas na resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais. Contudo, já em séculos passados, alguns empresários se destacaram por suas ações sociais. Vale frisar a postura diferenciada do inglês Robert Owen que, no século XIX, sugeriu utilizar as forças produtivas proporcionadas pela máquina para acabar com a miséria e garantir uma vida digna a todos. Em 1799, adquiriu uma grande indústria e, como esta ficava longe da cidade, construiu casas próximas à fábrica para seus colaboradores. Além disso, buscou cuidar de seus empregados, fundou uma escola e forneceu a eles produtos não adulterados, em contraposição à prática empresarial dominante na época. Owen também reduziu a carga horária antes praticada e aumentou os salários dos trabalhadores.

Singer (1999, p.70) aponta que “mesmo quando a produção teve que ser suspensa por causa da guerra, Owen, em vez de demitir os funcionários pagou os salários.” E, apesar de ser criticado pelas religiões em função de suas posturas radicais, apresentou, em 1817, um plano para acabar com a pobreza através do trabalho. Posteriormente, aderiu ao comunismo e deteve-se a criar as “Aldeias de Cooperação”, nas quais o valor de um produto baseava-se no tempo de trabalho. Durante toda a sua trajetória, Owen lutou por leis trabalhistas mais justas que defendessem a classe operária (SINGER, 1999).

Nos Estados Unidos, a questão da responsabilidade social teve sua origem no final do século 19. Por desconfiança e ameaça à democracia, em 1890, o Governo daquele país criou a “Lei Sherman Antitruste”, possibilitando que as mega-empresas que respeitassem esses ordenamentos tivessem, por consequência, uma boa relação com a comunidade (LISBOA, 2003).

Segundo Toldo (2002), um caso de responsabilidade social de grande repercussão nos Estados Unidos ocorreu em 1919, devido ao julgamento do caso de Henry Ford, presidente da Ford Motor Company *versus* o grupo de acionistas liderados por John e Horace Dodge. Ford decidiu não distribuir parte dos dividendos aos acionistas e investiu na capacidade de produção, no aumento de salários e em um fundo de reserva devido à redução dos preços dos carros. A Suprema Corte decidiu a favor de Dodge, entendendo que as corporações existem para o benefício de seus acionistas e que os diretores precisam garantir o lucro, não podendo usá-lo para outros fins.

Contudo, o movimento da responsabilidade social nas empresas no mundo todo ocorreu na década de 50, principalmente nos países em desenvolvimento. Desde então, surgiram movimentos motivados por uma maior conscientização de indivíduos e grupos da sociedade frente à decadência de grandes centros urbanos e ao aumento dos problemas

ambientais, como a poluição, emissão de lixos tóxicos e nucleares e a ascensão do consumerismo². Além disso, ganharam força os movimentos feministas e de defesa de minorias sociais que denunciavam a atuação discriminatória das empresas frente às políticas de emprego, salários e carreiras (DUARTE; DIAS, 1986).

Ainda nesse período, segundo os autores, surgiu, nos Estados Unidos, o primeiro livro que tratava do tema da responsabilidade social, lançado pelo autor Howard Brower, intitulado *Social Responsibilities of Bussinesmann*, discutido amplamente nas academias e em seminários e encontros, bem como no meio empresarial.

Na Europa, as discussões sobre a responsabilidade social impulsionaram a regulamentação do tema. Na França, foi sancionada a Lei 77.769/77 que instituiu a obrigatoriedade de apresentação de balanços sociais pelas empresas que possuíssem mais de 750 empregados. O balanço social é caracterizado como um demonstrativo publicado anualmente pelas empresas que reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. A França tornou-se, portanto, o primeiro país a possuir uma lei sobre o assunto, sendo seguida pela Holanda, Bélgica e Espanha e, atualmente, por outras nações (TINOCO, 2001).

Igualmente no Brasil, nas décadas de 60 e 70, uma série de iniciativas serviram como referência para as discussões da responsabilidade social. Eram movimentos sociais que se basearam em princípios de ética e cidadania, como é o caso da ADCE - São Paulo, cujo objetivo era “estudar, viver e definir nas atividades econômicas e sociais, os princípios e a aplicação dos ensinamentos cristãos, através da educação e da formação empresarial” (SARAIVA, 2001).

Segundo a mesma autora, no período entre 1970 e 1980, a FIDES também teve um grande destaque na consolidação do movimento de responsabilidade social no Brasil. A entidade criada com base no trabalho da ADCE, de caráter educativo e cultural, tinha por objetivo “humanizar as empresas e integrá-las à sociedade”.

² Consumerismo é um termo oriundo do inglês *consumerism*. De acordo com Zülzke (1991), designa o movimento de consumidores que passou a questionar a produção, a comunicação em massa, as técnicas de *marketing*, a periculosidade dos produtos colocados no mercado, a qualidade das mercadorias e das informações fornecidas pelos fabricantes, entre outros itens das relações de consumo. Tornou-se um movimento popular, com apoio de entidades não-governamentais e do Governo e passou a contar ainda com respaldo jurídico-legal. O consumerismo desenvolveu-se à medida que a produção em escala foi se sofisticando e o mercado consumidor se expandia.

Contudo, a responsabilidade social ganhou espaço nas academias e passou a ser tratada como tema de discussão em eventos na década de 80, conforme Costa (2005). Naquele período, surgiu uma corrente que passou a fazer críticas ao papel do Estado, afirmando que o mesmo não cumpria com suas obrigações sociais, resultando em uma intensificação dos problemas. Para a autora, a retomada do liberalismo econômico resultou no surgimento de um grande número de organizações não governamentais movidas pela idéia de solidariedade social. Em resposta, o Governo, então, passou a atuar em conjunto com a sociedade civil, com o mercado e com as empresas na solução dos problemas sociais.

Uma das organizações de renome que emergiu no período foi o IBASE, criado pelo sociólogo Herbert de Souza. A ONG, inicialmente, surgiu com a proposta de democratizar a informação e, depois, passou a contribuir para a mobilização da sociedade civil e das empresas em torno de campanhas sociais, como a denominada “Ação da Cidadania contra da Miséria e pela Vida” (1993). No entanto, o IBASE tornou-se referência nacional em função da ampla campanha pela implementação do balanço social no Brasil. Mesmo não havendo lei que obrigasse sua publicação, o IBASE apresentou um modelo e incentivou as empresas brasileiras a prestarem contas do que fazem pela qualidade de vida, tanto dentro quanto fora da organização (NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2002).

Em relação aos balanços sociais, na atualidade, verifica-se um número razoável de empresas que procura publicá-los, buscando divulgar seus investimentos sociais e suas preocupações com o meio ambiente. Os balanços podem ser encontrados na página eletrônica das próprias organizações ou do IBASE. Entretanto, o que se percebe, analisando esses balanços, é que não existe uma prática de continuidade da publicação. Isso revela que a transparência não é ainda uma política instituída pelas empresas ou que as companhias não tem interesse de continuarem se preocupando com tais questões. Talvez, quando a publicação do balanço social se tornar obrigatória através de lei, as empresas passem a efetivamente refletir sobre a importância, não só da publicação, mas, sobretudo, do tratamento adotado em relação às informações a serem divulgadas. Nesse sentido, percebe-se que as empresas somente adotam certas políticas e práticas, quando estas passam a serem exigidas pelo Poder Público, através das normas legais.

Tratando-se de iniciativas na área social, outra organização de destaque criada nesse período foi a ABRINQ que, segundo Paoli (2003), no Brasil, surgiu como a primeira organização empresarial da qual se tem conhecimento que organizou uma ação social nos moldes de uma nova filantropia cidadã, em 1990. Trabalhando com crianças em situação de

pobreza e miséria extrema, a ABRINQ possibilita que outras organizações adotem programas sociais, culturais, educacionais, de saúde, da mulher, de ecologia e de preservação do meio ambiente, assim como esporte, lazer, recreação e desenvolvimento comunitário (PAOLI, 2003).

Na mesma década, em 1998, foi criado o Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, apresentando-se como um movimento para a mobilização empresarial, sendo multiplicador e apartidário, baseado em um conceito mais amplo que incorpora ética, cidadania, filantropia e a qualidade nas relações da empresa. Até hoje, o Instituto é considerado como uma referência na organização de conhecimento social empresarial, possibilitando troca de experiências e o desenvolvimento de ferramentas que auxiliam as empresas a analisarem suas práticas de gestão social e a aprofundarem seus compromissos com a responsabilidade corporativa. Nesse sentido, estimula debates, realiza campanhas e propõe pactos que promovam a responsabilidade social em sua plenitude, ou seja, incorpora os sistemas econômico, social e ambiental (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Devido a esta mobilização da sociedade, muitas organizações passaram a adotar programas de responsabilidade e avaliações de seus desempenhos, a partir do contexto social, econômico e ambiental, sem, entretanto, preocuparem-se com o aprimoramento de seus processos. Por tal motivo, muitas políticas comerciais já exigem programas pertinentes à responsabilidade empresarial, estendendo esta cobrança à cadeia produtiva, cobrando resultados conciliados com a qualidade inerente dos processos, produtos e serviços agregados. Para conciliar estes interesses, modernamente, normas certificadoras³, nacionais e internacionais, foram criadas para assegurar a gestão da responsabilidade social e ambiental nas organizações.

Em relação às iniciativas governamentais reguladoras da prática de responsabilidade social empresarial, destaca-se a Lei Municipal 8.118/98 de Porto Alegre/RS que instituiu a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social pelas empresas com mais de vinte empregados. O Estado do Rio Grande do Sul instituiu, através da Lei 11.440/00, o Certificado de Responsabilidade Social – RS, conferido, anualmente, à empresas e demais entidades sediadas no Rio Grande do Sul que apresentarem seus Balanços Sociais do exercício imediatamente anterior.

³ Uma relação das principais certificações adotadas pelas empresas brasileiras encontra-se no Anexo C deste trabalho.

Vale destacar, também, as normas que objetivam incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. A Lei 7.853, de 1989, a Lei 8.213, de 1991, especialmente em seu artigo 93, “d”, o Decreto 3.298, de 1999 e o Decreto 5.296, de 2004, estabeleceram que empresas com duzentos empregados devem preencher 2% de seus cargos com portadores de deficiência (ou reabilitados pela Previdência Social), as que empregarem de duzentos e um a quinhentos empregados, 3%, as de quinhentos e um a mil empregados, 4% e as que possuem mais de mil empregados, 5%. Para efeito legal, as empresas devem contratar pessoas portadoras de deficiência física, auditiva, visual ou mental. O objetivo é a inclusão destes no mercado de trabalho, sendo necessário que as empresas se formalizem junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego, órgão fiscalizador das cotas.

Ainda tratando da legislação nacional vigente, vale também destacar o denominado “Contrato de Aprendizagem”, previsto no artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, a partir da nova redação dada pela Medida Provisória 251/2005, convertida na Lei 11.180/2005, regulamentada pelo Decreto 5.598/2005 e pela Lei 10.097/2000. Esse contrato especial de trabalho, ajustado por escrito e por prazo determinado, visa que o empregador se comprometa a assegurar ao maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em um programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. A empresa deve contratar o número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Diante de tantas tentativas para organizar e regulamentar as responsabilidades das corporações, principalmente no que se refere a aspectos relacionados à comunidade e aos empregados, evidencia-se o fato de que as empresas passaram a ter novos compromissos no cenário contemporâneo. Seus objetivos transcenderam à simples obtenção de lucros, uma vez que precisam produzir com responsabilidade para se perpetuarem no mercado globalizado. A população começa, então, através de seus representantes legislativos, a exigir que as iniciativas empresariais assumam suas parcelas de contribuição em relação aos problemas sociais, ao mesmo tempo em que devem atenuar os impactos de suas atividades, respondendo, assim, pelos problemas causados à sustentabilidade do planeta. Nesse sentido, Costa (2005) aponta as principais práticas apontadas pelas empresas:

Voltada ao público interno de uma empresa, a responsabilidade social empresarial pressupõe um modelo de gestão participativa e de reconhecimento dos empregados, no intuito de motivá-los a um desempenho ótimo que aumente a produtividade corporativa. Envolve, por exemplo, o projeto de qualidade de vida; a busca de condições favoráveis no ambiente de trabalho; o fornecimento de cesta básica de alimentos; a criação de condições de segurança; planos de saúde; plano de cargos e salários; qualificação profissional etc. Além disso, a responsabilidade social das empresas tem aparecido através de programas de voluntariado, nos quais participam seus empregados, fornecedores e demais parceiros. Quanto ao foco externo, a responsabilidade social empresarial destina-se a programas e projetos comunitários que a empresa desenvolve por sua iniciativa ou aquelas desenvolvidas através de parcerias com o Governo, com ONGs e com a população organizada de comunidades de baixa renda (COSTA, 2005, p. 75).

Mas será que esta concepção é unânime? Afinal, até que ponto as empresas são responsáveis pelo “social” e quais os seus limites?

Para responder à estas inquietudes, se faz necessário, através da utilização de distintas percepções de diferentes autores, explicar as várias concepções sobre o tema responsabilidade social empresarial.

3.1.1 Afinal, de que Social Estamos Falando? Diferentes Visões Sobre a Responsabilidade das Empresas

As discussões sobre o papel das empresas no contexto social passaram a ser pauta em encontros empresariais e seminários acadêmicos na década de 70 e 80 que objetivaram definir o termo responsabilidade social. A partir desse período, uma série de conceitos e teorias vêm sendo apresentados e debatidos, tornando o tema cada vez mais popular em vários segmentos da sociedade, seja no âmbito empresarial, acadêmico, governamental ou nas organizações sociais. Contudo, nem por isso é um campo de consensos, mas, sim, de incongruências, contradições, tensões, apresentando, por consequência, uma multiplicidade de definições.

Entretanto, parece ser uma certeza o fato de que a responsabilidade social empresarial não surge com o intuito de alterar o processo produtivo vigente e, sim, reforçar e legitimar os meios produtivos e o próprio sistema capitalista de produção de riquezas e de valores sociais. Assim, as ações pertinentes a este conceito estão inscritas na lógica racional do mercado, no qual os critérios de condução e avaliação dos resultados são feitos à luz desse sistema. É sob este entendimento que diferentes teorias se apresentam.

Em uma concepção bastante liberal, o economista e ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Milton Friedman, argumenta que o maior propósito de uma organização é a maximização dos lucros, isto é, deve atender aos interesses dos acionistas atuando nos limites definidos em lei.

Friedman (1984) afirma que se os administradores incrementam os lucros e se utilizam destes para o aumento do valor da empresa, eles estão respeitando os direitos de propriedade dos acionistas ou cotistas e, assim, promovem, de forma agregada, o bem-estar social. Argumenta, ainda, que se os administradores se atêm a problemas de cunho social em decisões do dia-a-dia, podem violar suas atribuições de defesa dos interesses da empresa e interferir na habilidade do mercado em promover o bem-estar geral. Segundo ele, os gestores podem usar as ações de responsabilidade social como meio para desenvolver suas próprias agendas sociais, políticas e profissionais, às expensas dos acionistas (MACHADO FILHO, 2006).

O autor defende que com a geração de lucros, a empresa garante produtos de qualidade e bons salários para os empregados, beneficiando, assim, a comunidade. Dessa maneira, a responsabilidade das empresas estaria restrita à concepção legal e econômica. Para o autor, as doações realizadas pelas empresas seriam impróprias, pois estariam impedindo o acionista de decidir sobre como agir em relação aos seus fundos. Ele reforça ainda que “as doações devem ser efetuadas pelos indivíduos que são os donos da propriedade de uma sociedade” (FRIEDMAN, 1984, p. 124).

Diferentemente desse autor, outros consideram que a responsabilidade social é reflexo das novas atitudes dos consumidores que exigem das empresas posturas éticas. Como expoente deste contraponto, Boeira (2005, p. 14) afirma que “a responsabilidade social é resultado, em grande medida, das críticas que as empresas têm recebido nas últimas décadas nos campos ético e econômico, por adotarem uma medida economicista de mercado”.

Portanto, a adoção de práticas éticas transforma-se em elemento motivador de apoio à sociedade, em relação à imagem positiva da empresa, em decorrência do reconhecimento do público, gerando grandes benefícios como o da legitimidade, da confiança e da credibilidade para a organização. A ética, portanto, estaria ligada de forma intrínseca à responsabilidade social, com diferentes amplitudes, conforme aponta Dubrin (1998):

[...] a ética nos negócios é um conceito mais estreito que se aplica à moralidade das decisões e comportamentos de um indivíduo. A responsabilidade social é um conceito mais amplo que se relaciona ao impacto de uma organização sobre a sociedade e que vai mais longe do fazer ético (DUBRIN, 1998, p. 34).

Segundo os defensores dessa corrente, o papel das empresas também passa pelo apoio à construção de uma sociedade mais justa, o que implica, em termos práticos, no respeito às regras éticas a serem elaboradas, na busca do lucro mercantil, pois, como aponta Grajew (2005), a lógica comercial é o lucro e não a solidariedade. Para esse autor, as empresas ainda estão tentando assimilar esses conceitos, tendo o grande desafio de realizar transações lucrativas que não agridam a comunidade e o meio ambiente.

Ashley (2002) salienta que, além da ética, as empresas devem obedecer a valores morais. Como atitudes éticas, a autora apresenta:

[...] preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos envolvidos; promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade; respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo; maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização (ASHLEY, 2002, p. 53).

Assim, a responsabilidade social deve abarcar um contexto mais amplo, em que as empresas ganham novas obrigações. Este conceito é discutido também por Tenório (2004):

[...] a responsabilidade social passa de um compromisso da organização com a sociedade, em que sua participação vai mais além do que apenas gerar empregos, impostos e lucros. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio ecológico, com o crescimento econômico e com o desenvolvimento social (TENÓRIO, 2004, p. 25-26).

Portanto, assumindo essas atitudes, as empresas apresentam-se de forma mais transparente, responsável e ética frente à sociedade. Aderindo a esses princípios, segundo os autores, a empresa constrói relações mais confiáveis e duradouras em todos os segmentos.

Também recentemente, pesquisadores como Porter e Kramer, (2002) e Prahalad e Hammond, (2002) vêm defendendo uma abordagem mais estratégica e integrada aos negócios

da organização para as iniciativas empresariais no campo social, como forma de justificar este tipo de investimento e garantir eficácia econômica e social às iniciativas socioeconômicas da empresa. Para esses autores, as empresas deveriam analisar suas ações de responsabilidade social conforme os modelos utilizados em suas decisões econômicas de negócio, pois, assim, veriam que se trata de um investimento que apresenta retorno empresarial.

Esta concepção, portanto, visa imprimir a lógica do mercado à atuação de responsabilidade empresarial. Nela, o investimento social ocorre através da profissionalização e institucionalização da ação social, conduzida por técnicas de gestão, planejamento, cumprimento de metas e avaliação de resultados para promover a transformação social, agregando, assim, valor ao negócio. Para atingir esses objetivos econômicos e sociais, as ações de responsabilidade social empresarial precisam ter uma gestão efetiva dos custos e produzir um claro retorno sobre o investimento. Esses objetivos são mais facilmente atingidos quando as ações estão estrategicamente alinhadas com a missão da corporação e seu custo de implementação apresenta-se reduzido em relação ao seu retorno. Assim, segundo os defensores dessa teoria, é através de ações sociais bem planejadas que a miséria, o desespero e o terrorismo poderão diminuir (PRAHALAD, 2005).

Tal gestão estratégica da responsabilidade social propõe conciliar o *triple bottom line* - econômico, social e ambiental - sem alterar o sistema econômico em curso. Para Gomes e Moretti (2007, p.164), essa é, sem dúvida, a vertente hegemônica da responsabilidade social empresarial adotada pelas companhias no mundo todo, pois “deixa explícita a relação da responsabilidade com resultado.” A partir deste ponto de vista, as melhorias para sociedade surgem a partir do reflexo de ações estrategicamente pensadas, que, por sua vez, possuem, como objetivo maior, a melhoria do contexto competitivo das empresas, sob perspectivas comerciais a longo prazo.

Por fim, Porter e Kramer (2002) ressaltam que a organização empresarial precisa alinhar as práticas de responsabilidade social à missão e objetivos da empresa, considerando sempre as variáveis custo e retorno sobre o investimento. Elas podem optar por realizar ações junto às organizações não governamentais ou implantar programas na empresa, onde a comunidade pode participar. Contudo, em ambas, deve haver um controle administrativo próprio para avaliar suas ações e alinhar as estratégias de acordo com os objetivos da corporação. Assim, segundo os autores, a responsabilidade social empresarial pode ser um investimento também de retorno empresarial, podendo tornar-se uma fonte de oportunidade, inovação e vantagem competitiva.

Entretanto, as dificuldades conceituais e metodológicas em delimitar a extensão da responsabilidade e a ação das organizações, nesta construção, abriram espaço para novas formulações teóricas. Nesta perspectiva, alinhada à concepção estratégica da responsabilidade social, está a responsabilidade social corporativa, compreendendo um conjunto de práticas de gestão que asseguram à empresa, uma maximização dos impactos positivos das suas operações na sociedade. Segundo alguns autores, as preocupações, então, voltaram-se para a relação direta com alguns dos seus constituintes organizacionais: consumidores, empregados, fornecedores, acionistas e a comunidade, na qual a organização encontra-se inserida.

Carroll (*apud* Ashlei, Coutinho e Tomei, 2000), considerado um dos autores clássicos da literatura sobre responsabilidade social corporativa, propõe uma convergência entre os conceitos de cidadania empresarial e de responsabilidade social corporativa e aponta quatro faces para a cidadania empresarial: econômica, legal, ética e filantrópica. Desta forma, as empresas-cidadãs deveriam ser lucrativas, obedecer as leis, ter comportamento ético e retribuir à sociedade, em forma de ações filantrópicas.

Nessa mesma lógica, Tachizawa (2004) afirma que a responsabilidade social corporativa deve enfatizar o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem. Deve expressar compromisso com a adoção e difusão de valores, condutas e procedimentos que induzam e estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais, para que também resultem em preservação e melhoria da qualidade de vida da sociedade, do ponto de vista ético, social e ambiental.

Além disso, para McWilliams e Siegel (2001), a responsabilidade social corporativa deve gerar um bem social, diferente do interesse fim da organização, que é a obtenção de lucros, e do que é requerido pela legislação. Mas, segundo os próprios autores, muitas vezes isto acaba não acontecendo, pois as empresas se restringem aos limites da lei. Contudo, o próprio mercado acaba por pressioná-las a tomarem atitudes éticas e responsáveis que extrapolam as obrigações legais.

Ashlei, Coutinho e Tomei (2000, p. 5) consideram que o conceito vem amadurecendo em termos de operacionalização e mensuração, subdividindo-se em vertentes de conhecimento, tais como: “responsabilidade social corporativa, responsividade social corporativa, rectitude social corporativa, performance social corporativa, performance social dos *stakeholders*, auditoria social e inovação social.”

Dentre essas vertentes, a idéia da responsabilidade das empresas com os seus *stakeholders* - indivíduos ou grupos que dependem da organização para alcançar suas metas e

dos quais a empresa depende para funcionar – tem sido amplamente adotada pelas grandes corporações. Seus idealizadores entendem que organizações empresariais têm a obrigação de trabalhar para satisfazer uma vasta gama de *stakeholders*: sócios e acionistas, empregados, fornecedores, clientes, consumidores, investidores, comunidades, Governos, entre outros agentes que afetam ou são afetados direta ou indiretamente pela empresa. Pautadas nessas teorias, surgem os sistemas de gerenciamento e padronização dos quais fazem parte as normas ISO 9.000 e ISO 14.001, bem como a SA 8.000⁴ (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2000).

Já Clarkson (1995), referindo-se ao termo *stakeholders*, afirma tratar-se de pessoas ou grupos que tem ou reivindicam posse, direitos ou interesse em uma corporação em atividades presentes, passadas ou futuras e, por possuírem reivindicações similares, podem fazer parte de um mesmo grupo: acionistas, empregados, clientes, fornecedores, comunidade. Tais exigências, segundo o autor, seriam resultados de transições com a organização ou de ações implementadas por ela, podendo ser legais ou morais, individuais ou coletivas.

Assim, segundo essa teoria, o gerenciamento dos *stakeholders* passa a ser estratégico para a empresa que deve planejar suas ações levando em conta os interesses de todos os grupos envolvidos.

Ashley (2002) afirma que as empresas sempre planejarão suas estratégias focadas na orientação de um ou alguns *stakeholders*. Como exemplo, a autora, apresenta um quadro de metas de uma empresa, elaborado a partir da expectativa da mesma com relação a cada público que ela se relaciona:

Orientação	Objetivo	Visão
Acionistas	Maximizar o lucro	Econômica
Estado/Governo	Cumprimento das obrigações legais	Jurídica
Empregados	Reter e atrair empregados qualificados	Recursos Humanos
Comunidade	Relacionamento socialmente responsável com a comunidade na qual se insere	Assistencialista
Fornecedores e compradores	Relações comerciais éticas	Cadeia de produção e consumo
Ambiente natural	Desenvolvimento sustentável	Ambiental

Quadro 2 – Estratégias associadas à orientação da empresa e seus *stakeholders*.

Fonte: ASHLEY (2002, p. 37).

De acordo com a autora, na formulação estratégica de responsabilidade social, se o foco estiver nos acionistas, por exemplo, definirá por objetivo a obtenção de lucro máximo. Se considerar o Governo, pode optar por apenas cumprir as leis ou realizar parcerias para efetivar programas, com doações financeiras à projetos selecionados com abatimentos fiscais,

⁴ Uma descrição mais detalhada das normas certificadoras encontra-se no Anexo C deste trabalho.

por exemplo. Caso a intenção for trabalhar com a comunidade, podem apoiar iniciativas de organizações sem fins lucrativos e assim fortalecer a sua marca ou realizar projetos diretamente, realizando ações em praças públicas, ofertando diversos serviços como auxílio pedagógico etc. Focando nos empregados, podem, entre outras alternativas, objetivar a retenção de talentos, mas também promover parcerias com o sindicato, apoiar no desenvolvimento educacional, subsidiando a participação de cursos ou mesmo buscando a melhora do clima interno, percebendo suas preocupações. E, alinhando os objetivos da empresa à questão ambiental, a mesma pode além de melhorar a gestão de seus resíduos, almejando certificações, buscar apoiar programas de reflorestamento, defesa dos animais etc.

Portanto, a responsabilidade social corporativa que incorpora a teoria dos *stakeholders* torna-se um importante balizador da responsabilidade social das empresas. Por este modelo, a organização pode definir suas ações em um universo ilimitado de escolhas, a partir de uma confluência de interesses da empresa e do público à qual queira fortalecer a relação. Pela sua especificidade, as corporações adotam esse modelo devido à praticidade do seu gerenciamento, pois, uma vez identificados os principais *stakeholders*, as empresas podem estudar as estratégias, planos e projetos para atuar com esses parceiros. Bueno (2003) apresenta esta idéia e relaciona o conceito com algumas práticas de responsabilidade social que as empresas podem adotar:

Responsabilidade social é o exercício planejado e sistemático de ações, estratégias, e a implementação de canais de relacionamento entre uma organização, seus públicos de interesse e a própria sociedade, tendo em vista: contribuir para o desenvolvimento social, pelo respeito ao ser humano, independente de suas opiniões e crenças, pela valorização da diversidade cultural e pela defesa irrestrita da liberdade de pensamento e expressão; propiciar condições ideais de trabalho para os seus colaboradores, além de remuneração justa, capacitação profissional, realização pessoal e estímulo ao diálogo e à participação no processo de tomada de decisões; assumir a transparência e a ética como atributos fundamentais, tomando o interesse coletivo como a referência maior na condução dos negócios; preservar o meio ambiente, privilegiando a gestão de recursos e a oferta de produtos não agressivos à natureza; praticar a excelência na fabricação de produtos e na prestação de serviços, tendo em vista os interesses, expectativas e demandas de seus consumidores ou usuários (mais do que excelentes, no entanto, estes produtos ou serviços têm que ser éticos, ou seja, não podem, por seu consumo ou utilização, acarretar prejuízos aos consumidores/usuários); e implementar projetos que visem ao desenvolvimento científico e cultural (aqui incluídas as artes em geral), esportivo, educacional e comunitário (BUENO, 2003, p. 106-107).

O autor enfatiza a responsabilidade social como um exercício planejado de ações e estratégias, devendo a mesma compor o planejamento global de qualquer organização, implicando a necessidade de administração ou condução do plano e das ações de responsabilidade social. Apresenta, também, a preservação ambiental como uma prática de responsabilidade da empresa, cabendo a ela uma correta gestão de recursos naturais e a oferta de produtos não agressivos à natureza.

Assim, a gestão ambiental, sendo um processo interno da organização - e por isso não é considerado com um *stakeholder* por alguns autores -, tem um papel fundamental na construção do entendimento do “social” inserido no tema responsabilidade das empresas. Ela tem uma relação direta com os diferentes públicos da organização. Por exemplo, quando acontece algum problema ambiental, vários *stakeholders* podem ser afetados: como empregados, no caso de algum acidente; a comunidade que está no entorno da empresa pode sofrer conseqüências; assim como os clientes, no caso de algum defeito com o produto; e os próprios acionistas que perdem seus dividendos com a diminuição das vendas em função do incidente.

Percebe-se, portanto, uma interdependência dos problemas e soluções nessa gama complexa que representa o “social” das empresas. Assim, considerando as teorias relativas ao tema, entende-se a responsabilidade social das empresas como uma nova postura que considere a ética da organização em relação aos seus produtos, ao meio ambiente, aos seus *stakeholders* e em relação aos problemas da comunidade, levando em conta os riscos globais que se apresentam. São, deste modo, as políticas, práticas e programas gerenciais que perpassam todos os níveis e operações do negócio e buscam facilitar e estimular o diálogo e a interação constante da empresa com a comunidade.

3.2 OS ACIDENTES E AS TENTATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Procurando compreender, de forma específica, a responsabilidade ambiental das empresas, mister se faz analisar alguns acontecimentos históricos, buscando interpretar as práticas de gestão adotadas pelas empresas, na perspectiva da melhoria dos processos voltados ao meio ambiente.

A sociedade atual destaca-se pela produção de riquezas e geração de riscos. Apesar das discussões sobre o tema ambiental fazerem parte do dia-a-dia da população, infelizmente, as pessoas somente percebem sua real importância quando ocorrem acidentes e desastres ao meio ambiente que deixam marcas visíveis no ecossistema. As corporações, por sua vez, na busca desenfreada por novas tecnologias e, com elas, a conquista de novos mercados, submetem o homem à riscos, muitas vezes, invisíveis, mas que, quando tornam-se tragédias, apresentam danos incalculáveis.

Não restam dúvidas que a tecnologia trouxe benefícios para a humanidade. Os produtos industrializados apresentam-se como essenciais no mundo de hoje: vestimentas; medicamentos; instrumentos de trabalho; de limpeza; entre tantos outros. Porém, a fabricação desmedida que favorece o crescimento contínuo das riquezas, sem atentar para as limitações impostas pela própria natureza, geram desequilíbrios que se apresentam para o homem de diversas maneiras: mudanças climáticas; extinção de espécies da fauna e flora; desertificações, secas ou enchentes... Por sua vez, estes fatos expõe o ser humano a processos de vida que degeneram, inclusive, a sua saúde, como por exemplo, a exposição à radiação solar e necessidade de substituição alimentar, como a ingestão de alimentos geneticamente modificados etc, além da insegurança em relação à sua moradia, sobrevivência em meio a estes intempéries da natureza. Enfim, a terra está tendo seus recursos exauridos em ritmos incompatíveis com a sustentabilidade da biosfera e da perenidade de todas as espécies de seres vivos, incluindo a do ser humano (VALLE; LAGE, 2004).

Neste cenário, as empresas são tidas como causadoras dos acidentes ambientais. Não são raras as vezes em que a imprensa anuncia desastres com efeitos à natureza, sobre a saúde dos trabalhadores ou, ainda, provocando danos à comunidade local.

Apesar das pesquisas⁵ mostrarem que os consumidores apóiam e são simpáticos às práticas de responsabilidade social empresarial, quando se trata de acidentes, os cidadãos não toleram tais episódios. Nestes casos, independentemente dos danos que ocorrerem e apesar das multas a que ficam sujeitas, as companhias costumam perder clientes em função das duras críticas e das campanhas negativas em relação às suas imagens. Contudo, apesar destas notórias constatações e dos constantes alertas da sociedade e do Poder Público para que implantem tecnologias efetivas de redução dos riscos sociais e ambientais, muitas vezes, os empresários e gestores costumam adiar a implantação das medidas preventivas e de controle, acreditando ser impossível a ocorrência de sinistros. Assim, muitas vezes, somente após a ocorrência do acidente ambiental, é que decidem adotar outra postura.

Nos últimos séculos, vários acidentes têm ocorrido e assustado a população. Valle e Lage (2004), em sua publicação intitulada *Meio ambiente: acidentes, lições e soluções*, apresentam a linha do tempo, com os 216 acidentes que mais causaram impactos sociais e ambientais na história da humanidade. Dentre os mais recente e de maior repercussão, os autores citam:

1979: Um dos reatores da unidade 2 da central nuclear da Ilha de Three Mile – Estados Unidos fundiu parcialmente e liberou água reativa formando uma perigosa bolha de hidrogênio que ameaçava a todo o momento explodir e lançar pelos ares toneladas de material radioativo. As conseqüências do acidente sobre a saúde da população são, ainda hoje, objeto de discussão e polêmica, visto que se tornou difícil avaliar as doses de radioatividade a que as populações estiveram expostas. Foi, entretanto, detectado um aumento de más formações congênitas e de aumento do número de pessoas com câncer nos anos seguintes.

1984: Tratou-se do pior desastre químico da história, o Vazamento de isocianato de metila e de hidrocianeto de uma subsidiária da Union Carbide em Bhopal – Índia. O acidente causou a morte de três mil e quatrocentas pessoas e afetou a saúde de milhares de moradores na região que somaram cerca de 200 mil. A tragédia foi causada principalmente por medidas de redução de custos e desabilitação de sistemas de segurança adotadas pela Union Carbide. Segundo o Greenpeace⁶, ainda hoje, sobreviventes com doenças crônicas lutam pelo direito à assistência médica.

⁵ Pesquisa “Responsabilidade Social das Empresas - Percepção do Consumidor Brasileiro 2006-2007”, realizada pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Apresenta que 77% dos consumidores brasileiros tem interesse nas ações de Responsabilidade Social e Ambiental das empresas. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/Sumario_RSE_2006_2007_Ethos_Akatu.pdf>. Acesso em 20 abr. 2009.

⁶ Crimes corporativos. Disponível em: <www.greenpeace.org.br/toxicos/pdf/corporativa_crimes>. Acesso em: 20 dez. 2008.

As crianças que vêm nascendo após o desastre continuam a sofrer problemas de saúde debilitantes e muitos adultos não podem mais trabalhar. A fábrica foi abandonada, tornando-se um foco de contaminação ambiental, coberta de resíduos e materiais tóxicos que foram abandonados ou armazenados de forma precária em sacos e barris, já em estado de putrefação e enferrujamento. Há evidências de que contaminantes residuais migraram para fora do local, criando novos problemas, como a contaminação do lençol freático que abastece as famílias que moram na região.

1986: Nesse ano um dos quatro reatores da usina atômica de Chernobyl, na Ucrânia, explodiu e causou intensas contaminações radioativa em toda a Europa. As autoridades anunciaram a morte de 31 pessoas. Contudo, 100 mil habitantes tiveram que evacuar o local. Após o acidente, elevaram-se o número de casos de câncer na região.

1989: Um acidente do navio Exxon Valdez despejou 41 milhões de litros de petróleo da companhia petrolífera Esso em uma área de vida selvagem no Alasca – Estados Unidos. A empresa foi multada em mais de US\$ 5 bilhões pelos danos ambientais decorrentes do acidente. Um estudo feito por pesquisadores do Serviço Nacional de Pesca Marinha em Juneau, no Alasca, indica que cerca de 10 quilômetros de costa continuam sendo afetados pelo desastre e que há, ainda, cerca de 100 toneladas de petróleo na região.

Já no Brasil, os autores também apontam vários incidentes ambientais, dentre os quais dois são os mais conhecidos:

1984: Uma das linhas que interliga a Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, ao Porto de Alemoa, em Santos/SP, rompeu, devido à uma corrosão associada à falha operacional de manutenção. Como consequência, houve o vazamento de gasolina. Esta tubulação se encontrava em região alagadiça de manguezal, onde estavam assentadas várias famílias. A liberação de um produto inflamável se espalhou com a movimentação das marés e houve ignição seguido de incêndio de grandes proporções, causando a morte de 38 pessoas e 53 vítimas, além de quinhentos de desabrigados.

1987: Devido a um furto em um hospital abandonado em Goiânia/GO, ocorreu o vazamento radioativo de uma cápsula com a substância césio-137, provocando a morte de quatro pessoas e deixando dezenas de vítimas graves.

Em vários destes acidentes, apesar das empresas serem indiciadas e obrigadas a pagar multas pelos danos ambientais que provocaram, tais repreensões não foram suficientes para reverter os efeitos gerados. Em diversos casos, ainda hoje as consequências destes incidentes

podem ser percebidas, tanto no meio ambiente, em função da visível alteração de todo o ecossistema da região afetada, como no contexto social, pois muitas populações continuam sofrendo os impactos gerados pelos desastres, traduzidos em diversos tipos de câncer, doenças respiratórias e outras enfermidades. Assim, percebe-se que, muito mais que os danos imediatos provocados por esses acidentes, existem as conseqüências futuras dessas fatalidades e parece não haver uma preocupação ou responsabilização sobre elas.

Um outro exemplo recente de desastre ambiental que chocou a população brasileira e mundial foi a morte de cerca de 86,2 toneladas de peixes no Rio dos Sinos, nas regiões Vale dos Sinos e Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental multou cinco empresas poluidoras e autuou os 32 Municípios que fazem parte da Bacia dos Sinos. Desses, 22 despejam os dejetos diretamente no rio. Apesar das Prefeituras terem sido intimadas a criar um plano de saneamento que evite que o esgoto doméstico chegue ao rio e a seus afluentes, sem tratamento, e a prisão preventiva de um empresário ter sido decretada, não há como recuperar os incalculáveis danos ambientais causados pelo descarte de resíduos poluentes no rio. A decretação da prisão, as multas impostas e a autuação dos Municípios não trouxeram de volta a pureza da água, a vida dos peixes e, sobretudo, não impediram a falta de trabalho, renda e alimentação dos pescadores da região⁷.

Como efeito desses eventos, ocorre a multiplicação dos danos ambientais, que mesmo não sendo tratados como catástrofes imediatas, manifestam-se na destruição da camada de ozônio, das florestas, na poluição dos rios. Dentro desta linha de prejuízos ambientais percebido a médio prazo, provocados por inúmeras ações simultâneas, há, também, o caso das atividades industriais que envolvem o couro e o papel que impulsionam a ocorrência do aquecimento global, a partir da emissão de poluentes químicos que se somam aos gerados pelos veículos automotores. Desta forma, muitos outros exemplos de prejuízos ambientais significativos, provocados pelas ações empresariais, podem ser citados, incentivando, ainda mais, o debate público sobre as questões dos riscos na modernidade (DEMAJOROVIC, 2003).

Paralelo aos acidentes, sempre houve, por parte da sociedade, seja ela Governo ou sociedade civil, uma preocupação em evitar tais acidentes, bem como encontrar ferramentas que responsabilizassem os culpados pelos danos causados. Uma tentativa foi o Princípio do

⁷ Morrem 86,2 toneladas de peixes no Rio dos Sinos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil>> e Esgoto doméstico sufoca o Sinos. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping_fonte/clipping/id47033.htm>. Acesso em: 14 jun. 2008.

Poluidor-Pagador, introduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCD -, em 1972, sendo incorporado, no mesmo ano, pela Conferência de Estocolmo. Este princípio tornou-se um dos pilares para a criação de leis e tratados internacionais sobre a responsabilidade e compreensão por danos ambientais, podendo ser entendido como o:

[...] princípio da responsabilidade pela qual o poluidor deve responder por suas ações ou omissões, em prejuízo do meio ambiente, de maneira a mais ampla possível, de forma a que se possa reprimir a situação ambiental degradada, que a penalização aplicada tenha efeitos pedagógicos e impedindo-se que os custos recaiam sobre a sociedade (ANTUNES, 1997, p. 26).

Através deste princípio, percebe-se uma incorporação dos custos de deterioração ambiental no processo de produção das empresas, com o intuito de socializar os danos ambientais. Contudo, o dano ambiental, muitas vezes um processo irreversível, passa a ser um mero custo financeiro para a empresa, liberando-a a degradar, desde que pague pelos seus atos. Também não existe uma definição clara de quem e como é feita esta fiscalização, cobrança, fazendo com que este princípio sirva de recomendação para as corporações, contudo, sem aplicação prática. Por fim, é muito difícil conseguir identificar todos os causadores dos danos, muitas vezes incalculáveis, provocando problemas perceptíveis somente pelas gerações futuras.

No Brasil, o Princípio do Poluidor-Pagador foi incorporado à Constituição da República de 1988, conforme prescreve o seu art. 225, III: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

Contudo, antes da vigência da atual Constituição regulamentar, em 1981, foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, que tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana⁸”.

⁸ Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 10 fev. 2009.

Como órgão consultivo e deliberativo dessa política, foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. Assim, estes conselhos discutem sobre o tema em âmbito nacional e estabelece critérios básicos, responsabilidades sobre a utilização dos recursos naturais, bem como sobre os impactos ambientais ocasionados ao meio ambiente.

O órgão fiscalizador das resoluções do CONAMA é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Foi criado através da Lei 7.735/89 e tem o papel de exercer o poder de polícia ambiental e executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente⁹.

Neste contexto, as empresas que estiverem em território federal ou em Estado da Federação que não possuem órgão específico, também passam a ser fiscalizadas pelo IBAMA que poderá apontar irregularidades em seus funcionamentos. Constantemente as organizações devem expedir o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, relativos ao seu ramo de atividades.

Outra lei que regulamenta a temática ambiental no país é a Lei nº. 9.605/98 que trata dos Crimes Ambientais. Essa Lei determina que a pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. Já a Lei 11.105/05 da Biossegurança estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre:

[...] a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados - OGM - e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2005).

⁹ Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

Em nível de estadual, as empresas também devem seguir legislações específicas. No Estado do Rio Grande do Sul, a instituição responsável pelo licenciamento ambiental é a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM -, criada pela Lei Estadual nº Lei RS 9.077/90. Já Conselho Estadual do Meio Ambiente é conhecido como CONSEMA e é quem determina as resoluções ambientais. Dentre os principais documentos que tratam da operacionalização das atividades empresarias estão o CONSEMA RS 128/06, que dispõe sobre a fixação de padrões de emissão de efluentes líquidos para fontes de emissão que lancem seus efluentes em águas superficiais no Estado, e o CONSEMA RS 129/06, que dispõe sobre a toxicidade desses efluentes. O CONSEMA também estabeleceu que os Municípios são responsáveis pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo com o Código Estadual de Meio Ambiente - Lei RS 11.520/00.

Assim, percebe-se que, em matéria ambiental, existe uma multiplicidade de leis, algumas antigas e outras recentes, ainda podendo ser citados outros regulamentos: Lei 7.347/85 que trata da ação civil pública por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos; Lei 7.802/89 relativa à Agrotóxicos; Lei 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Resolução CONAMA n.º 06/88 dispõe sobre a geração de resíduos nas atividades industriais; Decreto Lei 1.413, de 14/8/75, dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais; Resolução 237/97 que dispõe sobre competência para licenciamento; e Decreto Estadual 1633, de 21/12/77, que institui o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras.

Uma outra iniciativa que pode ser mencionada é a cartilha lançada, em 2007, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, intitulada "*Aquecimento Global: todos somos responsáveis*", que busca contribuir com a discussão mundial sobre o aquecimento global, apresentando suas causas, efeitos e soluções encontradas internacionalmente, surgindo medidas para a contenção das mudanças climáticas globais. Para o setor industrial, considerado um dos maiores produtores e geradores de gases do efeito estufa, são apresentadas algumas sugestões de mudança e adaptação do sistema produtivo, tais como: adoção de matriz energética mais limpa e promoção da gradual eliminação dos combustíveis fósseis como fonte energética; adoção de medidas de conservação e eficiência energética; promoção da reutilização, coleta seletiva e a reciclagem de materiais; estabelecimento de programas de boas práticas com o objetivo de

atingir maior eficiência energética; investimento e incremento da tecnologia de controle de poluição nos diferentes setores produtivos; promoção de ações para reduzir a emissão de metano dos rejeitos industriais; adoção de medidas voluntárias de redução de emissões; realização e publicação de relatórios sobre emissões; estímulo à implantação de um mercado de carbono; estabelecimento de gerências ambientais nas unidades operativas; aproveitamento do metano eliminado em processos industriais como fonte energética; promoção do consumo sustentável; e adoção de medidas de sustentabilidade empresarial, a partir de modelos de melhores práticas e incorporação de iniciativas de “*reporting*”, balanços sociais, entre outros.

Além das leis em nível nacional, estadual e municipal, as companhias, principalmente as exportadoras, almejam também a obtenção de certificados internacionais, como é o caso da série ISO 14001, que tem por objetivo auxiliar empresas a identificar, priorizar e gerenciar seus riscos ambientais como parte de suas práticas usuais. A ISO 14.001 exige que as empresas se comprometam com a prevenção da poluição e com melhorias contínuas, como parte do ciclo normal de gestão empresarial.

Diante de tantas iniciativas e leis que procuram minimizar ou zerar todos os impactos da produção industrial sobre o meio ambiente, por que então continua ocorrendo a degradação, poluição e, muitas vezes, o descaso com o meio ambiente? Supondo que não existissem todas essas leis, como seriam as práticas das empresas?

Beck (2007), tratando da irresponsabilidade organizada, revela que este conceito ajuda a entender que, em vista de tantas normatizações, as instituições modernas são forçadas a reconhecer suas responsabilidades sobre os riscos e perigos, mas, ao mesmo tempo, ignoram a sua existência, origem, gravidade e, principalmente, suas responsabilidades sobre elas. Parece haver uma certeza ou controle absoluto por parte das empresas sobre a fiscalização dos riscos de sua produção, tentando normalizar estes perigos que, na maioria das vezes, não conseguem ser percebidos pelos olhos de leigos. Com isso, as empresas passam a imagem de uma segurança total sobre seus impactos ambientais gerados.

Tratar deste tema de forma interdisciplinar para que possa ser entendido e debatido por todos os cidadãos parece ser de fundamental importância para que a sociedade consiga interagir, questionar e cobrar das empresas posturas realmente éticas e responsáveis, sobretudo no que tange às suas ações ambientais.

3.2.1 Gestão Ambiental como Política da Responsabilidade Ambiental

Para interpretar a gestão como política de responsabilidade ambiental, necessário se faz ressaltar as modernas configurações da gestão ambiental, identificando de que forma as empresas estão aprimorando seus processos, na busca de uma produção mais limpa, tratando os seus passivos ambientais.

Considerando as normatizações jurídicas como reflexo de mobilizações nacionais e internacionais que ocorreram nas últimas décadas, fica constatado que houve uma grande pressão social para que as empresas reduzissem ou eliminassem suas emissões, efluentes e desperdícios nas suas operações. Contudo, desde a década de 70, as empresas passam por diferentes estágios em sua relação com a questão ambiental. Naqueles anos, elas tomaram basicamente uma postura reativa, criando departamentos ambientais para fugir dos perigos associados com a regulação estatal. Nos anos 80, muitas empresas começaram a desenvolver respostas mais substanciais com o intuito de diminuir os impactos ambientais. Essa iniciativa levou a uma nova postura na década de 90, quando surgiram programas para a redução de resíduos e de processos de reciclagem. Todavia, apenas no final do século XX começou-se a buscar, em certos setores empresariais, a integração completa dos objetivos econômicos e ecológicos no planejamento e na produção dos produtos. Nesse período, buscou-se uma nova ordem ambiental equitativa, baseada no equilíbrio das opções de transformação produtiva, criando, assim, a gestão ambiental (DIAS, 2006).

Para Péricles Weber (1999), a gestão ambiental empresarial pode ser entendida como o um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde e a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente através da eliminação ou minimização de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo-se todas as fases do ciclo de vida de um produto.

Por sua vez, Dias (2006, p. 89) enfatiza que o processo de gestão ambiental está profundamente vinculado às normas que são elaboradas pelas instituições públicas sobre o meio ambiente. O autor afirma que essas regras devem ser tidas como referências obrigatórias para a implantação de um sistema de gestão ambiental, pois “fixam limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, proíbem a utilização de substâncias tóxicas, definem a quantidade de água que pode ser utilizada, volume de esgoto que pode ser lançado etc. Dias

(2006) reforça que, na gestão ambiental, existem duas políticas diferentes: a Política Ambiental Reativa e a Política Ambiental Proativa.

Na Política Ambiental Reativa, Dias (2006) afirma que a empresa utiliza métodos corretivos, buscando encontrar soluções a problemas ambientais já ocorridos. Como exemplos, o autor aponta a reciclagem do lixo, armazenamento de resíduos, filtragem de emissões, depuração entre outros. Já a Política Ambiental Proativa implica em “um planejamento prévio sobre possíveis efeitos ambientais e uma atuação antecipada para evitar esses impactos, reestruturando os produtos e os processos envolvidos” (DIAS, 2006, p. 90). Ou seja, a empresa passa a utilizar métodos preventivos, isto é, na origem, já se elimina os impactos ambientais. Esses métodos devem ser adotados não somente para os impactos diretos da empresa, mas devem levar em conta toda a vida do produto. Como exemplo, ele se refere às baterias de celulares. Nesse caso, a empresa deve planejar o recolhimento e destino corretos das baterias gastas, caso queira ter uma atitude preventiva. Todavia, o autor salienta que a maioria das empresas adotam métodos corretivos, ao invés de preventivos.

Outro fato importante a ser mencionado é o caso das terceirizações. As grandes empresas, ao repassarem processos produtivos para inúmeros e pequenos fornecedores, não estão apenas se beneficiando da redução de custos operacionais, mas, também, transferem a responsabilidade e os potenciais riscos inerentes a estes processos para as pequenas empresas. Estas, por sua vez, estão muito menos preparadas para lidar com tais riscos e menos fiscalizadas pelos órgãos públicos, ampliando a vulnerabilidade de seus trabalhadores, ao mesmo tempo em que minimizam seus custos com relação à questão ambiental. Se por um lado, em termos individuais, as ações das pequenas empresas para a expansão dos riscos socioambientais não podem ser comparadas em magnitude às das grandes empresas, por outro, a contribuição do conjunto dessas organizações para a ampliação da vulnerabilidade socioambiental não pode ser negligenciada (AHORN; DEMAJOROVIC, 2009, p. 3).

Contudo, na tentativa de adotarem uma Política Ambiental Proativa, a gestão ambiental, seguida por muitas empresas, tem suas diretrizes baseadas na norma certificadora ISO 14001. O modelo de gestão ambiental proposto pela norma ISO 14001 se baseia em um ciclo espiralado PDCA, cuja sigla vem do Inglês: *Plan, Do, Check and Act*; que significa planejar, executar, verificar e agir. Esse método é adotado com o objetivo de se perseguir uma melhoria contínua. Além disso, essa norma constitui “cinco elementos-chave, que são as etapas de implantação do sistema de gestão ambiental: a política ambiental; o planejamento; a

implementação e operação; a verificação e ação corretiva; e a análise crítica pela administração” (MARTINI; GUSMÃO, 2003, p. 168).

Segundo a própria Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (1996, p. 2), o sistema de gestão ambiental deve estar integrado ao sistema de gestão global das empresas. Nesse sentido, essa norma compartilha princípios comuns com o sistema de gestão da qualidade proposto pela ISO 9.000. Sendo assim, as organizações podem optar pela implantação de um Sistema Integrado de Gestão – SIG, englobando os sistemas de gestão ambiental e o da qualidade, além de outros.

Vale destacar, no entanto que a Norma ISO 14.001 apresenta-se em forma de diretrizes, delimitando e orientando sobre os requisitos necessários para um sistema de gestão ambiental, permitindo que a organização desenvolva e implante sua política. Portanto, não se trata de um manual de diminuição de resíduos, que apresenta o passo a passo da implantação do sistema de gestão ambiental. Ela também permite que os gestores reflitam sobre os seus aspectos ambientais e criem o sistema de gestão próprio, adequado e específico. Após implantado o sistema, é realizada uma vistoria pela certificadora e, se estiver de acordo com as diretrizes estabelecidas, a organização é certificada.

Gomes e Moretti (2007) afirmam que, para se obter a ISO 14.001, as empresas devem contemplar os seguintes pontos:

[...] avaliação do impacto das conseqüências que os produtos da empresa possam provocar no meio ambiente; atendimento dos chamados da sociedade com relação aos eventuais prejuízos ou descasos ambientais; definição de indicadores internos para a mensuração do desempenho da empresas na gestão ambiental; e redução de custos na prevenção de acidentes ambientais e na prevenção de serviços (GOMES; MORETTI, 2007, p. 51).

Ressalta-se que, obter a certificação ISO 14001 não quer dizer que a empresa não polua o meio ambiente. Na realidade, ter o certificado significa apenas que aquela empresa possui um sistema de gestão ambiental que está em conformidade com os princípios do modelo proposto pela norma ISO 14001, obedecendo a todos os seus requisitos (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2000).

Um exemplo disto pôde ser constatado no evento Conferência das Cidades¹⁰, realizado em Porto Alegre/RS, em janeiro de 2008, quando uma grande empresa multinacional, fabricante de lâmpadas fluorescentes, apresentou sua política de responsabilidade social e ambiental, enfatizando que possuía a certificação ISO 14001. Quando questionada sobre o destino apropriado das lâmpadas estragadas, seus representantes reconheceram que não existe um local adequado para a colocação desses resíduos, devido a sua periculosidade. Da mesma forma, também não apresentaram estratégias de reutilização desses materiais. Assim, mesmo não possuindo uma política de destinação e reaproveitamento de resíduos, a empresa é certificada pela ISO 14001.

Portanto, verifica-se que, mesmo com um sistema de gestão ambiental implantado e com a prática de medidas preventivas acerca de riscos ao meio ambiente, uma empresa ainda pode ter um grande desperdício de matérias-primas, água e energia, bem como, ter uma significativa geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Para ajudar a diminuir o desperdício e, conseqüentemente, o consumo de matérias-primas, as empresas passaram a adotar as chamadas Tecnologias Limpas, também definidas como técnicas que permitem uma Produção Mais Limpa - P+L - que pretende integrar os objetivos ambientais aos processos de produção, a fim de reduzir os resíduos e as emissões em termos de quantidade e periculosidade (UNEP, 2009).

Silva (2004) ressalta que diversos termos têm sido usados para se referir ao mesmo conceito de Produção Mais Limpa, como: Prevenção da Poluição, Produção Limpa, Tecnologia Limpa, Redução na Fonte, Emissão Zero e Minimização de Resíduos. O autor afirma que, em alguns casos, esses termos são considerados sinônimos e, em outros, complementares.

A definição de Produção Mais Limpa usada em todo o mundo foi determinada pelo PNUMA: “Produção Mais Limpa é a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva e integrada a processos, produtos e serviços para aumentar a eficiência total e reduzir riscos aos seres humanos e ao meio ambiente” (INSTITUTO BRASIL PNUMA, 2009, p.1).

¹⁰ Evento promovido pelas prefeituras de Porto Alegre e Roma, Ministério das Cidades, Governo Federal, Confederação Nacional de Municípios, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Caixa Econômica Federal, entre outros. Teve como objetivo principal do encontro a discussão sobre a diversidade de iniciativas de inovação democrática e transformação social que vêm surgindo nos últimos anos e a promoção de um ambiente de reflexão coletiva, de discussão e de apresentação de experiências. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2009.

Ainda segundo a organização, ao invés de empregar onerosas tecnologias de controle e tratamento dos resíduos já gerados, a Produção Mais Limpa tem como alvo a fonte geradora dos mesmos, objetivando a eliminação ou redução, tanto em termos de quantidade, como de toxicidade.

Martini e Gusmão (2003, p. 150-151) afirmam que a Produção Mais Limpa age no processo produtivo, tornando-o mais eficiente, pois otimiza o consumo de matérias-primas e de insumos de produção, como água e energia, e elimina ou reduz a geração de resíduos. Assim, ela promove a redução de desperdícios e da poluição hídrica, da atmosférica e do solo e a conservação de recursos naturais. Contudo, reforçam que a simples transferência de poluentes de um meio (água, solo ou ar) a outro, visando à redução do volume e sua diluição, a fim de diminuir a toxicidade, não são consideradas medidas de Produção Mais Limpa, pois não evitam ou minimizam a geração desses poluentes.

Para Dias (2006), as tecnologias limpas são resultado da mudança de enfoque na abordagem da questão ambiental no âmbito das empresas que antes focavam o controle da contaminação e, agora, passam a trabalhar a prevenção. O autor ressalta que o programa concentra-se em duas vertentes: informação e capacitação. Como suporte a implementação do programa, o autor ressalta os Centros Nacionais de Produção Mais Limpa. No Brasil, esse centro se encontra no Senai-RS e tem como objetivos: disseminar as informações; implantar programas de Produção Mais Limpa nos setores produtivos; capacitar profissionais; e atuar em políticas públicas.

Em se tratando de vantagens, sejam elas econômicas, ambientais ou sociais, Lora (2000) destaca alguns benefícios da utilização das medidas de Produção Mais Limpa:

[...] redução do consumo de matérias-primas e insumos, proporcionando a conservação de recursos naturais; redução do volume e da carga a ser tratados nas estações de tratamento de água e efluentes líquidos, dispensando a necessidade de investimento para a ampliação de suas capacidades de operação; redução de materiais a ser dispostos em aterros, elevando a vida útil dos mesmos; redução de custos, o que faz aumentar a competitividade e o lucro; redução do número de acidentes com a melhor saúde e segurança ocupacional, advindas com as melhorias no ambiente de trabalho; e facilidade para cumprir a legislação ambiental (LORA, 2000, p. 79-80).

Portanto, evidencia-se que as ações das organizações na área ambiental passaram a ser utilizadas como estratégia competitiva, vinculando-se a ação ambiental à melhoria na sua

reputação. Assim, proteção ambiental e competitividade econômica têm se tornado interdependentes. O que antes foi influenciado por pressões externas às empresas, passa a ser direcionado por interesses que existem dentro dos ambientes econômico, político, social e mercadológico (SOUZA, 2008).

Segundo o raciocínio de Souza, a tendência das empresas parece ser a adoção da estratégia de crescimento econômico com proteção ambiental, ou seja, a teoria denominada de Modernização Ecológica. Incorporando as chamadas tecnologias ambientais, as empresas reduzem o impacto de um processo ou produto sobre o meio ambiente.

Dias (2006) salienta, sobretudo, que a responsabilidade ambiental das empresas vai além da implantação e gestão de uma Produção Mais Limpa. O autor reforça que, além da atitude pró-ativa com relação a produção, as empresas devem participar de conselhos que discutam as questões ambientais na comunidade, ter projetos de conservação e proteção de espécies e apoiar e realizar projetos de educação ambiental em parceria com entidades ambientalistas, associações de bairro e escolas. Por fim, o autor defende que a responsabilidade ambiental está vinculada à responsabilidade social empresarial. Como responsabilidade ambiental, o autor entende que é:

O conjunto de ações realizadas além das exigências legais ou daquelas que estão inseridas num contexto de eficiência profissional ou de área de atuação. A responsabilidade ambiental empresarial se constitui em ações que extrapolam a obrigação, assumindo mais um conteúdo voluntário de participação de fóruns, iniciativas, programas e propostas que visem manter o meio ambiente natural livre de contaminação e saudável para ser usufruído pelas futuras gerações (DIAS, 2006, p. 167).

Da mesma forma, Melo Neto (2001) chama a atenção para a necessidade da empresa adotar uma nova postura com relação ao meio ambiente e isto não implica somente na política ambiental interna, mas sugere que a empresa associe a sua política de responsabilidade ambiental aos processos da Agenda 21 local e, assim, contribua com o desenvolvimento sustentável de sua cidade e municípios circunvizinhos. Para o autor, uma empresa responsável no campo ambiental destaca-se:

[...] pela sua excelência em políticas de gestão ambiental; pela sua atuação como agente de fomento do desenvolvimento sustentável local e regional e de preservação da saúde, da segurança e da qualidade de vida de seus empregados e da comunidade situada ao seu redor; e pela inserção da questão ambiental como valor de sua gestão e como compromisso sob a forma de missão e visão do seu desempenho empresarial (MELO NETO, 2001, p. 150).

Analisando o contexto histórico de acidentes ambientais, tentativas de institucionalização de políticas ambientais e de sistemas de gestão, conclui-se que depois de períodos contínuos de crescimento e adoção de modelos de desenvolvimento à qualquer custo, a sociedade parece que, hoje, se questiona sobre o preço pago por tudo isso. Nesse sentido, pode-se constatar que variados agentes sociais adotam diferentes posturas. Por exemplo, as organizações privadas sem fins lucrativos discutem os rumos que a sociedade está tomando em termos ambientais e busca propor alternativas para a qualidade de vida da população sem comprometer as futuras gerações. Já o Estado, em se tratando da gestão ambiental das empresas, adota uma postura tradicional, caracterizada por regulamentos de comando e controle, por meio de inúmeras legislações baseadas na determinação técnica e operacional sobre o processo produtivo (TEODÓSIO; BARBIERI; CSILLAG, 2006).

Por fim, as empresas despertam para a questão ambiental, primeiro como uma imposição legal, mas logo em seguida, passam a adotá-la como uma estratégia de negócio, principalmente em relação às vantagens competitivas que auferem, a partir do momento que tornam-se certificadas pela ISO 14001. Alinhada a certificação, está a adoção de tecnologias de Produção Limpa que visa atender a necessidade de produzirem de forma sustentável, isto é, usando com eficiência materiais e energia renováveis, não-nocivos, conservando, ao mesmo tempo, a biodiversidade. Tais sistemas utilizam menor número de materiais, menos água e energia. Dessa forma, atendem aos princípios de proteção ambiental que caminha junto com o crescimento econômico.

O meio ambiente tornou-se um elemento-chave para se repensar os valores e as ideologias vigentes, para se estabelecer novas formas de pensamento e de ação, em todas as práticas produtivas. Todavia, segundo a lógica de reflexão de Dias (2006), entende-se que, nas empresas, a responsabilidade ambiental deve estar interligada com a política de responsabilidade social, uma vez que, somente assim, as empresas alcançarão o efetivo exercício de sua responsabilidade, pois a mesma não pode ser desmembrada. Ou se tem responsabilidade ou não se tem, não existindo a meia responsabilidade. Por tal fato, o conceito de responsabilidade socioambiental muito se evidencia na contemporaneidade.

3.3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: REDIMENSIONANDO O COMPROMISSO DAS EMPRESAS

Nas últimas décadas, a responsabilidade social, ambiental e as questões voltadas à sustentabilidade do planeta tem sido pauta de seminários em universidades, reuniões de governos e corporações internacionais. O tema passou a ser popular, ganhando espaço na mídia e tornando-se vocábulo de cidadãos comuns que passaram a falar sobre o aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, créditos de carbono, consumo consciente, entre outros. Contudo, apesar de cerca de quatro décadas de acirrada discussão, parece não haver um consenso sobre o tema entre a população. Da mesma forma, o excesso de informações muitas vezes parecem confundir as pessoas ao invés de esclarecê-las. Por fim, quando são analisadas as diferentes iniciativas, percebe-se que há vários grupos buscando alternativas para uma consciência vaga e difusa e a sensação é de que assiste-se a um desastre em câmera lenta (GUNN, 2009).

Ao mesmo tempo em que é consenso de que todos são responsáveis por garantir a sustentabilidade do planeta, a sensação que se tem é de que ninguém é o efetivo responsável. Um exemplo disso é o trânsito cada vez mais caótico das grandes cidades. Em um estudo, Nascimento (2008a) mostra a insustentabilidade e a incompatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental. O autor afirma que só no Estado de São Paulo, diariamente, cerca de 500 a 600 novos carros passam a circular, número maior do que o nascimento de crianças na cidade. Se for mantido, o país passará da produção de 2,5 milhões para 4,0 milhões de veículos em 2016. Esse crescimento reflete em uma série de consequências, como “o aumento do consumo, agravamento das condições ambientais traduzidas no aumento de engarrafamentos, extração de matérias-primas para produção dos automóveis e na poluição resultante da emissão de motores” (NASCIMENTO, 2008a, p. 6).

Não é o propósito deste trabalho indagar sobre as questões da sociedade de consumo¹¹, pois entende-se que, em parte, os produtos existem para atenderem as necessidades da população. Contudo, parece haver um contrasenso, pois, por um lado, as pessoas estão consumindo cada vez mais, por outro, são adeptas do discurso da sustentabilidade.

¹¹ Jean Baudrillard (1995); Gilles Lipovetsky (1983).

No caso em tela, em relação à produção e à comercialização excessiva de automóveis, argui-se de quem é a culpa pelos engarrafamentos e pela poluição astronômica que se apresenta nas grandes cidades. Poder-se-ia dizer que é da população a responsabilidade, afinal, muitas vezes por *status* e falta de consciência dos danos que estão causando, as pessoas deixam de utilizar o transporte público para transitarem com os seus carros (NASCIMENTO, 2008a). Também há argumentos para dizer que a culpa é do Governo, que estimula a compra de veículos, fato constatado no final do ano de 2008, quando, como alternativa à crise financeira, o Presidente da República Federativa do Brasil anuncia, em rede nacional, que diminuiria o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - , no caso específico da produção de automóveis, possibilitando que mais pessoas possam adquirir veículos automotores. Outros apontam que a culpa é das empresas, pois, mesmo com processos de produção mais limpa, focam-se nos lucros que obterão com o crescimento de vendas, sem se importarem com a inviabilidade do trânsito, principalmente nas regiões metropolitanas das cidades, ou com os problemas que trarão à população que passará a ficar mais expostas à poluição.

Com este exemplo, evidencia-se que as alternativas para o desenvolvimento sustentável são bastante complexas. Além da questão do consumo, todo o cenário da política econômica mereceria ser objeto de estudo para a compreensão da temática. Contudo, em face da abordagem acerca da responsabilidade empresarial, o limite verificado neste contexto será a atuação das corporações quanto à sua prática socioambiental, haja vista que as mesmas certamente são afetadas e, ao mesmo tempo, interferem nas políticas econômicas, como também sofrem uma pressão mais acirrada por parte da população, que começa a cobrar posturas mais responsáveis.

É o que aponta a pesquisa realizada pelo Instituto Akatu e Instituto Ethos “Responsabilidade Social nas Empresas: Percepção do Consumidor – 2006/2007”, na qual dois em cada três entrevistados acreditam que as grandes empresas devem ter total responsabilidade por "ajudar a resolver os problemas sociais" e "ajudar a reduzir a distância entre ricos e pobres". Contudo, como as expectativas estão em um nível mais alto do que os resultados percebidos, o consumidor se decepciona e "por isso, age menos no sentido de premiar ou de punir empresas, em função de sua responsabilidade ou irresponsabilidade social", avalia Helio Mattar, diretor-presidente do Instituto Akatu (INSTITUTO AKATU, 2008; INSTITUTO ETHOS, 2008).

Portanto, refletindo-se sobre a responsabilidade das empresas na sociedade, percebe-se que a gestão ambiental e a gestão social se desenvolvem de forma interdependente, pois,

integradas, permitem que sejam encontradas soluções mais amplas, adequadas e efetivas para resolver os impactos por elas causados.

Nascimento (2008b), a partir da concepção histórica dos dois conceitos, afirma que a gestão social e a gestão ambiental tiveram origens diferentes. Segundo o autor, por volta da década de 50, o meio ambiente era considerado o local de descarte de resíduos da produção industrial e da ação do homem. Enquanto isso, na área social, as pessoas mais necessitadas solicitavam ajuda aos que possuíam mais recursos disponíveis, sendo os donos de empresas os alvos desses pedidos. Também ocorriam doações motivadas por causas religiosas, culturais ou humanitárias.

Contudo, devido a diversos acontecimentos, estas concepções foram mudando. Nascimento (2008b) reforça que a partir da virada do milênio, os termos social e ambiental já começam a surgir juntos nos relatórios de balanço social e nas normas ambientais e sociais. Afirma, também, que as empresas começam a falar em equilíbrio entre o sistema econômico, social e ambiental para que se promova o desenvolvimento sustentável.

Diante disso, o autor afirma que as organizações passaram a entender e se envolver mais com a área social e ambiental, doando expressivos recursos para a sociedade, motivando a criação de fundações que passam a gerenciar, após a permissão do Ministério Público, apondo o mesmo nome da empresa, para atender determinadas causas ou a atender determinados públicos, carentes e específicos. Adeptos a esta atitude, afirmam que assim a fundação trabalha as políticas de responsabilidade social enquanto que a empresa desenvolve sua atividade fim. Muitos críticos defendem que “a fundação afasta os trabalhadores das atividades de responsabilidade social corporativa, dificultando sua interação com as atividades da fundação” (NASCIMENTO, 2008b, p. 7).

O autor também alerta para o surgimento de uma linha de pensamento que entende o desenvolvimento sustentável como a sustentabilidade econômica da organização, na qual a área social e ambiental recebem menor relevância. Nascimento (2008b) sugere que isso significa que, em momentos de crise, os primeiros cortes a serem feitos serão os sociais e ambientais. Por outro lado, salienta que as variáveis sociais e ambientais já fazem parte do planejamento estratégico de várias organizações.

Partindo do princípio que as empresas estão inseridas na sociedade e que possuem cada vez mais influência sobre a mesma, outros contextos contemporâneos se apresentam para que possam revelar suas práticas em relação à responsabilidade social e ambiental. As suas relações com a economia, política e cultura permeiam as questões do relacionamento da

empresa com o meio ambiente e com o ser humano. Ao refletir sobre a atuação das empresas sobre esses diferentes ângulos, percebe-se que muito mais do que geradoras de riquezas, as empresas acabam influenciando e, muitas vezes, tornam-se formadoras de opinião, sobre assuntos importantes em pauta na sociedade. Lima (2007) justifica que a atuação mais acentuada das empresas na sociedade se deve a um conjunto de processos que compreendem:

- A destruição ambiental produzida pelo processo de crescimento econômico e industrial; - O agravamento da crise social resultante do modelo de desenvolvimento concentrador e excludente; - A tomada de consciência social da gravidade desses processos tornados públicos pelos meios de comunicação de massa; - O surgimento de movimentos da sociedade civil em defesa de direitos e lutas de ampliação da cidadania para incluir direitos relativos ao consumidor, ao meio ambiente, a saúde pública e à responsabilização dos agentes de degradação; - A constatação da incapacidade do Estado em responder à complexidade e a dimensão dos novos problemas; - A constatação por parte das empresas de que o agravamento das crises social e ambiental pode comprometer a reprodução da origem capitalista e a lucratividade das empresas, na medida em que ameaçam a paz social, o crescimento do consumo, a oferta de energia e de recursos naturais entre outros limites; e - A deflagração de iniciativas múltiplas de diversos setores sociais que, a partir de seus interesses particularistas, apropriam-se do discurso do desenvolvimento sustentável de defesa da compatibilização entre o econômico, o social e o ambiental (LIMA, 2007, p. 336).

O autor reforça que as práticas de responsabilidade socioambiental só se instituíram de fato, a partir do momento em que a sociedade reconheceu as crises simultâneas e associadas nos campos social e ambiental, necessitando de ações integradas para seus enfrentamentos.

Nascimento (2008b) afirma que o impacto ambiental geralmente também provoca o impacto social. Como exemplo, o autor apresenta a poluição dos rios que acaba matando os peixes, prejudicando os pescadores, banhistas e toda a população que se serve do rio. Esse caso, segundo o autor, se for considerado como um problema apenas ambiental, estar-se-ia tratando parte do problema. A responsabilidade socioambiental é mais ampla, ela trata de analisar as causas da poluição, danos, formas de remediação, impactos sociais e econômicos do dano ambiental, uma vez que o pescador não terá mais fonte de renda e a população terá que ser abastecida por outra fonte de água.

Assim, evidenciam-se as interfaces entre as ações sociais e ambientais que refletem no papel das empresas na atualidade. Essas responsabilidades se apresentam de forma clara quando os problemas sociais e ambientais já aconteceram, mas junto a este cenário, também existem os riscos locais e globais que se caracterizam pela sua imprevisibilidade e podem causar conseqüências devastadoras para a humanidade.

Nesse sentido, a responsabilidade socioambiental deve ser entendida como uma nova postura que considere a empresa dentro de uma visão global integrada e sustentável. Dentre as suas características, é sugerido que as organizações tenham ética em relação aos seus produtos, sejam pró-ativas com relação à escolhas de novos produtos e de seus processos, respeitem o meio ambiente, seus empregados e mantenham uma relação aberta com a comunidade, que de forma direta ou indireta são afetadas com a sua produção, considerando os riscos que apresentam. É importante, também, que as empresas se relacionem de forma transparente com a sociedade, apresentando relatórios socioambientais, participando de debates que promovam o desenvolvimento socioambiental da cidade e região onde encontram-se inseridas. O quadro abaixo esquematiza a responsabilidade socioambiental:

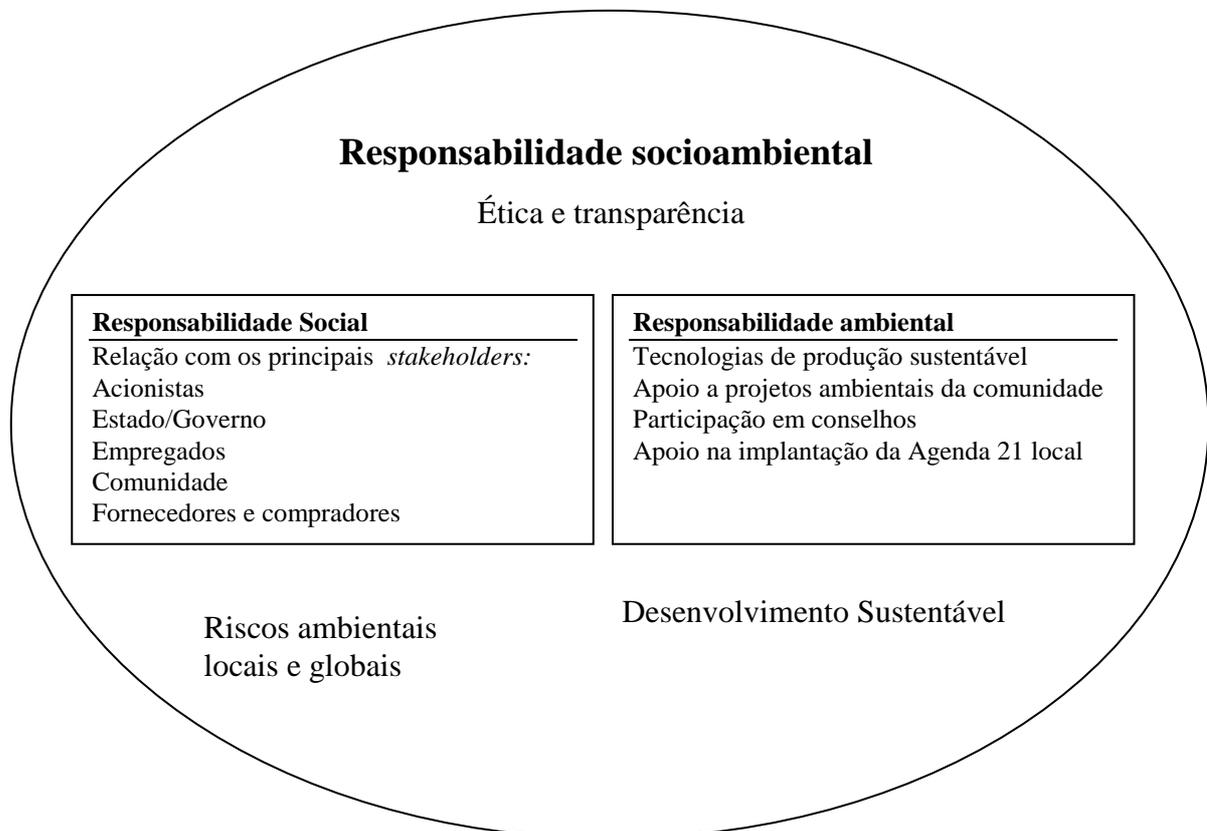


Figura 1 - Dimensão global integrada e sustentável da responsabilidade socioambiental.
 Fonte: elaborado pela pesquisadora, a partir das concepções de Lima (2007) e Nascimento (2008b).

De acordo com esta concepção de integração do tratamento adequado e uniforme em relação às questões ambientais e sociais, os riscos locais e globais enfatizados por Beck e Giddens não podem ser omitidos. Tais riscos podem ser ecológicos, químicos, nucleares, genéticos e econômicos, produzidos industrialmente e, muitas vezes, não externalizados para a sociedade, tornando-se uma ameaça para a população. Contudo, a ética e a transparência são

tidas como valores primordiais nesse contexto, sendo incorporadas desde a escolha da matéria-prima até o descarte final do produto, passando pela prestação de contas à comunidade.

Portanto, a responsabilidade socioambiental apresenta-se como sendo algo muito maior do que a simples soma da responsabilidade social com a ambiental, pois trata-se da integração dos dois sistemas, tendo o conceito do desenvolvimento sustentável como a interface entre a dimensão econômica, social e ambiental.

4 SOBRE OS ATORES E SUAS POLÍTICAS

Nesse capítulo serão apresentados os dados empíricos da pesquisa realizada. Iniciando com uma breve apresentação da cidade de Canoas, contexto em que as empresas estão inseridas, para, então, apresentar as principais políticas e práticas socioambientais das três organizações estudadas: Agco do Brasil S/A, Springer Carrier S/A e Refap S/A.

4.1 CANOAS: UM OLHAR NECESSÁRIO

Antes de serem explanadas e analisadas as políticas socioambientais das empresas que foram objeto da pesquisa, faz-se importante atentar para as peculiaridades do Município. De acordo com os princípios evidenciados na Teoria do Risco, elucidada por Beck, percebe-se que a cidade apresenta vários riscos sociais e ambientais. Por outro lado, a cidade parece buscar uma constante modernização, principalmente em função da grande quantidade de empresas que se encontram ali instaladas. Nesse sentido, vale destacar a história do Município para, inclusive, verificar se as políticas das empresas estão em consonância com os principais problemas sociais e ambientais de Canoas.

A formação da cidade começou em 1874¹, quando foi inaugurada a Ferrovia São Leopoldo Porto Alegre. Uma das estações ficava no centro da antiga fazenda denominada de Gravataí, próximo ao rio de mesmo nome. Os homens que faziam a guarda dessa estação aproveitaram uma imensa árvore que ali existia para construir uma canoa que serviu de apoio para a realização de seus serviços. Outras árvores tiveram o mesmo destino e o local ficou conhecido como Capão das Canoas, posteriormente sendo chamada de Canoas. A cidade só foi emancipada em 1939, por determinação do então governador do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha.

Considerada uma das cidades mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul, Canoas possui o segundo maior PIB e ocupa a segunda colocação na arrecadação de ICMS, ambas em relação ao Estado. Com uma população de 332.056 habitantes, abriga diversos centros de estudos e um grande pólo industrial, composto por empresas multinacionais, dentre elas, a maior arrecadadora de ICMS do Estado, a petrolífera Refap S/A.

¹ Dados obtidos no Perfil Sócio Econômico de Canoas/2005 - CICS, 5ª edição.

Para o escoamento de sua produção, Canoas conta com o privilégio de ser uma cidade vizinha à capital, tendo fácil acesso a Porto Alegre, através da BR-116. Também usufrui da navegação marítima, que é realizada pelos Rio dos Sinos e Rio Gravataí, que banham a cidade e deságuam no Lago Guaíba e este, por sua vez, tem acesso ao Oceano Atlântico. Por fim, a cidade ainda goza de uma malha ferroviária que é utilizada para o transporte de passageiros e de mercadorias.

Toda a extensão do Município é formada, atualmente, por 18 bairros, ocupados com a maior densidade demográfica do Rio Grande do Sul, sendo aproximadamente de 2.470 habitantes para cada quilômetro quadrado. Canoas tem sua história marcada por lutas sociais. Como exemplo marcante, pode-se ser citada a formação do bairro Guajuviras, que atualmente é um dos maiores bairros da cidade, com uma população estimada em 36.261 habitantes. Esse bairro, que se tratava de uma fazenda desapropriada, teve uma parte da área destinada a um conjunto habitacional e outra destinada à criação de um parque de preservação ambiental. Contudo, sem um controle apropriado, os arredores do conjunto habitacional e a área de preservação passaram a ser invadidos por milhares de pessoas que escolheram o município para residirem, na tentativa de conseguirem empregos, atraídos pelas indústrias locais e, assim, melhorarem suas condições de vida. Esse fato, apesar de mais intenso naquele bairro, ocorreu em toda a cidade e ainda persiste nos dias atuais, principalmente nas áreas periféricas.

O município, portanto, convive com os problemas decorrentes do crescimento da população, do surgimento de novos bairros e vilas que trazem novas demandas e solicitações de melhorias para o local. Uma pesquisa coordenada pela ONG Fórum RS, em 2007, com o intuito de realizar um estudo analítico e interpretativo de tendências de cada um dos 496 municípios do Estado em relação aos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apontou os principais problemas sociais de Canoas, quais sejam: 30% da população não têm acesso à rede de água e esgoto; 15,7% da população sobrevive com menos de ½ salário mínimo; 9 em cada 100 crianças têm baixo peso ao nascer; e 5,9% das crianças canoenses, entre 7 e 14 anos, são analfabetas.

Outro problema na cidade é a poluição do ar. Um relatório técnico da Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – FEPAM, de 2007, mostra que, nos últimos dois anos, aumentou a concentração de dióxido de nitrogênio e de dióxido de enxofre nas proximidades da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA e da Refap S/A.² Além disso, por

² Dados obtidos no texto “Alerta no ar” Disponível em: <www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/abr07/ambiente.asp. Acesso em: 20 jul. 2009.

ser vizinha da capital estadual, a cidade recebe, diariamente, a poluição provocada por milhares de carros que perpassam pelo Município, através da BR 116. Esse problema foi igualmente apontado em uma reportagem do jornal Zero Hora, no dia 04 de setembro de 2009, que relata o problema da poluição no Município de Canoas, afirmando que a má qualidade do ar provoca uma série de problemas como asma, doenças pulmonares, conjuntivite e rinossinusite. A reportagem apresenta, também, estudos que comprovam a incidência de poluentes cancerígenos no ar, provocados, principalmente em função do tráfego de carros e poluição liberada pelas indústrias da cidade.

Vale destacar, também, que, em função da Refinaria e de várias outras empresas de gás instaladas no Município, diversos bairros da cidade encontram-se envoltos de dutos subterrâneos pelos quais ocorre o recebimento e o escoamento desses produtos.

Assim se caracteriza o Município de Canoas que, apesar de ser uma cidade promissora, possuir um parque industrial desenvolvido e ter um dos melhores PIBs do Estado, também apresenta uma série de problemas sociais e ambientais os quais o Poder Público não consegue dirimir. Além disso, percebe-se uma grande incidência de riscos aos quais a população está submetida em decorrência da produção industrial.

É neste cenário territorial que serão buscadas evidências acerca das políticas e práticas socioambientais, como estudo empírico desta dissertação, a serem obtidas através da pesquisa documental e das entrevistas com os empregados e gestores das organizações escolhidas. As informações apresentadas buscaram responder às problemáticas apontadas nesse trabalho: Quais são e como se estruturam as políticas de responsabilidade socioambiental das empresas de Canoas, considerando suas práticas (internas e externas) e seus discursos (entrevistas, balanços sociais, relatórios)? De que maneira essas políticas e práticas refletem nas falas dos gestores, empregados e públicos beneficiados pelas organizações?"

Para responder às questões propostas, foram escolhidas três empresas do Município de Canoas para terem apreciadas as suas ações de responsabilidade socioambiental. A exposição e análise dos dados é realizada nos subcapítulos que seguem.

4.2 AGCO DO BRASIL S/A

A Agco do Brasil S/A³ é a maior fabricante de tratores da América Latina e a maior exportadora do produto no Brasil. Entre as marcas de maquinário agrícola produzidas pela empresa, encontram-se, como recordistas de venda e de preferência dos consumidores, a Valtra, Agco Allis e a tradicional Massey Ferguson que alcançará o seu cinquentenário no Brasil em 2010.

Fundada em 1990, a Agco Corporation, com sede nos Estados Unidos, é uma fabricante e distribuidora global de equipamentos agrícolas e suas respectivas peças de reposição. A Agco do Brasil S/A oferece uma linha de produtos, incluindo tratores, colheitadeiras, equipamentos para fenação e forragem, pulverizadores, equipamentos para preparo de solo e implementos, através de mais de 3.600 concessionários e distribuidores, em mais de 140 países em todo o mundo. Os produtos da Agco são distribuídos sob várias marcas conhecidas como Agco, Challenger, Fendt, Gleaner, Hesston, Massey Ferguson, New Idea, RoGator, Spra-Coupe, Sunflower, TerraGator, Valtra e White Planters. A Agco fornece financiamento de varejo através do Banco Agco Finance. A companhia tem sua matriz em Duluth, Geórgia.

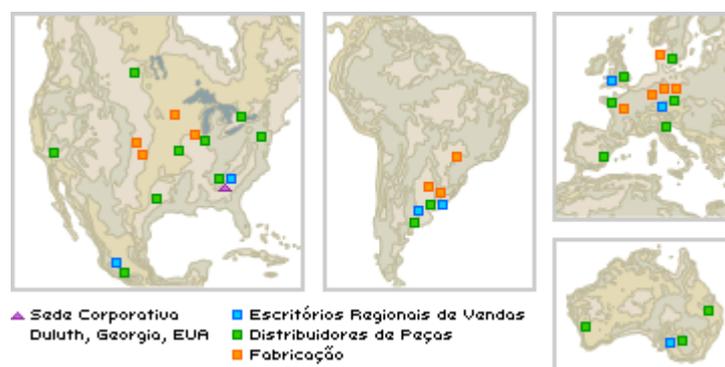


Figura 2 - Representações da Agco no mundo.

Fonte: www.agco.com.br.

As máquinas produzidas no Brasil são exportadas para mais de 80 países, destacando-se as vendas realizadas para os Estados Unidos, Austrália, Japão, México, Argentina, América Central e Caribe. A empresa encontra-se expandindo suas vendas na Europa, no Oriente Médio e na África.

³ Dados obtidos no site www.agco.com.br, no relatório de Balanço Social de 2003, na inscrição do Projeto Isca no Prêmio ABRH/RS 2008 e através das entrevistas com os gestores e empregados da empresa.

No Rio Grande do Sul, a empresa possui três fábricas em operação. A unidade localizada em Canoas produz somente tratores e a de Santa Rosa/RS é destinada a fabricar colheitadeiras e tratores. Ambas são integrantes consolidadas da corporação e, desde setembro de 2007, a fábrica adquirida em Ibirubá/RS encontra-se em processo de integração à gestão corporativa.

O faturamento de 2007 da Agco do Brasil S/A foi de U\$ 6,8 bilhões com a produção de 36.876 tratores e 800 colheitadeiras. Esta produção foi realizada por 4 mil empregados, sendo 2.300 nas fábricas de Canoas e Santa Rosa, no Rio Grande do Sul.

De acordo com seu plano estratégico, possui:

- Visão: "Soluções de alta tecnologia para produtores rurais que alimentam o mundo".
- Missão: "Crescimento sustentável através do atendimento ao cliente, inovação, qualidade e comprometimento superiores".
- Valores:

“Foco no cliente:

Criamos soluções excelentes para nossos clientes, ouvindo atentamente suas necessidades e excedendo suas expectativas.

Foco na concessionária e distribuidores:

Percebemos que a lucratividade da concessionária é o meio para o nosso sucesso e esperamos ser o fornecedor preferido.

Dimensões humanas:

- Valorizamos nossos funcionários;
- Queremos ser o empregador preferido no nosso segmento;
- Queremos desenvolver funcionários altamente motivados que sejam os mais instruídos e melhor treinados no segmento;
- Desenvolvemos as habilidades e qualificações dos funcionários;
- Queremos que nossos líderes sejam pró-ativos e indiquem a direção;
- Queremos que nossos líderes influenciem e estabeleçam as regras; e
- Queremos alcançar vantagem competitiva através da agilidade, qualidade e comportamento inovador.

Número um na qualidade percebida pelo cliente:

Mais do que entregar alta qualidade em produtos e serviços, queremos ser reconhecidos por isso.

Padrões éticos:

Agiremos de maneira ética como bons cidadãos corporativos em todas as comunidades nas quais a companhia atua;

Cuidamos do meio ambiente; e

Queremos proteger o meio ambiente de influências nocivas, conservar os recursos naturais e promover a consciência ambiental.

Valores da marca:

Reconhecemos a tradição e o valor das marcas, a lealdade de nossos clientes e a identificação de nossas concessionárias e distribuidores com as marcas. A estratégia multi-marcas da Agco mantém o valor de cada marca.

Agregar valor para o acionista:

Queremos alcançar crescimento lucrativo; e

A Agco administrará o negócio para oferecer retorno superior a seus acionistas.”

Em relação aos 1300 empregados da planta de Canoas, os quadros a seguir ilustram suas características:

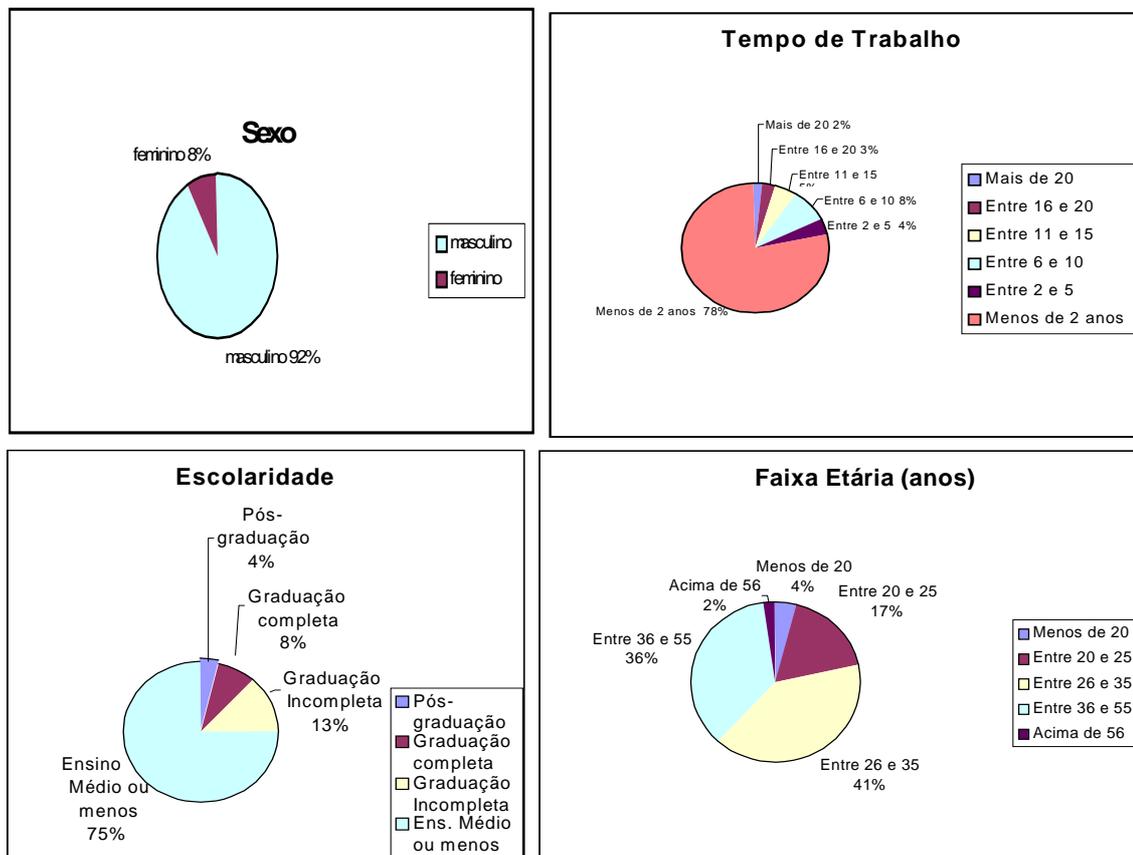


Gráfico 1 - Perfil dos empregados da Agco do Brasil S/A

Fonte: www.agco.com.br.

Estratégia socioambiental da empresa

A empresa se apresenta como uma companhia socialmente responsável, devido às conquistas relevantes nos últimos anos. Em 2004, a Agco do Brasil S/A recebeu o Troféu Destaque de Responsabilidade Social da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 2006, foi premiada com o Prêmio Qualidade de Vida no Trabalho, concedido pelo SESI. Destaca como programas sociais internos: a educação; formação em idiomas e outros cursos; participação em resultados; times de qualidade; previdência privada; educação para preservação do meio ambiente; segurança no trabalho; e saúde ocupacional.

Como programas externos, a empresa investe em educação, inserção social e no bem-estar das comunidades que a cercam. Diz-se comprometida com o desenvolvimento sustentável e adota práticas que respeitam o meio ambiente, a segurança e a saúde ocupacional dos colaboradores, além de promover a inclusão social, a educação e participar de projetos comunitários.

A Agco do Brasil S/A também se apresenta preocupada com a qualidade de vida dentro e fora de suas fábricas. Todas as ações empreendidas pela empresa focam o cumprimento dos preceitos legais nacionais. Esta postura, segundo os diretores, é reconhecida pela comunidade e pelos consumidores de produtos da Agco, refletindo-se na sua perenidade.

Ainda de acordo com a direção, as políticas relativas à responsabilidade socioambiental passaram a ser institucionalizadas a partir de 1994, com a obtenção da ISO 9.001. Da mesma forma, a empresa conquistou as certificações internacionais ISO 14.001, em 1999; OHSAS 18.001, em 2002; e ISO 9.001:2000, em 2003.

A Agco do Brasil S/A interpreta a responsabilidade social como parte do modelo de gestão da empresa, procurando englobar o grau de transparência das relações que mantém com os diferentes grupos envolvidos nas atividades da empresa: clientes; público interno; fornecedores; meio ambiente; Governo; e sociedade. As políticas de responsabilidade social e ambiental se encontram em departamentos diferentes, mas as duas possuem ações integradas e se reportam ao Setor de Recursos Humanos.

Em 2004, a empresa publicou um balanço social com 100 páginas relativas às atividades de 2003 intitulado “Crescimento responsável”. Neste documento, relatou suas principais políticas e resultados em responsabilidade social e ambiental, sendo este o único ano em que a empresa divulgou seus resultados na área em forma de balanço social. Quando questionada sobre a continuidade da publicação, a coordenadora de responsabilidade social salienta que, atualmente, a empresa não tem clareza do que publicar pelo fato de “*não ter*

ainda um alinhamento em todas as plantas (cidades)”. Assim, optou por não mais publicar o relatório.

O balanço social evidencia, nas palavras do vice-presidente, o entendimento da empresa sobre responsabilidade social. Abaixo, trechos de seu discurso:

Ter responsabilidade social significa, na visão da Agco do Brasil S/A, ultrapassar as fronteiras do interesse de um indivíduo ou de uma empresa/instituição para buscar a interação e a atuação responsável desses agentes com a sociedade e com o meio ambiente como um todo. A Agco do Brasil S/A tem dado mostras de ser uma empresa que, mais do que consciente dos seus atos, procura atuar de forma pró-ativa na disseminação dos valores da responsabilidade social e ambiental. E o faz tanto no ambiente interno quanto junto ao mercado e comunidades onde está inserida (AGCO DO BRASIL, 2004, p. 7).

Através das palavras do vice-presidente, entende-se que, de fato, a empresa tem se preocupado com as questões sociais e ambientais, nos diferentes ambientes. A organização também possui uma política de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional estabelecida, deixando evidente o seu comprometimento em atender as necessidades da agroindústria mundial, levando em conta a preservação ambiental, a saúde e segurança do trabalhador.

Dentre as diretrizes estabelecidas na política de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional da empresa, relacionadas à responsabilidade socioambiental, destaca-se:

“- Buscar a satisfação dos funcionários, visando a melhoria da performance da organização;

- Respeitar o meio ambiente, desenvolvendo nossas atividades, produtos e serviços visando a redução no consumo de recursos naturais e adotando práticas de preservação da poluição;

- Atender aos requisitos legais aplicáveis que se relacionem aos aspectos ambientais e perigos de segurança e saúde ocupacional e outros requisitos subscritos pela organização; e

- Assumir o compromisso de ser pró-ativa com a comunidade interna e externa, desenvolvendo e fortalecendo ações de responsabilidade social e mantendo canais permanentes de comunicação.”

A partir dessas diretrizes, a empresa foi constituindo suas políticas de responsabilidade socioambiental que, por sua vez, tornaram-se objetos de estudo desta pesquisa, sendo as mesmas separadas de acordo com uma categorização especialmente elaborada para uma

melhor compreensão de suas práticas e efetivos impactos na sociedade e no meio ambiente. Vale destacar que, para fins de análise, somente a unidade de Canoas foi objeto da pesquisa.

4.2.1 Análise e Interpretação dos Dados

Nesse item serão apresentadas as políticas e práticas de responsabilidade socioambiental da empresa, considerando os eixos temáticos e categorias criadas nessa dissertação.

4.2.1.1 Eixo Temático: Responsabilidade Ambiental

Política ambiental da empresa

Contribuir com a sociedade de forma ambientalmente responsável, para a assessora ambiental da organização, significa garantir que o meio ambiente se mantenha ecologicamente equilibrado, sem que os processos e produtos da empresa tenham impactos negativos à natureza, ou seja, assegurar a sintonia entre empresa e meio ambiente. Este foi o motivo que levou a Agco do Brasil S/A a implementar o Sistema de Gerenciamento Ambiental – SGA - .

As ações de implantação desse sistema iniciaram-se em 1998, tendo como foco o trabalho de Produção Mais Limpa, implantado em parceria com o Centro Nacional de Tecnologias Limpas - CNTL - e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/RS. Em um período de seis meses, a empresa realizou 1.848 horas de treinamentos voltados ao desenvolvimento do trabalho e 16.611 horas de treinamentos individualizados. Com a implementação do SGA, a empresa avaliou 336 atividades executadas por empregados e prestadores de serviços, identificando 1.177 impactos ambientais adversos e benéficos. A avaliação foi feita tanto para a situação normal de processo, quanto para as situações anormais e de risco.

Segundo representantes da empresa, o levantamento de aspectos e impactos ambientais foi a base, tanto para a implementação do SGA, quanto para o desenvolvimento dos trabalhos do programa de Produção Mais Limpa. Em função disso, foi possível identificar os requisitos legais aplicáveis à empresa, definir objetivos, metas e programas de gestão ambiental,

evidenciar a necessidade de procedimentos, instruções de trabalho, equipamentos críticos para o SGA e programas de monitoramento, além de possibilitar a identificação de toda a legislação ambiental aplicável às atividades, produtos e serviços, bem como a elaboração da lista de quesitos que observam o cumprimento ou não das exigências legais. Trata-se, portanto, de uma política ambiental pró-ativa, de acordo com o modelo abordado por Dias (2006), pois, antes da implantação do sistema, foi realizado um planejamento prévio sobre possíveis efeitos ambientais com o desenvolvimento de planos de contingência, procurando evitar esses impactos, reestruturando os produtos e os processos envolvidos. Contudo, a empresa ainda possui ações com impactos reativos, como o descarte de resíduos sólidos e líquidos.

Desta forma, após o estudo, a empresa definiu seus objetivos e metas com base, principalmente, nos aspectos e impactos ambientais significativos não controlados e nas oportunidades de melhorias identificadas no programa de Produção Mais Limpa, anteriormente realizado. O projeto culminou com a certificação da ISO 14.001, em 1999, sendo a primeira empresa do seu segmento a ser certificada.

Devido a sua amplitude e complexidade, este trabalho não aborda, em detalhes, o sistema de Produção Mais Limpa adotado no processo interno de produção, desconsiderando, por exemplo, o consumo de tinta na cabine 4799, a disposição da borra de tinta e da redução de energia na cabine da plataforma 3721 de sucata e pintura de peças metálicas. Entende-se que tais abordagens necessitariam de estudo mais técnico, pertinentes à outras áreas do conhecimento, como a engenharia ambiental, por exemplo. Da mesma forma, o presente estudo busca uma análise sociológica, não focando suas análises nos detalhes estruturais técnicos implantados pela empresa. Contudo, buscará identificar as ações que a corporação vem desenvolvendo com relação ao tratamento dos resíduos gerados, sólidos ou líquidos, ressaltando o tratamento dispensado à água, após sua utilização, como forma de evidenciar fatores que ressaltem aspectos acerca de sua efetiva responsabilidade ambiental. Para o levantamento destas informações, foram realizadas entrevistas com os gestores das áreas afins e analisados os documentos fornecidos pela empresa. Também serviram de subsídio para a elaboração deste trabalho, os apontamentos científicos de Mello (2002), Nascimento (2009), Siqueira, Ott e Vieira (2009), que já realizaram estudos da gestão ambiental da empresa em questão.

4.2.1.1.1 Categoria: tratamento da água

Em 2003, a empresa iniciou um projeto que utiliza plantas aquáticas no tratamento de efluentes primários, secundários e terciários, possibilitando um circuito fechado para a reutilização da água na lavagem dos tratores e das áreas industriais. Com o novo sistema, a fábrica reduziu em 70% o uso de água proveniente da rede pública e de fontes subterrâneas, que pode ser preservada para usos que exigem potabilidade, como o abastecimento da população. O investimento em todo o sistema para o reuso da água chegou a US\$ 300 mil, mas, só com a despesa de água, a fabricante de máquinas agrícolas passou a economizar cerca de R\$ 90 mil por ano. Agora, a meta da empresa é elevar o índice de reutilização dos efluentes para 85%.

No tratamento primário, o processo físico-químico separa os poluentes do efluente bruto. O pH é corrigido e, com a reação química, uma parte das impurezas restantes, denominado de lodo, é descartada. Em seguida, é realizada a mistura do efluente industrial tratado, visando a sua homogeneização.

O tratamento secundário é realizado em iodo ativado e inicia com a ação de microorganismos que transformam compostos complexos em estruturas simples. A partir daí, o decantador separa os sólidos dos efluentes. Os sólidos formados por colônias de bactérias retornam para o processo anterior e o excesso de iodo é descartado.

O tratamento que utiliza plantas aquáticas emergentes é denominado de terciário e se caracteriza por ser um sistema natural de tratamento de efluentes. Sem utilizar produtos químicos, permite o reuso do efluente tratado com redução da toxicidade. Trata-se de plantas aquáticas de banhado da espécie taboa e junco que realizam a remoção final das matérias orgânicas, do nitrogênio, do fósforo, dos sólidos suspensos, dos patogênicos e de outros elementos remanescentes das etapas anteriores. Assim, a água fica pronta para ser reutilizada.

O sistema da Agco do Brasil S/A tem capacidade para tratar 400 m³ por dia, possibilitando a reutilização na descarga em todos os sanitários da empresa, lavagens industriais, posto de lavagem de tratores, rede de hidrantes, irrigação paisagística e preparação de emulsões oleosas. A água, que não é reutilizada, após tratada, é lançada no Arroio Berto Círio.

Outras medidas adotadas para reduzir o consumo da água são a instalação de torneiras automáticas e o aproveitamento da água da chuva para o processo industrial. Todas as águas do tratamento superficial e da lavagem das colheitadeiras são provenientes da chuva.

4.2.1.1.2 Categoria: poluição do ar

De acordo com a assessora ambiental, não há a produção de resíduos pela emissão atmosférica, uma vez que se trata de uma montadora de tratores. Ainda assim, a empresa possui uma cabine de controle que realiza o monitoramento da qualidade do ar e faz coletas, em vários pontos da empresa, para garantir que não exista, de fato, nenhum tipo de emissão.

4.2.1.1.3 Categoria: tratamento dos resíduos sólidos

Em relação aos resíduos sólidos, a meta é a não geração, como relata a assessora ambiental, que ressalta, também, a responsabilidade da empresa em destinar os resíduos para os locais mais adequados:

A empresa procura evitar a geração. Então, a gente tem trabalhos com as embalagens retornáveis... Uma série de coisas na origem. A gente entende que se gerou resíduo, gerou prejuízo, mas, então, se a gente não consegue evitar e ele é gerado, ele é encaminhado lá para central... porque o gerador é responsável pelo resíduo. Então, se a gente botar no aterro, por exemplo, nós vamos ficar 50, 60 ou 100 anos com esse passivo ambiental lá, fora o prejuízo ao meio ambiente em si. A empresa tem esse compromisso. Então, nós temos interesse... a gente procura sempre eliminar o resíduo (assessora ambiental).

Os resíduos sólidos produzidos pela empresa classificam-se em perigosos e recicláveis. Os perigosos ou que possam vir a ser perigosos, como é o caso do lodo da etila, que não é perigoso, mas classificado como não inerte, são encaminhados para uma empresa que realiza o processo de queima do produto nos “fornos da cimenteira”. Após a queima, a empresa recebe um documento que informa a quantidade de resíduos eliminados. Outros resíduos como lâmpadas e pneus, a empresa procura devolver aos fabricantes, realizando uma política de reciclagem ou reencaminha para um local adequado de armazenagem dos resíduos.

Já os resíduos mais simples, como o papel, papelão, plástico, vidro e madeira, são encaminhados para central de resíduos, situada na própria empresa, na qual cinco associados da Associação de Reciclagem de Lixo Amigas Solidárias - ARLAS - , com sede no Bairro Guajuviras em Canoas, realizam toda a separação.

A empresa nomeou essa ação de “Programa Reciclar para o Social: uma atitude que faz a diferença”, tendo, por meta, a promoção do desenvolvimento da consciência ambiental junto aos colaboradores e, sobretudo, a geração de renda para a comunidade carente. O programa baseia-se em um sistema de coleta seletiva, que tem por objetivo o correto acondicionamento e a separação dos resíduos gerados na empresa, sendo realizada, em um primeiro momento, pelos próprios colaboradores.

Em seguida, são acondicionados na Central de Resíduos da Agco do Brasil S/A, o papel, papelão, plástico e vidro, para que os trabalhadores da ARLAS façam o armazenamento adequado. Uma vez separados, os resíduos são retirados da empresa por caminhões da Prefeitura Municipal e levados até a sede da associação, onde são comercializados. Diariamente, cerca de 1,5 toneladas de resíduos são acondicionados e vendidos pela associação que, após sugestão da empresa, encontra-se em processo de criação de uma cooperativa de mesmo nome, haja vista que o resultado desta venda é revertido para os quase trinta associados recicladores, em contraposição às normas legais referentes ao associativismo. Por outro lado, tornando-se sócios em uma cooperativa, perdem os apoios dos Governos, que não podem apoiar empresas, sem o devido processo de licitação. Assim, percebe-se a forte influência da empresa na vida destes recicladores, que, notadamente possuem condições mínimas de subsistência e encontram-se em processo de adequação legal, automeando-se, atualmente, como cooperados em seus discursos, em uma clara disposição de vir a sê-lo, após a criação da cooperativa, enquanto ainda se utilizam da associação que originou este movimento social.

Através desta ação, a empresa entende estar realizando mais uma prática de responsabilidade social e ambiental, uma vez que estes resíduos poderiam estar sendo depositados no aterro municipal. A separação do material ocorre em espaço protegido na empresa, sem que esta cobre aluguel ou qualquer outro tipo de pagamento. Além disso, os associados recebem os equipamentos necessários para realizar a separação, como luvas e óculos, bem como lhes é oferecido almoço no refeitório da empresa.

Com o apoio da Agco do Brasil S/A, a associação mantém cerca de 50% dos rendimentos, proporcionando trabalho e renda de aproximadamente R\$ 700,00 por mês para

as famílias dos “associados”. De acordo com a presidente, essa parceria é de extrema importância para a ARLAS:

Nós temos, na Agco, uma parceria mesmo, porque trabalhamos lá dentro com 5 pessoas da “cooperativa”. A empresa repassa os resíduos para nós. Dá até almoço para o grupo. Agco mantém 50% das vendas da “cooperativa”. Os outros 50% são de lixos das casas (presidente da associação ARLAS).

Em relação à política de reciclagem com os empregados, a empresa trabalha o programa dos 7 R's: reeducar, repensar, reinserir, reduzir, readequar, reciclar e reutilizar, buscando orientá-los e conscientizá-los sobre o destino correto dos resíduos. Os empregados recebem cartilhas que são trabalhadas nas reuniões semanais do programa de comunicação da empresa denominado “Bom Dia” e “Boa Noite”, destinado ao debate de questões importantes sobre a companhia. Também utiliza os dias específicos como o dia da água e semana do meio ambiente para criar diferentes atividades de sensibilização dos trabalhadores. Essas reuniões também são realizadas devido às auditorias da empresa, principalmente em relação à ISO 14.001.

Outro incentivo é o programa "Idéias da gente", no qual os empregados sugerem melhorias que podem ser ambientais, de qualidade ou segurança, como relata a assessora:

Eles sugerem. Se a melhoria for aceita e virar uma rotina de trabalho, trazendo economia para empresa, tanto do ponto de vista financeiro, quanto ambiental, esse ganho de dinheiro é repassado para eles. Por exemplo, havia umas peças que tinham 5 ou 6 pontos de solda. Aí eles se perguntaram: "para que tanta solda? Vamos fazer uma peça que tenha duas soldas para fazer a mesma coisa." E fizeram. Tem um lugar, ali, no início na entrada da fábrica, que fica exposto um balcão com diversas melhorias que foram feitas. E o pessoal gosta, fica orgulhoso com o trabalho reconhecido. Há toda uma gestão interessante nesse sentido. Muitas vezes, eles nem se dão conta que fazem melhorias ambientais (assistente ambiental).

Além disso, a empresa também mantém os clientes informados, através de cartilhas e cursos, sobre os cuidados ambientais que devem ter na operação e manutenção dos seus produtos. Para os fornecedores, a Agco do Brasil S/A exige a licença ambiental e a adoção de medidas que visem melhorar a qualidade, em relação ao meio ambiente, dos produtos fornecidos para a empresa. Contudo, de acordo com a coordenadora de responsabilidade social, essa política ainda não está totalmente definida.

A empresa considera que grande parte de suas políticas ambientais transcendem a questões de legislação, uma vez que a ISO 14.001, determinações da FEPAM e de outras normativas, muitas vezes, não relacionam quais são as medidas práticas a serem tomadas em relação ao tratamento de efluentes. Elas apontam linhas gerais e a empresa deve buscar a melhor forma de atendê-las, como menciona a assessora, ressaltando a pró-atividade da organização frente aos processos:

Por exemplo, o reuso de água. Não existe uma lei que diga que tu tens que ter reuso de água e, dentro da nossa estação, eu poderia lançar tudo no arroio e, a partir do meu processo secundário, que é o decantador secundário, já estaria atendendo à FEPAM e à legislação. Só que a Agco optou por investir R\$400 mil, mais ou menos, na época, em 2005, para fazer todo esse sistema de reuso da água. Então, em função da opção da empresa e da não existência de legislação sobre isso, fomos pró-ativos. A mesma coisa é com o processamento. A lei diz que tu tens que mandar o teu resíduo perigoso para um local apropriado. O que é um local apropriado? Tu escolhes. Então, a gente poderia enviar para um aterro e estaria dentro da lei. Existe aterro para resíduo perigoso. Eu envio o resíduo para o aterro, um aterro licenciado pela FEPAM, que não há problema nenhum. Eu posso fazer isso. Mas a gente entende que esta não é uma boa saída, apesar de ser legalmente aceita, pois eu estaria criando um problema para sempre: para mim, para a empresa, para o meio ambiente e para todo mundo. Então, a gente prefere mandar para co-processamento. É mais caro, mas é uma opção da empresa (assessora ambiental).

Nessas colocações, evidencia-se o investimento que a empresa tem realizado para implantar medidas relacionadas ao meio ambiente. Contudo, não informou os gastos anuais despendidos com a questão ambiental, mas, de acordo com informações da assessora da área, o investimento em todo o sistema para o reuso da água, por exemplo, chegou a US\$ 300 mil. Por outro lado, passaram a economizar cerca de R\$ 90.000,00 por ano com a diminuição das despesas com água. Além disso, apesar da crise financeira instaurada em 2008, a empresa, até o momento, não realizou cortes de verbas para o setor.

Por fim, considerando o cenário de riscos ambientais, quando questionada sobre a previsibilidade dos mesmos na empresa, a assessora mencionou que, apesar do estudo realizado para a implantação do SGA, a empresa avaliou as atividades executadas e identificou os impactos ambientais por ela gerados, mas não tem como prever ou controlar os riscos ambientais que algum acidente possa ocasionar. O que a empresa possui são os chamados controles na origem. Como exemplo disto, pode ser citado uma possível falha em uma empilhadeira que passa a derramar óleo, indo, o mesmo, para a rede fluvial que passa no pátio da empresa e desemboca no arroio Berto Círio. Nesse caso, para que o óleo não chegue

ao arroio, a empresa utiliza kits de emergência que impedem a continuação da água contaminada.

Ainda em relação aos riscos, a assessora pondera:

Eu acho que a gente tem controles muito bons, mas a garantia é difícil de ter. O risco até existe, mas os controles que a gente tem, são muito grandes. Por isso, diminui a probabilidade de acidentes (assessora ambiental).

Nesse sentido, a empresa não garante o controle total dos riscos ambientais que podem ocasionar acidentes com os empregados ou em relação ao meio ambiente, prejudicando também a comunidade em seu entorno. Contudo, através do SGA, conseguiu identificar seus principais riscos e, sobre eles, remete uma atenção especial, evitando danos ambientais e sociais. Atualmente, todas as políticas de responsabilidade ambiental da empresa estão inseridas no SGA, compreendendo as ações mencionadas, como Tecnologias Limpas no processo industrial, estação de tratamento de água, coleta seletiva e campanhas de segurança e saúde do trabalhador, permitindo que a empresa trabalhe de uma forma efetiva as questões relacionadas ao meio ambiente. Tais medidas também obedecem aos objetivos da Produção Mais Limpa que, de acordo com Martini e Gusmão (2003), possibilita a redução de desperdícios e da poluição hídrica, atmosférica e do solo, a conservação de recursos naturais e evita ou minimiza a geração de poluentes.

4.2.1.2 Eixo Temático: Responsabilidade Social Interna

Em relação à responsabilidade social interna, a empresa possui a certificação OHSAS 18.001, relacionada à segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo como foco a prevenção de acidentes, redução de riscos e o bem-estar dos colaboradores. Tal certificação é requisito para a assinatura e manutenção de contratos nacionais e internacionais. Abaixo estão elencados os benefícios oferecidos.

4.2.1.2.1 Categoria: políticas de benefícios

Vale esclarecer que a empresa considera como política de responsabilidade interna, todos os benefícios concedidos aos empregados, mesmo sendo, grande parte desses benefícios, obrigações legais. Seguem os principais:

Incentivo à educação

A empresa oferece aos empregados a oportunidade de um auxílio nas mensalidades para cursos de pós-graduação ou especialização. A Agco do Brasil S/A está, também, estruturando um projeto para os cursos de graduação, visando a atender às necessidades específicas relacionadas às funções dos colaboradores na empresa.

Idiomas

A Agco do Brasil S/A incentiva seus empregados a desenvolverem fluência em outro idioma, especialmente no inglês e no espanhol, sempre que este conhecimento se fizer necessário para a realização de suas atribuições. Para isso, a empresa oferece subsídio de 80% do valor do curso de idiomas e aulas *in company*, por meio de uma parceria com uma escola de idiomas.

Política de remuneração

Há dois sistemas de remuneração, implantados pela empresa:

– Fixa: a Agco do Brasil S/A oferece remuneração fixa direta que obedece a política de mercado; e

– Variável: a empresa dispõe de programas de reconhecimento pela performance individual e em grupos, com destaque para o Programa de Participação nos Resultados - PROPAR - que consiste em um sistema de distribuição de resultados conforme metas anuais.

Assistência em saúde

A Agco do Brasil S/A proporciona assistência médica e odontológica para todos os seus empregados e dependentes através de um convênio com uma empresa privada, mediante um desconto mínimo em seus salários. A companhia também mantém um convênio com uma organização que oferece um “cartão-farmácia” e reembolsa 50% do valor dos medicamentos que seus empregados adquirem, mediante apresentação de receita médica. Também reembolsa 50% do valor despendidos por seus empregados para a compra de óculos e lentes de contato.

Alimentação

Buscando incentivar bons hábitos alimentares e evitar possíveis problemas de saúde de seus empregados, a Agco do Brasil S/A possui um restaurante amplo e arejado onde oferece uma alimentação balanceada e totalmente controlada por nutricionistas e profissionais credenciados.

Previdência privada

Junto com a Brasilprev, a empresa criou o Agcoprev, um plano de previdência privada que visa conceder um benefício adicional ao da previdência social pública do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS -, assegurando melhores rendimentos aos seus empregados no momento de suas aposentadorias, mediante adesão e contribuição individual.

Transporte

Com o intuito de oferecer conforto e segurança aos colaboradores da fábrica de Canoas, aos residentes na região Metropolitana de Porto Alegre, nos deslocamentos de suas casas para o trabalho, bem como para seus retornos, a Agco do Brasil S/A disponibiliza 35 linhas de ônibus que atendem a todos os horários de trabalho da companhia. Em casos nos quais não ocorre a possibilidade de utilização do transporte contratado, é fornecido vale-transporte, descontado, no entanto, os 6% na folha de pagamento, como regem as normas trabalhistas. Faz-se necessário ressaltar que acidentes com empregados nestes trajetos são considerados acidentes de trabalho.

Ginástica laboral

Há dez anos a Agco do Brasil S/A oferece, para seus empregados, atividades físicas preparatórias para o trabalho, buscando evitar lesões, e atividades fisioterapêuticas no caso de situações especiais. Segundo a empresa, a atividade de ginástica laboral tem, como principais benefícios, a prevenção e fins terapêuticos como redução das dores, melhoria da disposição para o trabalho, diminuição do estresse, descontração em função da integração entre as pessoas, redução de faltas ao trabalho e melhora na consciência e na postura corporal.

Uniforme limpo

A Agco do Brasil S/A propicia a lavagem e a higienização dos uniformes dos empregados da fábrica duas vezes por semana. Diariamente, a companhia ainda entrega uma toalha para o uso de cada um.

4.2.1.3 Eixo temático: Responsabilidade Social Externa

Nesse item, serão abordadas as atividades da Agco do Brasil S/A relacionadas com a comunidade, sejam elas dentro ou fora da empresa. Tais ações compreendem projetos mais estratégicos, bem como iniciativas mais pontuais nas quais a empresa participou de doações financeiras ou de materiais.

4.2.1.3.1 Categoria: projetos com a comunidade realizados dentro da empresa

Projeto Pescar

Segundo a direção de responsabilidade social, atualmente, um dos grandes projetos da empresa nessa área é o Projeto Pescar, desenvolvido desde 2006. O projeto é realizado a partir de um sistema de franquia social, cuja metodologia é disponibilizada pela Fundação Projeto Pescar, através da qual as empresas proporcionam um espaço em suas dependências para a formação pessoal e profissional de adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social.

Na Agco do Brasil S/A, unidade Canoas, este projeto atende, anualmente, 15 jovens, oferecendo capacitação profissional, o desenvolvimento de hábitos saudáveis, atitudes de convivência, de cidadania e estímulo ao empreendedorismo, com encaminhamento ao mercado de trabalho.

Como critérios de seleção, de acordo com a coordenação, é observado se o jovem encontra-se em situação de risco social, ou seja, se os familiares responsáveis pela manutenção financeira da casa não recebem mais do que meio salário mínimo mensal. Já o jovem, para ingressar no projeto, deve estar na faixa etária de 16 a 19 anos, cursando, pelo menos, a oitava série do ensino fundamental e obter uma boa nota na prova aplicada pela empresa.

O curso possui carga horária de seis horas/aula diária, totalizando 1.100 horas, com duração de nove meses e pretende, além de oferecer formação técnica em Mecânica Industrial, proporcionar um crescimento pessoal aos alunos, além de fornecer-lhes melhores perspectivas de inserção no mercado de trabalho após a formatura. Para tanto, 60% das disciplinas ministradas são de formação interdisciplinar e de caráter comportamental. Os educadores são os próprios colaboradores da empresa: 54 voluntários que dedicam uma parte de seu tempo

para a preparação desses jovens. Os alunos são beneficiados com bolsa de estudos, além de alimentação, transporte, uniforme e atendimento médico no ambulatório da companhia. A empresa pode enquadrar a contratação desses jovens na Lei do Jovem Aprendiz - Lei 10.097/2000, Decreto 5598/2005 e Portaria 615/2007 do Ministério do Trabalho e Emprego, eximindo-se da obrigação de contratar mais jovens para contemplar o requisito legal estipulado.

Alguns jovens, após o encerramento das atividades, passam a ser contratados pela empresa, sendo que, desde 2006, 10 dos 45 jovens que participaram do projeto permaneceram na organização. A metalúrgica também é responsável pela inserção desses jovens no mercado de trabalho. A Fundação Projeto Pescar propõe que a empresa faça esse acompanhamento por mais dois anos após a formatura, mas, de acordo com a coordenadora do projeto na empresa, a Agco do Brasil S/A assume esse acompanhamento pelo resto da vida ou enquanto precisarem de suporte para encontrarem seu caminho profissional.

Duas vezes ao ano, os jovens são convidados a participarem de um encontro de confraternização que tem por objetivo o acompanhamento de suas condições de vida, buscando entender e apoiar na superação de obstáculos relativos ao mercado de trabalho. A coordenadora salienta que, de acordo com o último levantamento, cerca de 80% dos jovens que se formaram na empresa estão empregados.

Uma das constatações realizadas durante as entrevistas foi o carinho que os empregados voluntários do projeto sentem pelos jovens e o orgulho que possuem ao verem os jovens mudando sua postura, bem como se adequando às regras da empresa:

O ano passado nós tínhamos jovens que quase batiam na gente e isso se modificou um pouco para eles... diria que melhorou 80%. Eu ouvi de uma mãe: "Deise, ele melhorou 90% depois que entrou aí. Os 10% são da juventude". Então, é bonito tu ouvires dos pais... que a cobrança existe. Eu chamo o familiar aqui. Ele participa também de três reuniões anuais, além da primeira que deve vir, momento em que nós passamos todas as nossas regras, da empresa, deixando bem claro: "Quem não quiser participar está livre, mas quem participar vai ter que entrar no ritmo." E aí, eu digo assim... "se chegarem em casa se queixando, vocês tem que fazer o quê? Xingá-los. Se queixarem, é porque não estão fazendo as coisas direito (coordenadora do Projeto Pescar).

Eu tenho uma ótima relação com os alunos e mesmo depois que encerram aqui, encontro com alguns, como hoje eu encontrei uma aluna minha problemática que eu tive... que o projeto teve, uma aluna do ano passado. Ela é uma pessoa que enfrentou a morte de sua mãe, sendo o pai alcoólatra, tendo, ela, que cuidar dos irmãos pequenos. Ela tinha todos os problemas do mundo para uma pessoa não vencer e, hoje, ela está trabalhando na nossa... é ela que faz o atendimento... do nosso restaurante aqui. Ela está lá trabalhando, fico comovido às vezes de ver que uma menina que estava prestes para... ela estava assim na "boca" do mal caminho e foi tirada (empregado 4).

Eles iniciam brutos ou como pedras brutas e saem extremamente polidos para questões de etiqueta, também. Eles vão se polindo. Nas primeiras turmas, eu observava que eles chegavam a ser quase animais, pessoas realmente a baixo da linha da pobreza, pessoas que não tinham educação. Tu observavas isso no lanche e, depois, vão se polindo. É uma pena que é só um ano para eles e eu sempre digo: "Vocês tem que aproveitar esse ano para melhorar, porque a vida..." é algo que vai marcá-los para toda a vida (empregado 3).

Os alunos, em dado momento do curso, passam a ter contato com a linha de produção e aprendem todas as etapas da montagem de um trator. Após a etapa teórica, passam a trabalhar em um dos setores da empresa. De acordo com a coordenadora, esse é um momento bem importante do processo de aprendizagem dos jovens:

São setores que possuem muito trabalho, mas os empregados adoram recebê-los porque aprendem muito, sabe... da origem deles... Aprendem a partir da maneira como os jovens lidam com as coisas... E os olhos brilham. Eles estão cheios de vontade de aprender, eles vêm com aquele gás, o que é importante para as pessoas, elas se alimentam disso. Então, o quê eles ficam fazendo? Aprendendo o que o setor faz, qual é a função, qual é a importância desse setor para empresa. Eles aprendem a emitir nota fiscal, eles aprendem a mexer nos sistemas... nos sistemas financeiros... todos. São coisas bem complexas. Assim..., então, não é... , eles não vão lá para ficar carregando, levando, trazendo coisas, eles vão para aprender (coordenadora do Projeto Pescar).

Segundo a coordenadora de responsabilidade social da empresa, o próximo passo é implantar o programa Jovem Aprendiz, buscando a superação da deficiência intelectual. A empresa pretende realizar esse trabalho na própria sede, com metodologia semelhante ao do Projeto Pescar. Assim, estará suprimindo uma outra demanda legal que se apresenta, em consideração à Lei 7.853, de 1989, ao artigo 93 da Lei 8.213, de 1991, o Decreto 3.298, de 1999 e o Decreto 5.296, de 2004, que tratam da inclusão de pessoas com deficiências. A coordenadora afirma que assim, além da prática da responsabilidade social, a empresa também estará atendendo as exigências da lei, de forma estratégica. Esse discurso também se faz presente quando a coordenadora do Projeto Pescar salienta que os jovens são preparados para atuar na própria empresa:

A empresa também adota a proposta de aproveitá-los aqui dentro. A empresa também tem que ganhar com isso. Ela tem que dar, mas também tem que ganhar. Se eu pego um jovem com 17 anos que está terminado o segundo grau, no final do ano, ele estará se formando, completando 18 anos e a chance dele conseguir entrar na empresa é muito grande. Se eu pegar um jovem com menos escolaridade, eu vou ter que... colocá-lo no mercado de trabalho, certo? E isso vai acontecer, independente dele ter ou não idade adequada. Mas a questão é a seguinte: ele precisa ser aproveitado pela empresa. A empresa tem o direito de fazer essa escolha. Ela os está preparando, ela está abrindo as portas para eles e tem que se beneficiar também. Uma mão lava a outra (coordenadora do Projeto Pescar).

Além das aulas teóricas e da inserção na empresa, os jovens também realizam um intercâmbio importante com o setor de meio ambiente e com outros projetos sociais. De acordo com a coordenadora, durante o ano, eles recebem uma capacitação sobre as atividades relacionadas ao tratamento de água, conhecem o processo de reciclagem do lixo, bem como outras ações de cunho social, como o Projeto Inclusão Social e Capacitação e Acessibilidade - ISCA - , que objetiva oferecer postos de trabalho para deficientes. A partir do conhecimento adquirido, criam maquetes que simulam estes processos, apresentando-os, eles próprios, em eventos nos quais a empresa se faz presente. Durante o período, também são estimulados planejar e a realizar ações voluntárias, como relata a coordenadora:

Tem o asilo que eles ajudaram. Eles foram lá e levantaram as necessidades. Após, elaboraram um projeto de ajuda que conseguisse obter as doações que o asilo precisava. Desenvolveram, então, uma campanha dentro da empresa. Captaram as necessidades e foram entregar. Assim, eles se encontram em um processo que eles vão se desenvolvendo... Eles são estimulados a desenvolverem por eles próprios. Eu vou orientando nesse sentido... Eu vou mostrando para eles o quanto eles conseguem, o que eles precisam para cada etapa, porque é aquela coisa: tu vais fazendo... E é tudo muito automático não é?... Tu não percebes o que está por trás. E aí eu paro e mostro para eles: “olha, para vocês fazerem o diagnóstico, o que vocês fizeram?” No caso do asilo, responderam: “ah, professora, a gente entrevistou...” “Quem que vocês entrevistaram?”, perguntei. “Os responsáveis pelo asilo: a enfermeira que cuida deles, a pessoa da limpeza e a pessoa da cozinha.”, responderam. “Então, vocês foram à todos os ambientes. O que vocês viram? Como é que chegaram nessas pessoas?”, insisti. E aí eles foram dizendo e eu ia montando no quadro. “Então, vocês montaram um projeto, vocês fizeram um diagnóstico, produziram algumas soluções e, agora, vocês estão desenvolvendo uma campanha e, depois, vocês vão executar.”, expliquei. Então, são coisas assim que eles não se dão conta do quanto eles fizeram se tu não mostras. Logo, eles aprendem que são muito fortes e valorizam tudo que eles tem. E o mais importante que eu acho, de tudo, é ensinar a eles a olharem... sabe... e perceber as coisas, de maneira diferente, melhor (coordenadora do Projeto Pescar).

As transformações, aprendizados e o entusiasmo são elementos frequentes nas falas dos jovens que, devido à vulnerabilidade social em que se encontram, vislumbram no projeto uma alternativa para obterem melhoras significativas em suas vidas, percebendo-se valorizados, importantes. É notório o orgulho que os alunos possuem em integrar a ação, apesar do sacrifício em que se percebem envolvidos, tendo que estar presentes diariamente no projeto, em turno integral, devendo ter uma participação efetiva na empresa, além de precisarem estudar à noite, tendo que apresentar, também, desempenhos escolares satisfatórios. Assim, os jovens depositam, no projeto, seu crescimento profissional, como revela os seguintes depoimentos:

Eu faço o curso durante o dia e estudo à noite. O cansaço que sinto vale a pena. Eu tento dar o melhor de mim nas tarefas para que tudo possa se refletir no meu estudo. Conheci pessoas novas, professores e amigos. Por onde passo com o uniforme, sou reconhecido, recebo elogios, isso me incentiva (jovem 1).

Para mim, o Projeto Pescar é realmente uma grande máquina de “pescar”. Pesca jovens que quase já se vêem sem saída. Pesca sonhos no fundo de corações já desacreditados. Pesca fé, sentimentos, amor, gratidão. E, principalmente, pesca jovens que vão ter uma profissão, um caminho (jovem 2).

Quando ouvi falar pela primeira vez no Projeto Pescar, pensei que fosse apenas um curso profissionalizante, como outro qualquer. Não imaginava que envolvesse tantos voluntários e profissionais de diversas áreas, dispostos a ensinar coisas simples, porém de muito valor para o nosso futuro (jovem 3).

Por sua vez, a Fundação Projeto Pescar fornece todo o suporte técnico necessário para a instalação, monitoramento e avaliação das atividades nas empresas parceiras. A franquia social já existe desde 1976, tendo seu início em uma empresa de Porto Alegre/RS. Atualmente, possui cento e onze unidades em onze estados brasileiros, oito unidades na Argentina e uma no Paraguai. Segundo a Fundação, o Projeto Pescar para a empresa tem o custo anual de R\$66.140,00, relativos a gastos com salário do orientador, alimentação, seguros de vida, uniformes e transporte dos jovens, além do valor de contribuição contratual a ser repassado para a Fundação. Assim, um jovem custa para a empresa franqueada cerca de R\$ 300,00 por mês.

A Fundação, em seu discurso, apresenta esse valor como um custo irrisório, comparado aos R\$ 4.500,00 despendidos por mês pelo Governo ao internar um jovem infrator que necessite cumprir medidas sócio-educativas, em diversas instituições públicas, e que, na maioria das vezes, não apresentam mínimos avanços nos processos de recuperação.

Do gasto anual, a empresa ainda desconta o valor pago à Fundação no seu Imposto de Renda pago, na forma de restituição corrigida, até o valor de 1%, pois realiza o depósito na conta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, indicando o direcionamento do recurso. Atualmente, o valor depositado encontra-se em torno de R\$ 9.960,00. Já para as despesas relativas ao transporte, alimentação e seguros de vida, a Fundação sugere que a empresa realize parcerias com outras organizações, mantendo apenas o custo com o orientador de R\$ 26.400,00 ao ano.

Por fim, outra vantagem apresentada pela Fundação às empresas que aderirem ao Projeto Pescar é a adequação às cotas da Lei do Jovem Aprendiz, pois o Ministério do Trabalho e Emprego validou, em 2007, a formação técnico-profissional metódica do projeto, certificando sua adequação ao cumprimento das cotas de aprendizagem. Assim, aderindo ao Projeto Pescar, a empresa contempla, também, a Lei do Jovem Aprendiz, na qual um percentual mínimo de jovens deve ser contratado pela empresa, como aprendiz, de acordo com o número total de empregados. Contudo, de acordo com a lei, ela deve arcar com o custo adicional do pagamento de cotas aos jovens, bem como dos encargos sociais. Esse é o caso dos jovens participantes do projeto na Agco do Brasil S/A, que também são jovens cotistas.

Projeto ISCA

Outra iniciativa de responsabilidade social externa destacada pela empresa é o Projeto ISCA, que tem por objetivo oferecer postos de trabalho a deficientes considerados “graves”, como autistas, deficientes visuais, deficientes auditivos e pessoas com síndrome de *down*.

Este projeto teve início em 2004, quando a empresa iniciou um processo organizado e planejado de inclusão de deficientes físicos. Na implantação do Projeto ISCA, uma equipe multidisciplinar, composta por membros do quadro da própria empresa, como médico do trabalho, assistente social, psicóloga, socióloga, engenheiro de segurança e técnico em informática, realizou, no município, um mapeamento dos deficientes interessados em trabalhar. Simultaneamente, a empresa criou um programa de sensibilização para os seus empregados, visando à futura integração com os deficientes do Projeto ISCA. O departamento de meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, analisou os locais de trabalho junto aos supervisores e gerentes das áreas, visando oportunizar a realização de atividades laborais por deficientes de forma qualitativa, quantitativa e com total segurança.

O processo de inclusão de deficientes mentais na unidade fabril efetivou-se através de uma parceria firmada entre a Agco do Brasil S/A e o Instituto Pestalozzi, em setembro de 2005. A escolha do Instituto Pestalozzi aconteceu após uma pesquisa realizada em várias instituições especializadas no atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais. Esta instituição desenvolve um trabalho específico de preparação e encaminhamento de jovens para o ingresso no mercado de trabalho, através de seu núcleo profissionalizante.

O Projeto ISCA, então, passou a ser mais uma alternativa para o Instituto Pestalozzi e, conseqüentemente, para o público que ele atende. O trabalho já desenvolvido no núcleo profissionalizante forneceu a base para a consolidação do projeto de parceria para a inclusão

dos alunos do Instituto na companhia. O ISCA foi planejado pela coordenadora pedagógica do núcleo profissionalizante e por duas analistas de recursos humanos da empresa.

A primeira contratação foi de 17 alunos que participaram de capacitações básicas profissionalizantes fornecidas pelo Instituto Pestalozzi. Naquele primeiro momento, as atividades eram desenvolvidas em uma das salas do Instituto especialmente preparada para este fim. O espaço foi nomeado de “sala de capacitação” e abrigou dois grupos de deficientes que ali trabalharam 4 horas diárias, em turnos diversos. Assim, ao Instituto Pestalozzi, coube a indicação dos alunos do núcleo profissionalizante que estavam aptos para ingressarem no mercado de trabalho, a cedência do espaço físico e a seleção da equipe técnica e pedagógica que acompanhasse diretamente o trabalho destes jovens, valendo-se também de toda a estrutura profissional pré-existente na instituição.

Em contrapartida, a Agco do Brasil S/A firmou contratos de trabalhos com todos os deficientes e contratou um instrutor técnico previamente selecionado pelo Instituto Pestalozzi, arcando com as despesas referentes ao seu treinamento. Da mesma forma, a empresa se encarregou de fornecer e entregar, diariamente na instituição, o material de trabalho, comprometendo-se em remunerar o Instituto pela utilização do espaço físico e de sua estrutura profissional.

Posteriormente, um grupo de deficientes passou a atuar dentro da empresa, conforme relata o instrutor do projeto:

Em 2006, ocorreu a primeira colocação de deficientes intelectuais dentro da fábrica. Então, a primeira experiência foi com o Davi e a Cecília, ambos com dawn, que ainda hoje trabalham na recepção de pessoal, na portaria. E aí, uma menina foi colocada no administrativo para auxiliar a secretária executiva de um diretor e foi colocado um jovem no setor de exportação, no qual se trabalha o mesmo segmento de atividades que eram produzidas no Instituto Pestalozzi (instrutor técnico).

A partir de dezembro de 2007, devido a uma intervenção do Ministério do Trabalho, todas as atividades passaram a ser desenvolvidas, exclusivamente, dentro do parque fabril da Agco do Brasil S/A. O Ministério entendeu que as pessoas com deficiência intelectual ou qualquer outra deficiência, contratados pelas empresas, não poderiam desenvolver suas atividades em uma instituição, em uma “atividade protegida”, mas, sim, deveriam ser inseridas dentro do ambiente da fábrica.

Para que ocorresse essa inserção, a coordenadora de responsabilidade social salienta que houve uma preparação destes novos empregados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2008, quando foram realizadas reuniões de adaptação, com a presença de representantes do Instituto, da empresa e com os familiares dos deficientes.

Atualmente, os portadores de necessidades especiais desenvolvem as mesmas atividades que desempenhavam na “sala de capacitação”, utilizando a mesma metodologia e continuando sob a supervisão do instrutor técnico que também foi contratado pela metalúrgica. O grupo trabalha em uma bancada adaptada no interior do pavilhão da linha de montagem dos tratores. A diferença, no entanto, se reflete no fato de que, agora, trabalham de acordo com a carga horária da empresa e não mais cumprem somente as quatro horas diárias que eram exigidas no Instituto.

Além da efetivação, na empresa, das pessoas com deficiência mental indicadas pelo Instituto Pestalozzi, outro desafio foi a inclusão de deficientes visuais que passaram a atuar na linha de montagem a partir de 2008. Para isso, a empresa teve o aval dos técnicos em segurança do trabalho e solicitou a inspeção de um agente do Sistema Nacional de Empregos - SINE -, que trabalhava diretamente no encaminhamento de deficientes visuais para as organizações. Este agente realizou uma inspeção geral no ambiente de trabalho e seu parecer foi favorável à contratação. Ele concluiu que o pavilhão da unidade fabril tinha perfeitas condições de receber um deficiente visual e as operações realizadas pelos empregados na linha de montagem poderiam ser perfeitamente desenvolvidas por pessoas que possuem falta de visão, total ou parcial.

A capacitação dos deficientes para a atividade, então, passou a ser realizada na própria empresa e é denominada de “mediação controlada”, pois consiste em controlar a quantidade de intervenção mediadora na inclusão de deficientes, de forma a não fomentar uma ação excessiva dos gestores no processo de inclusão, como relata a coordenadora de responsabilidade social:

Nós falamos que é uma metodologia de mediação controlada. Nós chamamos assim porque vamos conversando com as pessoas, conforme elas vão desenvolvendo ou conforme elas entram no setor. Nós não paramos toda a fábrica para falar sobre deficientes. Nós, simplesmente, os colocamos para que eles desenvolvam..., claro que junto com o técnico de segurança e médico do trabalho. Com toda essa análise feita por uma equipe multidisciplinar, a seleção das atividades vem sendo realizada na prática do dia-a-dia de trabalho dos deficientes na fábrica. Foram testadas as habilidades de cada um e designadas as tarefas que eles realizariam durante o seu turno de trabalho. Esta definição ficou a cargo dos líderes responsáveis pelo funcionário. Cada setor elegeu um líder que acompanhava diretamente o trabalho, percebendo quais tarefas ele estava apto a trabalhar. O líder acabou tornando-se uma referência para o grupo, oferecendo segurança e uma identificação importante (coordenadora de responsabilidade social).

Já em relação às dificuldades no dia-a-dia do trabalho dos empregados, o instrutor técnico relata que a empresa foi totalmente adaptada para receber as pessoas portadoras de deficiência. Os maiores entraves não são encontrados na realização das atividades propriamente ditas, mas, sim, no processo de deslocamento destes profissionais de um local para o outro, no caso dos deficientes visuais, por exemplo:

Uma pessoa acompanha até o refeitório. Há, hoje, uma pessoa que a gente diz, assim, que é a referência, aquele amigo que se identificou com a causa, que é quem faz esse acompanhamento, que ajuda a ir ao banheiro, leva ao refeitório... Diz: "Hoje tem massa, a cara tá bonita." "Ah, então bota um pouquinho para mim.", responde o outro (instrutor técnico).

Vale destacar o reconhecimento e carinho com que os colegas que trabalham com as pessoas portadoras de deficiência têm, ressaltando habilidades, comprometimentos e a superação de desafios, evidenciados nos depoimentos que se seguem:

Eu trabalho junto com o André Paixão, que é deficiente auditivo e uma pessoa muito capacitada. Aprendo muito com ele. A gente é muito amigo um do outro, tanto é que eu sou a voz dele na área. Às vezes, o pessoal vai conversar com ele e eu traduzo. Eu estou conseguindo usar a linguagem de sinais. Considero que sou eu quem aprendo com eles. Eu não tinha esse poder de me concentrar tanto no trabalho. Aprendi observando o André. Vi que o silêncio é importante para uma pessoa se concentrar. Aos poucos, fui descobrindo em mim este talento para me relacionar com os outros deficientes também. Eu faço questão de dialogar com eles, brincar e mesmo cuidar das necessidades deles que eu posso atender. Com isto, notei que fiquei mais paciente e mais atento a detalhes com a minha família. Percebi que tenho mais respeito pelas diferenças (Marco Antônio Lacerda⁴).

No primeiro instante, eles começaram a mostrar que não eram o que a gente pensava. Para tu teres uma idéia, a gente tinha um problema sério de vazamento no filtro de sucção por falta ou de aperto, ou da junta, ou da mola. Quando o Cristiano começou a montar o filtro, nunca mais a gente teve esse problema. O Cristiano tem uma atenção redobrada no que ele faz. Já faz um ano que ele está lá e, desde então, nunca mais houve um problema de vazamento. O Cristiano é uma lição de vida no setor, ele motiva as pessoas em volta para que façam as coisas mais bem feitas (empregado Ilson Neves Pereira⁵).

⁴ Em depoimento no caso da empresa Agco do Brasil S/A: o desafio da inclusão de deficientes físicos e mentais na indústria, junho/2008.

⁵ Em depoimento no caso da empresa Agco do Brasil S/A: o desafio da inclusão de deficientes físicos e mentais na indústria, junho/2008.

Esse reconhecimento e comprometimento com as pessoas inseridas na empresa, através do projeto, pode ser percebido nos diferentes setores e nas diferentes hierarquias, que também se preocuparam com a manutenção da produção e da qualidade, mesmo com empregados portadores de deficiência, como ressalta um dos vice-presidentes da empresa:

Não teríamos o sucesso que estamos tendo, se todo o nosso time não estivesse comprometido. Isto faz parte da cultura Agco. E este mesmo nível de participação é esperado dos novos funcionários com deficiência física ou mental. É preciso que se diga isto claramente: em nenhum momento pensamos em aceitar perda de padrões de qualidade, comprometimento e produtividade na Agco, devido ao ingresso de pessoas deficientes. Os deficientes são exigidos no mesmo nível de todos os funcionários. E também têm os mesmos compromissos que, na nossa cultura, se estendem para além das soluções que levamos com nossos produtos para o campo: atingem a participação comunitária e a responsabilidade social (vice-presidente de operações de manufatura).

Devido à reestruturação da empresa em função do projeto, a Agco possui, atualmente, 89 pessoas portadoras de deficiência em seu quadro funcional. Apesar do número considerável, ainda não atende às exigências da Delegacia Regional do Trabalho, que estipulou que sejam cerca de 100 pessoas, considerando o número total de empregados da empresa. De acordo com a coordenadora de responsabilidade social, a empresa está tentando suprir esta demanda através de uma parceria com o SENAI, na qual está capacitando uma turma de jovens deficientes integrantes do Jovem Aprendiz. Assim, os jovens portadores de deficiências recebem uma formação e integram, também, às exigências da lei de cotas, podendo ser contratados ao final do curso.

Apesar de ter sido constituído como um projeto externo e que atendesse a uma demanda da legislação, que exigia a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, a empresa busca evidenciar, no discurso dos gestores, que se trata de um projeto que efetivamente trabalha a inclusão social. Prova disso, segundo representantes da empresa, é que, enquanto outras empresas procuram inserir em seu quadro pessoas com deficiências leves, a Agco do Brasil S/A possui pessoas com deficiências graves e as enquadra dentro das suas atividades, capacitando-as para uma profissão, permitindo que tenham novas perspectivas de vida. O instrutor ressalta que o projeto atualmente é referência em todo o país:

A Agco tem uma coisa que eu acho interessante: eles tem uma boa vontade para fazer as coisas antes que seja uma demanda legal. Então, algumas empresas já estão fazendo..., mas eu acho que muitas empresas... até mesmo, assim..., tem representantes de empresas que vem nos visitar que dizem o seguinte: "Pois é, nós estivemos em uma audiência lá na DRT e a doutora Costa, que é a delegada do trabalho, disse para nós virmos conhecer a empresa de vocês...". Então, hoje, a gente tem um retorno bem positivo. Vamos a eventos... Semana passada, teve um na Puc que nós fomos convidados para ser palestrantes do seminário. Também no seminário do Ministério do Trabalho e até em Natal, no Rio Grande do Norte... Tu vê, num Brasil gigante, foram chamar uma empresa aqui do Rio Grande do Sul. Então é porque alguma coisa de diferente tem. Então é um projeto que está consolidado, que está andando, que está funcionando e que está acontecendo (instrutor técnico).

Além dos eventos em que a empresa está sendo convidada a apresentar o projeto, o ISCA também foi premiado pelo Top Ser Humano, prêmio concedido à organizações e profissionais que se destacam na valorização das pessoas. Esse prêmio é uma iniciativa da Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH -. O projeto foi reconhecido estadualmente e conquistou o segundo lugar no Prêmio Ser Humano nacional, concorrendo com 48 trabalhos classificados no ano de 2009.

4.2.1.3.2 Categoria: projetos com a comunidade realizados fora da empresa

Projetos voltados à criança e ao adolescente

Segundo o balanço social de 2003, a infância tornou-se o principal foco escolhido pela empresa, em termos de projetos sociais externos, desenvolvidos junto à comunidade. Em consonância com o que apontam os pareceres do Banco Mundial, acredita também que o acesso à educação de qualidade, nos primeiros anos de vida, é fator essencial para o desenvolvimento sustentável de uma nação. Por tal fato, a empresa tem investido em iniciativas sociais implantadas na comunidade que possibilitem o acesso à formação de qualidade para crianças e adolescentes e que busquem ofertar oportunidades diversas de desenvolvimento social.

O repasse de recursos a projetos sociais implantados por associações legalmente constituídas é efetuado via Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois, desta forma, empresa pode utilizar-se de benefícios fiscais, uma vez que obtém a restituição do valor doado até o limite de até 1% do imposto de renda pago, corrigido monetariamente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente implantado no país. Infelizmente, por problemas de gestão da Prefeitura Municipal de Canoas, responsável pela

administração da conta do referido Conselho Municipal, os recursos investidos na cidade, muitas vezes, são transferidos de forma tardia às instituições indicadas pela empresa.

Contudo, de acordo com a coordenadora de responsabilidade social, ao final de cada ano, a empresa analisa todos os projetos que foram aprovados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e busca repassar os recursos para iniciativas que tenham uma linha parecida com a política de desenvolvimento social da empresa ou para entidades próximas. A diretora destaca que, anualmente, cerca de R\$ 200 mil costumam ser repassados para projetos sociais das cidades de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e Porto Alegre.

Projetos culturais

Apoiar a cultura também é uma das políticas da empresa que, desde 2006, destina recursos para a reestruturação do prédio histórico da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - . Em 2009, a empresa também passou a apoiar a restauração do Multipalco do Teatro São Pedro de Porto Alegre. Segundo a diretora de responsabilidade social, a empresa tem investido cerca de R\$ 400 mil nesses dois projetos, transferindo recursos através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura - LIC -, que garante a isenção de até 75% do valor aportado em créditos do ICMS a pagar.

Parceiros Voluntários de Canoas

A empresa é uma das mantenedoras dos programas de voluntariado desenvolvidos pela Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas - CICS -, a partir de um convênio com a ONG Parceiros Voluntários, que possui sede em Porto Alegre. Denominada de Parceiros Voluntários Canoas, tem por objetivo desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado, estimulando a prática da responsabilidade social de pessoas físicas, escolas e empresas nas organizações privadas sem fins lucrativos do município. Mensalmente, repassa o valor de R\$ 150,00 para a manutenção das atividades. Sobre esse valor, a empresa não possui abatimento fiscal.

Doações esporádicas

A empresa também realiza algumas doações de materiais à ONGs da cidade de Canoas. Como exemplo, pode ser citada a doação das caixas de madeira que embalam as peças adquiridas por fornecedores para a montagem dos tratores à um centro de reabilitação de drogados que as reutiliza na reforma de sua sede, bem como para serem aproveitadas em oficinas diversas.

Em 1999, também foi criado, pelos próprios empregados, o Grupo de Ação Comunitária que tinha o objetivo de promover eventos e arrecadar doações diversas, como

alimentos, destinando-os às ONGs previamente cadastradas. Este grupo teve suas atividades encerradas em 2004.

4.2.1.3.3 Categoria: percepções dos empregados

Importante se faz levantar a percepção dos trabalhadores em relação às políticas socioambientais da empresa. Como já mencionado na metodologia, a escolha do grupo de empregados participantes da pesquisa foi definida através de critérios como anos de empresa, alocação em diferentes setores e participação em algum projeto social. Ao todo, nove pessoas de diversos setores, como Produção, Recursos Humanos, Administração, Qualidade e Engenharia, foram entrevistadas. Vale reforçar, novamente, que o critério para a finalização da composição do *corpus* foi o de saturação, conforme orientam Bauer e Arts (2002). Os autores apontaram que o levantamento de dados pode ser encerrado no momento que as entrevistas não apresentarem mais nada de novo ou não necessariamente melhorarem a qualidade de pesquisa.

Em relação aos principais projetos desenvolvidos pela empresa junto à comunidade, os entrevistados, em sua maioria, afirmaram conhecer as iniciativas. Dentre todas, o mais enfatizada foi o Projeto Pescar. Entretanto, outros projetos também foram lembrados, conforme o gráfico abaixo:

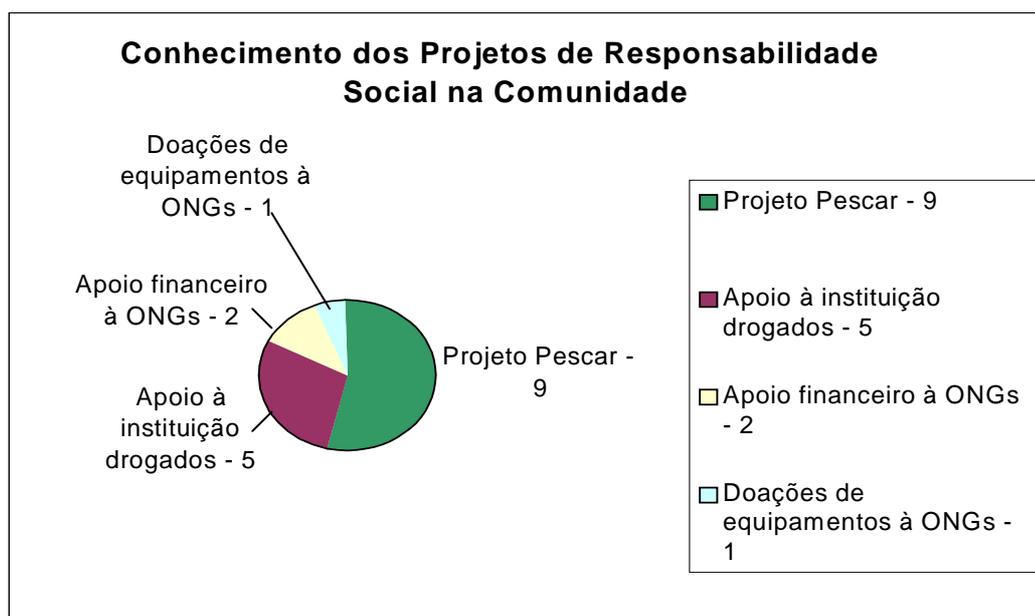


Gráfico 2 - Agco do Brasil S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social junto à comunidade
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Apesar do fato de que muitos dos trabalhadores entrevistados não se envolveram diretamente com o Projeto Pescar, todos eles souberam explicar, em linhas gerais, o funcionamento do mesmo e, em suas entrevistas, demonstraram certo orgulho pelo projeto e por seus resultados, conforme relatam:

Bom, eu sei que tem o Pescar, que já está na empresa há anos. Ele é destinado para as famílias necessitadas. São escolhidos os jovens pobres e, aí, eles recebem cursos por 6 meses e, depois, vão trabalhar em vários lugares na fábrica. Isso é muito bom porque ajuda a tirar o jovem da situação. Isso ajuda muito. O meu supervisor, por exemplo, saiu do Pescar. Eles viram que ele era bom, demonstrava interesse e foi crescendo na empresa. E esse é um projeto muito bom (empregado 3).

O Pescar é um projeto que seleciona jovens de baixa renda da vizinhança da empresa, da nossa área... São feitas entrevistas, alguns testes e é selecionado um grupo todo ano. Esses jovens, na realidade, vem para a empresa para aprender. Eles têm aulas de reforço escolar. Tem o Júnior, que dá aula de desenho, por exemplo. E eles passam por esse processo, no qual aprendem não só esse reforço escolar, mas também aprendem como a Agco funciona como empresa. Eles passam pelos setores, vão viver dentro da manufatura, dentro da engenharia, dentro do financeiro e, daí, no final do programa, alguns deles podem até conseguir emprego aqui na empresa. O Pescar é isso. É voluntário. Funcionários voluntários que doam um pouquinho do horário de trabalho para ajudar (empregado 6).

Outra ação lembrada pelos trabalhadores são as doações de madeira que a empresa faz à uma entidade que trabalha com recuperação de pessoas que utilizam drogas. Apesar de citarem a ação, nenhum dos entrevistados soube falar o nome da organização beneficiada. Em menor número, estão os empregados da área administrativa que lembram das doações financeiras realizadas às ONGs.

Uma questão mencionada como positiva, na pesquisa, é a possibilidade de realizarem o trabalho voluntário no Projeto Pescar dentro do horário de trabalho da empresa, ou seja, os empregados são liberados de seu turno de trabalho para a prática da solidariedade junto aos jovens do projeto. Percebe-se, porém, que não há estímulos para iniciativas dos trabalhadores na realização de ações, campanhas ou até mesmo trabalho voluntário fora dessa iniciativa. Quem geralmente estimula a arrecadação de materiais e alimentos são os jovens do Projeto Pescar. Essa falta de participação mais ativa do corpo funcional no envolvimento com a comunidade acaba frustrando os colaboradores, como mostra o depoimento abaixo:

Olha, depois que mudou a direção da empresa, acho que essas coisas todas pararam: o trabalho voluntário fora daqui, campanhas que a gente fazia entre nós mesmos para ajudar, às vezes, um asilo ou outro local que estava precisando... A visão deles é outra, tomaram outro foco, mais capitalista. Não estimulam os funcionários. Eles estão mais preocupados é com o lucro. Anos atrás, a empresa era mais humana (empregado 2).

Assim, percebe-se que a estratégia da empresa em manter seu foco em poucos, mas em projetos bem estruturados, planejados e inseridos no seu planejamento estratégico vêm sendo reconhecida pelos trabalhadores que, em sua maioria, apóiam as iniciativas da montadora. Tal estratégia está em conformidade com os estudos de Porter e Kramer (2002), ao alegarem que a empresa precisa alinhar as práticas de responsabilidade social à missão e objetivos da empresa, considerando sempre as variáveis custo e retorno sobre o investimento, ou seja, a organização não pode perder o seu foco estratégico.

Para se obter a percepção dos empregados sobre a área ambiental, eles foram indagados sobre as ações que a empresa possui nesse setor e os principais projetos citados encontram-se no gráfico abaixo:

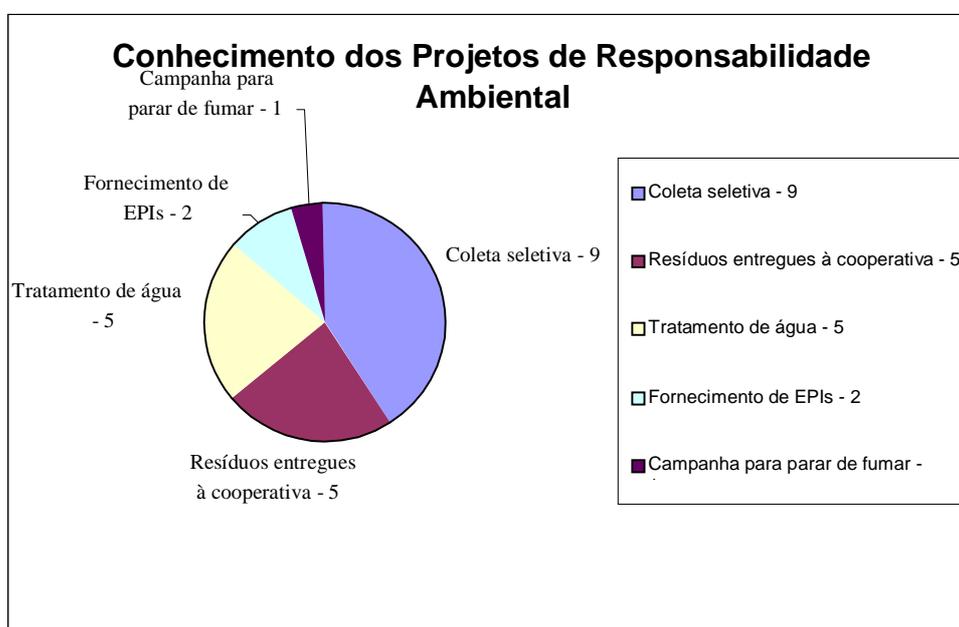


Gráfico 3 - Agco do Brasil S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Ambiental
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Através da pesquisa, ficou evidenciado que os trabalhadores possuem um entendimento amplo em relação às principais práticas da empresa na área ambiental. Todos eles mencionaram a coleta seletiva, alegando que a empresa possui, em todos os espaços, os

lixos específicos para o armazenamento dos resíduos. Contudo, apenas cinco empregados souberam responder qual o destino desse lixo, ou seja, alegaram que o lixo perigoso é encaminhado para outras empresas coletoras, tendo o destino correto. Já o comum é encaminhado para a associação de reciclagem, embora desconheçam e confunde-se quanto a correta forma jurídica da organização parceira, conforme depoimento abaixo:

Na coleta seletiva, a gente tem uma cooperativa que vem aqui na AGCO e faz a separação e, se não tudo, parte do que é recolhido é dividido entre essas pessoas da cooperativa. Então, foi montado uma estrutura aqui dentro, onde se faz o aproveitamento de plástico... Tudo que é material que não é mais aproveitado pela empresa é repassado para essa cooperativa (empregado 5).

Outra prática vista com bons olhos pelos empregados é o tratamento ou reuso de água. Apesar da dificuldade ou desconhecimento do processo, os trabalhadores sabem qual o objetivo final do processo: o reaproveitamento da água e a não poluição do rio:

Outra coisa muito boa que a companhia tem é a recuperação da água. Nós temos todo um sistema de reaproveitamento da água, no qual ela é tratada e retorna de novo, ou seja, nós temos um sistema de estação de tratamento muito eficaz, o qual todo o nosso resíduo é tratado, recolhido e a água retorna. Existem torneiras exclusivas para essa água, para regar a grama, para lavagem etc. Tem um sistema de retorno e a água sai praticamente apropriada para se beber (empregado 9).

Bom, nós temos, aqui, o centro de tratamento de água que é uma preocupação para não poluir o Rio dos Sinos. Tem o tratamento dos efluentes e essa água é reutilizada para lavar pisos, motores. A empresa tem a ISO 14.001, mas os tratores ainda poluem um pouco (empregado 7).

Outras práticas de responsabilidade socioambiental são campanhas anti-tabagismo ou do fornecimento obrigatório, por lei, dos EPIs aos trabalhadores, lembradas pelos empregados, embora não tenham sido evidenciadas nas entrevistas realizadas com os gerentes das áreas, na página eletrônica da empresa e tão pouco informadas nos documentos disponibilizados. Contudo, apesar de tais ações não estarem diretamente integradas às políticas de responsabilidade socioambiental da empresa, os trabalhadores consideram essas iniciativas como necessárias e importantes para a redução do número de acidentes e riscos para a saúde de todos:

Tem os EPIs que todos os funcionários tem que usar. Acho que isso já evita muitos acidentes. Acho que acidentes mais graves... não me lembro de nenhum. Às vezes, tem algum pneu que estoura, mas isso não é tão grave e, geralmente, ninguém se machuca. De mortes, assim, acidentes mais graves, realmente, não me lembro de ter ocorrido (empregado 2).

Por fim, considerando as políticas de responsabilidade social interna, pôde ser constatado um fato já evidenciado no levantamento e descrição de tais políticas: assim como a empresa, os trabalhadores consideram como práticas de responsabilidade social todos os benefícios concedidos a eles, independentemente de ser uma obrigação legal. Esse fato se evidencia nos indicadores abaixo:

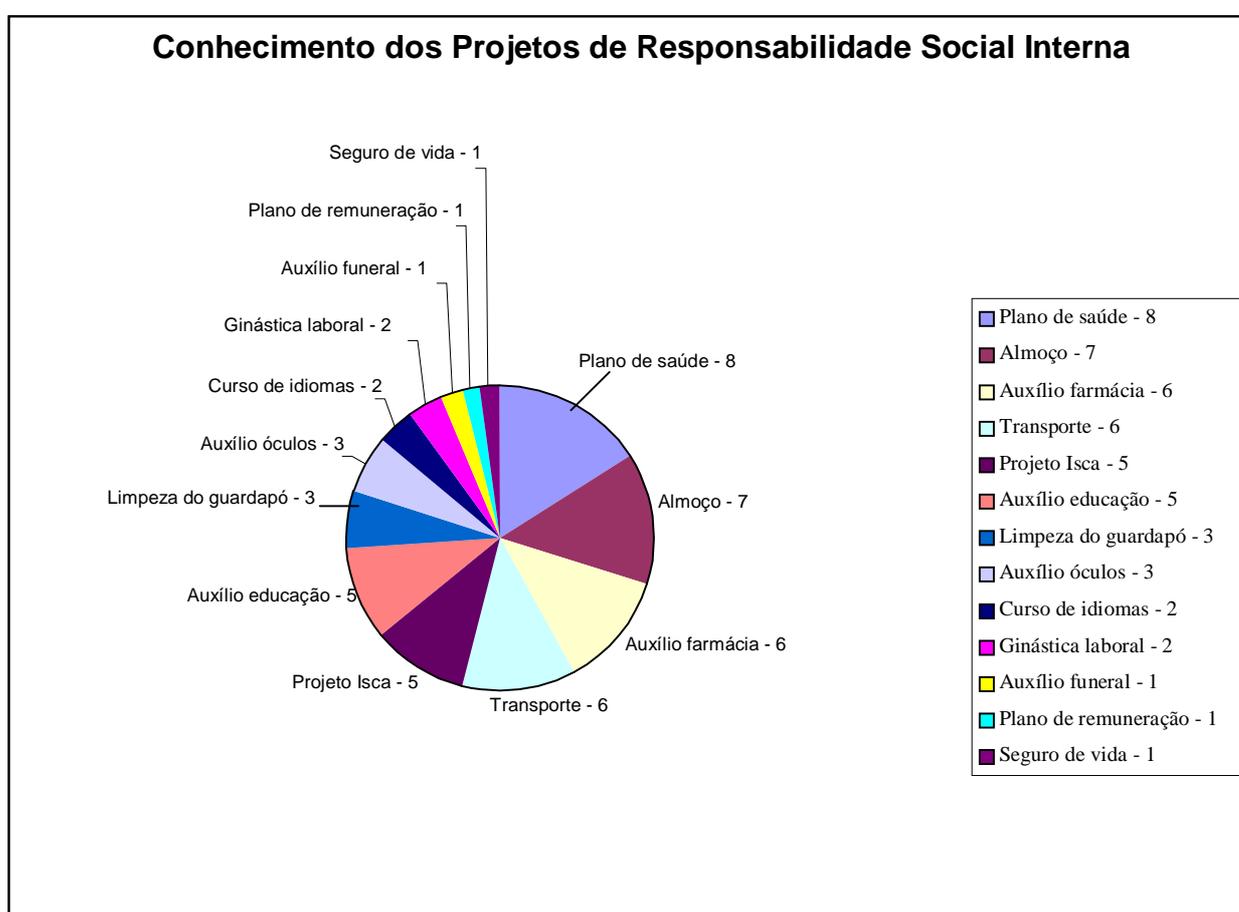


Gráfico 4 - Agco do Brasil S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social interna
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Todos os empregados sentem-se satisfeitos ao mencionar os benefícios concedidos pela empresa, uma vez que esta cumpre com suas obrigações legais e ainda possibilita uma série de outras ajudas como auxílio educação, pagamento de cursos de idiomas e auxílio saúde, conforme mencionam:

Eu acho que tudo é responsabilidade social. Um refeitório de uma multinacional que nem a Agco, que serve uma boa refeição com o custo baixo... São benefícios, mas ao mesmo tempo fazem parte da questão de responsabilidade social, de dar uma boa alimentação, de ter um ambulatório, de ter um plano de saúde bom. Tudo faz parte da responsabilidade social da empresa, como incentivo a educação... todas essas coisas que a empresa ajuda com incentivos de faculdade, com cursos de inglês, que incentiva o funcionário a buscar sempre mais (empregado 5).

Tem o cartão-farmácia com R\$140,00 de limite por mês. Tem o transporte. No caso, a empresa te pega praticamente na frente da tua casa. Tu mudas de residência e eles dão um jeito de te pegar, não tem problema, é só trocar uma idéia com o pessoal do RH. Temos o refeitório, a comida é boa, oferecem arroz, feijão, algum complemento como massa... tu podes escolher entre duas variedades de carne e se tu não gostares de nenhuma, eles fazem um ovo frito na hora. Se tu tens que seguir alguma dieta por problema médico ou, enfim... a nutricionista está junto e prepara teu cardápio (empregado 3).

A própria coordenadora de responsabilidade social não soube distinguir nitidamente, entre as práticas da empresa, quais são compromissos legais e quais efetivamente são concessões espontâneas.

Os empregados também foram indagados sobre a atual crise financeira, na tentativa de se identificar suas percepções e se, de alguma forma, estão sendo afetados pela mesma. Nessa questão, as opiniões foram bastante divergentes:

A crise foi global não é? Mas a Agco, nesse ponto, acho que pecou. Faz mais ou menos 2 anos que até eu fui chamado para um treinamento de um novo programa, o "Linon Factore". É um sistema de montagem sem estoque. O que tem são pequenas quantidades de peças e tudo acaba ficando no estoque. Então, o operador chega de manhã para a abastecer a esteira e já sabe por uma ficha quantos tratores tem que ser produzidos naquele dia. O "Linon Factore" reduz todo o estoque e reduz o tempo em que se montava as peças. Por exemplo, o que se fazia em 4 horas, hoje, se faz em 10 minutos. Então, a tecnologia trouxe demissão em massa. Antes, a gente revisava 2.000 máquinas por mês. Hoje, com essa informatização, tecnologia, 12 funcionários revisam 1.500 máquinas em apenas 10 minutos. Então, a empresa ganha tempo, qualidade e com muito menos funcionários. Eu vejo que a empresa se utilizou da desculpa da crise para poder demitir o pessoal. Essa é a lógica para mim (empregado 3).

Eu acho que não estamos em crise. Já passei por muitas coisas aqui e isso não está sendo nada. Em 1996, foi a crise forte que nós tivemos. Mas, ali, nós começamos o plano de alavancamento. Houve... o grupo Agco, essa empresa..., em 96 e 97 e isso veio... Então foi aumentando os seus funcionários e, em 2006, por exemplo, nós estávamos com 1.600 funcionários e agora com 1.800 funcionários. Então, a empresa..., ela cresceu até acima do seu limite. Então, essa crise..., na verdade, eu não vejo... Eu vejo como um ajuste, um ajuste necessário. Algumas pessoas lamentavelmente pagam e são demitidas, mas existe muitas pessoas que não querem trabalhar, existem muitas pessoas que querem um emprego, mas não querem trabalho (empregado 4).

Essa greve de agora foi bem traumatizante, negociando para o pessoal não ir, pelo menos todo mundo, para rua ou ganhar algo a mais. A Agco já tinha dado férias, então, depois, partiu para a demissão. Queria demitir 260 do chão de fábrica e 80 do administrativo. Aí conseguimos baixar para 200 (empregado 7).

Para alguns trabalhadores, principalmente os alocados nos setores administrativos, de qualidade, de engenharia e de outras áreas, a crise financeira e as atitudes tomadas pela empresa, como demissões, por exemplo, são reflexo de um ajuste que a mesma teve que tomar frente ao mercado. Outros afirmaram que as decisões foram precipitadas, mas não representaram uma surpresa para os trabalhadores, pois eram constantemente informados sobre a crise e acompanharam as demissões em outras empresas, principalmente as multinacionais. Para alguns, os ajustes necessários foram reflexos da inovação tecnológica e da modernização constante que a empresa vem implantando, uma vez que está sempre buscando aperfeiçoamentos que garantam maior efetividade nos processos de produção, refletindo, também, em melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores.

Vale mencionar, principalmente no primeiro dos três depoimentos, o destaque dado pelo empregado à nova tecnologia que fora introduzida na empresa, visando a modernização da produção, mas que traz, como consequência, a demissão dos trabalhadores. A empresa parece adotar os princípios da Modernização Ecológica, caracterizados pelo crescimento econômico com proteção ambiental. De fato, os discursos dos gestores mostram que a empresa vem progredindo e se modernizando na área ambiental, contudo, pelo que se pôde constatar, muitas vezes, o preço maior dessa modernização, quem paga é o trabalhador, com a perda de seu emprego.

Entretanto, os empregados foram indagados a respeito do diferencial da empresa e, a grande maioria, salientou os benefícios concedidos que, no entendimento dos mesmos, são significativamente maiores que os oferecidos por outras organizações. O que se percebe, também, é o orgulho que os trabalhadores sentem por trabalhar em uma empresa de renome, com sua marca reconhecida no mercado e que, segundo os entrevistados, valoriza seu quadro de pessoal, apoiando-os em suas necessidades:

Eu trabalhei no terceiro setor, trabalhei em empresas privadas e nenhuma no porte da Agco. E eu acho que é numa empresa que valoriza os seus funcionários e eu sempre quis trabalhar numa empresa que me desse oportunidades de crescimento, que tivesse planos de carreira, que não precisasse trabalhar no final de semana. Isso é uma coisa que eu sempre tive em mente, de ganhar participações nos lucros e, agora, esta é a minha realidade (empregado 1).

É uma empresa sólida. É uma empresa que a gente, vamos dizer assim, se orgulha de trabalhar. Eu, quando vejo um caminhão com os tratores, fico até contente. Então, é uma empresa que a gente sente orgulho, porque eu trabalho na Massey. No meu caso particularmente..., mas eu posso te dizer várias coisas: as pessoas tem dificuldades quando escutam a música do Fantástico no domingo de noite e entram em extrema depressão.... Para mim não. Eu, quando termina o fim de semana, não tenho a síndrome do Fantástico, eu estou sempre contente por poder vir trabalhar (empregado 4).

A empresa exige. Tem que exigir do funcionário que ele dê o que é necessário dar, mas a nível de benefícios e estrutura para o funcionário, isso aqui é o que vale. É o que eu te falei, o funcionário tem que trabalhar. Ela te dá, te paga as contas, paga tudo certinho. O funcionário foi lá e fez o que tinha que fazer, cumpriu com a função que era para fazer, ela te dá todo o apoio. Ela tem ótimos benefícios e, no tempo que estou aqui, ela nunca atrasou o salário um dia (empregado 3).

Em compensação, também destacam que, para permanecerem na empresa, tendo acesso as vantagens oferecidas, os empregados devem se comprometer ao máximo com os resultados da organização. Neste comprometimento, encontra-se embutido o saber trabalhar em equipe e ter pro-atividade, sendo estas as palavras que estão no topo do rol de habilidades necessárias para fazer parte do corpo funcional da empresa, como mencionam:

Aqui, o funcionário tem que ser competitivo. Ele tem que ser pró-ativo. Ele tem que ser trabalhador, participativo e ele tem que estar enquadrado sempre na filosofia da companhia, ou seja: trabalhar em grupo. As pessoas tem que estar super preparadas para função. Aqui, a empresa tira o coro. Há a necessidade de conhecer, no mínimo um ou dois idiomas. A nível técnico, tem que, a qualquer momento, estar preparado para representar a companhia em qualquer lugar. Quando se viaja, tem que ser o representante da companhia, tem que ter a formação a nível técnico também e a formação a nível de idiomas. E ela exige muito comprometimento do funcionário (empregado 2).

Analisando os relatos acima, percebe-se uma ambivalência por parte da empresa, ou seja, ela é boa e má ao mesmo tempo. Boa porque paga os salários em dia, oferece ótimos benefícios, o empregado usufrui de um bom ambiente de trabalho, mas passa a ser má porque cobra muito do trabalhador, “tira o couro”, exige competências e habilidades, fazendo com que o empregado tenha que buscar um aprimoramento constante.

Nesse sentido, alguns empregados chegam à conclusão de que a empresa não deve ser vista como uma “mãe protetora” e, sim, o local no qual prestam seus serviços, enquanto são “úteis” e, em contrapartida, recebem seus salários, como mostram os depoimentos:

Tem um bom nível salarial, mas não tem um relacionamento com a chefia das melhores que existe, não é de pai para filho... Aqui não. Aqui, a empresa pensa assim: a empresa não tem coração, ela tem ferramentas. Quem tem coração é pai e mãe. O pai, a mãe e o Governo são quem ajeitam as coisas. Aqui não. Aqui, trabalhou, pago. Então, é assim, tu trabalhas conforme o que exigem e tu recebes bem, em dinheiro e em benefícios (empregado 2).

A grande diferença da empresa são os benefícios, como já falei. Te pegam quase na tua casa, te dão ótima refeição, lavam o guardapó..., tem ajuda na farmácia, médico, tudo o que tu precisas, não é? Mas tem as demissões. Agora, me contradisse não é? É assim, não é? É o seguinte, a empresa é boa, muito boa, mas enquanto tu obedeces e fazes o que ela quer, enquanto tu dá lucro para eles e trabalha, mas na hora de demitir, eles não estão nem aí... Te põe para rua mesmo. Não olham o lado do funcionário. O funcionário é muito bem protegido enquanto dá lucro, se não serve mais, demitem mesmo... Não querem nem saber. Só olham o lado dela. Nem ligam se o funcionário está doente, quase se aposentando, precisando de ajuda, se é pai de família... Então, ela é boa por um lado e ruim por outro. Acho que agora consegui explicar, não é? (empregado 3).

Enfim, é nesse cenário de contradições que, em diversos momentos, essa imagem de empresa “santa e pecadora” pode ser constatada no discurso dos entrevistados. Por exemplo, ela é santa quando inclui jovens em vulnerabilidade social, deficientes ou ainda quando trata da água e do lixo, mas é pecadora quando exige do empregado ou quando demite. Contudo, trata-se de uma prática bastante comum na atual lógica de mercado.

Desta maneira, em se tratando das políticas de responsabilidade socioambiental, a partir do entendimento dos empregados da empresa em questão, os entrevistados demonstraram possuir um conhecimento bem abrangente sobre as políticas implementadas pela organização. Percebem a diferença entre os projetos sociais da alta direção e as que surgiram do seio dos trabalhadores, embora se sintam desprestigiados em relação às suas iniciativas. Assim, apesar do considerável orgulho em integrar as ações da empresa, não as sentem como deles próprios, definindo a linha que separa os trabalhadores e a empresa. Esta separação parece ter sua origem na cultura organizacional construída.

Nas entrevistas, os principais projetos das diferentes áreas foram mencionados, mostrando que a empresa possui uma boa comunicação interna com os seus empregados, buscando informá-los sobre os acontecimentos em relação aos seus projetos socioambientais. Vale mencionar, mais uma vez, o orgulho que os trabalhadores sentem por pertencerem à empresa, considerando-a responsável social e ambientalmente. Contudo, este orgulho mescla-se com um certo desconforto, estabelecido em virtude da atitude da empresa frente à crise financeira atual.

4.2.1.3.4 Categoria: relação com o Poder Público

Considerando a política de relacionamento com o Governo, percebe-se que a Agco do Brasil S/A não possui uma participação ativa em conselhos, fóruns ou eventos promovidos a nível governamental. Isso se evidencia por não haver menções de parcerias diretas entre a empresa e o Governo em nenhum dos materiais coletados. Essa constatação é confirmada pela coordenadora de responsabilidade social que afirma que a empresa possui uma política ética de pagamento de impostos e um relacionamento harmonioso com os setores do Governo, contudo, sem um envolvimento mais abrangente no apoio a políticas governamentais.

Na área ambiental, por exemplo, o setor procura cumprir com as determinações impostas pela legislação municipal, estadual e nacional. Contudo, o relacionamento mais próximo é realizado com a FEPAM, que recebe trimestralmente um relatório sobre os efluentes, como informa a assessora ambiental:

Tem uma série de exigências que já são da FEPAM. Essas, nem pensar em não atender. Caso a gente tenha algum problema e não atenda, tem uma outra lei que diz que a gente deve comunicar a FEPAM que a gente não conseguiu atender. Se eventualmente houve algum problema na estação, a gente deve informar a FEPAM. Nós procuramos, aqui na empresa, ter um ótimo relacionamento com o órgão ambiental. A gente entende que isso é melhor, porque tem muitas empresas, ainda, que procuram fugir da FEPAM, escondendo ao máximo. Mas a nossa política não é essa. Eu, volta e meia, consulto a FEPAM, até sobre as novas legislações para o setor (assessora ambiental).

Com a Delegacia Regional do Trabalho, a relação também é de informar ao órgão sobre o cumprimento das políticas de inclusão de pessoas com necessidades especiais ou de inserção de jovens através da Lei do Aprendiz. Contudo, conforme relato do instrutor técnico do Projeto ISCA, a empresa tem se destacado pela sua política de inclusão e a delegada tem orientado outras empresas a conhecerem os projetos da Agco do Brasil S/A, revelando sua correta adequação às leis, sendo considerada como modelo para outras organizações pela Delegacia.

Já em relação às leis de incentivo à cultura, por exemplo, a negociação de apoiar a restauração do prédio histórico da UFRGS ou do Teatro São Pedro foi realizada diretamente entre a empresa e as entidades, sem a intervenção do Governo. A empresa apenas informa, aos

parceiros e aos órgãos competentes, o interesse em realizar o patrocínio e os mesmos indicam os caminhos e procedimentos a serem cumpridos.

O mesmo ocorre com o aproveitamento dos incentivos fiscais referentes às doações de recursos para projetos voltados ao atendimento de crianças e de adolescentes. A companhia solicita ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de cada Município, uma relação de projetos aptos a receberem recursos via incentivos fiscais e, em seguida, define as iniciativas que pretende apoiar. Nesse processo, não existe uma intermediação do Governo. A empresa simplesmente escolhe os projetos que tenham maior relação com suas políticas internas e que apresentem melhor estrutura, tendendo a ser de organizações com as quais já tenha realizado uma parceria bem sucedida anteriormente. Em seguida, efetua o depósito na conta do Conselho, acompanhando os trâmites legais, até a chegada dos recursos na instituição indicada. Após, realiza visitas esporádicas para o acompanhamento das atividades e, ao final, recebe um relatório sobre a aplicação dos recursos.

Por fim, apesar de integrar diferentes comitês ou se associar à diversas entidades, como o Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos - IGEA - e o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade - PGQP - , participar de vários eventos promovidos pelos órgãos ambientais e sociais, não possui outra parceria com o Poder Público, a não ser a de cumprir com as determinações legais e a de pagar seus tributos. Assim, a companhia não participa da definição, criação e desenvolvimento de políticas públicas governamentais.

No entanto, em termos de programas que incentivem a produção agrária ou o desenvolvimento da agricultura, a Agco do Brasil S/A beneficia-se, integralmente, através do oferecimento, pelo Governo, de taxas especiais de financiamento rural para os agricultores. Com baixos juros, estas linhas de crédito se revertem em aumento das vendas de seus produtos, gerando crescimento expressivo em sua lucratividade.

4.2.2 Considerações Finais sobre a Empresa

Analisar as políticas de responsabilidade socioambiental em época de crise se faz importante, uma vez que tal apreciação aponta o quanto tais políticas estão enraizadas na cultura organizacional.

De acordo com a reportagem “A agricultura em crise” publicada na revista da própria empresa, denominada “Terra”, o mercado agrícola foi e vem sendo bastante afetado pelos problemas financeiros que começaram nos Estados Unidos e se espalharam pelo mundo no final de 2008. Outros problemas foram a seca na América do Sul e o aumento dos custos dos insumos para os agricultores no período, o que fez com que os mesmos agissem com prudência, adiando investimentos em equipamentos.

Frente a tais problemas, o Governo Federal lançou, ainda no final de 2008, um programa de incentivo para a agricultura familiar no Brasil, ofertando linhas de crédito para pequenos agricultores adquirirem tratores, entre outros bens. Faz-se importante constatar, no entanto, que, em nenhum momento, há indícios de envolvimento ou negociação da fabricante junto ao Governo para o lançamento de tal programa.

Nesse período, a empresa também divulga um crescimento recorde de vendas, ou seja, de acordo com dados da página eletrônica da organização, a receita líquida de vendas para todo o ano de 2008 foi de US\$ 8,4 bilhões, representando um crescimento de aproximadamente 23% em comparação com o mesmo período de 2007. Segundo o presidente do conselho da companhia, isso se deve à presença internacional e sólido portfólio de marcas. Na América do Sul, financiamentos agrícolas consistentes suscitaram alta comercialização de tratores no Brasil e geraram vendas recordes para a Agco do Brasil S/A, chegando a quase US\$ 1,5 bilhão. Tudo isso foi alcançado em 2008, enquanto a empresa fazia investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento e em outras iniciativas de produtividade. Assim, mesmo com o panorama mundial desfavorável, a empresa e seus diretores encerraram o ano de 2008 satisfeitos e confiantes nas vendas, devido aos incentivos governamentais.

Contudo, em dezembro do mesmo ano, iniciaram as primeiras dispensas: 155 empregados da empresa em Santa Rosa/RS. O mesmo cenário se repetiu em Canoas no mês de abril de 2009, quando a empresa anunciou a dispensa de 340 trabalhadores, sendo 260 da área de produção e 80 do setor administrativo. Segundo a empresa, tal iniciativa se tornou necessária devido a baixa exportação realizada no período.

Vale destacar a intervenção do sindicato da categoria que, depois do estímulo e realização de greve, conseguiu reduzir, através de dissídio coletivo, o número de dispensas e negociou alguns benefícios e a liberação do Plano de Demissões Voluntárias - PDV - , conforme relata o presidente do sindicato que considerou os desligamentos precipitados:

Ficamos sabendo das 340 demissões um dia antes de falarem para os funcionários e tratamos de reunir os companheiros para uma greve. A adesão foi total. Ficamos 2 dias na frente da empresa. Ontem, fechamos um acordo, não dos melhores, mas conseguimos reduzir um pouco as demissões, passando para 200 pessoas, parte essa semana, parte na outra. Conseguimos negociar mais R\$ 1.000,00 a mais na rescisão e deixar o plano de saúde por mais 3 meses. Eles também não queriam liberar o PDV, mas acabamos conseguindo, porque, aí, é claro, o funcionário, pedindo para sair, tem muito mais benefícios. Mas eu estou convencido que essa demissão foi uma decisão precipitada. O Governo acabou de lançar uma linha de crédito de 10 bilhões para a compra de equipamentos. Entre eles, um tipo de trator que a empresa produz. Além disso, teve uma supersafra e os preços dos commodities de soja estão subindo. Eu acho que a empresa deveria ter esperado uns 90 dias para ver o que aconteceria. Eu tenho certeza de que iria melhorar (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas).

Já a coordenadora de responsabilidade social afirma que as dispensas foram necessárias, uma vez que antes delas, os empregados tiveram férias coletivas, na tentativa de se evitar cortes. Contudo, além dos benefícios concedidos aos empregados dispensados, inclusive mencionados pelo presidente do sindicato, a empresa teve alguns cuidados, buscando, inicialmente, afastar pessoas aposentadas, ou com pouco tempo de casa, ou, ainda, as pessoas que não tinham filhos ou não eram casadas. Além disso, foi contratada uma empresa de consultoria para que fosse abordada a questão financeira com os dispensados, ensinando-os a elaborarem seus currículos, além de entregar-lhes uma relação de empresas, para as quais eles poderiam se dirigir, na tentativa de serem recolocados profissionalmente.

Precipitada ou não, foi essa a ação tomada pela empresa frente a crise que diz enfrentar. Reduzir custos revendo contratos com terceiros, otimizar recursos e aumentar o comprometimento com os resultados têm sido as expressões chaves para o enfrentamento da atual situação do mercado. Contudo, um certo contra-senso permeia essa posição adotada pela empresa, pois, em alguns momentos, divulga lucros recordes conciliados com a decisão de realizar uma série de investimentos em suas plantas e, em outros, anuncia a queda nas vendas e aumento de estoques, principalmente de tratores maiores, concluindo serem essas as suas conseqüências devido à crise financeira mundial e, através delas, justificam as dispensas de trabalhadores.

De tal modo, apesar de explicitar a sua preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores, a empresa também optou por realizar cortes no seu quadro de pessoal, mesmo apresentando, em seu discurso, que são os empregados o principal valor da empresa.

Diante deste quadro, foram os trabalhadores que mais sentiram os reflexos da crise financeira, na sua forma mais crucial, com suas dispensas. Contudo, apesar dos afastamentos

ocorridos, até o momento, não ocorreram e parece não haver perspectivas de cortes de recursos nos projetos sociais e ambientais da empresa, como afirmam as gestoras:

Apesar da crise que vem acontecendo, ela não cortou o dinheiro do meio ambiente. Quando eu entrei aqui, em 2006, também era um período bem crítico. A unidade de Santa Rosa estava quase fechando e, mesmo assim, a Agco estava investindo, por exemplo, em um pré-filtro para a estação de lá. Estava terminando essa construção. Então, era um período que teoricamente ninguém estaria investindo lá na estação, mas é do interesse da empresa manter sempre essas coisas funcionando. A gente ajusta, claro que se eu pedir um milhão de reais eu não vou receber esse ano, mas, se eu pedir e justificar, isso entra no plano de metas de investimento (assessora ambiental).

O Pescar não sentiu nada nesse sentido. O único corte que nos afetou é o fato de não podermos contratá-los na empresa, porque estamos numa época de demissões. Inclusive a Agco continua pagando as bolsas de aprendiz (coordenadora do Projeto Pescar).

Portanto, considerando as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa, pode-se afirmar que a mesma possui programas nos três grandes eixos temáticos abordados, sendo que tais ações apresentam-se diretamente ligadas ao planejamento estratégico da organização, prática comum entre as empresas, de acordo com Gomes e Moretti (2007). Os autores relacionaram a prática responsável das empresas com o resultado total a ser auferido, financeiro ou não, mas sempre com vantagens para as mesmas, como reflexo de ações estrategicamente pensadas, em que o objetivo é agregar valor competitivo à empresa.

Os programas da companhia, portanto, estão diretamente ligados aos seus valores, possuindo uma metodologia constituída para trazer, embora hajam benefícios sociais e ambientais, resultados diretos para a organização. Tal intuito, por exemplo, se torna visível no Projeto Pescar, no qual os jovens são resgatados da situação de vulnerabilidade social e capacitados para se tornarem futuros empregados. Da mesma forma, a empresa se beneficia com os resultados do Projeto ISCA, haja vista que, através dele, ela se projeta na comunidade com participações em premiações locais e nacionais. Esse fato acontece também com os projetos ambientais, sendo que, constantemente, a empresa é mencionada em revistas da área, por ser considerada uma empresa que se preocupa com o meio ambiente.

Há evidências de que a organização pesquisada, através de seus gestores e empregados, considera todos os benefícios trabalhistas concedidos como de responsabilidade socioambiental. De fato, a empresa possui práticas responsáveis, contudo, a linha entre a obrigação legal e os compromissos que a transcendem é muito tênue e de difícil separação. É

evidente que os benefícios concedidos aos empregados favorecem a empresa, uma vez que os trabalhadores estarão muito mais satisfeitos e produzirão em melhor qualidade e quantidade se tiverem uma boa refeição, roupas limpas, transporte de forma segura e confortável e, ainda, trabalhando em ambientes agradáveis.

Também não se questiona os benefícios relativos ao plano de saúde, por exemplo, uma vez que a organização auferir notórias vantagens se o empregado for atendido de uma forma segura em suas enfermidades, afinal, quanto mais cedo for medicado e curado, tão logo poderá voltar ao trabalho. Os investimentos em educação também não são políticas que surpreendem, uma vez que quanto mais instruídos os trabalhadores, mais a empresa agrega em termos de conhecimento e inovação, melhorando sua competitividade. Deste modo, os benefícios concedidos revelam que a empresa cumpre com os seus compromissos legais e efetivamente investe na educação, saúde e bem estar de seus empregados.

Da mesma forma, os recursos destinados à projetos sociais via incentivo fiscal são, na verdade, uma opção da empresa que, ao invés de repassar os valores integrais do ICMS e do IR para os Governos, apóia projetos sociais e culturais de sua região. Portanto, efetivamente, a empresa auferir abatimentos significativos com o apoio fornecido a tais projetos.

Pode-se afirmar, no entanto, que as práticas diferenciadas da companhia destacam-se como efetivas respostas acerca de sua responsabilidade socioambiental. Como exemplo, o Projeto ISCA que busca a inclusão de pessoas com deficiência no mercado, a partir da própria empresa. Para cumprir as exigências legais, ela poderia contratar apenas pessoas com deficiências leves, no entanto, ela optou em trabalhar com deficiências graves como a cegueira, síndrome de *down* ou autismo, oferecendo às pessoas portadoras destas necessidades especiais, a possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho. O mesmo acontece com o Projeto Pescar, pois a empresa poderia simplesmente cumprir com a sua cota obrigatória, contratando um respectivo número de jovens como aprendizes, conveniando com outras instituições, como por exemplo, o SENAI, cumprindo, através dele, as obrigações estipuladas em lei. Contudo, a empresa revelou-se preocupada em superar os desafios legais e resolveu por implantar, ela própria, um projeto que acredita agregar valor real à educação profissional de jovens carentes da comunidade na qual encontra-se inserida. Então, com este foco, procurou implantar uma metodologia adequada, empregou instrutores, mobilizou empregados para que voluntariassem na iniciativa e criou espaços dentro da empresa para o desenvolvimento deste projeto.

O Projeto Reciclar para o Social também destaca-se pelo compromisso ambiental e social ali empregado, uma vez que a montadora, ao invés de encaminhar os seus resíduos menos perigosos para o aterro sanitário da cidade, que termina por promover a inutilização permanente de extensas áreas do Município, propiciou que uma associação realize, na própria empresa, a coleta, armazenamento e venda desses resíduos. Como consequência, garantiu uma forma de subsistência, através do fomento de trabalho e geração de receitas para cerca de 30 associados, uma vez que estas pessoas são comprovadamente de baixa renda. A exigência de que esta entidade se abdique juridicamente com a criação de uma cooperativa também merece ser ressaltada, pois, além de apoiar, exige a legalidade destes que se tornam beneficiados diretos da empresa, mesmo que não tenha oferecido suporte algum para que alcancem tal objetivo e tão pouco vislumbrem o valor social deste programa, alocando-o como sendo uma solução puramente ambiental. Também o sistema de tratamento de efluentes se evidencia, haja vista que o mesmo impede o desperdício e a poluição do Rio dos Sinos, embora traga economias para a empresa, devido ao reuso de água.

Desta maneira, muitos são os indícios de uma efetiva preocupação da empresa com as questões sociais e ambientais, ao implantar, em seu processo produtivo, o Projeto Pescar, o Projeto ISCA e o Projeto Reciclar para o Social. Apesar de vinculados com as exigências legais, percebe-se que, nessas iniciativas, a empresa transcende às obrigações impostas por leis, incluindo em seu plano estratégico, o resgate de práticas humanas, éticas e responsáveis. Isso não implica em afirmar que as suas outras atuações não contenham esses valores, contudo, nos três projetos citados, percebe-se um alinhamento mais integral da instituição com as verdadeiras demandas sociais e ambientais do cenário no qual encontra-se inserida. Assim, pode-se dizer que nesses três projetos reside a essência da responsabilidade socioambiental da Agco do Brasil S/A.

4.3 SPRINGER CARRIER S/A

A história da Springer Carrier S/A⁶ tem seu início em 24 de maio de 1934, quando seus fundadores, Charles Springer e Ernesto Heitor Braga criaram a Springer & Cia., tendo por atividade a representação e conserto de refrigeradores comerciais. Inicialmente sediada em Porto Alegre, zela pela sua história e descreve com orgulho a trajetória do seu fundador Charles Springer como um homem movido pela força de vontade, pela seriedade e ética nos negócios e com uma preocupação em fazer o bem ao próximo.

Para saldar uma dívida e dar um salto de qualidade, em 1941, a empresa teve a adesão de novos sócios e começou a dedicar-se à fabricação de geladeiras e refrigeradores comerciais, sorveterias e balcões frigoríficos para restaurantes, lanchonetes e hotéis.

Em 1950, iniciou a produção de refrigeradores domésticos, estendendo seu mercado local para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Paralelamente ao aprimoramento do seu nível tecnológico, houve o aumento na demanda por seus produtos. Em 1954, a área comercial foi fechada para concentrar esforços na área industrial. No ano seguinte, foi inaugurada a primeira fábrica com linha própria de produção. Nesse período, mais precisamente em 1955, Charles Springer deixa de estar no comando direto da empresa por problemas de saúde e passa a se dedicar a questões assistenciais na comunidade de Porto Alegre.

Três anos depois, a Springer lançou o primeiro condicionador de ar de janela da América Latina. Após a década de 60, o pioneirismo e o rápido crescimento foram os seus pontos mais fortes.

Com a demanda crescente por seus produtos, foi necessário realizar mais uma expansão, realizando sua mudança para Canoas, optando por um local próximo à BR 116. O novo espaço foi inaugurado em 1967 e, ao final de 1968, a empresa já empregava 728 pessoas. Naquele ano, também expandiu seus negócios para o Estado do Pernambuco, no nordeste brasileiro, produzindo fitas cassetes e condicionadores de ar. Em 1972, iniciou suas exportações para a África do Sul, Zaire e Moçambique e instalou mais uma nova unidade de produção no norte do país.

⁶ Dados obtidos no *site* da empresa www.springercarrier.com.br, nos Balanços Sociais de 2001 e 2004, no Livro “70 anos – Inovação com responsabilidade” e nas entrevistas com os gestores e empregados da empresa.

Depois de quase 50 anos no mercado, em 1983, a empresa associou-se à Carrier International Corporation, um empresa multinacional de grande expressão mundial, que, por sua vez, é integrada à United Technologies Corporation - UTC -, possuidora do sétimo maior volume de vendas nos Estados Unidos da América, atuando nas áreas aeroespacial e de sistemas de construção em todo o mundo. Nesta época, a matriz da então denominada Springer Carrier S/A, foi transferida para São Paulo, mantendo, entretanto, a fábrica principal em Canoas.

Atualmente, a UTC possui 209.700 empregados, em 171 países e apresenta um faturamento anual de US\$ 37,4 bilhões, sendo integrada pelas seguintes empresas:

- Pratt & Whitney: motores para aeronaves;
- Hamilton Sundstrand: hélices, sistemas de controle ambiental, comandos para motores e sistemas de vôos;
- Otis: elevadores e escadas rolantes;
- Sikorski: helicópteros; e
- Carrier: conforto ambiental através de sistemas de ar-condicionado.

A Carrier, por sua vez, mantém negócios em 167 países, com 28 mil empregados, tendo um faturamento anual de US\$ 8 bilhões, fornecendo uma variada linha de produtos de alta tecnologia. Sendo a maior fabricante mundial de sistemas para conforto ambiental, tem suas operações no mundo organizadas em quatro grandes regiões:

- NAO: Operação Norte-Americana: Abrange Estados Unidos e Canadá;
- LAO: Operação Latino-Americana: Engloba o sul da Flórida (EUA), México e as América Central e Sul;
- ETO: Operação Europa Transcontinental: Europa e África; e
- APO: Operação Ásia/Pacífico: Ásia e Oceania.

Segundo a empresa, na associação com a Carrier, a Springer trouxe ao Brasil toda a tecnologia e o avanço científico para produtos de qualidade internacionalmente comprovados, aumentando, assim, a competitividade dos produtos brasileiros no mercado mundial. Atualmente, a Carrier Corporation detém 81% do capital da Springer Carrier S/A, sendo os 19% restantes de origem nacional. A empresa atua no segmento de condicionadores de ar, em nível residencial, comercial e industrial. É líder em seu segmento, tendo uma participação total de mercado em torno de 47%.

No Brasil, atualmente, a fabricante de ar condicionados conta com duas plantas industriais, uma em Canoas/RS e outra em Manaus/AM. Também possui unidades comerciais distribuídas pelas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

As práticas de gestão da Springer Carrier S/A têm como ponto de partida os seus propósitos e valores, que, segundo ela, buscam direcionar todos os empregados para sua posição estratégica. Desta forma, os propósitos e valores estabelecem os seguintes princípios norteadores:

“- Ser a primeira opção em conforto ambiental através de produtos e sistemas diferenciados;

- Oferecer produtos e sistemas que façam do mundo um lugar melhor, refletindo nosso compromisso com a segurança, meio ambiente e inovação tecnológica;

- Proporcionar às pessoas o pleno uso do seu potencial através do compromisso para resultados, enfatizando educação e reconhecimento; e

- Assegurar desempenho financeiro de classe mundial dentro dos mais elevados padrões éticos.”

Dados relativos a gênero, educação, anos de empresa dos empregados não foram revelados pela companhia. Na unidade de Canoas, conta, atualmente, com cerca de 630 empregados diretos, tendo seu ápice em 2006, com 1200 trabalhadores.

Estratégia socioambiental da empresa

Apesar de não especificar diretamente o relacionamento com a comunidade em seus propósitos e valores, a Springer Carrier S/A foi uma das empresas pioneiras na implantação do Projeto Pescar que beneficia jovens carentes da comunidade canoense. A empresa realiza o projeto há onze anos, tendo formado, até o momento, 148 jovens.

Na área ambiental, a empresa busca seguir as exigências legais e, em 1987, implantou a sua estação de tratamento de efluentes industrial e sanitário, sendo uma das primeiras na região onde está localizada.

Com uma política consistente de benefícios, a empresa se destaca pelo Programa de Educação para seus empregados. A metalúrgica financia, integralmente, cursos de graduação e pós-graduação para todos os seus empregados. Esse programa é motivo de orgulho para os empregados e dirigentes da empresa.

Devido a essas políticas, a empresa obtém lugar de destaque no cenário gaúcho e nacional, conquistando diferentes premiações como:

- 100 Melhores Empresas para Você Trabalhar da Revista Exame: de 1999 à 2008, a Springer Carrier S/A foi considerada uma das 100 melhores empresas para se trabalhar no Brasil;
- Prêmio Exportação da ADVB: por ser considerada uma das 10 maiores empresas do Estado que exportaram para novos mercados, principalmente para o Mercosul, no ano 2000;
- Prêmio Expressão da Revista Expressão: foi reconhecida como a melhor empresa do sul do país no setor eletroeletrônico, referente à sua atuação no ano 2000;
- Responsabilidade Social RS: em 2008, recebeu, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, este reconhecimento, por ter apresentado seu balanço social, comprovando, assim, sua transparência com relação à responsabilidade e compromisso com seus colaboradores, familiares e comunidade na qual encontra-se inserida; e
- Reconhecimento Responsabilidade Empresarial: concedido pela Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas e ONG Parceiros Voluntários, foi reconhecida pelo comprometimento e desenvolvimento da cultura do trabalho voluntário na cidade.

Por ser uma multinacional e, portanto, tendo que atender a rigorosos requisitos sociais e ambientais estipulados pelas normas internacionais de exportação, a empresa possui as seguintes certificações: ISO 9.001, relativa à qualidade no Sistema de Gestão da Produção, obtida em 1994; ISO 14.001, relativa ao Sistema de Gestão Ambiental, conquistada em 2003 e a OHSAS 18.001, referente ao Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional, alcançada também em 2003. Em recente auditoria realizada em junho de 2009, a empresa foi re-certificada nas três áreas.

Vale mencionar que, nos três últimos anos, a empresa tem alterado suas políticas internas, reformulando estratégias competitivas que passaram a ter um foco mais agressivo em termos de competitividade. Tais modificações acarretaram na dispensa de grande parte dos gestores, o que, por sua vez, afetou as políticas de responsabilidade socioambiental, principalmente as que se destinam aos empregados, como pôde ser constatado nas entrevistas realizadas.

Já a atual crise financeira internacional, sem dúvida, afetou a organização, trazendo, por conseqüência, a redução de algumas atividades nas áreas social e ambiental. Por outro lado, no início de 2009, a empresa contratou, de forma terceirizada, uma gestora de responsabilidade social, para assessorá-la na implementação das políticas referentes ao tema.

Desta forma, apesar de ter conquistado expressivas relações com a sociedade, a companhia vem reestruturando suas políticas de responsabilidade socioambiental, com o

intuito de aperfeiçoar suas iniciativas, ao mesmo tempo em que objetiva diminuir esforços, melhorando sua eficiência, eficácia e efetividade nos projetos que desenvolve.

Assim, para uma melhor compreensão da forma de exercício de sua responsabilidade social e ambiental, que busca oferecer uma resposta mais efetiva em relação aos impactos gerados pelos seus processos produtivos, bem como ofertar a sua contribuição ao desenvolvimento da sociedade, as práticas socioambientais da Springer Carrier S/A foram separadas de acordo com uma categorização especialmente elaborada para este fim, tendo sido considerada, para efeito de análise, somente a planta de Canoas.

4.3.1 Análise e Interpretação dos Dados

Nesse item serão apresentadas as políticas e práticas de responsabilidade socioambiental da empresa, considerando os eixos temáticos e categorias criadas nessa dissertação.

4.3.1.1 Eixo Temático: Responsabilidade Ambiental

Política ambiental da empresa

A Springer Carrier S/A possui uma política integrada de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança. Com essa política, a empresa almeja atingir:

- “- Satisfação dos seus clientes, em conforto ambiental e refrigeração;
- Locais de trabalho, produtos e serviços seguros dos riscos existentes;
- Produtos e serviços de qualidade; e
- Comprometimento com a integridade do meio ambiente.”

Considerando tais diretrizes, a empresa estipulou alguns compromissos importantes nessa gestão integrada:

“- Buscar zero acidente com afastamento, tornando os locais de trabalho livres de riscos ambientais e ações inseguras;

- Identificar e controlar as fontes de geração de resíduos, efluentes e emissões atmosféricas, cujos efeitos possam ser potencialmente danosos ao meio ambiente,

minimizando os poluentes gerados nos processos da empresa de modo a prevenir a poluição, através da adoção de Tecnologias Limpas buscando a melhoria contínua;

- Avaliar previamente os efeitos ambientais, as questões de qualidade, saúde e de segurança em novas atividades e processos quando necessários;

- Atender à legislação e normas ambientais, de saúde e segurança, aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços, bem como requisitos de clientes e estatutários;

- Promover, junto a todos os colaboradores, o sentido de responsabilidade individual com relação à qualidade, ao meio ambiente, saúde e segurança, para consolidar o senso de prevenção das fontes potenciais de risco associadas às operações, produtos e locais de trabalho; e

- Proporcionar meios e recursos, documentar, quantificar e revisar os objetivos de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança, mensurando e acompanhando o progresso regularmente, comunicando aos colaboradores e diretoria da Carrier e UTC, utilizando suas sugestões de modo a promover a melhoria contínua do Sistema Integrado de Gestão.”

Considerando as políticas ambientais, a analista de meio ambiente da empresa enfatiza que as rígidas políticas da UTC, as pressões ambientais internacionais voltadas às certificações e a legislação ambiental formaram uma consciência pró-ativa, estimulando, por exemplo, o desenvolvimento de gases refrigerantes de menor impacto à natureza. A empregada ressalta, ainda, que a companhia possui um Sistema de Gerenciamento de Meio Ambiente, Saúde e Segurança consistente, baseado nos conceitos de gestão de sua controladora, a UTC, que, por sua vez, é signatária da Carta Empresarial de Desenvolvimento Sustentável, emitida pela International Chamber of Commerce.

Já a Carrier Brasil segue um manual internacional que orienta todas as suas ações, denominado Manual de Gerenciamento - MASS - Meio Ambiente, Saúde e Segurança - . Este documento foca os princípios básicos para o gerenciamento das questões de meio ambiente, saúde e segurança. Tais princípios estão dispostos de acordo com as premissas da Carrier e UTC. Para o cumprimento do manual, a corporação conta com uma equipe multidisciplinar de engenheiros e técnicos de segurança, químicos e médicos, além de todos os profissionais de engenharia de produtos e processos, que desenvolvem e implementam os projetos de redução, minimização e eliminação de produtos nocivos ao meio ambiente.

Como práticas ambientais, a empresa se destaca pelo pioneirismo, tendo implantado, em 1987, a primeira estação de tratamento de efluentes. Outras ações da empresa estão

relacionadas ao controle de emissões atmosféricas e o tratamento de resíduos sólidos, como a implantação, em 2000, de uma área temporária de resíduos.

4.3.1.1.1 Categoria: tratamento da água

A Springer Carrier S/A capta água, tanto do sistema público de abastecimento, como através de poços artesianos. A rede de saneamento básico do Município, administrada pela Corsan, fornece a água que se destina ao consumo humano, como no refeitório e nos sanitários, enquanto que a água empregada na fabricação de ar condicionados é retirada dos poços artesianos da empresa. Mensalmente, de acordo com a analista de meio ambiente, são consumidos cerca de 1.700 a 1.800m³ de água. O cuidado com a entrada e saída de água é explicado pela analista:

A água de entrada é basicamente a água de poço artesiano, que passa pela estação de controle para termos uma análise da mesma. Em seguida, fazemos uma desinfecção simples para que ela seja utilizada nos processos. A água de consumo humano é a água da Corsan. Então, o que a gente faz é o que a AMVISA manda fazer, que é a limpeza dos reservatórios e emitir laudos bacteriológicos e microbiológicos. Quanto à saída da água, nós temos a água de efluentes sanitários (banheiros, vestiários) e temos a água industrial e nós temos duas formas de tratamento na nossa estação de tratamento de efluentes: um para efluentes sanitários e outro para o efluente industrial. Nós fazemos o controle de ambos separadamente. No efluente sanitário, nada mas é do que um tratamento de gradeamento, separação dos sólidos grosseiros, através de um tanque de gradeação, para fazer acelerar a decomposição daquela matéria orgânica. Depois, vai para um decantador para ser feito o monitoramento final no descarte. Em relação ao efluente industrial, a gente faz todo um tratamento químico para decantar os fluentes pesados, para que a água seja enquadrada nos padrões permitidos de lançamento... E encaminhamos para o porto hídrico, que é o Berto Círio (analista de meio ambiente).

Portanto, a água é encaminhada para o Arroio Berto Círio, que desemboca no Rio dos Sinos. Para realizar tal operação, a empresa necessita da licença estabelecida pela FEPAM, que é a responsável por formular as condicionantes sobre dos efluentes. Tal controle, como já mencionado pela responsável, é realizado na estação de tratamento de efluentes. Entretanto, segundo a analista, outras regulamentações também devem ser respeitadas:

Tem a Portaria 518 que é do Ministério da Saúde e Contabilidade. De efluentes é a Resolução CONSEMA 128 e 129. E daí tem o CONAMA, que é Federal. Nós trabalhamos com gases refrigerantes e, por isso, nos enquadrados ao IBAMA, de acordo com o protocolo de Montreal (analista de meio ambiente).

Quanto a criação e implantação de novas tecnologias na área, a empresa conta com os grupos denominados Círculos de Controle de Qualidade - CCQ - . O CCQ é composto por equipes de empregados que se reúnem voluntariamente para implementar melhorias na organização. A cada sugestão implantada, recebem benefícios financeiros, bem como o reconhecimento público, através da entrega de certificados e a divulgação do feito nos informativos da companhia. Devido a tais iniciativas, muitas mudanças já ocorreram na área ambiental, por exemplo:

Tem o grupo que pensou no reaproveitamento de água. Uma linha de tratamento de superfície que tem em torno de 5 tanques de enxágüe e o projeto deles consistiu em aproveitar os banhos de enxágüe, ao invés de descartar com a limpeza, utilizando o banho de enxágüe para preparar os banhos mais concentrados. Então, esta questão de reuso foi implementada (analista de meio ambiente).

Outro projeto no qual a empresa vem trabalhando é o aproveitamento da água da chuva, coletada através de reservatórios alocados nas saídas dos telhados. Esta água teria como destino a jardinagem que, de acordo com a responsável, pode recebê-la, pois não existem determinações legais para a utilização de recursos hídricos para este fim, uma vez que não causam impacto ambiental.

Outra idéia é a criação de uma lagoa com plantas aquáticas, através das quais seriam tratados todos os efluentes oriundos da fabricação de ar condicionados, podendo a água ser reutilizada nos processos de produção, diminuindo a captação dos poços artesianos e a eliminação no arroio. Para ser implantado, tal sistema necessitaria de um investimento estimado entre R\$ 300 mil à R\$ 500 mil e, por tal motivo, segundo a direção da organização, a proposta encontra-se suspensa, em função da crise financeira. Contudo, mesmo a lagoa não sendo implantada, a analista ambiental afirma que a empresa atende ao indicadores exigidos pela UTC e pela legislação, no que tange ao descarte de efluentes no meio ambiente.

Considerando os riscos ambientais, a analista pondera que eles se concentram no fato da empresa descartar os efluentes no Arroio Berto Círio. Pelo fato de produzir grandes volumes de efluentes, a liberação inadequada dessa água para o arroio pode provocar

problemas ambientais graves, como a poluição da água e conseqüente contaminação e morte dos peixes e demais espécies vivas. Contudo, a analista garante que a companhia possui um controle de liberação de efluentes extremamente seguro, seguindo todas as normas nacionais e internacionais.

4.3.1.1.2 Categoria: poluição do ar

Como a empresa trabalha com gases refrigerantes no seu processo de produção, deve seguir o Protocolo de Montreal⁷ e a Resolução CONAMA 267/00 que proíbe definitivamente o uso de Cloro-Flúor-Carbono - CFC - em novos produtos. A analista de meio ambiente salienta que existe um controle de monitoramento, desde a matéria prima do gás, acompanhando a distribuição nas linhas de montagem, até o descarte de gases, sendo recolhido todo o gás residual e encaminhado para empresas recicladoras existentes no Estado do Rio de Janeiro. Nessas recicladoras, o gás passa por um reprocessamento e é reutilizado.

Outro controle realizado é o de emissões de gases provenientes das fumaças dos veículos automotores que circulam somente na fábrica e de outros que acessam a empresa. Com metas internas estipuladas pela UTC, a empresa busca reduzir as emissões de substâncias voláteis e as provocadas pela combustão de óleos que liberam dióxido de carbono - CO₂ -. Tal problema gera uma poluição capaz de contaminar o oxigênio a ser inspirado pelas pessoas e animais e termina por destruir a camada de ozônio, considerada como o filtro natural do planeta contra os efeitos nocivos dos raios solares, ao mesmo tempo em que impede a evaporação dos recursos hídricos, como forma de regulação da temperatura natural da terra. Devido à essa consciência, os veículos que acessam a fábrica são monitorados na portaria e, no caso de identificação de emissão acima da média permitida pela legislação de trânsito, não é permitido o acesso à empresa. No caso de fornecedores, os mesmos são comunicados para que realizem a manutenção de suas frotas, de acordo com a exigência legal.

Ainda em relação ao controle da poluição atmosférica, a analista reforça que existem outros projetos que se encontram em fase de análises técnicas. Todavia, em função da atual

⁷ O Protocolo de Montreal sobre substâncias que empobrecem a camada de ozônio é um tratado internacional em que os países signatários se comprometem a substituir as substâncias que se demonstrou estarem reagindo com o ozônio (O₃) na parte superior da estratosfera (conhecida como ozonoesfera). O tratado esteve aberto para adesões a partir de 16 de Setembro de 1987 e entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1989, tendo a adesão de 150 países. Disponível em: <www.protocolodemontreal.org.br>. Acesso em: 20 set. 2009.

crise financeira, a empresa encontra-se restringindo sua atuação no cumprimento das exigências estabelecidas pela UTC e pelas normas vigentes.

4.3.1.1.3 Categoria: tratamento dos resíduos sólidos

Segundo a analista de meio ambiente, a Springer Carrier S/A possui diversos projetos e procedimentos específicos implantados para o gerenciamento de seus resíduos que atendem a legislação ambiental vigente, bem como aos parâmetros estabelecidos pela UTC e Carrier. Em 2000, a empresa criou uma área temporária de resíduos, o que melhorou a gestão dos mesmos. A partir desse ambiente, a empresa conseguiu aprimorar o processo de rastreamento dos resíduos, identificando suas áreas geradoras, podendo, assim, buscar alternativas para sua redução ou até a eliminação de sua geração. Com tal ação, a empresa reutiliza cerca de 80% a 85% dos seus resíduos.

Outra atuação, de acordo com a analista, é devolvê-los para seus fornecedores que efetuam o gerenciamento adequado de descarte ou reuso. Como exemplo, cita as embalagens de isopor utilizadas no transporte de peças que chegam até a fábrica que, após serem separadas das mesmas, são encaminhadas para um ambiente provisório de armazenamento para que, posteriormente, retornem às empresas fornecedoras.

As madeiras que entram na empresa, recebidas também em virtude do transporte de peças, não são doadas para alguma associação ou cooperativa e, sim, tornam-se objeto de destinação comercial, uma vez que a Springer Carrier S/A as vende, como forma de auferir o aumento em suas receitas. Os outros resíduos têm diferentes destinos, como explica:

Todo material reciclado é vendido mesmo e a renda dele reverte-se aqui para a empresa, para a garantia dos processos de melhoria na área ambiental. Para os resíduos perigosos de Classe 1, como o cobre, alumínio, metais ferrosos, compressores, motores elétricos, fios elétricos, papelão, plástico e isopor, nós temos uma central separada que a gente chama de Central de Inflamáveis. Esses também são todos direcionados, conforme a nossa licença de operação e a legislação mais exigente. Ou a gente encinera, co-processa ou manda para um tratamento externo (analista de meio ambiente).

Em toda a empresa, existe a reciclagem do lixo, sendo as lixeiras identificadas com diferentes cores, de acordo com o tipo de resíduo. Os tipos identificados são:

- Papel: resíduos descartados dos escritórios ou da administração da fábrica, não incluindo os papéis que venham a ter algum tipo de adesivo ou dupla face com plástico;
- Plástico: resíduos descartados após o consumo, como copos plásticos de café e água e outros plásticos que venham a ser descartados nas áreas; e
- Outros: papel higiênico, restos de materiais do restaurante, embalagens que não são possíveis de reciclar ou outros materiais que não estão classificados na listagem de sucata ou em plásticos e papel.

Apesar da aparente facilidade, a analista afirma que a efetiva separação dos resíduos ainda não está acontecendo por completo na empresa. Nesse sentido, existe um projeto para atuar especificamente na conscientização da área administrativa. Durante o ano, eventos específicos ocorrem para a conscientização dos empregados, a exemplo da Semana de Meio Ambiente, na qual são abordados diferentes temas relacionados aos aspectos ambientais, através de palestras diárias na empresa.

Já na área de reaproveitamento de resíduos, os grupo de CCQ também tem sugerido melhorias. Um projeto lançado atualmente é o de compostagem, com o intuito de reduzir o lixo orgânico e, ao mesmo tempo, reaproveitá-lo nos jardins da empresa.

4.3.1.2 Eixo Temático: Responsabilidade Social Interna

Em relação à responsabilidade social interna, a empresa possui a certificação OHSAS 18.001, que assegura a existência de políticas relacionadas à segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo como foco a prevenção de acidentes, redução de riscos e o bem-estar dos colaboradores. Os principais seguem abaixo:

4.3.1.2.1 Categoria: políticas de benefícios

Quanto a estratégia de tratamento dispensado aos trabalhadores, a gerente de recursos humanos salienta a implantação do programa de educação e o de qualidade de vida, bem como os benefícios concedidos como o transporte, a alimentação, o plano médico e o odontológico, entre outros.

Programa de Educação

Apontado pela empresa como o mais completo do Brasil, o investimento em educação é um dos seus grandes destaques. De acordo com a gerente de recursos humanos, o Programa de Educação não é privilégio somente dos empregados da Springer Carrier S/A, mas de todo o grupo UTC que tem como meta “Possuir a mão de obra mais qualificada do planeta.”

O objetivo do programa é “Encorajar todos os funcionários a obterem maiores níveis de escolaridade, a fim de prepará-los para os desafios do futuro”.

De acordo com a gerente, a empresa patrocina, integralmente, a formação dos empregados que queiram concluir seus estudos no ensino fundamental, médio, graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorado, tendo, como única condição, conseguir a aprovação nas matérias cursadas. Em caso negativo, ele deverá devolver o valor disponibilizado em relação àquela disciplina. Os empregados também podem utilizar 3 horas semanais de seus horários de trabalho para estudar nos dias de provas.

Também existe, na empresa, uma biblioteca que fica a disposição dos empregados e, caso sintam necessidade, podem solicitar a aquisição de novos livros para o apoio aos seus estudos. Como reconhecimento, os profissionais que concluem o curso de graduação, de especialização ou mestrado recebem um lote de ações da UTC que, atualmente, representa cerca de U\$ 2 mil. O programa é conhecido pelos empregados através da seguinte ilustração:

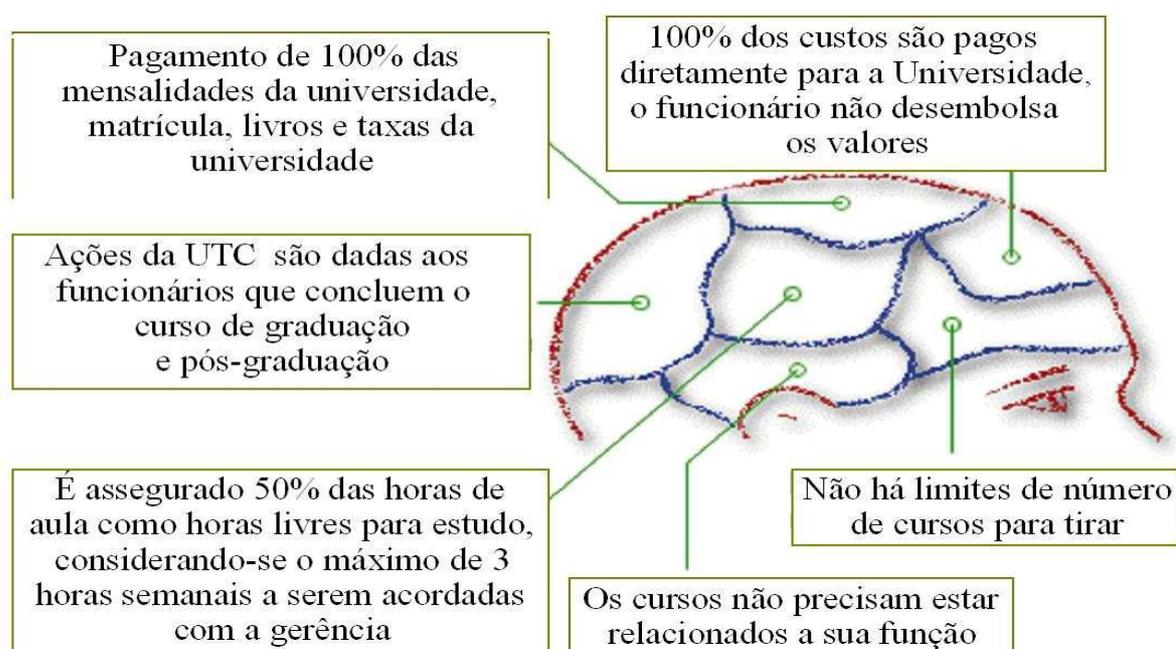


Figura 3 – Programa Educação da Springer Carrier S/A
Fonte: www.springer.com.br.

De acordo com dados da empresa, 26,5% da equipe tem o curso fundamental, 35,9% possui o curso médio, 27,4% tem o curso superior e 10,2%, a pós-graduação. Os investimentos por parte da empresa neste programa são de cerca de U\$ 800 mil anuais.

Programa de Qualidade de Vida

Este programa comporta uma série ações realizadas dentro da empresa que objetivam melhorar a qualidade de vida dos empregados, quais sejam:

- Ginástica Laboral/Ergonomia: A ginástica é realizada diariamente em todos os setores e os mobiliários são ergonomicamente adequados para as áreas administrativas. Visam a saúde e o bem-estar dos empregados, prevenindo doenças ocupacionais e preparando as articulações e músculos para a jornada de trabalho;

- Dietoterapia: O programa tem o intuito de avaliar e acompanhar a situação nutricional dos empregados, através de uma nutricionista em conjunto com o departamento médico, incentivando a educação alimentar. Os resultados já identificados mostram a redução dos casos de hipertensão; e

- Fisioterapia/Acupuntura/Academia: Além do atendimento médico, a empresa oferece também sessões de fisioterapia com aparelhos de ultrassom e infravermelhos que auxiliam o empregado na recuperação de alguma lesão. A acupuntura também é oferecida aos empregados como uma medicina alternativa. A academia de ginástica encontra-se nas dependências da empresa e tem o acompanhamento de um profissional de educação física. Todas essas atividades são coordenadas pela Associação de Funcionários da corporação, incluindo os agendamentos.

Plano de Previdência Privada

Com a finalidade de complementar a aposentadoria pública oficial, auxiliando em caso de incapacidade para o trabalho ou falecimento do trabalhador, os empregados podem aderir a um fundo múltiplo de seguro de vida e de previdência privada, criado pela própria empresa.

Assistência Médica e Odontológica

A empresa disponibiliza aos empregados um plano de assistência médica e odontológica a um valor mensal mínimo descontado em seus salários, no qual não é necessário pagar taxas adicionais por cada consulta. O valor dos exames é subsidiado em 80%.

Alimentação

A empresa subsidia a refeição principal e oferece gratuitamente o lanche no início do expediente, através de um sistema que contempla um refeitório próprio. Oferece refeições balanceadas, contando, inclusive, com o cardápio *light*.

Transporte

A empresa realiza o transporte gratuito de seus empregados através de uma frota contratada que possui vários itinerários, buscando auxiliar o deslocamento no percurso casa/trabalho/casa. Ressalta-se, porém, o desconto nos seus salários de 6%, referente à este serviço de transporte, de acordo com a lei trabalhista. Vale lembrar que acidente nestes trajetos são considerados acidentes de trabalho.

4.3.1.3 Eixo temático: responsabilidade social externa

Nesse item, serão abordadas as atividades da Springer Carrier S/A relacionadas com a comunidade, sejam elas dentro ou fora da empresa. Tais ações compreendem projetos mais estratégicos, bem como iniciativas mais pontuais nas quais a empresa participou de doações financeiras ou de materiais.

4.3.1.3.1 Categoria: projetos com a comunidade realizados dentro da empresa

Projeto Pescar

A empresa assinou um convênio com a Fundação Projeto Pescar, em 1998, para desenvolver o projeto a partir de 1999. A Springer Carrier S/A é uma das pioneiras na implantação de tais atividades que tem por missão “Implantar, acompanhar e desenvolver oportunidades de qualificação profissional, desenvolvimento pessoal e cidadania para jovens em situação de vulnerabilidade social.”⁸

A Fundação, por sua vez, apresenta a franquia social como uma oportunidade para a prática da responsabilidade social empresarial. Como resultado do investimento social

⁸ Dados obtidos do Relatório de Atividades 2008, da Fundação Projeto Pescar, bem como do *site* www.projetopescar.org.br.

privado, mais de 13.700 jovens que passaram pelo Projeto Pescar, a partir de várias corporações, já ingressaram no mercado de trabalho, em dez Estados brasileiros, além do Distrito Federal.

A Springer Carrier S/A, em dez anos de projeto, já formou 148 jovens de baixa renda no curso de iniciação profissional em mecânica de climatização. Desses, uma média de 78% estão inseridos no mercado de trabalho. A metodologia do projeto prevê 40% do currículo voltado à formação profissional e 60% à formação pessoal, em um total de 1.050 horas/aula.

Segundo a coordenadora de responsabilidade social, anualmente, o processo de seleção começa com a divulgação na comunidade, através de cartazes que são distribuídos nas cidades da região, principalmente em Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e Porto Alegre. Como critérios para participação no projeto desta empresa, os jovens devem estar cursando o ensino médio, ter idade entre 16 e 18 anos e encontrar-se em situação de vulnerabilidade social.

O processo seletivo é composto de três etapas: inscrição, prova e, após seleção prévia de 60 jovens, visita domiciliar a cada um deles para, então, serem definidos os 16 participantes. A inscrição compreende o preenchimento, pelo próprio candidato, de uma ficha sócio-econômica. A prova é composta de questões voltadas à língua portuguesa, matemática, conhecimentos gerais e de uma redação. A visita domiciliar serve para serem avaliadas as reais situações sociais.

No projeto, os jovens participam de encontros nos quais são trabalhados temas relacionados à formação pessoal, como auto-confiança, iniciativa, relações intrapessoais e interpessoais, trabalho em equipe, auto-gestão, responsabilidade, postura pessoal *versus* profissional, finanças pessoais, entre outros. A formação técnica de iniciação em mecânica de climatização é realizada em uma sala junto ao projeto, equipada para este fim.

Os 11 anos de experiência em tal atividade possibilitaram o aprimoramento das atividades pela empresa. Por exemplo, os jovens, além da formação técnica, presenciam, no turno inverso ao curso, rotinas de trabalho em seis diferentes setores da empresa, sendo três áreas administrativas e três áreas técnicas, pois a coordenação entende que eles devem conhecer diferentes áreas e rotinas para entenderem todo o funcionamento da empresa. No final de cada período, em cada setor, os jovens recebem uma avaliação dos empregados responsáveis pelo acompanhamento naquela área e devem emitir um relatório sobre sua vivência. Os responsáveis pelo acompanhamento retratam com orgulho o aprendizado dos jovens:

Ele vai aprender dentro do setor, na empresa, para que isso facilite, futuramente, para ele no mercado de trabalho. Dentro desse tempo que ele fica no setor, a gente o orienta para que ele possa fazer um relatório daquilo que ele está aprendendo, tirando as dúvidas...E não só eu faço isso, o setor todo faz. O pessoal é envolvido nessa parte aí. Olha, sinceramente, a gente sente como se fosse um filho porque tu pegas eles humildemente e quando tu dás uma explicação para eles, porque a nossa área é uma área muito técnica, então, tu dás uma explicação técnica para eles e eles valorizam muito, porque tu sentes neles assim que... eles nem esperam aprender do nosso setor e eles saem dali sabendo e tirando as dúvidas. Então, eu me sinto, assim, que eu estou realizando um sonho que eu queria ter, na verdade, nessa fase de adolescência. Essa oportunidade eu não tive e eles estão tendo. Então, tu sentes que aquilo ali... parece que eles tão levando com eles, com a maior gratidão (empregado 24).

Eu informo como é a entrada no mercado de trabalho. Já próximo ao final do ano deles aqui dentro, eu dou toda uma orientação de como é que eles vão fazer o currículo, como é que é a entrevista. É uma experiência fora do comum porque são jovens de 16 a 18 anos que estão descobrindo o mundo porque, até então, eles viviam uma realidade na família, na qual mora, numa casa, com mais 10 pessoas. Em uma casa pequena do tamanho de uma sala padrão. Então, são realidades bem pesadas e eles vêm para cá com muita força de vontade. Eles querem aprender, querem crescer aqui dentro, querem mudar a vida deles (empregado 19).

Os jovens também percebem a importância do projeto:

É uma chance única para estarmos integrados à rotina. Nos inteiramos de todos os processos, desde os administrativos até os da produção técnica, o que permite identificar nossos potenciais e afinidades (jovem 1).

Outra diferença do projeto dessa empresa em relação às outras parceiras da Fundação Pescar é o sistema de apadrinhamento. Após o ingresso, cada jovem pode escolher um empregado para ser seu padrinho. Este deverá acompanhá-lo enquanto ele estiver na proposta. Segundo a coordenadora, os padrinhos ajudam os seus afiliados nos problemas relacionados à adaptação na empresa, através de orientações e acompanhamento nas diversas atividades. Muitas vezes também prestam suporte emocional aos jovens, pois estes tendem a relatar suas dificuldades pessoais aos voluntários. Os padrinhos tornam-se um ponto de referência ético-comportamental para a vida pessoal e profissional dos participantes. Os empregados padrinhos relatam tal experiência com bastante entusiasmo:

Eu não nasci em berço de ouro e acho que na vida deles também não é diferente. Então, podemos mostrar que a gente pode virar a página e ter um novo caminho. Há três anos que eu tenho afilhados. Hoje, eu tenho uma afilhada. Eu gosto muito de mostrar para eles qual é o caminho, que o que eles tem hoje é uma dívida de Deus, uma porta que abriu que muitas crianças, lá fora, queriam. Então, digo para eles: “vamos aproveitar essa oportunidade com as unhas e com os dentes, isso é uma chance que eu não tive.” Então, é mostrar para eles para que aproveitem as oportunidades (empregado 21).

E o que eu posso dizer, assim...que é uma experiência muito gratificante. Eu já acompanhei alguns afilhados difíceis. Nós temos que ter a sensibilidade de poder entender que ele vem de uma realidade muito diferente do que a gente vive. Eventualmente, a gente imagina ou a gente conhece, mas no contato direto, tu tens que ter a sensibilidade de conseguir captar. Às vezes, eles são rebeldes e, aí, eles enxergam a gente aqui dentro como se fôssemos uma ancora. E, aí, o importante é que a gente tenha a habilidade de captar aquilo que eles tem de deficiência. Na minha visão, é muito mais de relação de entendimento, psicológico. Então é um trabalho árduo, mas saem daqui muito mais preparados, com uma cabeça diferente e totalmente mudada nesse aspecto. E a gente tem um aprendizado muito grande com essa troca (empregado 25).

Segundo a coordenadora de responsabilidade social, a empresa possui cerca de 60 voluntários divididos em diferentes categorias:

A gente tem 5 categorias praticamente de voluntários. A gente tem aquele voluntário instrutor que vem na sala de aula. A gente tem aquele voluntário que acompanha o jovem na área, considerado como seu orientador de área. A gente tem voluntários que são padrinhos. Temos aquele voluntário que é o voluntário curinga, que é aquele voluntário do projeto que nos ajuda a fazer campanha, que se tiver que acompanhar os alunos em evento, ele acompanha. E nós temos voluntários externos também. Os voluntários externos são pessoas que vem dar aula. Então, a gente tem uma parceria com o Challenge que nos oferece um profissional de inglês para dar aula uma vez por semana (coordenadora de responsabilidade social).

Dos 60 empregados voluntários, a grande maioria são instrutores, que ministram algumas aulas no curso. A coordenadora salienta que está sendo necessária a realização de uma seleção dos voluntários, uma vez que não consegue absorver a todos no projeto. Esses empregados são dispensados do seu horário de trabalho para a prática das aulas. Eles relatam a satisfação em executar tal atividade:

Eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa que eu pudesse ajudar as pessoas. Porém, a gente fica pensando, achando difícil... dizendo para si próprio: “Vou ter que me privar de um final de semana, de um dia do meu final de semana, de repente vou ter que fazer uma visita em algum lugar...” Então, quando eu comecei no Projeto Pescar, eu achei bem interessante porque percebi que não me custava nada. Eu fico aqui dentro do meu ambiente de trabalho. A empresa libera um período para ti poderes participar. Então, não seria um sacrifício muito grande. Outra, por serem adolescentes, é um desafio maior para mim também porque eles são bem críticos, eles já pensam um monte. Então, eles estão ali te testando o tempo todo também. Está sendo um grande desafio. Todo o ano é um desafio diferente. E, desde que comecei, eu tenho certeza de que enquanto eu estiver na Springer, eu vou estar participando. É muito bom, muito gratificante (empregada 22).

Outros reforçam que desenvolveram diferentes habilidades ao se envolverem com as atividades do projeto:

Eu me formei agora, no meio do ano, em administração, mas sempre tive vontade de fazer algum tipo de trabalho. Já dei ética e valores. A idéia agora é dar empregabilidade. Achei a oportunidade ali. O projeto, que é bastante interessante, me incentiva a participar na área social e também tentar exercitar esse meu lado de professor. Eu até me surpreendi bastante pelo interesse que eles tem, a vontade de aprender, a atenção que eles dão para nós, o valor que eles dão... Para quem que trabalha com eles, é muito bom. E isso me incentiva, são muito inteligentes, também possuem bastante informação para trocar. E, aí, eu tenho que me preparar cada vez mais. (empregado 26).

Outro grande diferencial do Projeto Pescar, na Springer, é o oferecimento, aos jovens, das aulas de inglês. Uma escola de idiomas parceira disponibiliza, no final do projeto, um professor que, semanalmente, ministra as aulas que correspondem ao primeiro módulo do curso oferecido na própria instituição. Na formatura do projeto, a diretora presenteia os dois alunos que tiveram o melhor desempenho durante o ano com bolsas integrais para concluírem seus estudos em língua estrangeira na sede da escola. A diretora ressalta a importância do projeto e a forma de parceria:

Acho que a idéia do Pescar de não dar o peixe, mas ensinar a pescar deveria ser a mola propulsora de qualquer projeto social. O projeto não se limita apenas à parte técnica, mas também de formação cidadã. Trabalha emoções, criatividade e é, aí, que a escola entra. Nós já temos a parceria com a Springer há 10 anos e todo ano damos 2 bolsas para os alunos destaques. Já temos vários jovens formados e muitos deles tem certificado pela escola de Cambridge. Então, é um reconhecimento internacional em seu currículo (diretora da escola de inglês).

Os jovens beneficiados pelo projeto reconhecem a importância dessa oportunidade para suas vidas e, a grande maioria, busca aprender o máximo durante aquele ano. Nos depoimentos, reforçam, também, a importância do grupo, dos desafios que enfrentam e da perseverança que tanto necessitam para superar os problemas:

O grupo vem me ajudando mais na questão de cooperar com meus colegas, entendê-los melhor, identificar e respeitar mais as nossas diferenças de comportamentos. Sei que aqui ninguém vai vencer sozinho. Todos estamos com o mesmo objetivo e cabe, a mim, ajudá-los no que sei e pedir a ajuda deles do que não sei... Percebi que tive uma ajuda significativa, pois aprendi a confiar mais neles e deixá-los caminhar um pouco sozinhos, assim como percebi que eles também puderam confiar mais em mim (jovem 2).

Eu era mais travado, só falava quando pediam minha opinião. No decorrer das aulas e com a ajuda de alguns feedbacks, percebi o quanto aquilo atrapalhava meu aprendizado e que minha atitude com meus colegas iria me prejudicar. Hoje, procuro ouvir mais a opinião das pessoas (jovem 3).

Creio que mudei muito desde o início do curso. Sempre fui uma pessoa muito tímida, mas ao longo do curso, venho perdendo cada vez mais a timidez. Percebi meus defeitos graças aos meus colegas e, desde então, venho treinando, em casa, falar mais alto. Fiquei muito feliz quando eles me disseram que na última apresentação de trabalho, a minha foi uma das melhores. Sinal de que todo o esforço que venho fazendo está dando certo (jovem 4).

Ao longo do ano, tive que vencer muitos desafios e superar meus limites. Hoje, estou preparada para a vida. Eu sinto que eu vou conseguir, que a minha história está recém começando, que eu vou escrever de forma diferente a da minha família, que não vou seguir o mesmo livro, mas vou ter um só meu, com a minha história (jovem 5).

Mesmo com a capacitação que esses jovens recebem, não é política da Springer Carrier S/A contratá-los em futuras vagas de emprego. Segundo a coordenadora, quando é divulgada uma oportunidade de trabalho na empresa e alguns jovens possuem o perfil solicitado, eles são informados da possibilidade e participam normalmente do processo seletivo, como os outros candidatos. Apesar disso, a coordenadora ressalta que, geralmente, em cada grupo de formandos, dois ou três jovens são absorvidos pela empresa.

Ao final do curso, os jovens egressos do projeto são acompanhados por mais três anos, visando o suporte na sua colocação no mercado de trabalho. De acordo com a coordenadora, o projeto passa a ser um intermediário entre as propostas de outras empresas e os alunos egressos. Semestralmente, é realizado, também, um encontro dos ex-participantes, no qual os jovens têm a oportunidade de rever os colegas e compartilhar com o grupo a sua atual situação profissional e pessoal. Segundo ela, os jovens ampliam suas visões de mundo.

A transformação é muito marcante. Muitos optam por seguir um curso superior, o que demonstra um desejo de continuar crescendo, um desejo de acreditar no próprio potencial, de construir uma história diferente e parece que, nesse momento, estão munidos das ferramentas necessárias (coordenadora de responsabilidade social).

Quanto aos benefícios, os alunos recebem a alimentação, o transporte, o uniforme e o atendimento médico no ambulatório da companhia. A empresa pode enquadrar a contratação desses jovens na Lei do Jovem Aprendiz - Lei 10.097/2000, Decreto 5598/2005 e Portaria 615/2007 do Ministério do Trabalho e Emprego, eximindo-se da obrigação de contratar mais jovens para contemplar o requisito legal. Tal prática passou a ser realizada desde 2007, quando o projeto o Pescar foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A coordenadora salienta, no entanto, que a empresa está acima das cotas estipuladas pela lei, mas permanece com o mesmo número de jovens:

O nosso jovem aprendiz é um jovem aprendiz Pescar. Então, hoje, a empresa não distribui mais outras cotas. Até a quantidade de cotas que teria em 2007, quando a gente implantou, podia ser um pouco menor do que o número de jovens que a gente tem. Tipo, por lei, seria 13 ou 12 jovens e nós temos 16. Então, a empresa optou em ficar com todos, porque o nosso princípio é favorecer aqueles que não estão em condições e a contratação como aprendizagem para nós é uma consequência (coordenadora de responsabilidade social).

A empresa também optou em não abater, através de incentivos fiscais, o valor anual repassado para a Fundação Projeto Pescar, que oscila em torno de R\$ 9.960,00. Portanto, além do valor à Fundação, a empresa arca com o pagamento dos benefícios aos jovens, bem como com a remuneração de dois instrutores.

4.3.1.3.2 Categoria: projetos com a comunidade realizados fora da empresa

Nessa categoria, estão situadas as principais atividades da empresa que visam contribuir para o desenvolvimento da comunidade que se estabelece ao seu entorno, bem como da região na qual encontra-se inserida. Tais iniciativas compreendem desde doações de materiais e recursos financeiros até o apoio às atividades voluntárias organizadas pelos próprios empregados, em seus períodos de descanso.

Grupo Solidarietà

No ano 2000, alguns empregados sugeriram a realização de ações sociais como solução ao problema da falta de integração entre os diversos setores da empresa. Com a concordância e apoio dos demais, fundaram o Grupo Solidarietà, que passou, então, a organizar e implementar as atividades de apoio ao desenvolvimento social das comunidades próximas à organização. Todo o trabalho, entretanto, revelou ser realizado sem um suporte efetivo da empresa, como relata uma das fundadoras do grupo:

Nós trabalhávamos na área de logística e tínhamos um problema de relacionamento entre as áreas, pois as pessoas não se interagem. Por exemplo, de que forma a área de compras poderia estar participando mais da área de recebimento ou de planejamento? A gente queria fazer com que as pessoas se envolvessem mais e, aí, em uma reunião que a gente fez com o gerente de área, surgiu, então, a idéia de montarmos um grupo, de se formar um grupo voltado para ações sociais, do qual todos da logística pudessem participar de forma voluntária. E aí, a idéia foi se ampliando. Além de conseguir reunir o grupo, de integrar o grupo da logística, queríamos tentar integrar as pessoas de dentro da empresa, independente do departamento. Aí, na época, formou-se um grupo muito grande. A turma da manufatura participou de forma muito forte. Todas as áreas..., todo o pessoal... foi muito legal mesmo. Então, o grupo não é uma iniciativa da empresa Springer e, sim, dos funcionários que trabalham nela. A gente sempre se preocupa em não promover a empresa e, sim, promover a iniciativa dos funcionários (coordenadora do grupo solidarietà 1).

Segundo a coordenadora, no seu início, o grupo chegou a ter 40 empregados integrantes e várias foram as ações realizadas, não somente em Canoas, mas em toda a região Metropolitana de Porto Alegre. Dentre todas, destacam-se:

- Restauração de um orfanato em Esteio;
- Acompanhamento da família Vidal. Esta família se encontrava em uma situação de vulnerabilidade social na cidade de Canoas e o grupo ajudou na reconstrução de sua casa, na arrecadação de alimentos e de materiais escolares para as crianças e conseguiu, inclusive, a inserção de um dos filhos no Projeto Pescar; e
- Adoção da Associação Projeto Criança Feliz. O grupo ajudou a organização, que atende, diariamente, 90 crianças do Bairro Mathias Velho, em Canoas. Realizaram campanhas de arrecadação de alimentos e conseguiram que a empresa doasse móveis de escritório para a instituição. A coordenadora da entidade social beneficiada reconheceu esse e outros apoios que o grupo lhe forneceu:

Em 2005, os funcionários foram nos visitar e fizeram um levantamento de tudo o que faltava. Aí, começaram a doar muitas coisas, doaram mesas, cadeiras, balcões e, no final do ano, doaram perus e cestas básicas. Eles garantiram o Natal das nossas crianças. Eles ajudaram com doações. O pessoal foi lá, viu o que precisávamos e nos ajudou (coordenadora da instituição).

Entre as atividades que continuam em andamento, encontram-se:

- Arrecadação anual de cerca de 3.000 brinquedos destinados às crianças carentes do Município de Canoas para serem distribuídos no período do Natal. No último ano, os empregados aderiram ao Projeto Levando Sorrisos, realizado pela Câmara de Dirigentes e Lojistas de Canoas - CDL -, que conta com um ônibus de uma outra empresa para o recolhimento de brinquedos pela cidade no mês de novembro e em dezembro, efetua a entrega dos mesmos nas festas de Natal das cerca de 22 instituições privadas sem fins lucrativos que, juntas, atendem 7.000 crianças; e

- Realização anual de uma Campanha de Agasalho. Nesta ação, todos os empregados são incentivados a doarem agasalhos que não mais utilizam para que o grupo possa realizar a separação e entrega para alguma organização beneficente ou para uma comunidade carente;

Para realizar as reuniões ou organizar as doações, os empregados utilizam, muitas vezes, os intervalos do almoço. A empresa, no entanto, concede, dentro do horário destinado ao trabalho na fábrica, que os membros do grupo possam participar da entrega dos materiais, visitar as organizações, bem como realizar eventuais reuniões durante o horário de trabalho. Essa negociação, pelo que relata a colaboradora, é bem tranqüila:

Para realizar as campanhas e separar as coisas, a gente utiliza o intervalo de almoço. Todos ajudam... É rapidinho. A gente se comunica muito por email também. Mas, claro, tem que cuidar. Eu estou dentro da empresa é para trabalhar, não para fazer a campanha. Então, se tem um envolvimento geral, aí, quando tem que entregar doação, eu digo para o meu chefe: "Hoje vou ter que sair às 10 horas para entregar a doação" e ele diz: "Ok, não tem problema", então, é diferente. Mas isso depende muito do chefe de cada um (coordenadora do grupo solidariedade 1).

Já a coordenação do grupo, segundo os trabalhadores, ocorre de forma auto-gestionária, ou seja, não existe uma diretoria e a coordenação é flexível. Quem articula a ação é o empregado ou o grupo que tem mais disponibilidade de horários do período da atividade. De acordo com a coordenadora de responsabilidade social, essa foi a forma encontrada para manter as atividades:

Esse grupo não tem coordenação fixa. Nós tentamos organizá-lo, uma vez, com diretoria e tudo, mas não funcionou. Então, ele funciona assim, de forma desestruturada mesmo. Na verdade, uma auto-gestão (coordenadora de responsabilidade social).

De acordo com alguns coordenadores, essa prática tem funcionado bem. As tarefas são divididas e cada um contribui de acordo com a sua disponibilidade. Enquanto alguns mobilizam os colegas, outros são responsáveis pelas arrecadações e outros pela identidade visual do grupo. Eles possuem, inclusive, camisetas para a identificação dos integrantes na realização de suas ações. Para os empregados, participar do grupo representa uma forma de praticar a sua solidariedade com as outras pessoas menos favorecidas e, por não ser rigoroso e limitado aos empregados, é permitido que familiares e amigos dos integrantes possam participar também:

Eu sabia da invasão que eles falam aqui de Canoas, mas eu não conhecia a pobreza do jeito que eu conheci aquele dia. A gente foi na tal invasão... E, aí, assim, de entregar brinquedo... Uma bolinha sem... Uma bolinha que para ti não é nada, mas a criança olha e se encanta com aquilo. Aquilo ali mexeu muito e eu nunca esqueci. E também são tantas crianças nuas, sem roupas, sem nada. Eles não tinham nada, nada mesmo. E muita criança sozinha, sem adulto. Então, aquilo mexeu muito comigo. Eu sempre lembro... Eu tenho um irmão bem mais novo do que eu, então, eu sempre mostrava para ele, comecei a levá-lo junto, para entender, ter noção e valor. Foi um choque muito grande e isso foi o mais interessante (coordenadora do grupo solidariedade 1).

Eu tive uma infância muito pobre. Eu sei o que é faltar as coisas. Tipo, às vezes, eu até brincava com as colegas na hora que elas iam entregar as bonecas: “Bah! Eu nunca tive uma boneca assim”. Então, a gente sabe que é não ter as coisas, o que é ganhar as coisas. E, assim, eu acho que, mais do que a gente ajudar, é uma troca, a gente aprende muito. Eu, hoje, tenho um filho de 18 anos. Ele é um filho único, mas é uma criança. Assim que se criou, distribuindo brinquedos e coisas junto com o Grupo Solidariedade. Mas, meu filho, hoje, por exemplo... Às vezes, eu tenho que dizer: “Não filho. Isto tu não podes dar, isto dá para ti usar”. Eu acho que as crianças tem que vivenciar. Puxa, eu tenho e ele não tem, então, o que eu faço? (coordenadora do grupo solidariedade 2).

Contudo, atualmente, o grupo passa por dificuldades, em função da dispensa de muitos colegas. Os cortes no quadro de pessoal da empresa iniciaram-se há cerca de um ano e, recentemente, houveram mais desligamentos, sobretudo dos que integravam o grupo. Segundo as colaboradoras que estão à frente da ação, as gerências anteriores que acompanharam a criação do grupo, em 1999, eram incentivadoras da causa, acompanhavam o grupo nas ações,

motivavam e orientavam sobre a realização de campanhas. Com a saída dos gestores e de vários colegas, os empregados que ficaram se desmotivaram e reduziram as atividades.

Essa ausência é percebida pelas organizações apoiadas:

Eles também faziam um almoço por ano para as voluntárias da instituição. Era muito bonito. Fizeram em 2006, 2007, 2008... 2009, isto é, 2009 não aconteceu. Aliás, esse ano, só fizeram um contato comigo em janeiro e, depois, nunca mais falaram comigo (coordenadora da instituição).

Esse depoimento reforça um certo “abandono” por parte do grupo por não ter realizado nenhuma atividade com a instituição em 2009. A única ação de solidariedade que mobilizou os empregados nesse ano, segundo uma das coordenadoras, foi a campanha do agasalho, mas que, diferentemente dos outros anos, desta vez foi coordenada diretamente pelo setor de Recursos Humanos. O sentimento das coordenadoras é que, com as demissões, as ações da empresa tomaram um outro sentido e o grupo não é mais requisitado para desenvolver atividades:

Entrou uma nova gestão e ninguém nos chamou para conversar. Eles lançaram uma campanha agora e não nos envolveram. Até porque, eu disse que eu não ia conseguir lançar nada, mas eles não vieram perguntar: “Tu queres uma ajuda?” Não tive uma interação assim. Também, porque, no RH, a gente tinha uma área de comunicação que era coordenada por uma pessoa super antiga da empresa, que participou de toda história e dava a maior força. Então, a gente sempre estava em sintonia e, hoje,... Também a gente não correu atrás deles, podíamos ter insistido, mas, também, o recursos humanos não buscou... (coordenadora do grupo solidariedade 1).

Começou com um grupo e, aí, aos poucos, a empresa foi enxugando, as pessoas foram saindo, as áreas foram mudando... Então, as pessoas, por mais que queiram continuar fazendo alguma coisa, começam a focar em outras atividades também. A Silvana, quem tocava bem forte, também é uma das que hoje não estão mais conosco. Então, tipo, a gente perdeu bastante a identidade do grupo (coordenadora do grupo solidariedade 2).

Contudo, apesar da atual situação, os integrantes não pretendem encerrar as atividades, pois entendem que o Grupo Solidariedade é um elo de ligação entre os trabalhadores e as comunidades menos favorecidas. Campanhas, como a da arrecadação de brinquedos, já estão sendo estudadas pelo grupo que, agora, busca novos integrantes para se engajarem na causa.

Dia do Voluntariado

Em 2007, a empresa e seus empregados definiram que, em um sábado especialmente escolhido a cada ano, no período da manhã, os colaboradores se reuniram, voluntariamente, para a montagem de ar condicionados que seriam doados à entidades sociais. Assim fizeram em 2007 e 2008, quando os empregados doaram suas horas de trabalho e a empresa forneceu todos os equipamentos necessários para a montagem dos aparelhos. Até o momento, as entidades beneficiadas foram:

- Hospital da Criança Santo Antônio de Porto Alegre - 172 ar condicionados de janela e 21 *Fancoils*; e

- Instituto da Criança com Diabetes de Porto Alegre - 17 ar condicionados de janela e 4 *Selvs*.

Outras doações de aparelhos de ar condicionados

Além da entrega dos ar condicionados produzidos no Dia do Voluntariado, a empresa também realizou outras doações de aparelhos como o que foi doado à Liga Feminina de Combate ao Câncer de Canoas. A entidade promoveu um sorteio em um evento social, tendo como prêmio o ar condicionado. O valor arrecadado com a venda dos convites foi utilizado na compra de medicamentos para os pacientes atendidos pela instituição. Outra entidade beneficiada foi o Hospital Nossa Senhora das Graças de Canoas que recebeu vários aparelhos para que fossem instalados em suas áreas clínicas e administrativas. Também a Rádio da UFRGS, em Porto Alegre, recebeu condicionadores de ar da empresa, bem como a Kinder – Centro de Integração da Criança Especial. Esta última recebeu 67 ar condicionados de janela e 3 ar *splits*. Em 2009, até o momento, nenhuma doação desta natureza foi realizada.

Café da Manhã Solidário

Todo trabalhador da Springer Carrier S/A inicia sua jornada de trabalho somente após o café da manhã oferecido pela empresa. Até o ano passado, havia uma campanha para que os empregados, uma vez por mês, ao invés de tomarem seus cafés na empresa, doassem todos os ingredientes preparados para algumas instituições sociais. Conhecido como o Café da Manhã Solidário, tem como principal objetivo “desenvolver a consciência social do colaborador, através de uma doação mensal do seu café da manhã.” A representante de uma das entidades sociais beneficiadas com esta iniciativa relata a importância dessa doação:

A empresa nos ajuda como o café da manhã. De vez em quando, os funcionários não tomam café e a empresa faz toda a doação de pães, bolos e sucos para a instituição. É muita coisa que vem e eu geralmente tenho lanche para um mês com o que vêm. Para a gente que vive de doações, isso é muito bom. Também no Natal, a gente recebe doações. Teve um ano que já entregaram cerca de 70 cestas básicas (coordenadora da instituição).

A empresa leva as doações até a organização escolhida e ajuda na distribuição dos alimentos. Em cada ação, são doados cerca de 600 lanches contendo pães, bolos, sucos e achocolatados, além do café.

Projeto Latinhas que Fazem Andar

Em parceria com a Associação Canoense de Deficientes Físicos - Acadef - , a empresa participa, desde 2003, do Projeto Latinhas que Fazem Andar. Nesta ação, os empregados levam as latinhas de bebidas vazias até a empresa que, por sua vez, doa as mesmas para a Acadef. A instituição consegue, com a venda do alumínio, adquirir equipamentos de mobilidade que são utilizados pelo público que ela atende. Através desta iniciativa, já conseguiram comprar 7 cadeiras de rodas e 8 pares de muletas.

Parceiros Voluntários de Canoas

A empresa é uma das mantenedoras dos programas de voluntariado desenvolvidos pela CICS, a partir de um convênio com a ONG Parceiros Voluntários, que possui sede em Porto Alegre. Denominada de Parceiros Voluntários Canoas, tem por objetivo desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado, estimulando a prática da responsabilidade social de pessoas físicas, escolas e empresas nas organizações privadas sem fins lucrativos do município. Mensalmente, a empresa repassa o valor de R\$ 150,00 para a manutenção das atividades. Sobre esse valor, não possui abatimento fiscal.

Investimentos Culturais

A empresa já patrocinou importantes projetos culturais. Dentre eles, a Bienal do Mercosul, o Memorial do Rio Grande do Sul da Fundação Roberto Marinho, o Centro Cultural Beith Lubavitch, o Projeto Oscar Niemeyer e o Teatro de Bonecos de Canela/RS. Todos esses apoios foram efetuados através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura que garantiu o abatimento de até 75% do valor doado em créditos do ICMS a pagar. A empresa não informou o montante pago para tais iniciativas e definiu por não realizar investimentos culturais em 2009.

4.3.1.3.3 Categoria: percepção dos empregados

Para que se pudesse identificar a percepção dos empregados em relação as políticas socioambientais desenvolvidas, nove pessoas foram entrevistadas. Todas foram indicadas pela organização e a grande maioria encontra-se envolvida em alguma iniciativa social. Os entrevistados trabalham em diferentes Setores: Meio Ambiente; Recursos Humanos; Engenharia; Jurídico; Financeiro; Produção; Qualidade; e Administrativo.

Em relação aos principais projetos desenvolvidos pela empresa junto à comunidade, os entrevistados, na quase totalidade, afirmaram que a corporação possui várias práticas em relação ao exercício de sua responsabilidade, sendo as principais citadas no gráfico:

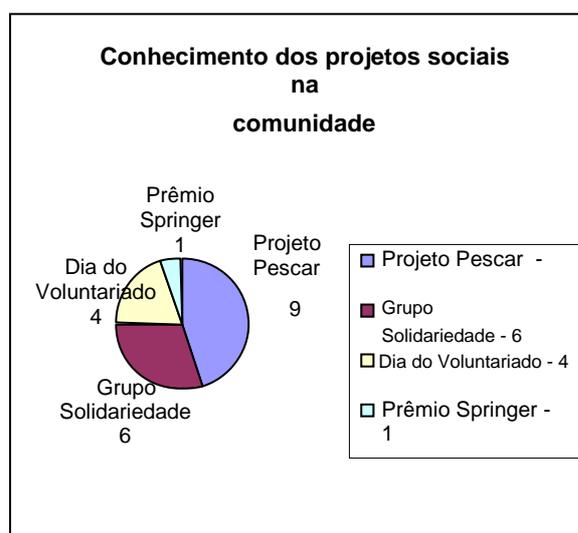


Gráfico 5 - Springer Carrier S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social junto à comunidade
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Conforme o gráfico, o Projeto Pescar foi o mais citado, uma vez que é uma ação social que promove maior interação com os colaboradores, seja estimulando-os a serem professores, padrinhos ou a receberem os jovens para estágios em suas áreas. Nesse sentido, a integração entre os jovens e os trabalhadores revelou ser bastante intensa, tornando o projeto uma ação geradora de orgulho para os empregados daquela empresa:

Todos conhecem o Projeto Pescar, ele é muito legal. Todos os anos, são 16 jovens que ficam durante o ano, aqui, com a gente, interagindo com todas as áreas. A minha área recebe sempre um aluno do Pescar. Então, a cada três semanas, fica um aluno aqui com a gente. A idéia é que eles aprendessem com a gente, mas a gente é que aprende bastante com o projeto e trabalhamos um lado que a gente acaba deixando esquecido que é a questão social, o

voluntariado, do saber trocar informações... É muito legal. É muito bonito esse lado. E, paralelo a isso, eles aprendem. Eles tem aulas técnicas profissionalizantes aqui dentro que os preparam para mais adiante (empregado 27).

Eu vejo a Springer como uma organização que tem um poder social muito forte porque é uma empresa que existe há 75 anos, aqui, no Rio Grande do Sul. A marca representa muito para a comunidade local. De projetos, o Pescar é muito forte. Ele recebe, acolhe pessoas, os alunos do 2º grau com dificuldades financeiras e psicológicas. E, aí, ao longo do ano, eles saem daqui muito realizados, prontos para o mercado de trabalho. Conseguem dar uma girada boa na cabeça dos jovens. Então, é muito importante para empresa. Para quem está dentro, é muito legal de ver, de acompanhar... (empregado 19).

Outras iniciativas sociais também foram lembradas pelos empregados. As doações, o envolvimento com a comunidade através do Grupo Solidariedade, bem como a fabricação voluntária de ar condicionados doados para diversas instituições, no Dia do Voluntariado, são exemplos de atividades que ressaltam a importância do exercício da responsabilidade social a partir da empresa, conforme mostram os depoimentos:

Tem os projetos do Grupo Solidariedade, relacionados à doação de alimentos. A gente faz a arrecadação de alimentos, agasalhos de inverno etc. A gente fazia mais, tempos atrás, o Dia do Voluntariado, eu acho. Era uma coisa legal, pois tudo que tu trabalhavas e produzias naquele sábado era doado. Ajudamos o Hospital da Criança Santo Antônio e também o Hospital de Canoas com nossas doações. Hoje, os diretores já não fazem mais. Até, um pouco, por causa da crise, a questão global. A gente fazia muito há uns anos atrás, mas, hoje, isso mudou (empregado 23).

Existe o voluntariado, que ele não aconteceu este ano, mas se fazia isso no Hospital da Criança Santo Antônio... eu lembro. Sempre tem uma instituição para onde os funcionários vão e trabalham. O funcionário doa o trabalho e a empresa doa o material, os recursos para produzir ou os produtos para climatizar o hospital ou aquela entidade (empregado 26).

Tem o Grupo Solidariedade, que não está tendo o apoio da empresa. É um grupo de funcionários que ajuda a comunidade carente. Agora não está tão forte, mas, na época, a gente conseguiu fazer muitas coisas, tipo restaurar um asilo em Esteio..., até limpar fossa. Os meninos fizeram tudo. A gente ia para lá, fazia escadas, melhorava a estrutura dentro do asilo, também com a Casa do Pequeno Trabalhador, na Estância Velha. Lá tem uma casa de crianças deficientes que a gente se envolveu bastante. E, aí, por fim, começou a desenvolver campanhas de inverno, arrecadando alimentos, roupas, campanhas para o dia das crianças etc. Mas, agora, o grupo está bem fraco. Teve muita gente que foi demitida e está só fazendo campanhas (empregado 20).

Os depoimentos também reforçam certa frustração dos empregados com a empresa por não estar mais realizando o Dia do Voluntariado, pois, segundo eles, é um projeto importante, e ajuda, de forma direta, na climatização de hospitais e outras instituições. Além disso, com as dispensas dos colegas envolvidos com o Grupo Solidariedade, nota-se certo desânimo dos entrevistados em relação à empresa, que não estimula a continuidade das atividades.

Um dos entrevistados mencionou o Prêmio Springer que, por ter como objetivo destacar os parlamentares que mais se empenharam por ações concretas e eficazes em prol do desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Destaca-se como sendo uma estratégia da empresa de relacionamento com o Poder Público, que será abordado na categoria específica.

Argüidos sobre o conhecimento das ações ambientais, os entrevistados apontaram os três principais sistemas de controle, quais sejam: o realizado junto à estação de tratamento de efluentes; o que avalia a qualidade do ar; e o que trata dos resíduos sólidos, na proporção indicada pelo gráfico:

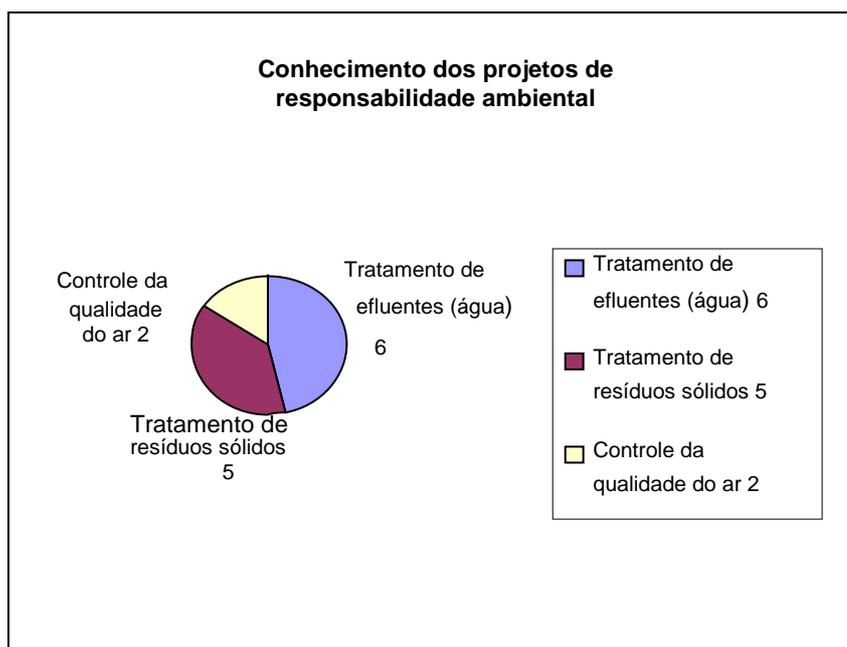


Gráfico 6 - Springer Carrier S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Ambiental
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Apesar de não saberem explicar, de forma precisa, o funcionamento dos projetos ambientais, os empregados demonstraram conhecimento sobre as ações realizadas pela empresa nessa área, conseguindo descrever as atividades pertinentes, como revelam os depoimentos:

Tem os cuidados não só em termos de gás, óleo e água. Isso aí, assim, e eles procuram fazer um controle severo. Inclusive, a gente trabalha com grupos de CCQ. Nós tivemos fazendo um trabalho sobre a redução de água, onde a gente utiliza a água da produção e, essa água, a gente joga fora. Então, a gente está fazendo um trabalho de utiliza a água, no mínimo, cinco vezes, antes de se jogar fora (empregado 23).

Tem a estação de tratamento onde a água vai ser tratada e depois vai para o rio. Então, o sistema de meio ambiente da empresa é muito correto. Qualquer diferença tu tens que dar explicações para não acontecer. Vamos supor que escape uma válvula e vaze um gás do ar condicionado. Então, tu tens que trabalhar em cima daquele problema para evitar que aconteça uma próxima vez. Em todos os aspectos de meio ambiente, a empresa é muito severa. É um controle muito rígido (empregado 24).

Ter uma ISO quer dizer que não são poucas coisas para se manter. Nós temos uma central de resíduos que é toda controlada e temos que saber os destinos do nosso resíduo também. Projetos de meio ambiente..., eu sei que tem um de recuperação de água que iria fora para molhar as plantas. Temos o de aproveitamento de água da chuva. São projetos que ainda estão em andamento, mas estão no plano da empresa, como o de engenharia elétrica, também, que busca aproveitar a energia solar (empregado 21).

Outro fator de destaque na entrevista revelou ser o envolvimento dos empregados na criação de novos projetos de melhoria, através dos grupos que integram os denominados Círculos de Controle da Qualidade - CCQ -. Estes grupos, ao analisarem, constantemente, os processos produtivos da empresa, terminam por propor alterações que resultam na melhoria dos resultados ou na diminuição de custos para a empresa. Na esteira deste trabalho, surgem iniciativas práticas e inovadoras que reduzem o desperdício. Os empregados também ressaltaram a rigidez com que a empresa trata as ações que possam resultar em prejuízos ambientais, revelando a adoção de controles que diminuem os riscos provocados por alterações em qualquer área do seu processo de produção.

Considerando as políticas de responsabilidade social interna, todos os empregados pesquisados mencionaram o Programa de Educação como sendo uma grande vantagem oferecida pela empresa, seguido pelo Plano de Saúde, Refeitório, Transporte, Previdência Privada e Ginástica Laboral, independentemente de serem, ou não, uma obrigação legal.

O quadro a seguir ilustra a percepção dos trabalhadores em relação à política de benefícios:

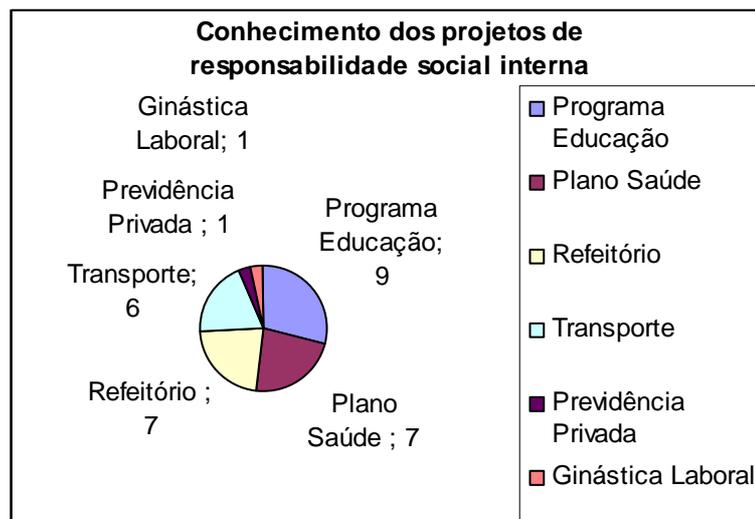


Gráfico 7 - Springer Carrier S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social interna
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Vale mencionar, entretanto, que nenhum trabalhador citou o Programa de Qualidade de Vida da empresa, com exceção de um entrevistado, que apenas indicou uma atividade que a integra, a Ginástica Laboral.

Desta forma, evidenciado como o grande diferencial da empresa, o Programa de Educação é assim destacado pelos empregados:

Eu, por exemplo, uso o benefício para a educação. Eu me formei, agora, pela empresa. A faculdade foi paga pela empresa e, inclusive, os livros. Agora, eu vou fazer pós-graduação, tudo pago pela empresa. Nós temos o plano de saúde que, hoje, não é um dos melhores, mas, como falei de redução de custos, eles vão diminuindo... Nós temos o refeitório local e o transporte (empregado 24).

O programa de Educação é o nosso carro chefe, é o mais forte de todos. Eu nunca vi igual em outra empresa. Ele é muito usado para atrair funcionários, no qual a empresa paga 100% dos estudos: graduação, pós-graduação e, em alguns casos, vai até o mestrado, em casos pontuais. É para todos os níveis de trabalhadores. Então, acaba sendo muito interessante porque a gente tem a nossa massa de trabalhadores, que é o chão de fábrica, podendo cursar uma faculdade, sem desembolsar do seu próprio bolso, porque a empresa subsidia, investe no funcionário e tu acabas elevando o nível cultural do nosso grau mais baixo da hierarquia (empregado 19).

A gente tem 100% da educação paga e livros que tu podes fazer também a compra, se entrares em um acordo com o gestor do RH. Hoje, nós temos, na manufatura, a maioria dos funcionários fazendo pós, por exemplo. Nós temos uma força de trabalho bem especializada, uma mão de obra bem qualificada. Eu diria, assim, que tudo em função do nosso programa de educação. Mas já me beneficieei, sim, e acho muito positivo. E, além da gratificação, de tu poderes te qualificar melhor, tu tens, ainda, no final do curso, quando tu apresentas o certificado de conclusão, algumas ações que tu recebes da empresa. Então, tu passas a ser dono de um pedacinho da empresa. Aí, tu fazes a opção: se tu queres manter ou se tu queres vender (empregado 20).

O Programa de Educação, além de ser bastante reconhecido, promove, pelo que se percebe, uma elevação do nível de qualificação do quadro funcional. Muitos trabalhadores já se beneficiaram e outros tantos aproveitam este benefício para, além de concluírem seus estudos, receberem as ações doadas pela corporação. Este programa parece ser utilizado como estratégia para a atração de novos empregados e para a manutenção do atual quadro, tratando-se, portanto, de um programa bem completo, capaz de gerar orgulho para a empresa e seus empregados.

Em relação ao atual momento da organização, todos os empregados entrevistados ratificaram que a mesma encontra-se atravessando um período bastante delicado. Contudo, reforçam que, já há três anos, a Springer Carrier S/A vem realizando ajustes internos, para se adaptar às exigências de mercado, avanço de tecnologia e pressões ambientais. Sobre o reflexo da crise financeira internacional, os entrevistados mencionaram os desligamentos dos colegas e a alteração de alguns benefícios como sendo as principais perdas. Observaram, porém, que os programas básicos foram mantidos:

A gente já vinha de uma crise quando estourou a chamada crise mundial, que teve, como antecedente, uma crise no setor imobiliário nos Estados Unidos. Pelo fato do nosso negócio ser de refrigeração comercial e residencial, este foi afetado muito forte e antes de estourar a crise mundial. Então, o nosso ano acabou sendo fraco e ruim, no ano passado. Esse ano, como não podia deixar de ser, a gente tomou várias iniciativas para evitar com que se perdesse mais dinheiro ainda, com medidas de economia, férias coletivas, afastamentos por prazo determinado de alguns funcionários para fazer determinados cursos etc. Enfim, a empresa tomou algumas medidas para evitar ao máximo os desligamentos, mas, ainda assim, tivemos desligamentos (empregado 19).

Nós tínhamos um dos melhores planos de saúde que era de linha executiva, tanto para os executivos quanto para a empresa. E o plano odontológico também trocou e ficou tudo pior. E outra também é a visão de negócio que a empresa tomou, se focando em Manaus. Entre as linhas de produção que a gente tinha aqui, muitas já foram para lá. Então, os funcionários, aqui, estão sendo ou vão ser transferidos, mas estes serão poucos, pois outros serão demitidos (empregado 24).

As demissões acontecem com ou sem crise. E a empresa se reestrutura mais em função da necessidade do mercado do que em função do momento. Obviamente que, com uma crise global, tem um efeito maior. A gente, da engenharia, perdeu quatro colegas. Talvez, se não tivesse a crise, a gente tivesse perdido um ou, talvez, nenhum. Mas eu vejo que aqueles programas que são essenciais para a empresa foram mantidos, eles não foram retirados. Assim, os principais programas voltados aos funcionários e à comunidade não foram suspensos (empregado 25).

Eu trabalho na empresa há 21 anos. Nesses dois últimos anos, eu vejo que a empresa, inclusive, é outra. A crise afetou de tal forma, que as pessoas mudaram, teve uma reestruturação muito grande, o alinhamento da empresa mudou. Nossa, eu acho que, em tudo, a gente teve uma restrição, tipo viagens, treinamentos... Nós tínhamos muito. E agora, qual é a idéia? A gente se especializar de tal forma que nós sejamos os multiplicadores. Nós não estamos deixando de fazer as coisas, mas usando o bom senso, devemos pensar em como podemos fazer, de forma que se consiga e que todo mundo tenha conhecimento, otimizando recursos. Então, eu acho que, agora, também é uma hora da gente ser criativo, de acreditar que a gente consegue fazer o que todo mundo quer para que a empresa tenha boa rentabilidade para voltar... Virar a história, passar essa fase difícil (empregado 21).

Os trabalhadores relatam que a empresa passa por uma intensiva mudança, entendida, por muitos, como uma estratégia de adaptação para que se consiga manter no mercado, transferindo, inclusive, parte da produção para Manaus. Apesar da criatividade com a qual a empresa tem tentado trabalhar, o fato é que a mencionada reestruturação tem provocado a dispensa dos trabalhadores. Contudo, grande parte deles entende que os desligamentos são necessários para a adequação da empresa, ou seja, concordam com esta política tornando a dispensa um ato comum para o qual os empregados devem estar preparados.

Entretanto, um fator de descontentamento é a troca da direção da empresa, pois esta apresenta-se menos aberta às iniciativas dos empregados do que a anterior:

Hoje em dia, a direção mudou. Nós tínhamos, antes, um outro superintendente que era um cara que era bem mais acessível. Na verdade, era um cara bem mão aberta, ele focava muito em ajudar os empregados e, hoje, essa chave foi chaveada e não se abre mais. Mas, antigamente, era muito mais possível. Mudou também, um pouco, por causa da crise. Eu acho que está se perdendo um pouco da valorização da pessoa humana e se está valorizando somente o financeiro (empregado 23).

Esse ano foi tenso, ninguém quer perder o seu emprego e a gente vendo muitas famílias..., a gente sabendo de casos de muitas famílias que o marido, o casal, estava desempregado. Então, é bem preocupante. O próprio RH mudou. A gente perdeu muito suporte com a mudança do gestor lá e a gente tinha algumas dificuldades de comunicação. Entrou uma nova gestão e ninguém chamou para conversar sobre os projetos (empregado 20).

Esses depoimentos revelam um certo descontentamento em relação à direção e ao setor de Recursos Humanos, que parece ter mudado seu foco. Talvez, esse fato tenha ocorrido em função dos empregados estarem, há muitos anos, acostumados com os mesmos gestores e com os setores apoiando-os em todas as suas iniciativas. De qualquer modo, parece não ter havido uma comunicação eficiente com os trabalhadores sobre as novas estratégias da empresa, bem

como sobre a continuidade ou não dos projetos e programas que vinham sendo desenvolvidos, deixando-os bastante confusos. Portanto, vários são os indícios de que houve a imposição de uma nova cultura ou simplesmente uma desconstrução da anterior, colocando a empresa em um momento de redefinição de procedimentos e programas.

Apesar disso, os empregados demonstram sentir bastante orgulho em trabalhar na Springer Carrier S/A, pois contam, com bastante entusiasmo, a sua história, revelando que, de pequena empresa, passou a pertencer a um grande grupo multinacional. Como diferencial, apontam que o maior destaque é o Programa de Educação que, como consequência, gera oportunidades de crescimento profissional aos trabalhadores:

O que me segura aqui dentro, há 22 anos, é o fato de que eu sempre tive a oportunidade de conhecer alguma coisa. Tinha o programa de educação, eu fiz curso técnico, completei a graduação, vou fazer pós graduação... claro que não é só isso, mas é o ambiente de trabalho, é a oportunidade que a empresa dá de conhecer... Eu vejo assim, que a gente, se tiver que sair daqui, a gente sai muito bem preparado. Eu, até hoje, já tive a oportunidade de crescer e é isso que me mantém na empresa. Ela proporciona esse ambiente para a gente se desenvolver, além de estudar. Ela dá oportunidade da gente crescer dentro da própria empresa (empregado 25).

Eu acho que é o ambiente de trabalho e o desenvolvimento que a empresa oferece para gente porque... se tu ficares, pelo menos no meu ponto de vista, 20 anos fazendo a mesma coisa, tu não agüentas. Eu entrei como auxiliar de produção. Depois, eu tive a oportunidade de ser um operador de máquina. Eu fui lá e fiz um curso de operador de máquina. Tive a oportunidade de ser eletrícista. Eu fui lá e fiz um curso de eletrícista. E, assim, as oportunidades foram surgindo. Eu fui crescendo dentro das minhas possibilidades e dentro daquilo que eu esperava, por isso que eu me mantenho, hoje, aqui (empregado 26).

Os empregados passam a aproveitar as oportunidades que a organização oferece em termos de capacitação e conseguem obter um visível crescimento profissional, o que, em consequência, os faz permanecer na empresa. Outro resultado dessa política é a melhora do ambiente de trabalho que passa a contar com profissionais mais conscientes e qualificados. Tudo isto se transforma em motivo de gratidão para os entrevistados, conforme revelam:

A primeira coisa é a oportunidade que me deram. Então, eu vou ser agradecida para o resto da minha vida, de terem me dado um voto de confiança, porque eu entrei, fui a primeira... Confiaram, então, em todos os aspectos, desde a confiança de ser uma mulher e trabalhar numa área que não tinha muitas na época até poder crescer dentro da área. Eu tenho total liberdade de dizer o que eu sinto. Claro, tem que ter os seus limites e seus respeitos, mas eu me sinto em casa, sempre. Eu tenho essa liberdade de chegar, brincar e conversar (empregado 20).

Eu vejo como... existem as portas onde, demonstrando um crescimento, eu sei que, automaticamente, eu vou ser reconhecido, assim como eu fui, já nessa minha trajetória. Primeiro, fui estagiário, fui efetivado, fui crescendo. Então, a carreira existe para eu poder trilhar, aqui dentro. Então, é uma porta que está ali, aberta. Se eu quiser seguir, eu vou seguindo e é isso que me faz, hoje, estar aqui dentro. Eu acredito na empresa. Eu acredito no meu setor. Vejo as nossas oportunidades, a vontade de criar coisas e tenho certeza que a empresa vai me ajudar nesse sentido (empregado 19).

Através dos depoimentos, o perfil do trabalhador da Springer Carrier S/A pode ser extraído, definindo-o como uma pessoa pró-ativa, disposta a encarar desafios constantes e sempre aberta a novas capacitações. Essas características são necessárias para o alcance das metas da empresa, que deseja, entre outros objetivos, “ser a primeira opção em conforto ambiental através de produtos e sistemas diferenciados” e “oferecer produtos e sistemas que façam do mundo um lugar melhor, refletindo o compromisso com a segurança, meio ambiente e inovação tecnológica”. Com estes propósitos, nada mais lógico que oferecer uma série de benefícios aos seus colaboradores, inclusive patrocinando seus estudos, para exigir dos mesmos, a qualificação constante para que se comprometam a buscar a melhoria contínua e o alcance dos resultados da organização. É o que revelam os trabalhadores:

É uma empresa onde a gente trabalha muito. As cobranças são muito freqüentes e fortes, mas isso é bom, porque eu aprendo com elas e é o meu perfil. Eu gosto desses desafios. Então, eu me sinto desafiada diariamente. Também com os grupos de CCQ, todo o dia tem uma coisa nova para aprender, uma questão para resolver e, então, troca-se com vários profissionais é muito legal isso porque os profissionais... Eu trabalho com uma equipe muito boa e eu sinto, em outros setores, a mesma coisa, a mesma capacitação. É uma troca contínua (empregado 27).

Então, trabalhar com as pessoas é uma coisa que me motiva e eu sou apaixonada pelo que faço. Não é fácil, mas... Diferente de muitas pessoas que pensam: “Ah é segunda-feira, que chato...” E eu, não, mas segunda-feira é um dia normal, como se fosse uma sexta-feira. Eu gosto daquilo que eu faço. Eu gosto de desafios. Estou constantemente aprendendo (empregado 21).

Então, é uma empresa que eu me sinto bem, trabalhando dentro da Springer. Eu gosto de trabalhar aqui. Penso futuramente que os meus filhos trabalhem nela. É um pensamento que eu tenho. A Springer me deu essa oportunidade e eu quero ela para os meus gurus também (empregado 23).

Encontra-se presente, na percepção dos empregados, a partir desses depoimentos, a dicotomia da empresa que ora se apresenta como má, em função do alto grau de exigência, da

mudança da direção que encontra-se perseguindo somente resultados financeiros e porque dispensa, e ora como boa, porque oferece benefícios, oportuniza crescimentos e protege os trabalhadores enquanto estes encontrarem-se empregados. Entretanto, percebe-se que prevalecem os aspectos positivos, pois parece haver amparo e proteção, permitindo que o empregado crie, se desenvolva e queira que seus filhos também trabalhem nesta empresa, mesmo quando ocorrem dispensas, cobranças ou mudanças diretivas. Estes aspectos, apesar de negativos, são considerados, por muitos, como necessários para a manutenção da estrutura restante e acreditam que talvez sejam passageiros.

Assim, apesar da dispensa de cerca de 600 trabalhadores em menos de três anos, parece predominar uma sensação de conforto e gratidão, conciliada com uma insegurança velada acerca da continuidade dos programas e projetos, bem como da própria permanência das pessoas na empresa.

E, quanto às práticas socioambientais da organização, os entrevistados demonstraram possuir um conhecimento bem abrangente, conseguindo dissertar sobre os principais projetos pertinentes, ainda que implantados em diferentes áreas. Desta forma, pode-se concluir que o orgulho já existente de se trabalhar nesta empresa é, então, acrescido da percepção de que, para os seus trabalhadores, a empresa encontra-se, exercendo sua responsabilidade social e ambiental, mesmo que tenha suspenso algumas atividades por tempo indeterminado.

4.3.1.3.4 Categoria: relação com o Poder Público

Considerando a política de relacionamento com Poder Público, percebe-se que não existe a participação da Springer Carrier S/A em programas ou conselhos de caráter público, não tendo a empresa o objetivo de apoiar a definição de políticas públicas.

Isto porque, em nenhum momento, a empresa mencionou parcerias com qualquer Governo, seja ele Municipal, Estadual ou Federal e tão pouco com outros Poderes como o Legislativo, Judiciário ou com o Ministério Público. Ela limita-se, portanto, a pagar os impostos e a manter um relacionamento harmonioso entre os setores do Governo em que necessita ter um contato mais direto, como, por exemplo, com a Secretaria de Meio Ambiente e a FEPAM. Para esta última, a empresa emite relatórios, mas o contato se restringe às obrigações legais e a discussão de assuntos pertinentes às questões ambientais da empresa,

sem a promoção de debates mais amplos sobre os problemas dessa ordem, conforme depoimento da analista de meio ambiente:

É uma relação muito boa. A fiscal é ótima, é super pró-ativa, é bem objetiva e temos um canal aberto de transparência. O objetivo da Springer é ter uma relação muito transparente com órgãos ambientais. Eu tenho o aval da minha chefia para essa transparência. Isso é muito bom porque, assim, eu trabalho de uma forma mais segura, a fiscal fica segura. Então, se eu tenho dúvidas, eu vou lá e converso com ela. Se eu tenho um problema, eu vou lá e converso com ela e ela é muito próxima, me dá um bom direcionamento. Quando ela não consegue me dar um retorno, ela me direciona para alguém que consiga e eu procuro retribuir, fazendo da mesma forma. É uma via de mão dupla (analista de meio ambiente).

Contudo, em se tratando de relatórios ambientais, a analista pondera que as exigências da multinacional UTC são muito mais abrangentes, com fiscalizações e auditorias muito mais intensas do que as dos órgãos ambientais, o que facilita o atendimento das exigências governamentais.

Segundo a coordenadora de responsabilidade social, a empresa não possui uma política de inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiências. Ela não soube responder se existe uma cobrança por parte da Delegacia Regional do Trabalho referente ao cumprimento de tais cotas. Já as exigências de cotas de inserção de jovens aprendizes são cumpridas através do Projeto Pescar, para as quais a empresa simplesmente obedece a legislação, sem um contato maior com a referida Delegacia. Uma relação mais próxima entre empresa e Governo ocorre quando há tratativas de dissídio ou problemas pertinentes às dispensas, momentos em que o Sindicato e o Ministério do Trabalho são acionados.

Apesar de participar de diferentes comitês e entidades, como o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, a empresa não possui uma política direta com o Governo. Essa relação ocorre somente pelo cumprimento das obrigações legais, o que faz com que a empresa não participe da definição, criação e desenvolvimento de políticas públicas governamentais.

Vale mencionar, também, que a empresa, atualmente, não se utiliza de incentivos fiscais para patrocinar projetos na sociedade, tendo se beneficiado, em anos anteriores destes mecanismos para apoiar projetos culturais. Contudo, a Springer Carrier S/A patrocina o “Prêmio Springer – ARI por um Rio Grande Maior”, iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado e da Associação Riograndense de Imprensa, em parceria com a companhia. O prêmio, que leva o nome do fundador da empresa, possui 48 anos e tem por objetivo destacar, anualmente, os parlamentares que mais se empenharam por ações concretas e eficazes em prol

do desenvolvimento sócio-econômico do Estado. O destaque ocorre para três categorias: Economia; Ação Social e Meio Ambiente; e Prêmio Especial.

Segundo os dados da Assessoria de Imprensa, o prêmio é referência nacional e bastante cobiçado pelos parlamentares gaúchos. O papel da empresa, contudo, se limita ao patrocínio, não se envolvendo com a indicação e escolha de tais políticos. Esse exemplo mostra novamente a abstenção da empresa em relação à participação sobre as discussões das questões públicas.

4.3.2 Considerações Finais sobre a Empresa

Analisar as políticas de responsabilidade socioambiental de uma empresa permite compreender como uma organização se apresenta em relação ao ambiente e à sociedade à qual encontra-se inserida. Desta relação, a organização empresarial extrai os elementos para serem transformados ou para serem instrumentos de produção, como as matérias primas e sua mão de obra disponível, mediante a definição de técnicas para a devido processamento. Em seguida, devolvem à natureza e à coletividade, seus produtos e serviços, bem como os impactos inerentes às suas atividades, tanto os efeitos positivos, como a manutenção da vida pelo controle de temperatura a partir de um ar condicionado em um hospital, como os riscos e desgastes tanto naturais como sociais, que por ventura foram exigidos para que pudesse ser produzido tal aparelho, por exemplo. Portanto, por mais que seja possível apresentar certo teor de independência e de individualidade, as organizações encontram-se conectadas com os seus contextos naturais e sociais, com interdependências tão expressivas que, para que se possa analisar suas práticas em relação aos diversos públicos que determinam estes entrelaçamentos, necessário se faz interpretar os fatos e situações que formatam o momento atual em que se desenvolvem os empreendimentos, caracterizando o contexto que os influencia, ao mesmo tempo em que são influenciados. Assim, para que se possa analisar, de uma forma mais abrangente as políticas sociais e ambientais da Springer Carrier S/A, necessário se faz identificar o cenário em que a empresa se estabelece.

Além da atual crise financeira mundial, que tem prejudicado bastante as empresas exportadoras, devido à falta de crédito bancário para o financiamento do comércio internacional e aquisição de produtos, a Springer Carrier S/A já apresentava os reflexos de uma crise setorial

anterior que também afetou todas as empresas vinculadas ao grupo Carrier. Isto porque as indústrias chinesas, com o início do século 21, tem aumentado suas participações nas vendas internacionais em função do baixo preço de seus produtos, forçando uma adequação das demais empresas mundiais para que pudessem voltar a ter competitividade. Entre elas, a empresa brasileira Springer e a internacional Carrier.

Segundo os representantes da Springer Carrier S/A, os ar condicionados chineses apresentam-se também no mercado brasileiro com preços muito mais baixos e são de qualidade muito inferior aos da empresa, mas suas importações têm afetado as vendas em cerca de 50%, no mercado nacional.

Contudo, uma estratégia da companhia para manter-se viva neste mercado que se tornou tão competitivo, foi também a importação de produtos, através da chinesa Toshiba Carrier, do grupo Carrier. Segundo o Laboratório Sindical Industrial – SINDILAB⁹, tal atitude é reflexo da adoção da estratégia do inimigo, ou seja, importa-se produtos para sobreviver em um mercado pressionado por concorrentes até 30% mais baratos. Tal iniciativa tem provocado a insatisfação de sindicalistas da fábrica que alegam que a tendência é que ocorram muitas dispensas, tanto de empregados da empresa quanto de terceirizados ou prestadores de serviços.

A companhia também optou por expandir a sua linha de produção em Manaus e reduzi-la em Canoas, aproveitando os benefícios fiscais nacionais oferecidos para empresas que se estabelecem naquela cidade, conhecida como zona franca. No ano de 2006, a linha de produção de ar condicionados do tipo janela que abastecia o mercado interno foi transferida para Manaus, enquanto que a fábrica de Canoas passou a atuar especificamente na exportação. Desse período em diante, houve um alto índice de dispensas na cidade gaúcha, fato constatado pelos empregados da empresa:

A nossa empresa, hoje, conta com um quadro geral de quase 600 pessoas. Eu diria, para ti, que eu lembro o ano de 2006, porque sou eu quem faço os relatórios para mandar para o órgão certificador. Quando eu falo em 600 e poucas pessoas, eu falo em funcionários diretos. Já em 2006, nós tínhamos 1.200, o dobro, praticamente. Então, o quadro vai ficando mais reduzido (empregada 21).

Esta redução vai acontecendo gradativamente a cada ano. Segundo a gerente de recursos humanos, a empresa, em 2009, utilizando o discurso de “driblar a crise com

⁹ Uma iniciativa dos sindicatos dos metalúrgicos do Cone Sul e da Europa. Disponível em: <<http://www.sindlab.org/noticia02.asp?noticia=4308>>. Acesso em: 30 set. 2009.

criatividade”, ao invés de dispensar os 110 empregados, encaminhou 65 trabalhadores para realizarem cursos no Senai. As capacitações, com carga horária de 120h/aula, enfocaram as áreas de climatização residencial e leitura e interpretação de desenho mecânico, soldagem de manutenção e metrologia básica e eletricidade básica.

Estes trabalhadores receberam, mensalmente, os valores disponibilizados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - e, por parte da empresa, o complemento salarial, os benefícios habituais concedidos e vales-transportes para a participação nos cursos. Foi computado, também, o tempo para férias e para o 13º Salário. Do mesmo modo, a empresa assumiu o compromisso de manter os postos de trabalho dos contratos suspensos, garantindo o emprego por mais 90 dias. Se a empresa dispensasse neste período, teria de pagar o valor relativo a três parcelas do seguro-desemprego na rescisão dos contratos, como uma espécie de multa pelo descumprimento do acordo. Essa negociação foi comemorada pelo presidente do sindicato:

A negociação foi dura com a Springer, mas conseguimos negociar que dessem as férias dos funcionários e 65 trabalhadores foram suspensos para fazerem cursos. E a empresa se comprometeu com isso (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas).

Assim, considerando as políticas de responsabilidade socioambiental da Springer Carrier S/A, pode-se afirmar que a empresa possui programas nos três grandes eixos temáticos abordados. As principais estão alinhadas ao planejamento estratégico, por tal motivo estão consolidadas na empresa. Contudo, o que se percebe é um pouco de dificuldade da alta direção em definir o que são políticas de responsabilidade socioambiental, conforme demonstra a gestora de responsabilidade social:

Eu acho que isso faz parte da cultura da empresa, está dentro dos valores da empresa, mas estrategicamente falando, as ações de responsabilidade social não são tão focadas. A empresa tem benefícios do RH que concedem aos funcionários, as ações voltadas para o ser humano, para o meio ambiente e para a comunidade. Elas são fortes. E só não estão organizadas e com esse nome, responsabilidade social. E isso, eu acho que tem bastante coisa para fazer. Então, eu vejo assim, tem ações que são fortes, mas elas não tem esse nome e, talvez, a empresa, hoje, não tenha claro, para ela, o que é responsabilidade social, que esses programas de benefícios... Que a empresa aproveite melhor, usar isso como responsabilidade social. Hoje, é visto como só mais um benefício do RH (gestora de responsabilidade social).

Portanto, a empresa não possui clareza de suas políticas socioambientais. Elas são estratégicas, mas a organização não definiu uma classificação para tal. Contudo, o fato de ter contratado uma gestora de responsabilidade social, mesmo que terceirizada, demonstra o interesse em organizar o setor.

O que os resultados da empresa aparentam, em alguns casos, é um regresso de certas práticas socioambientais. De 1999 à 2004, a empresa estava com políticas fortes, um envolvimento grande dos empregados que se organizavam em grupos, seja o Grupo Solidariedade, seja o grupo de CCQ ou ainda outras iniciativas da fábrica junto à comunidade. A tendência era o crescimento e a adição de novas práticas às que já vinham sendo realizadas. Contudo, depois de 2004, as ações tiveram reduções significativas e, algumas delas, não foram mais realizadas e a própria empresa não teve mais o seu balanço social publicado.

Este fato certamente ocorreu devido às constantes crises que a Springer Carrier S/A vinha passando, que ocasionaram mudanças estratégicas, como a transferência de parte da linha de produção para Manaus e a troca de gestores. Esses dois fatores acabaram interferindo nas políticas da empresa. A primeira porque vem gerando um grande número de desempregos, passando de 1.200 empregados em 2006, para 600 em 2009, ou seja, em três anos, a metalúrgica reduziu o seu quadro funcional em 50%. A segunda porque, com a mudança da direção, passou a ter um foco mais voltado à resultados financeiros e não visualizou, nas políticas de responsabilidade socioambiental, uma estratégia competitiva, abolindo, praticamente, todas as iniciativas dos trabalhadores.

Esse acontecimento, além de desmotivar a equipe funcional, prejudicou, também, a comunidade que antes era beneficiada com a doação de ar condicionados, com o recebimento de doações e com o suporte do trabalho voluntário dos empregados. Contudo, tais esforços acabaram sendo canalizados para o Projeto Pescar que, ao longo dos anos, aprimorou suas ações, possibilitando que os empregados se tornassem padrinhos, orientadores nas áreas de estágio ou professores no projeto. Vale mencionar, mais uma vez, que esse projeto não teve redução orçamentária e permitiu, através da autorização governamental, que os jovens atendidos se tornassem aprendizes dentro da empresa. Ganharam, também, o benefício do plano de saúde, antes concedido somente aos empregados.

Outra estratégia utilizada pela empresa foi a revisão dos contratos com os fornecedores, renegociando, com eles alguns custos, principalmente no descarte de resíduos ocasionados com a aquisição do material. Essas ações foram realizadas na área ambiental,

agregando, em termos de práticas mais sustentáveis, conforme reforça a analista de meio ambiente:

Eu recebo uma embalagem de produto químico. Essa embalagem vazia, a gente pagava para higienizar e para descartar. A gente está negociando com os fornecedores para que eles reciclem as suas embalagens, de volta. Então, isso agrega uma redução de custos, mas também é uma boa prática porque, antigamente, a gente tinha uma dispensa, tinha dois processos, que era processo de higienização e descarte. Agora, a gente faz o acondicionamento daquelas embalagens. Então, foi um aspecto positivo. A crise, às vezes, nos faz ver as coisas de uma forma diferente e encontrar novas soluções a partir de resíduos. Então, reavaliar aquilo que a gente estaria descartando como lixo e revalorizar, enquadrar como resíduo aproveitável ou um resíduo que tu possas doar para alguma outra entidade e, aí, a gente não tem custo de deslocamento. Também a luz, quando a gente não está no setor, procuramos apagar as luzes, certificar se os aparelhos de ar condicionado estão desligados, assim como os monitores dos computadores. Então, isso foi uma baita redução de despesas, de custos (analista de meio ambiente).

Entretanto, projetos na área do meio ambiente, como a lagoa de tratamento de água com plantas aquáticas, bem como outros projetos de melhoria no setor, que exigiam para suas implementações altos investimentos, foram suspensos, temporariamente, em função da crise ou das crises que a empresa enfrenta. Mas, de fato, há indícios de que a empresa possui ações concretas no tratamento da água, do resíduo sólido e do ar. O que é enfatizado pela direção e evidenciado pelos empregados é um controle extremamente rígido na área, fruto das cobranças que a empresa recebe pela Carrier e Grupo UTC. Assim, ficou evidenciado que o compromisso ambiental da Springer transcende a legislação, enfatizando suas atenções para o cumprimento das exigências corporativas, que superam os limites legais. Desta forma, cumprindo as metas internas, cumpre-se as obrigações definidas pelos órgãos de proteção ambiental, apesar de não saberem distinguir as diferenças entre os controles legais e os índices de segurança ambiental estipulado pelo padrão interno, como expõe a analista de meio ambiente:

Nós temos que seguir a legislação brasileira. Nós estamos atendendo, mas as nossas metas se baseiam no atendimento dos padrões internos. Então, com isso, a gente garante um processo bem mais robusto do que se precisa ter para atender a legislação brasileira. As frequências de análise que a gente faz são maiores do que as exigências pela FEPAM. A própria fiscalização e auditoria, o processo inteiro de fiscalização é muito mais robusto, mas é difícil de explicar, assim separadamente, o que é da legislação e o que é feito a mais (analista de meio ambiente).

Então, na esteira da política ambiental, percebe-se que a empresa procura minimizar os impactos negativos de sua atividade, adotando rígidos controles, superiores ao exigido pela sociedade. Contudo, parece não se preocupar, também, em promover a efetiva pró-atividade com relação ao meio ambiente, com ações que busquem a conscientização acerca da preservação dos recursos naturais existentes, independentemente do seu processo produtivo, como, por exemplo, o apoio à cooperativas de catadores ou à campanhas de defesa do clima, meio ambiente etc. Ao contrário, o que foi percebido, foi a busca de obtenção de recursos em função do problema ambiental, pois há a prática da venda dos materiais que podem ser reciclados, obtendo, assim, vantagens financeiras, competindo, inclusive, com as pessoas de baixa renda que, muitas vezes, apenas possuem esta forma de trabalho para garantirem um valor mínimo para sua sobrevivência.

Da mesma forma, não parece fazer parte das atividades da empresa, a participação em debates que promovam a adoção de práticas sustentáveis, como as que buscam reduzir o aquecimento global ou a eliminação de gases que provoquem o efeito estufa, utilizados por indústrias como a própria Springer Carrier S/A, apesar deste assunto ser pauta de importantes tratados e encontros mundiais. Um deles é o Protocolo de Montreal, que trata do uso dos gases hidrofluorcarbonos, conhecidos como HFCs, que são largamente utilizados em refrigeradores e condicionadores de ar, como uma ameaça muito significativa à estabilidade do clima. A corporação também não participa das reuniões junto ao Ministério do Meio Ambiente para a implantação dos Centros de Regeneração de CFC-12¹⁰, que tem por objetivo viabilizar a purificação do CFC-12 contaminado, impedindo que ele seja liberado no meio ambiente, causando a destruição da camada de ozônio e contribuindo para o aquecimento global. Assim, a Springer Carrier S/A tem demonstrado pouco ou nenhum interesse pelo assunto, apesar destes centros promoverem atividades que se encontram diretamente relacionadas com sua operação.

Em relação aos outros programas, a empresa também reduziu a participação dos trabalhadores em capacitações ou participações em eventos, seminários e afins, mas manteve o Programa de Educação que financia integralmente os estudos dos empregados. Em se tratando dos benefícios concedidos, a empresa assegura que não ocorreram cortes e, da mesma forma, em relação às ações sociais, pois o Projeto Pescar também não sofreu alterações, como ressalta a coordenadora de responsabilidade social:

¹⁰ Recife ganha Centro de Regeneração de CFC. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=3264&lay=mam>. Acesso em: 20 set. 2009.

O Pescar é o programa mais forte, praticamente o único com o foco na comunidade. Foi preservado nesse momento de crise. A turma se manteve. Em nenhum momento a empresa..., pelo menos eu não percebi isso, assim, de ter um planejamento de redução, de não tê-los como aprendizes esse ano. Pelo contrário, está sempre valorizando. Teve corte de treinamento dos funcionários, mas não mexeu no projeto Pescar. Eu mesma estava com a programação de contrato de meio turno e passei para turno integral (coordenadora de responsabilidade social).

Os projetos menores, como o Dia do Voluntariado, o Café da Manhã Solidário, doações de ar condicionados, entre outros, não ocorreram em 2009, gerando a frustração dos empregados e das organizações beneficiadas com as ações. Da mesma forma, o Grupo Solidarietà, composto pelos trabalhadores, também sofreu grandes impactos, principalmente pelas dispensas, ao longo dos anos, de seus integrantes mobilizadores.

E, em relação à responsabilidade social, ficou evidenciado que, com a troca da gerência e de outros empregados em cargos de chefia, as práticas de responsabilidade socioambiental deixaram de estar na lista das prioridades da empresa, perdendo espaço para a reestruturação de processos e políticas que proporcionassem maiores retornos financeiros. Para a organização, uma estratégia de sobrevivência, para os empregados, a perda de certo encanto e do sentimento de estar ajudando a melhorar a sociedade.

Contudo, o Projeto Pescar apresenta-se como sendo um grande diferencial da empresa, pois, muito mais que preocupada com o cumprimento das questões legais de cotas para aprendizagem, ela parece querer buscar, de forma consciente e efetiva, a formação integral de 16 jovens por ano, trabalhando, além da capacitação técnica, vários outros aspectos com relação ao comportamento de vida desses adolescentes. O projeto revela novas alternativas de vida para estes jovens que, sem este apoio, talvez nem ousariam sonhar.

Já em relação às políticas internas, junto aos empregados, os benefícios concedidos revelam que a empresa cumpre com os seus compromissos legais. Contudo, o grande destaque é, sem dúvida, o Programa de Educação, que financia, integralmente, os estudos dos seus colaboradores, demonstrando o efetivo cumprimento de uma das política estipuladas junto ao grupo UTC, a de “ter o quadro funcional mais bem qualificado do planeta.”

Diante disto, percebe-se que a empresa possui bases sólidas para o desenvolvimento de uma efetiva política de responsabilidade social e ambiental, mas precisa, ainda, construir estratégias conciliadas com a verdadeira necessidade mundial, em relação ao seu âmbito de atividade. Assim, no rol de políticas efetivas de responsabilidade socioambiental da empresa, estão as práticas ambientais, o Projeto Pescar e o Programa de Educação. Tais ações são o

diferencial da empresa e traduzem a sua preocupação com os seus empregados, com o meio ambiente e com a comunidade.

4.4 REFAP S/A

A Refinaria Alberto Pasqualini¹¹ foi inaugurada no dia 16 de setembro de 1968, em uma área de 580 hectares do Município de Canoas, onde antes existia a fazenda “Brigadeira”. A fazenda levava esse nome por ter pertencido à Dona Rafaela, filha do primeiro proprietário das terras, o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, no início do século XX. A casa, que era a sede da fazenda, mantém-se preservada até os dias de hoje. Por sua vez, a refinaria recebeu este nome em homenagem ao senador gaúcho Alberto Pasqualini (1901-1960), relator do projeto de criação da estatal petrolífera brasileira, a Petrobras, em 1953.

A refinaria, sendo a primeira Unidade da Petrobras a operar na região sul, iniciou suas atividades no auge da expansão do projeto do setor petrolífero nacional, ajudando a alterar a relação comercial brasileira no segmento energético e de combustíveis, passando a importar mais petróleo bruto e menos derivados.

Com a construção de uma outra refinaria no Paraná, em 1977, a então unidade gaúcha passou a diversificar as suas atividades produtivas, expandindo os excedentes de óleo combustível para derivados com maior valor agregado, como diesel, GLP e gasolina. Em 1974, foi realizada a primeira grande ampliação, com o início das obras da segunda unidade de destilação atmosférica. Entretanto, devido a uma série de acontecimentos econômicos, políticos e sociais ocorridos no Brasil, as obras foram paralisadas e somente retomadas em 1988. No ano de 1993, as obras foram concluídas e a empresa passou a processar 20.000m³/d de petróleo. Em 1997, iniciaram-se os estudos para a segunda ampliação da refinaria, sendo que as obras só começaram quatro anos mais tarde.

Em 2001, deixou de ser uma Unidade da Petrobras para se tornar uma empresa jurídica de direito privado de capital fechado, tendo, entretanto, características de estatal, pois passou a ter, como acionistas, a Downstream Participações S/A, uma subsidiária da própria organização

¹¹ Dados obtidos no *site* da empresa www.refap.com.br, nos Balanços Sociais de 2003 à 2008 e nas entrevistas com os respectivos gerentes dos setores e empregados.

que a originou, com 70% de suas ações, e a Repsol YPF do Brasil S/A, do grupo espanhol Repsol, com os 30% restantes. A partir desse evento, o nome da refinaria passou a ser Refinaria Alberto Pasqualini S/A ou, simplesmente, Refap S/A. Esta alteração somente foi possível em função da promulgação da Lei 9478/97, que revogou a lei criadora da Petrobras, a Lei 2004/53, oferecendo-lhe uma nova concepção legal. Esta nova lei, além de autorizar a criação de empresas subsidiárias, consorciadas e que possuam capital público provenientes da Petrobras, como a Refap S/A, estabeleceu que as atividades de refino de petróleo e congêneres são de monopólio estatal, podendo, entretanto, o Poder Público realizar concessões ou autorizar o desenvolvimento pela iniciativa privada. Da mesma forma, a nova lei alterou a forma jurídica da própria Petrobras, que, de empresa pública, passou a ser uma sociedade de economia mista.

Ainda em 2001, começaram as obras da ampliação da Refap S/A, aumentando sua capacidade de processamento de petróleo de 20 mil para 30 mil m³/dia. Em 2005, algumas dessas novas unidades ampliadas entraram em operação, como a unidade de hidrotreatamento do diesel e geração de hidrogênio. Nesse ano, a refinaria recebeu a visita de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa do Brasil.

Em outubro de 2006, foram concluídos os trabalhos de ampliação, com a entrada das unidades de craqueamento catalítico fluidizado de resíduo e de coqueamento retardado, atingindo, em abril de 2007, a marca histórica de 30.000m³/d de petróleo e possibilitando exportações para os países do Mercosul, Caribe e África. A Refap S/A passa, então, a ser a quinta maior refinaria do sistema Petrobras.

Em 2007, com a consolidação do projeto de ampliação e modernização, um investimento da ordem de US\$ 1,281 bilhão, a refinaria aumentou a capacidade de refino, que passou de 20 para 30 mil m³ de petróleo/dia. Com faturamentos mensais superiores a R\$ 1 bilhão, a empresa realizou as maiores produções mensais, sendo que 50% da produção total é representado pelo óleo diesel e 25% por gasolina. O restante se divide em produtos como querosene de aviação, óleo combustível, gás liquefeito de petróleo, asfalto, nafta petroquímica e propeno. Assim, a receita operacional bruta foi de R\$ 11.703 milhões, 21% superior à de 2006. A receita líquida foi de R\$ 8.385 milhões, 27% superior à de 2006, com o lucro líquido do exercício alcançando R\$ 124 milhões.

O exercício de 2008 marcou a consolidação das vendas de propeno para as indústrias do pólo petroquímico de Triunfo/RS, totalizando 117 mil m³ comercializados. Naquele ano, a Refap S/A também se firmou como um importante elo do mercado de biodiesel e realizou

investimentos com vistas ao aprimoramento de seus produtos, em especial a gasolina e o diesel.

Atualmente, a refinaria está implantando uma nova unidade de secagem de diesel, com capacidade de 6.000 m³/dia, a partir do investimento de R\$ 26 milhões. Assinou o contrato para o projeto de detalhamento, suprimento e construção da unidade de hidrodessulfurização de nafta com capacidade de 5.000 m³/dia, no valor de R\$ 430 milhões, investidos ao longo de dois anos e meio, com seu término previsto para 2010.

Por sua vez, vale também apresentar a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, por se tratar da maior acionista da companhia, que se trata de uma sociedade de economia mista, fundada em 3 de outubro de 1953, como já mencionado anteriormente, com sede no Rio de Janeiro. Atualmente, opera em 27 países, no segmento de energia, prioritariamente, nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados no Brasil e no exterior. Seu lema atual é "Uma empresa integrada de energia que atua com responsabilidade social e ambiental". A empresa está em quarto lugar no ranking das maiores petrolíferas de capital aberto do mundo, sendo a terceira maior companhia do continente americano em valor de mercado e ocupa o quinto lugar entre as maiores empresas do mundo, também em valor mercadológico.

A Petrobras, por ser uma sociedade de economia mista, realizando atividade econômica de mercado, por determinação da Constituição da República, é obrigada a adotar o regime jurídico privado, para afastar a possibilidade da concorrência desleal. Contudo, por atuar, ainda, em algumas atividades consideradas como de monopólio estatal, não possuindo, portanto, concorrentes, apresenta, de forma mínima, elementos de regime público e, por tal motivo, muitos a consideram como de regime misto ou híbrido. Por isto, paga tributos, seus bens são penhoráveis e privados, seus agentes podem ser celetistas comuns etc, ao mesmo tempo em que lhe é exigida a licitação, realização de concursos para contratação de agentes, entre outras especificidades, devendo, da mesma forma, prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

No que tange à obrigatoriedade licitatória, o artigo 173 da Constituição da República exige uma lei específica para regular este processo de contratação, em relação às sociedades de economia mista, que, por enquanto, não foi criada. Diante disto, entende-se que as mesmas estão, por conseguintes, enquadradas nas leis gerais de licitações, Lei 8666/93 e Lei 10520/02. Todavia, as normas que regulam a Petrobras, Lei 9478/97 e Decreto 2745/98, previram que ela adotaria um procedimento simplificado. Desde então, a Petrobras licita e firma contrato

através destas regras menos complexas. Porém, o Tribunal de Contas da União ingressou com pedido de inconstitucionalidade e a Petrobras obteve liminar permitindo licitar e contratar desta forma até que o Supremo Tribunal Federal enfrente o mérito da questão.

Por sua vez, a Refap S/A, como uma extensão da própria Petrobras, possuindo, portanto, um caráter de estatal, atua da mesma forma, apesar de ser uma empresa de regime privado.

A Refap e sua estrutura

De acordo com o seu planejamento estratégico, a gestão da empresa se sustenta em três grandes pilares:

- “- Liderança em custos: ser a melhor opção no mercado regional;
- Crescimento: através da atuação no mercado regional e internacional; e
- Responsabilidade Corporativa: ter excelência em responsabilidade socioambiental, garantindo a sustentabilidade do negócio.”

Como missão, visão e valores a empresa apresenta:

- Missão: “Fornecer produtos e serviços da indústria do refino de petróleo e de energia, atuando de forma rentável, sendo reconhecida pela qualidade, segurança e preservação do meio ambiente.”

- Visão: “Seremos a melhor opção no mercado regional e atuaremos no mercado internacional, garantindo o nosso crescimento sustentável.”

- Valores

“- **Integridade:** ética, respeito e honestidade;

- **Responsabilidade Social:** comprometimento com segurança, meio ambiente, saúde, e com o desenvolvimento social;

- **Espírito de Equipe:** atuação cooperada, integrada e com visão sistêmica;

- **Comprometimento:** compromisso com os objetivos da organização;

- **Disciplina:** cumprir o que foi negociado;

- **Simplicidade:** agilidade e eficácia nas ações;

- **Criatividade:** novas maneiras de alcançar resultados. Postura inovadora; e

- **Autodesenvolvimento:** aprendizado permanente;

- **Perseverança:** superar as dificuldades.”

A estrutura de gestão é formada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. À Diretoria, formada pelo diretor-presidente e diretores industrial, comercial, técnico e financeiro-administrativo, cabe administrar os negócios da Refap S/A, conforme as diretrizes, estratégias e orientações gerais fixadas pelo Conselho de

Administração. A fiscalização dos atos administrativos e o exame das contas da organização ficam a cargo do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração é composto por sete integrantes, cinco deles indicados pela Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás - e dois pela Repsol YPF Brasil S/A. No Conselho Fiscal, há um representante de cada um dos dois principais acionistas e um representante indicado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN - , que por sua vez está vinculada ao Ministério da Fazenda.

De acordo com sua estrutura hierárquica, após o Conselho de Administração, encontra-se o presidente, que coordena diretamente a Gerência Corporativa. Integram a Gerência Corporativa os Setores de Recursos Humanos, de Segurança e Meio Ambiente e de Comunicação, sendo, este último, o responsável pela gestão da responsabilidade social da empresa. O organograma a seguir ilustra o grau de responsabilidades funcionais dentro da empresa:

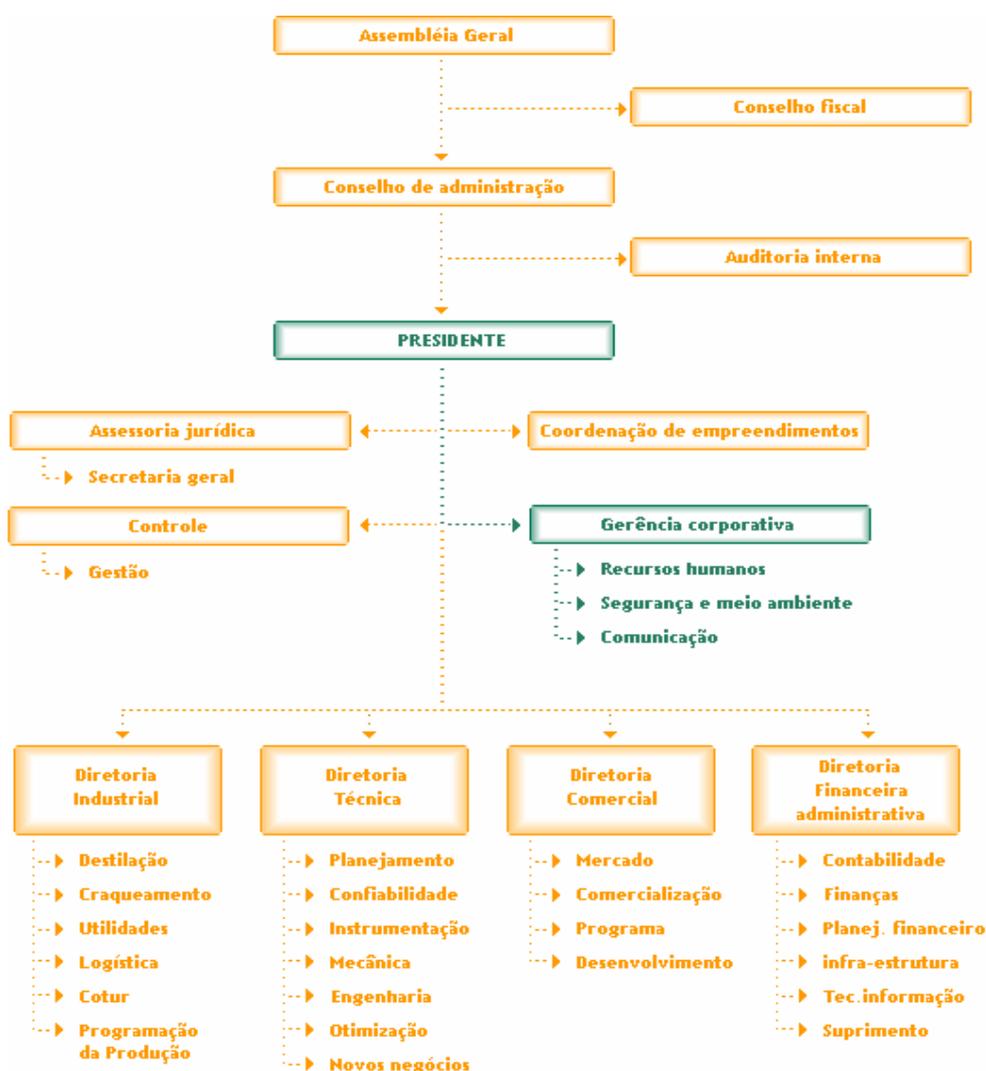


Figura 4 - Organograma da Refap S/A

Fonte: www.refap.com.br.

A Refap S/A encerrou o ano de 2008 com 832 empregados. Destes, 67 foram admitidos naquele ano, representando acréscimo de 5,6% em relação ao efetivo do ano anterior. Além disso, de acordo com a Gerência de Recursos Humanos, cerca de 1.100 pessoas trabalham na refinaria de forma terceirizada, em áreas não vinculadas diretamente ao negócio da empresa, como por exemplo, na manutenção, na limpeza, no restaurante, no transporte, entre outros.

Vale destacar que a Refap S/A, no estado, é uma das empresas com maior índice de faturamento e arrecadação. De acordo com informações fornecidas pela companhia, em 2002, por exemplo, ela respondeu por 18% do ICMS do Estado. Em 2005, o recolhimento de tributos, federais e estaduais, foi de R\$ 1.512 milhões e R\$ 1.499 milhões, respectivamente. Neste mesmo ano, a comercialização de sua produção alcançou 6,411 milhões de metros cúbicos de derivados de petróleo, volume 13% maior, comparado ao ano de 2004, sendo que as atividades da Refap S/A proporcionaram receita operacional bruta de R\$ 8.706 milhões e receita líquida de R\$ 5.842 milhões, atingindo um lucro líquido de R\$ 198 milhões, 90% superior a 2004.

Essa taxa de contribuição de ICMS continuou se mantendo mesmo quando, no ano de 2008, a empresa obteve um resultado líquido negativo de R\$ 1.421 milhões. Este fato, segundo a empresa, ocorreu devido à elevação dos preços do petróleo no mercado internacional e a valorização do dólar norte-americano. Mesmo assim, naquele ano, foi gerado um crédito de R\$ 725 milhões, referente ao Imposto de Renda - IR - e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL -, e as atividades operacionais da Refap proporcionaram a receita operacional bruta de R\$ 13.394 milhões, 14% superior à de 2007, e a receita líquida de R\$ 9.914 milhões, 18% superior à de 2007.

A Refap S/A continua ocupando o primeiro lugar no Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, 17% em arrecadação de impostos estaduais, apresentando o crescimento de 10% em relação ao ano anterior. Os recolhimentos de impostos, taxas e contribuições sociais totalizaram R\$ 3.480 milhões, com incremento de 0,3% em relação a 2007, sem contar os impostos gerados pelas empresas que prestam serviços à refinaria.

Estratégia socioambiental da empresa

Mais do que estar incorporada ao planejamento estratégico, a responsabilidade social e ambiental da Refap S/A é vista como uma estratégia competitiva, uma vez que a empresa tem como meta “ter excelência em responsabilidade socioambiental, garantindo a sustentabilidade do negócio.”

Intitulando-se como “Refinaria Verde”, devido aos seus investimentos em tecnologias de redução de impactos e aos seus compromissos e práticas ambientais, a empresa preserva, em suas dependências, resquícios da Mata Atlântica, com uma ampla variedade de animais. Essa preservação da natureza conciliada com a adoção de políticas ambientais relacionadas aos produtos é apresentada com orgulho pelos dirigentes e empregados da empresa.

Da mesma forma, as práticas relacionadas ao exercício da responsabilidade social direcionadas ao público interno e à comunidade são reveladas com bastante entusiasmo pela empresa nos balanços sociais, publicados anualmente desde 2003. Estes documentos também apresentam, com destaque, o desempenho da refinaria, apresentando-a como a quinta maior organização do sistema Petrobrás.

Tendo como referência os processos de produção, o sistema de gestão integrada da Refap S/A atende aos requisitos de importantes certificações, sendo as principais obtidas pela empresa:

- ISO 9.001: desde 1996, esta certificação atesta a qualidade quanto ao Sistema de Gestão da Produção, Entrega e Comercialização de Querosene de Aviação - QAV-1 - , gasolina, óleo diesel, óleos combustíveis e asfaltos;
- ISO 14.001: a partir de 2001, a empresa possui este certificado como garantia de que tem um padrão reconhecido de procedimentos em relação ao seu Sistema de Gestão Ambiental em todas as áreas e operações realizadas no Município de Canoas; e
- OHSAS 18.001: o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional recebeu esta certificação em 20 de dezembro de 2001.

A refinaria também adota, como política, a participação em concursos para o recebimento de prêmios voltados à área de responsabilidade socioambiental, sejam eles relacionados ao público interno, ao meio ambiente ou voltados às suas práticas com a comunidade. Esses reconhecimentos perpetuam a marca da empresa, permitindo que seja destaque constante nos canais de comunicação. Dentre os prêmios recebidos recentemente, podem ser destacados:

- Top de *Marketing* ADVB/RS 2008: com destaque para o Programa de Relacionamento com Clientes que foi contemplado na categoria Indústria e o Programa de Relacionamento Comunitário na categoria Destaque em Responsabilidade Social;
- Troféu Mérito Empresarial 2008: eleita como tal pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Esteio - ACISE - ;

- Prêmio Responsabilidade Social 2008: da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, no qual a empresa recebeu o troféu pela categoria Grandes Empresas;

- Marcas & Líderes 2008: o prêmio é resultado da pesquisa de opinião realizada anualmente pelos alunos do curso de comunicação social da Ulbra, após entrevista com os consumidores do Município, em vários bairros de todas as classes sociais. A coordenação de todo o trabalho foi realizada pela CICS. A Refap recebeu três destaques: Empresa em que o canoense gostaria de trabalhar, Empresa que mais desperta orgulho no canoense e Destaque indústria;

- Top Consumidor 2007: a empresa foi agraciada com selo Top Consumidor – excelência no atendimento e respeito ao consumidor, concedido pelo Instituto Nacional de Educação do Consumidor e do Cidadão - INEC - , em parceria com a revista Consumidor Teste, com o objetivo de reconhecer e incentivar empresas que tenham boas práticas no atendimento, qualidade, fidelização e ética em suas relações com o mercado consumidor;

- Troféu Transparência 2007: um reconhecimento às melhores demonstrações contábeis publicadas no país, comprovando a ética e a transparência na atuação empresarial; e

- As melhores empresas para você trabalhar - 2007 - Guia Exame Você S/A: uma pesquisa nacional que destaca as melhores empresas para se trabalhar em termos de saúde, segurança, remuneração, qualidade de vida, entre outros.

Já como política de responsabilidade social, a empresa almeja:

“Contribuir para a transformação social através da promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, em atendimento aos seus compromissos éticos com o futuro”.

Para alcançar tal política, a empresa apresenta como objetivos:

“Promover a cidadania:

- Inclusão social e direitos humanos;
- Saúde e educação;
- Diversidade; e
- Combate à corrupção.

Praticar o desenvolvimento sustentável:

- Respeito ao meio ambiente;
- Atenção às questões sociais; e
- Crescimento perene.”

Em relação às práticas desenvolvidas pela empresa, considerando tal política e objetivos, vale salientar que todas são administradas pela Gerência Corporativa que, por sua vez, coordena grandes programas sociais e ambientais, focando diferentes públicos e estratégias de atuação. As principais são:

- Programa Refap Cidadã: considerado o grande “guarda-chuva” de todos os projetos de responsabilidade socioambiental, conglobera projetos realizados junto à comunidade, dentro e fora da empresa, sejam eles de inclusão social, de educação, de saúde, de diversidade, de cultura ou de meio ambiente;

- Programa Meio Ambiente: engloba todas as normas de segurança relacionadas ao meio ambiente e aos empregados, à preservação da fauna e flora locais, às ações de redução da poluição do ar e da água, quanto ao tratamento de efluentes, e à qualquer processo de interação com a comunidade voltado à questão ambiental;

- Programa Qualidade de Vida no Trabalho: destinado aos empregados, objetiva o desenvolvimento integral, nas dimensões física, espiritual, social, emocional, intelectual e organizacional. O Programa de Voluntariado corporativo da empresa também está inserido nessa categoria.

Desta forma, embora a refinaria integre o sistema Petrobras, para a análise das práticas em relação ao exercício de sua responsabilidade socioambiental, como objeto de pesquisa, somente a unidade de Canoas será considerada, mesmo que o conglomerado empresarial tenha ações que contemplem as comunidades onde alguma refinaria encontra-se localizada.

4.4.1 Análise e Interpretação dos Dados

Nesse item serão apresentadas as políticas e práticas de responsabilidade socioambiental da empresa, considerando os eixos temáticos e categorias criadas nessa dissertação.

4.4.1.1 Eixo Temático: Responsabilidade Ambiental

Política ambiental da empresa

Segundo o gerente de meio ambiente, uma das principais diretrizes da Refap S/A é o zelo pela segurança e pela preservação do meio ambiente. O fato de a Refap S/A trabalhar com combustíveis altamente inflamáveis e poluentes sempre despertou, segundo o entrevistado, uma forte consciência no sentido da preservação e de providenciar ações voltadas ao monitoramento de riscos ambientais. Este padrão de qualidade também se deve ao fato de possuir a certificação ISO 14.001 e BSI OHSAS 18.001.

A política ambiental da empresa zela pela preservação da fauna e da flora local, mantendo áreas de preservação e procurando implantar índices de emissões abaixo dos padrões exigidos pela legislação mundial. A empresa se define como a “Refinaria Verde”, trabalhando com o objetivo de ser referência no Rio Grande do Sul e no Brasil, buscando excelência em procedimentos e em conscientização. Possui empregados facilitadores capacitados para promoverem reuniões com os colegas envolvidos no processo produtivo, visando a ampliação da consciência dos possíveis impactos que as atividades podem causar ao meio ambiente.

Além do respeito à legislação ambiental, a empresa se diz comprometida com o desenvolvimento sustentável, devido à implantação de uma série de programas e ações que ultrapassam a sua área, como parcerias com órgãos governamentais e organizações da sociedade para um crescimento sustentável, com geração de novas oportunidades e respeito ao ecossistema. A política do Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS - permeia todas as áreas da empresa e estabelece os princípios vitais para a boa operação da refinaria. Tais diretrizes delineiam o compromisso da Refap S/A com o desenvolvimento sustentável e a utilização de recursos naturais. São eles:

“- Todos, na Refap S/A, se comprometem a atender à legislação, às normas e aos padrões de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde;

- As auditorias e as ações preventivas, a investigação de todas as anomalias e o comprometimento com a melhoria contínua dos processos são fundamentais para a análise crítica e o aprimoramento do Sistema de Gestão Integrada de QSMS;

- A gerência é responsável por conhecer todos os aspectos de QSMS no ambiente de trabalho;

- A comunicação interna e externa, com os clientes e demais partes interessadas e o treinamento e a capacitação dos trabalhadores são fundamentais para o sucesso em QSMS;
- Trabalhar conforme os padrões de QSMS é condição de empregabilidade;
- As pessoas são fator crítico para o sucesso em QSMS; e
- A satisfação dos clientes, o desenvolvimento sustentável e a prevenção da poluição, através do uso racional de recursos naturais e a otimização do controle de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas são os focos do gerenciamento responsável na Refap S/A.”

Como práticas, segundo o Gerente de Meio Ambiente a refinaria busca produzir combustíveis cada vez mais limpos, como o S500 e investir no controle de emissões atmosféricas e de efluentes hídricos, colaborando para a redução da poluição do ar e das águas. Promove a preservação de santuários ecológicos, aportando recursos para reservas ambientais, e mantém programas de educação ambiental para diferentes faixas etárias. As unidades de processo da refinaria são permanentemente monitoradas pelo Centro Integrado de Controle - CIC -, para identificar e responder a qualquer anormalidade durante a operação. A empresa também busca preservar a fauna e a flora, mantendo, em suas dependências, muitas espécies vegetais raras, como bosques de eucaliptos e pomares característicos da antiga fazenda que existiam na área, usufruindo de um espaço de beleza natural.

De acordo com o gerente de meio ambiente, a atividade de refino de petróleo acarreta a geração de resíduos sólidos, atmosféricos e hídricos. Contudo, um risco ambiental da empresa é, certamente, a existência dos dutos subterrâneos, pelos quais a empresa recebe a matéria prima e escoar a produção. Nesse sentido, evidenciar o fluxo de recebimento e escoamento de seus produtos torna-se imperioso para que se possa obter a compreensão necessária acerca dos riscos ambientais e sociais ocasionados pela empresa.

A matéria-prima da refinaria, o petróleo, chega à cidade de Tramandaí/RS via grandes navios petroleiros, que são amarrados em monobóias há cerca de 6 km da praia. Em seguida, ocorre a descarga do petróleo em mangotes flexíveis e flutuantes do navio para as monobóias que seguem para oleodutos submarinos, para que o petróleo seja descarregado em um tanque em Tramandaí. Através desses tanques, o petróleo percorre 98 km em um oleoduto subterraneamente até chegar em Canoas.

Ao chegar à refinaria, esse petróleo segue para um barrilete, no qual é feito o controle da pressão, da temperatura e da vazão desse oleoduto para o tanque da empresa. Segundo o gerente de meio ambiente, essa transferência via oleoduto de Tramandaí para Canoas é

efetuada com um monitoramento contínuo entre as duas pontas, buscando sempre controlar possíveis vazamentos. Esse sistema foi implantado há 6 anos e a empresa nunca registrou ocorrências em termos de vazamento.

Outro processo efetuado através de dutos subterrâneos é o transporte de nafta petroquímica da empresa Braskem, com sede em São Paulo, no mesmo processo: via um navio, que é amarrado na monobóia, a nafta segue por um oleoduto submarino até chegar em um tanque em Tramandaí e, pós análise, expede-se a mesma para Canoas via oleoduto subterrâneo. O maior risco de vazamento, segundo o gerente da área de meio ambiente, ocorre no momento de descarga do navio, no instante em que o mangote é conectado, assim como o navio à monobóia. Esse momento de conexão e desconexão é um ponto de risco e alerta, no qual já ocorreram vazamentos leves. Nesse caso, a empresa possui uma base avançada do Centro de Defesa Ambiental da Petrobras, em Osório/RS. Essa base tem como objetivo proporcionar uma cobertura total ao processo, possuindo lanchas, equipamentos, enfim, barreiras de contenção para qualquer vazamento.

Por sua vez, a companhia também realiza a venda de matérias e produtos como gasolina, óleo e gás, através de oleodutos subterrâneos. Essa entrega ocorre para as empresas da Br Distribuidora, da Ipiranga e da Shell, bem como para as companhias de gás de cozinha, principalmente as empresas Nacional Gás Butano e SHV. Cada oleoduto tem um sistema de medição em cada uma das pontas de saída do produto, para monitorar possíveis vazamentos. Além desse repasse para as empresas mais próximas, a refinaria também exporta gasolina e óleo diesel. Nesse caso, os produtos voltam para Tramandaí para serem transportados pelos navios, tanto para o Caribe, África, Argentina, Paraguai ou Uruguai. O gerente afirma que, desde a implantação do sistema, nunca tiveram ocorrências de acidentes, o que é motivo de orgulho:

Nós tivemos uma auditoria, no mês retrasado. Todas as refinarias foram auditadas e a nossa foi a que ficou com a pontuação mais elevada, com mais pontos em termos de adequação desse sistema. Eu me orgulho porque eu trabalhei tanto, na época que teve aquela emergência lá na Bahia de Guanabara, do derramamento de óleo no rio. Depois, teve o vazamento de óleo no Paraná, no Rio Iguaçu. Eu era gerente da área aqui e vivi aquela época lá. Fazemos de tudo para evitar isso (gerente de meio ambiente).

Além dos problemas ambientais que os vazamentos desses dutos podem ocasionar em terra ou no mar, existe também o risco da população ser afetada, uma vez que várias casas

foram sendo construídas, de forma irregular, nos locais onde esses dutos estão aterrados, mesmo que haja placas alertando a população dos riscos em que ela está sujeita. De acordo com levantamentos da empresa, o conjunto de dutos que possui o maior potencial de risco associado, são os dutos de expedição de produtos para a empresa Shell. Esses dutos seguem a margem esquerda do Arroio Sapucaia e, em certa altura, passam por cima do arroio e seguem percorrendo a margem norte até chegar à empresa. Segundo o gerente da área, o problema maior está na comunidade que fica bem próxima desses dutos, na Vila Navegantes, em Esteio/RS, pois se trata de uma área irregular, na qual vem aumentando o número de moradores e, atualmente, as casas já estão sendo construídas ao lado dos oleodutos. Como medida, a empresa está desativando esse canal:

Nós acabamos de construir quatro dutos novos que não margeiam mais o Arroio Sapucaia. Eles vão por dentro da Br Distribuidora. No ponto de transpasse do Arroio Sapucaia, está sendo feito uma estrutura de concreto impermeabilizada e bem reforçada para impedir qualquer risco de vazamento de produto para o arroio e qualquer risco para a comunidade, de vazamento ou explosão. Então, nós tínhamos lá um conjunto de dutos diretos que tem um potencial de risco e nós estamos fazendo a desintegração desses dutos (gerente de meio ambiente).

Por fim, um outro grupo de dutos se encontra situado ao lado da Vila João de Barro, no Município de Canoas. Nesses dutos, antigamente era transportado o gás de cozinha, mas, em função do risco, eles foram desativados e, atualmente, ocorre o transporte de diesel, que apresenta riscos menores. Segundo o gerente, como hoje eles transferem diesel, não existe o risco de vaporização como tem a gasolina ou o gás, contudo, a empresa mantém uma rotina de inspeção semanal, percorrendo os dutos, como forma de prevenir contra possíveis acidentes:

Já aconteceu do pessoal invadir e nós tivemos que desocupar a área. Já aconteceu de pegar foguinhos em cima do duto, apesar dele estar enterrado e não ter um risco direto, mas isso não pode ocorrer. É uma faixa que não pode ser usada (gerente de meio ambiente).

Nesse sentido, fica evidenciada a existência de riscos que são proporcionados pelo processo de produção da empresa, necessitando que ela tenha um sistema de controle eficiente e permanente, buscando impedir a ocorrência de qualquer acidente. Trata-se de um processo complexo que exige uma alta qualificação dos empregados, tecnologias de ponta e uma

fiscalização adequada por parte dos órgãos ambientais. Assim, a companhia segue as resoluções da FEPAM, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - e do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA -. Desses, certamente, a FEPAM é quem mais exige, conforme aponta o gerente:

Digamos assim, que a nossa carta magna é a nossa licença operacional do órgão ambiental estadual que é a FEPAM. Devido ao porte da empresa, nós reportamos à FEPAM. Ela permite a nossa operação, emitindo uma licença de operação e, nessa licença, existe uma série de parâmetros que devem ser seguidos, uma série de restrições que devem ser respeitadas. A nossa primeira licença tinha uma folha e, hoje, nós temos sete páginas de licença contendo parâmetros de toda ordem: hídrica; de emissões atmosféricas; e quanto ao manejo de resíduos sólidos. E é em cima dessa bíblia que a gente reza (gerente de meio ambiente).

De acordo com o gerente, em 2006, a refinaria inaugurou novas unidades, ampliando a sua capacidade de produção, mas manteve a prioridade nos processos que possuem menor impacto ambiental. O investimento realizado foi de U\$1 bilhão e 300 mil e o projeto contemplou um novo sistema de tratamento biológico de efluentes líquidos que culminou com a implantação da Estação de Tratamento de Efluentes - ETDI -, da Unidade de Recuperação de Enxofre - URE -, com tail gás, que permite, praticamente, zerar a emissão de dióxido de enxofre da gasolina, e da Unidade de Hidrotratamento de Instáveis do Diesel - UHDT -, especificação do diesel S500, o chamado diesel ecológico metropolitano, um combustível com 75% a menos na emissão de enxofre, que contribui para a melhoria da qualidade do ar. Por fim, com a Unidade de Craqueamento Catalítico Fluído de Resíduo - URFCC - e a Unidade de Coqueamento Retardado - UCR -, a Refap S/A refina e produz mais produtos leves, utilizando petróleo pesado de menor custo. Para o gerente de meio ambiente, a redução do custo de energia foi um dos objetivos principais que motivaram estas melhorias. Assim, a empresa ganha em termos financeiros, ao mesmo tempo em que o meio ambiente recebe um tratamento melhor e adequado, em termos de reparação de danos:

Precisa-se de energia, que é custo, para se tratar do meio ambiente. Assim, foi um projeto muito feliz em termos de resultados de energia e, por sua vez, em consciência em relação ao meio ambiente. Então, nós estamos colhendo os frutos, agora, na medida em que todas as unidades entraram em operação. A Refap se tornou um benchmarking, em termos de refinaria no Brasil, em termos de emissão de dióxido de enxofre e em termos de redução de gases do efeito estufa: o dióxido de carbono. A medida que se aumenta a eficiência energética, se queima menos combustíveis e, queimando menos combustível, é menos dióxido, enxofre e menos dióxido de carbono que se lança na atmosfera. Isso são os dois impactos: o financeiro e o ambiental andando juntos. Não tem como ser diferente, como o caso da nova planta de

gasolina que nós vamos remover enxofre da gasolina. Temos o enfoque ambiental e econômico. Esse ano saiu uma portaria da ANP que nos obriga, a partir de 2010 ou 2011, baixar o enxofre da gasolina e, se nós não baixarmos, nós não teremos nem como vender essa gasolina. Então, a questão é de sustentabilidade do negócio, como reflexo muito forte do controle do meio ambiente (gerente de meio ambiente).

Após esta introdução analisaremos, agora, as práticas específicas de acordo com as categorias estabelecidas.

4.4.1.1.1 Categoria: Tratamento da Água

A Refap S/A apresenta-se como a possuidora da Estação de Tratamento de Efluentes - ETDI - mais completa do Brasil, pois, segundo seus representantes, depois de passar por um tratamento físico, químico e biológico, a água é devolvida ao Arroio Sapucaia em melhores condições do que quando foi coletada do Rio dos Sinos. Para se chegar à esses resultados, foram investidos cerca de US\$ 45 milhões.

A ETDI é um sistema de tratamento de efluentes que se inicia com a remoção física de poluentes por uma bacia de aeração. Depois, de forma secundária, eles sofrem um tratamento biológico, a partir da passagem da água por um complexo de biodiscos de quatro fases para a remoção de amônia. Na seqüência, os efluentes vão para um decantador, sendo esta, a última fase do tratamento, para, então, serem clarificados e encaminhados ao Arroio Sapucaia. Desta maneira, em todas as etapas, há o monitoramento da água, assim como também, do lençol freático.

No Rio dos Sinos, a estação de coleta encontra-se há 5 km da empresa e, atualmente, para atender às demandas internas em termos de utilização industrial da água, como no resfriamento e utilização nas caldeiras, bem como para o uso humano, em termos de água potável, por hora, o consumo da refinaria gira em torno de 1.000 m³. Destes, cerca de 150 m³ a 200 m³ de água retornam para o rio, de forma tratada. O gerente da área afirma que a grande meta é o reuso da mesma, como forma de se evitar o envio de efluentes para o meio hídrico externo. Contudo, comparando o índice de utilização e descarte da água com a capacidade máxima de tratamento suportado pelo sistema implantado pela empresa, após a reforma em 2006, percebe-se que dos 700 m³/h disponíveis para o tratamento, são tratados, no máximo, 200 m³/h.

A limpeza das margens laterais do Arroio Sapucaia, realizada em parceria com o Instituto de Pesquisas Hidrográficas da UFRGS, é um outro exemplo de preocupação empresarial quanto ao exercício de sua responsabilidade ambiental. Desta ação, resultou o desassoreamento do seu leito, permitindo um melhor fluxo de água e diminuindo o risco de alagamentos nos bairros próximos à refinaria, provocados, quase sempre, em consequência do aumento do nível do arroio, com seus constantes transbordamentos, principalmente nos períodos prolongados ou intensos de chuva.

Entretanto, apesar das iniciativas na busca constante pelo aprimoramento de seus processos em relação ao uso e tratamento do recurso hídrico, a empresa sempre enfrenta, com relação à água, sérios problemas ambientais, em especial, em virtude de vazamentos de seus produtos, além do descontentamento da própria comunidade, em função do mau cheiro provocado pelas bacias de aeração, sobretudo nos períodos de verão.

Em um período de quatro anos, por três vezes, a companhia teve que enfrentar vazamentos de óleo nos arroios localizados em seu entorno e no Rio dos Sinos, sendo, a última ocorrência, registrada em fevereiro de 2009, quando, após um período de intensas chuvas, o sistema de escoamento pluvial da refinaria terminou por se esgotar. Este fato ocorreu, também, em função do aumento do nível de água do Arroio Guajuviras, que atravessa a refinaria. Com o acúmulo de água, de acordo com o gerente, surgiram alguns pontos de falha no sistema, pois foi percebido um entupimento da tubulação responsável por levar resíduos oleosos para a estação de tratamento de efluentes, o que terminou por provocar alguns pontos de vazamentos de óleo, somente percebidos no momento em que houve a diminuição das águas.

Levado pela água, o óleo contaminou cerca de 5 quilômetros do Arroio Guajuviras e, posteriormente, desembocou no Arroio Sapucaia, chegando até o Rio dos Sinos, quando se espalhou por uma faixa de 10 quilômetros pelo seu leito, ameaçando o abastecimento de água da região. A empresa, na tentativa de conter os impactos ambientais, colocou barreiras externas para estagnar o avanço do produto.

O problema ocasionou grande repercussão na comunidade e, em reportagem publicada no jornal Diário de Canoas, técnicos da FEPAM criticaram a refinaria por não ter avisado o órgão quando constataram o acidente, para que, juntos, pudessem minimizar os impactos:

“Não nos comunicaram de imediato, só no final da manhã. Não digo que impediríamos, mas reduziríamos o impacto ambiental. De repente, ele não chegaria até o Rio dos Sinos” (VAZAMENTO..., 2009, p.3).

A empresa se manifestou alegando ter tomado todas as medidas necessárias para conter os problemas que foram identificados um dia após o vazamento. Assegurou, também, que tal acidente não ocasionaria risco à saúde da população e nem comprometeria o abastecimento de água na região.

De acordo com o gerente, trata-se de uma questão bastante complexa, porque o vazamento encontra-se de 4 a 5 metros de profundidade abaixo do solo. Ele afirma, ainda, que não se tratava de um volume grande de óleo, “apenas cerca de 500 litros”, contudo admite a falha:

Deu muita repercussão. Chamamos o órgão ambiental, fizemos sobre-vôos, limpamos o rio..., o arroio, limpamos as margens. Mas deu muita repercussão. Essa questão de óleo e rio é uma coisa que realmente é incompatível hoje em dia. Então, estamos fazendo todos os esforços possíveis para evitar que isso aconteça de novo (gerente de meio ambiente).

Assim como em 2009, também em 2005 e 2007 ocorreram vazamentos que ocasionaram prejuízos ao meio ambiente e à população. Segundo o jornal Diário de Canoas, em 2007, a empresa foi autuada em R\$ 37.778,00, mas recorreu e não pagou a multa, estando o processo e a sociedade, até o presente momento, aguardando um julgamento final. O valor da multa relativa ao acidente de 2009, de acordo com dados da FEPAM foi de R\$ 47.415,00, mas a refinaria pode, ainda, recorrer sobre a penalidade aplicada.

Segundo informações do jornal Diário de Canoas, em nota à imprensa, a Refap informou que está analisando o documento e irá se manifestar dentro do prazo estabelecido pelo órgão. A FEPAM estabeleceu o prazo de 60 dias para que a companhia apresente um relatório das ações de investigação sobre a origem do lançamento do resíduo e quais as medidas que serão adotadas para evitar outros acidentes. Caso haja descumprimento dessas determinações, será aplicada uma nova multa, desta vez, no valor de R\$ 95.000,00.

Nenhuma informação sobre o cumprimento do prazo estabelecido ou sobre o pagamento da multa imposta foram obtidos, nem com a FEPAM, nem com a empresa.

4.4.1.1.2 Categoria: Poluição do Ar

Os resíduos atmosféricos provocados pela empresa são oriundos das chaminés, fornos e caldeiras da refinaria. Além da contaminação do ar provocada pelo processo de produção, a empresa também se preocupa em reduzir os teores de enxofre da gasolina, do gás de cozinha, do óleo diesel e do gás combustível.

Esse processo vem sendo possível desde 2006, com a ampliação da refinaria, na qual foi criada uma Unidade de Recuperação de Enxofre, que recebe os materiais e retira o enxofre, transformando-o em enxofre sólido, sendo o mesmo comercializado, posteriormente, como insumo industrial.

Desde 2006, a Refap S/A também vem produzindo o Diesel S500, contabilizando, segundo a empresa, uma redução de 75% no impacto ao meio ambiente na Região Metropolitana, contribuindo significativamente para a redução de índices de poluição do ar. O S500 carrega em sua composição um máximo de 500 partes por milhão de enxofre, ou seja, 500 mg/kg ou 0,5g/kg de enxofre no diesel. É utilizado em toda a Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme a legislação, substituindo o S2000, máximo de 2.000 mg/kg ou 2g/kg.

Em se tratando da poluição atmosférica ocasionada pela própria empresa, a emissão é realizada através de tochas de segurança, pelas quais ocorre a eliminação do gás queimado. Também na ampliação da refinaria, foi construída uma nova tocha de segurança, que garante a otimização da queima por injeção de vapor no queimador, minimizando a emissão de fuligem e compostos orgânicos gerados por queima incompleta. O investimento nesta tocha de 104 metros de altura com uma estrutura reforçada que suporta maiores pressões e temperaturas, foi de R\$ 54 milhões.

A empresa também instalou diversos analisadores contínuos de chaminé para monitoramento da queima dos gases. Segundo o gerente da área, a queima do gás não provoca cheiro, mas acaba causando ruídos, o que se torna mais um dos motivos de descontentamento da população que se localiza ao seu redor:

O CO₂ não tem cheiro. Por outro lado, essa geração de vapor gera um ruído. Então, eu diria que as duas questões que mais envolvem a comunidade é o mau cheiro da bacia de geração no verão e o ruído da tocha. Nós estamos estudando um projeto para uma terceira tocha que já vai vir com tecnologia de redução de ruído, permitindo que a gente trabalhe sem problemas de emissão de ruídos. Eu imagino que, futuramente, a gente vai direcionar a queima dos gases para essa tocha, de tal forma, que a gente resolva o problema do ruído (gerente de meio ambiente).

Essa constatação é confirmada pela presidente de uma associação de moradores de uma comunidade situada ao lado da empresa:

O mau cheiro que vem quando os dias estão muito abafados e também o barulho que sai acho que de tochas é uma coisa horrível. Nos nossos telhados cai um material preto, tipo uma fuligem e o pessoal questiona por que isso. Eles acham que é da refinaria e, então, a Refap disse que não é só deles, que tem também a rodovia e outras empresas ali perto que poluem. Eu moro aqui há 20 anos e vejo que eles já fizeram muito, as coisas estão melhorando, mas acho que eles podem fazer ainda mais pelo meio ambiente (presidente da associação de moradores).

Desde 2004, a refinaria mantém, também, duas estações de monitoramento contínuo da qualidade do ar em seu entorno, ligadas à Rede Ar do Sul, da FEPAM. Os locais são o Parque Universitário, em Canoas, e Vila Ezequiel, em Esteio. Também realiza o Biomonitoramento da Qualidade do Ar, em parceria com o Centro de Ecologia da UFRGS. Esta técnica utiliza plantas em estações de amostragem, que funcionam como bioindicadores vegetais, ou seja, através da análise das reações desses organismos vivos, são avaliados os índices de determinadas emissões atmosféricas. Segundo representantes da empresa, os dados coletados mostram que a qualidade do ar, dentro e no entorno da Refinaria, está dentro do padrão recomendado pelos órgãos fiscalizadores.

4.4.1.1.3 Categoria: Tratamento dos Resíduos Sólidos

A empresa adotou como política, a capacitação de todos os empregados próprios e terceirizados no processo de coleta seletiva, para orientar sobre a destinação dos diversos resíduos dentro das normas pré-estabelecida. Em 2008, de acordo com o Balanço Social, a Refap produziu 79.131,812 toneladas de resíduos, que são enviados a uma Área Interna de Disposição de Resíduos - ADTR - , licenciada pelo órgão ambiental, onde são classificados e armazenados, antes da destinação final.

Em toda a empresa, os conteúdos são separados através de coletores específicos para cada tipo de resíduos: orgânicos; papéis; plástico; metais; vidros; e alumínio. Os resíduos recicláveis são enviados para a Associação dos Catadores de Canoas, onde são separados e vendidos para geração de renda dos associados. Em 2007, foram destinadas 236,5 toneladas:

16 toneladas de sucata metálica, 105 toneladas de papel e papelão, 109 toneladas de plásticos e 6,5 toneladas de vidros limpos.

Em termo de resíduos sólidos menos perigosos, segundo o gerente de meio ambiente, os esforços atuais tem sido para que ocorra o reuso total desses resíduos:

A prática mais usual ainda é a do mercado aí fora, que, tendo resíduo, é mandar para o aterro. Só que essa questão do aterro, ela vai ter um fim. Eu acredito que está com os dias contados porque as áreas de aterro já não estão mais disponíveis. Esses aterros, seja aterro sanitário ou aterro para resíduo perigoso, ele acaba tendo desdobramento e, um dia, no futuro, nós vamos ser cobrados por isso. E nós fizemos um trabalho bem interessante na nossa área de laboratório, laboratório químico, onde se gera muito recipiente: vidro e plástico. E, ao final do uso, ele apresentava uma pequena contaminação, ainda, às vezes ácidos, sólidos, produto químico... E esse material é enviado para a nossa área de disposição temporária de resíduo, que a gente só fez uma lavagem de uma forma que condicionasse para o uso. Então, as vidrarias estão sendo todas aproveitadas, reciclando vidros 100%, plásticos também. E nós estamos próximos da meta de 100% de reciclagem do material vindo do laboratório (gerente de meio ambiente).

Essa ADTR recebe todos os resíduos segregados da refinaria, devendo estar devidamente identificados. Em seguida, os resíduos são analisados e os que podem ser reutilizados, recebem o destino correto dentro da empresa e os outros são destinados à associação.

Já os resíduos perigosos, como descarte de óleo, borras, argilas contendo óleo e terra contaminada com óleo, são encaminhados para o co-processamento. Nesse processo, ocorre o re-aproveitamento de resíduos industriais combustíveis e/ou matéria-prima em fornos de alta temperatura. Ali, é extraído o clínquer, matéria-prima básica na produção de cimento, que a refinaria vende para a empresa Votorantin, fabricante deste produto. Assim, esse resíduo é totalmente aproveitado. Contudo, o gerente alerta que, se esses produtos estiverem muito contaminados, contendo mercúrio ou metal pesado, não é possível realizar o co-processamento. Nesse caso, a única alternativa é encaminhá-los para o aterro sanitário específico para esse tipo de resíduo, evitando a sua contaminação.

Ainda como uma ação ambiental de apoio às escolas de Esteio, a Refap faz o recebimento e a destinação final de lâmpadas fluorescentes oriundas das escolas municipais. Em 2007, 1.500 lâmpadas foram recebidas e encaminhadas para uma empresa localizada no Estado de Santa Catarina, especializada no desmanufaturamento deste material. Todo este processo é licenciado pela FEPAM.

4.4.1.2 Eixo Temático: Responsabilidade Social Interna

Em relação à responsabilidade social interna, a empresa possui a certificação OHSAS 18.001, relacionada à segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo como foco a prevenção de acidentes, redução de riscos e o bem-estar dos colaboradores. Tal certificação é requisito para a assinatura e manutenção de contratos nacionais e internacionais. Seguem as principais ações:

4.4.1.2.1 Categoria: políticas de benefícios

A gerente de recursos humanos salienta como política de responsabilidade social interna o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e o Programa de Voluntariado Corporativo. Ela também ressalta a importância dos outros benefícios como o Auxílio Educação, Auxílio Creche e Educação dos Filhos, apoio ao Transporte, Programa de Assistência Especial, bem como demais apoios como o Controle Médico e Saúde e Dependência Química, ambos incluídos no primeiro programa.

Assim, também na Refap S/A, parece não existir um claro delineador acerca do que são considerados benefícios estabelecidos por lei ou adquiridos em virtude de negociações sindicais e os que são espontaneamente oferecidos aos trabalhadores, com o objetivo de resguardar uma relação harmoniosa, como prática do exercício da responsabilidade social interna. Desta forma, a empresa possui como fundamentos relacionais com seus empregados, as seguintes iniciativas:

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Instituído pela empresa em 1999, o programa baseia-se na compreensão do ser humano como um ser integral, formado por múltiplas dimensões que devem ser valorizadas e estimuladas para promover seu crescimento e qualidade de vida. Essas dimensões, física, espiritual, social, emocional, intelectual e organizacional, estão contempladas nos diversos projetos realizados pelo Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Este Programa é constituído por 15 projetos: Primeiros Socorros; Condicionamento Físico; Controle Médico e Saúde Ocupacional; Semana da Qualidade de Vida; Desenvolvimento Cultural; Ginástica Laboral; Prevenção à Gripe; Dependência Química;

Socorrista Voluntário; Prevenção e Controle do Tabagismo; Controle da Obesidade, Controle Psicoterápico; Assistência Multidisciplinar de Saúde; Assistência Especial; e Previdência Privada oferecido pela Fundação Petrobras de Seguridade Social.

O Programa de Condicionamento Físico - Procondi - visa a melhoria do condicionamento, para que seja proporcionado, ao empregado, um melhor desempenho na função e uma ação mais ágil nas situações de emergência. Os participantes têm, à disposição, várias modalidades de ginástica e práticas esportivas, entre elas, a ginástica aeróbica, musculação, natação, hidroginástica, artes marciais, tênis, yoga e caminhada. O trabalhador escolhe a academia de sua preferência e as despesas são reembolsadas. Também há o acompanhamento médico da Refap S/A, no caso da opção ser por caminhada.

Por sua vez, a Prevenção e Controle do Tabagismo tem um enfoque mais educativo e multidisciplinar. O projeto contempla a Ginástica Laboral, na qual os participantes buscam uma evolução em relação às suas capacidades físicas, procurando alcançar como equilíbrio, força, alongamento/flexibilidade, soltura, respiração e postura. Além disso, busca fortalecer e conscientizar os empregados do mal do tabaco à saúde, através de campanhas de conscientização. Os tabagistas também participam dos grupos de mútua ajuda, cuja abordagem é realizada pela equipe de saúde, através do exame médico periódico e nas visitas específicas no local de trabalho. O programa utiliza metodologia do INCA - Instituto Nacional de Câncer -, órgão do Ministério da Saúde, consistindo na realização de quatro encontros de grupo, de duas horas, uma vez por semana, por um período de quatro semanas, contando com a atuação de profissionais de saúde capacitados. Além da Ginástica Laboral para o controle do tabagismo, a ginástica é oferecida a todos os empregados, duas vezes na semana, por um período de 15 minutos.

Outro projeto, a Assistência Multidisciplinar de Saúde, garante assistência médica integral a empregados, aposentados, pensionistas e seus dependentes. O plano abrange Controle Médico, incluindo Atendimentos Hospitalares, Assistência Odontológica, Controle Psicoterápico, Controle Fonoaudiológico, Controle Fisioterápicos e de Diagnóstico. Inclui ainda anestesia, cirurgia, chamadas domiciliares e hospitalares, curativos, emergência, genética, hemoterapia, internação hospitalar, internação psiquiátrica, medicamento em regime ambulatorial, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, prótese médica e odontológica, remoção em ambulância e terapia ocupacional. Além disso, todos os empregados, independentemente de função ou idade, realizam anualmente um exame médico periódico, a partir do denominado Controle Médico.

Outro foco do Programa é a Reeducação Alimentar, estruturada para propiciar programas nutricionais individuais que promovam a prevenção e o tratamento de doenças como diabetes e hipertensão. A atividade é desenvolvida através de entrevistas com nutricionista, para orientação e acompanhamento, e da disponibilização de alimentação adequada, com o objetivo de facilitar a mudança dos hábitos alimentares.

Já em relação à Previdência Privada, esta é oferecida de forma complementar à do sistema geral e público. Tem como foco principal a suplementação da aposentadoria para permitir ao empregado a manutenção de sua qualidade de vida. A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - também oferece empréstimos pessoais com juros subsidiados e débito no contracheque. O Pecúlio por Morte é outro benefício que consiste no pagamento de uma importância em dinheiro ao beneficiário do participante falecido.

Através do Programa de Qualidade de Vida, em 2005, a empresa conquistou o Prêmio Top Ser Humano da ABRH/RS - Associação Brasileira de Recursos Humanos RS - , devido aos projetos de Ginástica Laboral, de Controle da Obesidade, de Condicionamento Físico e de Prevenção e Controle do Tabagismo.

Programa de Voluntariado Corporativo

Apesar de procurar beneficiar a comunidade, a empresa considera o Programa de Voluntariado Corporativo como uma ação de qualidade de vida, devido ao seu objetivo que é o de “Propiciar aos empregados o acesso a uma atuação voluntária corporativa, com o apoio da estrutura organizacional”. O Programa, que iniciou no ano de 2006, tem por objetivos específicos:

- Desenvolver e estimular o espírito voluntário dos empregados;
- Potencializar as iniciativas já existentes na empresa;
- Facilitar a inserção dos empregados nas comunidades contempladas pelo Programa;
- Contribuir para os índices de ambiência, através do aumento da auto-estima;
- Manter um Comitê de Desenvolvimento, formado por empregados de áreas diversas, com o objetivo de coordenar as atividades; e
- Mobilizar acionistas, fornecedores, clientes, comunidade, aposentados e familiares a se envolverem no processo.

Para a capacitação e desenvolvimento do Programa, a empresa firmou uma parceria com a ONG Parceiros Voluntários de Porto Alegre que desenvolveu a sensibilização dos trabalhadores para o desenvolvimento de ações na comunidade.

Com o apoio deste Programa, os empregados e aposentados são estimulados a realizarem atividades voluntárias em instituições sociais. Esses grupos, inicialmente, participam de uma reunião de conscientização, que tem por objetivo o esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento do trabalho, reforçar os direitos e deveres do voluntário, bem como motivar para a prática de ações sociais.

Para as atividades seguintes, ou seja, exercitar a prática da responsabilidade social individual, a empresa coloca à disposição, para quem atua no Programa, um apoio financeiro para o deslocamento até a entidade social onde será realizada a iniciativa. Da mesma forma, ela autoriza que o trabalhador empregue até quatro horas mensais, dentro do seu horário de expediente, para a dedicação à atividade voluntária, sem prejuízos à sua remuneração.

De acordo com a coordenadora do programa, no início do trabalho, 20 pessoas desejaram participar das atividades e, após serem identificados, os empregados interessados criaram um Comitê de Desenvolvimento, com sete representantes de diversas áreas, se tornaram os responsáveis pelas escolhas das entidades sociais para as quais são direcionados os trabalhos voluntários.

Como uma primeira experiência, o Comitê realizou reuniões com os dirigentes de diversas organizações que poderiam ser apoiadas e, em seguida, visitou cada uma das entidades, buscando identificar as reais necessidades, para que fossem, enfim, definidas as que efetivamente conseguissem direcionar seus esforços coletivos. Em seguida, o Comitê apresentou os resultados aos demais trabalhadores e apenas uma organização privada sem fins lucrativos foi escolhida: a Associação Criança Feliz. Contudo, um programa público municipal também foi escolhido: o Abrigo Renascer, bem como outros três projetos realizados nas dependências da própria empresa, quais sejam: Projeto Pescar e CDI - Inclusão Digital do Centro Refap Cidadã e o próprio Centro Refap Cidadã;

Sobre estas escolhas, duas observações se fazem pertinentes. A primeira é a de que parece ter prevalecido a vontade de poder apoiar um único público, no caso, as crianças e adolescentes, haja vista ser este o ponto em comum entre todas as cinco iniciativas escolhidas, deixando de lado outras realidades e problemas sociais. Muitas vezes são causas que não possuem o mesmo apelo convidativo para que possam ser doadas as atenções, como os esquecidos idosos em asilos, as marginalizadas e excluídas pessoas em situação de rua as que possuem necessidades especiais, ou outras causas como defesa dos direitos dos animais, doenças, violências diversas, cultura, entre outras. A segunda se refere ao fato de que a maioria, três, das cinco ações escolhidas, correspondem à projetos implantados pela própria

Refap S/A, podendo parecer uma estratégia direcionada pela integração de objetivos, desejando que todos apoiem ações em união com a direção da empresa. De qualquer forma, é apenas uma experiência que, futuramente, poderá ser objeto e reflexão e de desenvolvimento social para os trabalhadores e para a própria refinaria.

De acordo com a coordenadora do programa, o voluntariado da Refap S/A tem sido referência para toda a Petrobras:

A Refap é a única da Petrobras que disponibiliza horas dentro do seu horário de trabalho para o empregado realizar essa atividade, sem prejuízo da sua remuneração. Então, é um diferencial que nós temos e está sendo observado pela Petrobras. Claro que quatro horas mensais é pouco, mas a empresa pensou em ser um estímulo. Tu não precisas fazer só aquelas quatro horas, mas tu tens aquelas quatro horas até para ti planejares com os colegas, enfim também para isso. E, por exemplo, em alguns locais como a Associação Criança Feliz, os colegas se revezam. Então, vai um por semana e cada um utiliza as suas quatro horas e os quatro vão e dão conta das visitas semanais (coordenadora do programa de voluntariado).

Os trabalhadores procuram realizar reuniões mensais, durante o horário de trabalho, separados de acordo com as organizações para as quais realizam as atividades. Nessas reuniões, de acordo com os participantes, buscam debater sobre as dificuldades que enfrentam na realização dos trabalhos, sejam relacionadas ao público que atendem ou com os dirigentes das organizações. Nas instituições, realizam diferentes atividades. Alguns auxiliam na área administrativa, outros realizam atividades como reforço escolar, recreação, prática de esportes, aulas de informática ou acolhimento, apoio ou conversas, somente. Para os empregados, a atividade tem aflorado o sentimento de estar cumprindo com o seu papel na sociedade:

A realidade das crianças, no abrigo é muito dura. Eles estão lá obrigados porque aconteceu algo com a família, então, eles estão ali. Eu vou lá mais para ouvir eles, para conversar. Já com os pequeninhos, tu só brincas. Acho que fico mais feliz com isso e esse ato de dar, ele é muito mais gratificante do que o ato de receber. No fundo, no fundo, tu és muito mais beneficiado do que eles. Mas também vejo que ajudo porque eles me escutam e vejo que estão mais felizes quando saio de lá (empregado 10).

O Projeto Pescar, ele é um trabalho de capacitação do Refap Cidadã. Esses jovens, adolescentes, precisam de qualquer tipo de participação que a gente possa dar. Eles precisam de ajuda em todos os sentidos. Eu sempre tive vontade de participar de algum trabalho, como voluntária, porque eu acho que a gente tem que, de alguma maneira, oferecer um pouco do que nós temos para o outro. Todos nós, não só podemos, como devemos participar, de alguma maneira, na vida dessas pessoas (depoimento de voluntária – vídeo institucional da empresa).

Já outros demonstram que a prática voluntária os beneficiou, no sentido de permitir o desenvolvimento de diferentes competências: administrativas; trabalho em equipe; solidariedade; e compaixão. Da mesma forma, os empregados se dizem mais beneficiados do que o próprio público que atendem:

Hoje, ainda é um trabalho pequeno, mas a gente acredita que, para eles, vai ser a longo prazo, vai ser importante, porque a vida deles está recém começando. No momento que a gente vê uma criança, um sorriso ou entendendo alguma coisa, ali, para mim, é o pagamento de todo o horário que eu resolvi vir, aqui, participar dessas coisas. Eu aprendo mais vindo aqui com eles do que ensino e é um sentimento muito bom (depoimento de voluntário – vídeo institucional da empresa).

O nosso papel enquanto voluntário, eu acredito que seja contribuir para que as crianças possam se sentir melhor, estarem melhores e ter sonhos, ter futuro. A alegria que eu tenho em estar aqui é quando eu chego, eu vou chegando no Abrigo e alguém grita lá de cima, lá da janela de cima " Tia Beth." Pronto, eu ganhei o meu dia. É que, para eu ser feliz, eu preciso fazer o outro feliz. Então, essa é uma oportunidade que a vida nos dá, de usarmos isso, de aproveitarmos os nossos talentos. É uma oportunidade que a gente tem que, na verdade, há uma troca muito grande, mas quem ganha somos nós, realmente, é o voluntário que vai ganhando. A vida de todas as pessoas sempre vale a pena, no momento em que eu tenho essa capacidade de me doar (empregado 11).

Nesses últimos depoimentos, percebe-se que a empresa está atingindo seus propósitos com o Programa, uma vez que o objetivo maior é promover a qualidade de vida do trabalhador. Para as organizações beneficiadas, o trabalho dos empregados tem sido de grande valia:

Os voluntários da Refap são grandes parceiros, nesse sentido de poder estarem conosco, aqui, na casa e estarem fazendo... diálogo, carinho. Porque eu acho que sempre que, quando alguém vem de fora, sempre pode contribuir com alguma coisa nova. Então, é alguém que traz algo a mais, tanto para nós, enquanto pessoas, quanto para as crianças e adolescentes (assistente social do Abrigo Renascer).

A Refap começou a desenvolver um trabalho, duas vezes na semana, dando aulas de reforço escolar. Com o passar do tempo, foram se preocupando com o andamento da entidade. Realmente vestiram a camiseta e passaram a trabalhar, também, com as mães, na parte administrativa da entidade. Teve um que até se associou na entidade. Eles se preocupam se tem comida, se o projeto está tendo andamento fora da entidade. Eles começaram a abrir os olhos da direção e mostrar que tem que ter organização administrativa (coordenadora da Associação Criança Feliz).

De acordo com a coordenadora do programa, em nenhum momento, a Refap S/A gerou expectativas nos dirigentes das instituições sociais relacionadas à doação de recursos financeiros ou materiais advindos da empresa. Desde o início do Programa, as organizações foram orientadas de que se trata de uma ação dos trabalhadores da refinaria, podendo até possuir o apoio institucional, mas que não prevê a destinação ou transferência de recursos.

Esse fato, muitas vezes, gera a frustração dos empregados e do representantes das entidades:

A Refap..., na verdade..., faz pouca diferença em alguns momentos. Eu acho que ela poderia ter um envolvimento maior. Eu acho que as empresas, elas tem condições de ter um envolvimento maior, uma parceria maior. Então, tem algumas coisas, mas podia potencializar e ajudar mais pelo tamanho que é (empregada 11).

As crianças foram para a empresa, visitar, e tem as festas do final de ano, mas é tudo os funcionários que organizam. A empresa só dá o carro para levar e buscar, mas o resto é com os funcionários. Acho que a empresa tem um potencial maior que não está usando dentro do espaço comunitário (coordenadora da Associação Criança Feliz).

Ao final do ano, os representantes das instituições sociais ou dos projetos, em conjunto com as crianças e adolescentes, vão à refinaria, para que possam participar da prestação de contas das ações desenvolvidas pelos empregados. Já nas entidades sociais ou nos projetos beneficiados, são realizadas as festas de Natal. Para a concretização deste momento de confraternização e celebração, a empresa faz arrecadações de recursos e materiais entre os trabalhadores, para que seja possível a compra de brinquedos e lanches para o dia do evento.

Vale mencionar que alguns empregados desistiram do programa, reduzindo ainda mais o grupo que, em um universo de 832 empregados, passa a ser irrisório, em média 20 participantes, sem contar os 1.100 trabalhadores terceirizados que não foram convidados a integrar ao presente programa. Esta poderia, ser inclusive uma ótima oportunidade para o fomento de uma integração entre estes diversos profissionais que convivem, lado a lado, dentro de um mesmo ambiente de trabalho, fora o ganho sem precedentes que esta massa, de forma voluntária, poderia contribuir com o desenvolvimento de vários projetos sociais e, assim, promover uma melhora na qualidade de vida de muitas pessoas. Contudo, essa parece não ser uma preocupação da empresa:

Nós sabemos que não é um número muito grande, mas também acompanhamos outras empresas que tem programas de voluntariado e, aí, a gente sabe que o importante é a qualidade. Então, não estamos muito preocupados com esse número e, sim, com a qualidade desse projeto (coordenadora do Programa de Voluntariado).

Ainda para o ano de 2009, a empresa pretende realizar uma nova campanha entre os empregados e expandir o Programa para as cidades de Esteio e Porto Alegre. Para isso, possui como estratégia, buscar envolver os familiares dos trabalhadores, bem como mobilizar clientes, acionistas e fornecedores para a causa.

Programa de Assistência Especial – PAE

O Programa de Assistência Especial atende aos portadores de necessidades especiais, ou seja, os trabalhadores, seus filhos ou outros dependentes, bem como aposentados e pensionistas que apresentem deficiência física, sensorial visual, sensorial auditiva, mental ou múltipla, transtornos globais de desenvolvimento, transtorno de déficit de atenção ou de hiperatividade. Como requisito, o deficiente deve se inscrever no Programa para a receber atendimento regular, através de uma instituição conveniada ou de profissional especializado contratado.

Transporte

O transporte dos trabalhadores é realizado por 17 rotas regulares, numa média de 42 viagens por mês em cada linha, atendendo a Região Metropolitana de Porto Alegre, com um público de 510 passageiros/dia. Ressalta-se, porém, o desconto nos seus salários de 6%, referente à este serviço de transporte, de acordo com a lei trabalhista. Vale lembrar que acidentes nestes trajetos são considerados acidentes de trabalho.

Auxílio Creche e Educação dos Filhos

A empresa proporciona o pagamento de creche às crianças dos filhos dos trabalhadores, bem como procura apoiar o desenvolvimento educacional dos mesmos, pelo menos até a conclusão do ensino médio. Esse repasse de recursos é realizado através de ressarcimento no ato da apresentação do recibo, sendo que, anualmente, é estipulado um limite máximo de reembolso.

Auxílio Educação

A empresa também tem por prática apoiar os estudos dos trabalhadores, inclusive financiando uma parte da matrícula e das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. Contudo, de acordo com a gerente de recursos humanos, existem algumas restrições:

Claro que não são todos os empregados, até porque, a gente tem uma norma na Petrobras que estabelece que somente o pessoal classificado no nível superior ou que ocupe a função de supervisão ou gerencial recebe a bolsa. Normalmente, muitas pessoas querem e a gente, junto à diretoria, seleciona alguns empregados, normalmente representando todas as áreas (gerente de recursos humanos).

De acordo com o balanço social da empresa, em 2008, foram investidos R\$ 169.774,00 na educação do quadro funcional. Desde o ano de 2001, 55 empregados já participaram do Programa, dos quais 11 iniciaram em 2008.

O Programa de Inglês é uma outra iniciativa que integra o Auxílio Educação, pois visa proporcionar a aquisição de conhecimentos e habilidades quanto ao uso do idioma, atendendo às necessidades técnicas e de gestão da empresa. As indicações são feitas pelos gerentes, conforme a necessidade do cargo, sendo renovadas anualmente. O número de participantes é definido pela Diretoria. O Programa de Inglês contou, também em 2008, com 151 participantes, a um custo de R\$ 87.972,00.

4.4.1.3 Eixo Temático: Responsabilidade Social Externa

Nesse item, serão abordadas as atividades da Refap S/A relacionadas com a comunidade, sejam elas dentro ou fora da empresa. Tais ações compreendem projetos mais estratégicos, bem como iniciativas mais pontuais nas quais a empresa participou de doações financeiras ou de materiais.

4.4.1.3.1 Categoria: projetos com a comunidade realizados dentro a empresa

Programa Jovem Aprendiz

Este é um programa do sistema Petrobras, integrado ao Programa Primeiro Emprego do Governo Federal, que conta com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro - CEFET/RJ -, Fundação Abrinq dos Direitos da Criança e do Adolescente e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - como parceiros. O Programa Jovem Aprendiz tem como fundamento a Lei 10097/00 e atua em três vertentes:

- Qualificar o jovem para o mundo do trabalho, desenvolvendo nele habilidades específicas, além de comunicação e escrita;

- Formar o jovem para enfrentar o mercado de trabalho, com conhecimentos de direitos trabalhistas e sociais, segurança e saúde, organização sindical, entre outros; e
- Possibilitar o acesso à educação, à cidadania e ao pleno exercício de direitos, com informações sobre qualidade de vida, meio ambiente, questões de gênero e etnia, direitos humanos, entre outras.

Na empresa, o Programa iniciou suas atividades em outubro de 2006 e beneficiou, naquele ano, 55 jovens, entre 16 e 18 anos, que estavam devidamente matriculados em escolas, tendo suas frequências comprovadas. Assim, desde a sua implantação, os jovens são atendidos em dois turnos, de acordo com seus contraturnos escolares.

Cada jovem participa de três módulos, sendo que, no primeiro, são abordadas questões de formação básica, como identidade, conhecimentos sobre a Refap S/A, educação e cidadania, tecnologia, qualidade de vida, mundo do trabalho, responsabilidade social e ambiental. Já no segundo módulo, os jovens passam a escolher uma formação técnica desenvolvida pelo SENAI de Canoas. De acordo com os dados do balanço social de 2007, dos 44 jovens que participaram até o final do programa, 17 concluíram o curso de auxiliar de mecânica (400 horas), 18 o curso de auxiliar de eletricidade (800 horas) e 9 o curso de auxiliar administrativo (400 horas). Por fim, no terceiro e último módulo, os jovens ingressam na empresa e atuam nos setores, de acordo com a formação recebida nos cursos. Segundo a gerente de recursos humanos, o projeto oferece aos jovens a carteira de trabalho assinada e garante benefícios como salário mínimo integral, 13º salário, férias coincidindo com as férias escolares, vale transporte, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - e ticket refeição. Além disso, de acordo com a gerente, participando desta iniciativa, a Refap S/A oferece benefícios e oportunidades de trabalho a um número de jovens muito além do que é atualmente exigido pela Lei do Jovem Aprendiz.

O Programa Petrobras Jovem Aprendiz também engloba ações pedagógicas, com acompanhamento semanal do desenvolvimento profissionalizante e do desempenho escolar, visitas domiciliares para avaliação do contexto comunitário e encontros de psicologia. Atividades extras foram também especialmente propostas para complementar a formação dos jovens, como oficinas do Programa Alternativo à Violência - PAV - , Brinquedoteca, Troca-troca Solidário e o Programa de Educação para o Trânsito, além de visitas guiadas ao SEBRAE, ONGs e à Refap. Todas as atividades realizadas, pela empresa, nesse Programa, em 2007, totalizaram 4.833 atendimentos.

Em 2008, a formatura dos jovens ocorreu em outubro, em solenidade que contou com a participação dos familiares. No ano seguinte, segundo informações da gerente de comunicação, em virtude da reavaliação do programa, a sua realização não foi possível.

Inclusão de pessoas com necessidades especiais

Através de uma parceria com a Acadef, a refinaria viabiliza a inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho. Atualmente, são 14 as pessoas que possuem alguma deficiência que trabalham como terceirizados, todos contratados pela Acadef, que presta serviços para a Refap, nas áreas administrativas e de protocolo.

A parceria entre as duas organizações já existe há 15 anos e não se confunde com a obrigação legal do cumprimento das cotas destinadas aos deficientes, haja vista que as mesmas são supridas pelos concursos públicos. Assim, a gerente de recursos humanos aponta que esta é uma ação suplementar, de iniciativa da empresa que se sensibilizou com a causa:

Acho que é por essa consciência da questão social que já, há muito tempo, começou a surgir... e a Refap sempre foi muito sensível à essa questão social. E, aí, como tinha essa associação e era aqui em Canoas, visitamos a entidade e, como a gente precisava de pessoal para fazer esse trânsito mais interno de documentação, começamos a estudar a possibilidade de poder dar empregos para essas pessoas que tem muito mais dificuldades do que qualquer um de nós para consegui-los (gerente de recursos humanos).

Por sua vez, a associação tem o papel de acompanhar o trabalho destas pessoas, tendo um plano de ação previamente definido com a refinaria, a partir do qual, os deficientes são avaliados pelo seu desempenho. A gerente de recursos humanos da Acadef afirma que não existe distinção na forma de tratamento entre estes e os demais trabalhadores terceirizados. Ela também enfatiza o resgate do respeito e de cidadania destas pessoas que encontraram, na refinaria, uma oportunidade de vida:

Estamos, há 15 anos, com o convênio. Temos 14 pessoas trabalhando na refinaria de forma terceirizada. Nesse convênio, eles são tratados que nem os outros terceirizados, tendo metas para cumprir, tendo que produzir que nem outros funcionários.... Então, é bacana essa valorização. A maioria deles trabalha na área administrativa. Aqui na Acadef, temos reuniões mensais com eles para avaliar seus desempenhos e verificarmos as dificuldades que estão tendo, bem como se estão atingindo o plano de ação. Vejo esse trabalho como uma oportunidade ótima para eles e, além da oportunidade que a empresa está dando, por acreditarem nos PPDs, eles tem um salário diferenciado do mercado, benefícios como o transporte e refeitório da empresa e são valorizados e respeitados. Isso faz com que busquem superar-se cada vez mais e tenham mais objetivos para viver (gerente de recursos humanos da Acadef).

A Refap S/A também patrocina projetos da Acadef, sobretudo os que relacionam a deficiência com a questão ambiental. Da mesma forma, viabiliza a participação da entidade em eventos para que possam ser promovidas suas causas perante a comunidade. Esse trabalho é reforçado pelo responsável deste projeto na instituição:

Temos uma parceria com a Refap que é a conscientização sobre o uso de materiais ecologicamente mais corretos, como o uso de papel reciclado. Então, a empresa patrocina todo o nosso material e nós participamos de eventos, onde levamos materiais para as crianças desenharem. Geralmente, são desenhos onde aparecem pessoas com deficiência que as crianças pintam e, depois, falamos de cuidados com as pessoas e o meio ambiente. Então, vejo que é uma ajuda mútua, na qual nós levamos o nome da empresa nos eventos, pois ela acredita no potencial dos PPDs e, em contrapartida, ela financia os nossos materiais (coordenador de projetos da Acadef).

Além disso, todas as latas de refrigerantes consumidas na empresa são destinadas ao Projeto Latinhas que Fazem Andar, também da Acadef. A entidade consegue, com a venda do alumínio, adquirir equipamentos de mobilidade que são utilizados pelo público que ela atende, como cadeiras de rodas.

Programa de Relacionamento Comunitário

Após uma pesquisa, a refinaria constatou a carência de informações da população vizinha, em relação aos seus processos e objetivos. Resolveu, então, intensificar o relacionamento com as comunidades que se localizam ao seu entorno, tendo como pressuposto, o aprimoramento de sua estratégia de comunicação. Assim, em novembro de 2005, a Refap S/A criou o Programa de Relacionamento Comunitário, visando:

- Ampliar e otimizar o relacionamento entre a Refap e as comunidades do entorno;
- Construir um diálogo permanente e consolidar uma relação de confiança e respeito mútuo com as comunidades fixadas no entorno de suas instalações;
- Aumentar o nível de conhecimento dos moradores das comunidades da área de abrangência do Programa sobre a empresa, medidas de segurança e de preservação ambiental adotadas; e
- Ampliar a rede de apoio comunitário às atividades da empresa junto às lideranças da área de abrangência do Programa.

Após a elaboração do plano de ação e a produção de materiais informativos, as lideranças identificadas, principalmente de Esteio e Canoas, foram convidadas a conhecerem a proposta, que consiste na realização de diversas ações de esclarecimento sobre a Refap S/A,

junto às comunidades. O Programa envolveu os bairros Santo Inácio, Pauluzzi, Ezequiel, São José e Olímpica, em Esteio, e Parque Residencial Igara II, Residencial Morada das Acácias e Parque Residencial Universitário, em Canoas.

Conforme aponta o balanço social de 2007, foram realizados 49 eventos e ações, com a participação de mais de 900 pessoas. Através de ações como palestras, reuniões, atividades educativas e visitas monitoradas, a empresa esclareceu as dúvidas da população sobre seu funcionamento e estabeleceu um contato direto e permanente, ampliando o diálogo, o conhecimento mútuo, assegurando a confiança da comunidade.

Outras atividades também foram desenvolvidas durante o ano, como as reuniões para informar a população sobre a realização das Paradas de Manutenção, explicando os seus motivos e as conseqüentes alterações na rotina da refinaria, bem como a promoção, pela empresa, de visitas à Bienal do Mercosul e ao Theatro São Pedro, onde a comunidade pôde assistir a Peça “A Farça”.

Para a dirigente de uma associação de moradores, localizada em Esteio, mais do que as visitas, o diálogo estabelecido e os esclarecimentos proporcionados pela empresa foram importantes:

Eu já fui em eventos na empresa, inclusive nos chamaram para uma capacitação em projetos, mas o nosso não foi selecionado. Mas acho muito boa essa parceria, essa comunicação. Tem um jornal que eles entregam aqui falando de como funciona a empresa. Nas reuniões, eles vêm e nos explicam como as coisas funcionam lá dentro. E a comunidade questiona muito, fala da poluição. A gente sabe que tem mais coisas, que eles não abrem tudo para a gente, que existe escapamento de poluição etc, mas as outras empresas nem reuniões não fazem para tentar nos explicar. Então, acho essa atitude muito boa (presidente da associação de moradores).

O Programa foi apresentado à 27ª Coordenadoria Regional de Educação de Canoas, visando estender suas atividades às escolas estaduais da área de abrangência. Em 2008, sete escolas da rede estadual foram beneficiadas com o “Show de Física”, realizado durante a Semana do Meio Ambiente da Refap S/A, contando com a participação de 606 alunos.

Outra ação integrante do programa é o Jornal Lado a Lado, criado em 2007, com periodicidade trimestral e distribuição gratuita para as comunidades de Canoas e Esteio. Para a empresa, o jornal é um importante veículo de disseminação de informações sobre o funcionamento da companhia, auxiliando no compartilhamento de conhecimentos. Através dele, busca-se, também, destacar o trabalho das lideranças comunitárias, revelando seus perfis e suas opiniões sobre o programa, conforme depoimentos abaixo:

É um programa que, além de aproximar as associações de moradores umas das outras, propicia mais conhecimentos para a população. O Programa esclarece como funciona uma refinaria, deixando todos a par dos acontecimentos da Refap. Acho super interessante os convites recebidos para as atividades culturais. Fomos à Bienal do Mercosul, no cais do porto, e ao Teatro São Pedro, em Porto Alegre. Muitos não conheciam esses locais por falta de oportunidade. Foi maravilhoso. Quem dera se todas as empresas tivessem um Programa como esse, criando mais relacionamentos e maior interação entre os moradores do bairro (Adelaide Gazzo Pereira¹²).

Eu nunca tinha entrado na Refap. Com o Programa Refap de Relacionamento Comunitário, fui convidado para uma reunião, na qual os técnicos explicaram como funcionam os processos dela. Entendendo como funciona, acaba qualquer temor. Aconteceu a distribuição de material aqui na comunidade e foi bem aceito. Quando acontece alguma dúvida aqui, em relação à refinaria, o pessoal me procura e eu esclareço. A distribuição do material foi bem aceita. Agora o jornal vai ajudar, trazendo mais informações para os moradores. (Valdemar Prestes Ferreira¹³).

Através dos depoimentos das lideranças comunitárias, confirma-se a estratégia utilizada pela empresa de aproximar-se de pessoas influentes nos bairros vizinhos, objetivando a criação de vínculos com os moradores da região e, em consequência, a melhoria de sua imagem. Apesar de se caracterizar como um programa estritamente institucional, com vistas a melhoria do relacionamento com a comunidade local que é afetada diretamente com o processo de produção da refinaria, seja devido à poluição do ar, poluição sonora, entre outros, a empresa considera o Programa de Relacionamento Comunitário como um de seus programas de responsabilidade socioambiental.

Vale mencionar, ainda, que o Programa recebeu o Prêmio Top de Marketing ADVB 2008 - Responsabilidade Social -. Por ser considerado referência, foi apresentado durante o Rio Oil & Gás, no Rio de Janeiro, na sessão de Responsabilidade Social, e foi destaque dentro do Sistema Petrobras, sendo apresentado no 4º Fórum Petrobras de Soluções em Comunicação. O Programa foi selecionado entre os três melhores projetos de Relacionamento com Comunidades da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - Aberje -.

¹² Presidente da Associação Amigos do Parque Residencial Igara, de Canoas, em depoimento à edição nº 2 do jornal.

¹³ Presidente da Associação de Moradores do Parque Santo Inácio II, em Esteio.

4.4.1.3.2 Categoria: projetos com a comunidade realizados fora a empresa

Nesta categoria estão situadas as principais iniciativas vinculadas ao Programa Refap Cidadã que buscam apoiar o desenvolvimento da sociedade, contudo, implementados na comunidade, ou seja, que não são realizados nas dependências da empresa. São desenvolvidos pela própria refinaria ou através de outras organizações, a partir da transferência de recursos via patrocínios ou doações.

Da mesma forma, as atividades de cunho ambiental que não visem a reparação de danos ou que não busquem a prevenção quanto aos riscos inerentes ao processo produtivo da empresa, também aqui são relacionadas. Isto porque, em regra, são realizadas fora das instalações físicas da refinaria e necessitam, quase sempre, do envolvimento de vários setores da sociedade, seja público ou privado, para que sejam alcançados os resultados esperados.

Assim, de acordo com dados do relatório social e ambiental, em 2008, a Refap investiu R\$ 5.420.938,85 em instituições, projetos e ações, através de convênios ou parcerias, distribuídos nos seguintes eixos: educação (R\$ 3.011.000,00); cultura (R\$ 1.172.000,00); esporte (R\$ 650.000,00); e outros (R\$ 340.000,00). O montante obtido em abatimentos fiscais, segundo a gerente de comunicação, foi de R\$ 400.000,00, sendo, o restante, recursos da empresa que são passíveis de ressarcimento pelo governo. Seguem os principais projetos desta categoria:

Centro Refap Cidadã

Em 2005, a empresa criou, em parceria com o Instituto Dunga, com o Clube dos Empregados da Petrobras - CEPE - e com a Associação Cristã de Moços - ACM - , uma alternativa social voltada ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade social da cidade de Esteio, denominada de Centro Refap Cidadã. Tal iniciativa tem, entre os parceiros, a seguinte divisão de responsabilidades:

A Refap patrocina, o espaço é disponibilizado pela CEPE, a ACM executa e o Instituto Dunga dá o aval, a credibilidade da proposta do esporte pela re-socialização (coordenadora do Centro Refap Cidadã).

De acordo com a gerente de comunicação, essa foi uma estratégia utilizada para canalizar as demandas da comunidade:

Ele foi gestado para ser um esforço integrado, em conjunto, e ter, realmente, uma linha de atuação que fosse norteada, porque nós recebemos muitas demandas e também temos muitas demandas a gerar, temos muitas pautas para com a sociedade e ela também nos demanda. Então, esse Programa, ele é um norteador. Ele tem os seus valores, os seus princípios e seus focos de atuação que o organiza. Essa iniciativa nos propicia alcançar melhores resultados, conseguindo mensurá-los e, também, nos permite a comparação com outros resultados (gerente de comunicação).

A coordenadora do Centro Refap Cidadã completa explicando que a Refap S/A tinha o interesse de atender a comunidade de Esteio, uma vez que todos os recursos relacionados ao pagamento de impostos são direcionados para Canoas.

Para sua implantação, inicialmente foi realizado um mapeamento das áreas nas quais acreditava-se existir crianças em vulnerabilidade social, bem como pesquisou-se acerca de suas carências e deficiências em relação a obtenção de um desenvolvimento que propiciasse uma qualidade de vida, como ser humano e cidadão. Em seguida, a empresa procurou o Instituto Dunga que, por sua vez, convidou a ACM para que também se integrasse à proposta, em função das experiências que esta já possuía no que tange ao atendimento do público que se pretendia apoiar. Após, decidiu-se realizar as atividades no Clube dos Empregados da Petrobras, uma vez que existia, ali, o espaço físico adequado, embora a estrutura existente não fosse a ideal na época.

O Programa iniciou suas atividades atendendo 60 crianças em seus contra turnos escolares, tendo como objetivos: “estimular o espírito de equipe, de cooperação, o desenvolvimento físico e motor; o despertar para a arte, para a cultura e desenvolver toda uma forma de pensar e; valorizar a tolerância, a convivência com a diversidade, incentivando a familiarização com novos ambientes.”

No início de 2008, foram inauguradas as novas instalações do Centro, que passou a contar com várias salas e com um refeitório, o que possibilitou a ampliação da capacidade de atendimento. Assim, atualmente, são atendidas 120 crianças de 6 a 11 anos de idade que participam de atividades pedagógicas como música, teatro, esporte, cinema, acompanhamento escolar, oficinas, debates, literatura, jogos artísticos e de lazer, três vezes por semana, no turno inverso ao escolar. Trata-se de uma proposta diferenciada, na qual as atividades esportivas são o “carro chefe”. Contudo, a proposta pedagógica também promove o desenvolvimento das crianças em outras áreas, conforme relata a coordenadora:

Nós queremos que elas conheçam muitas coisas que elas não tem a oportunidade no mundo delas. Então, trabalhamos nos três eixos: o esporte; a pedagogia; e as artes e expressão. Pelo esporte, elas conhecem todas as modalidades, dentre elas, o futebol de rua. Futebol de rua é um esporte que, particularmente, só a ACM desenvolve. Então, futebol de rua é diferente porque ele tem as regras do futebol, só que não são as regras de rua, são valores. Ao invés de ponto é um abraço, uma palavra de carinho. Então são criadas regras de acordo com os valores, substituindo-se regras por valores. Dentro do esporte, são construídos, com garrafas pets, as Raquepets, que são pintadas e decoradas, lá na pedagogia, e eles aprendem a jogar tênis, mas com uma raquete de garrafa pet (coordenadora do Centro Refap Cidadã).

Segundo a coordenadora, o Centro Refap Cidadã também proporciona atividades externas, como visitas a exposições de arte, à museus, à Feira do Livro, à Bienal do Mercosul, bem como oportuniza passeios à Expointer, aos clubes de futebol, às colônias de férias e para o litoral gaúcho, além de exibição de filmes e demais atividades interativas. Outro destaque é a criação e consolidação do Grupo de Crescimento, focado nos familiares, com o intuito de capacitá-los acerca das alternativas referentes à geração de renda.

Ao todo, 16 pessoas formam a equipe executiva do Centro, que possui, além da coordenadora, a equipe de assistentes sociais, uma pedagoga, um professor de educação física, uma professora de dança, faxineiras e cozinheiras, sendo todos empregados da ACM. Por sua vez, a Refap S/A patrocina todas as necessidades da iniciativa, como uniformes para as crianças e professores, alimentação, estrutura física e materiais didáticos.

Com as famílias, a equipe procura realizar reuniões mensais com o intuito de trabalhar cada parte do Programa, para que os pais entendam o tipo de formação que seus filhos estão recebendo. Nas dependências da organização, uma vez por semana, também são realizadas oficinas de geração de renda com as mães e, no segundo semestre, de acordo com a coordenadora, estão previstos os cursos de arrumadeira, culinária, garçom, entre outros.

Uma preocupação constante do Programa é a avaliação da comunidade. Nesse sentido, uma pesquisa foi realizada e, de acordo com os resultados divulgados, as famílias estão satisfeitas com o trabalho, pois têm notado uma transformação positiva das crianças, em virtude da participação nas atividades lúdicas e pedagógicas, bem como melhoras na frequência e na aprovação escolar.

Quanto ao desenvolvimento das atividades, a coordenadora afirma que a relação do grupo executor com a Refap S/A e com o Instituto Dunga é bem harmoniosa, sendo que, no início do ano, eles exigem a elaboração de um plano pedagógico e de ação anual que, após aprovado, deve ser cumprido. Assim, os parceiros conseguem acompanhar o desenvolvimento

das atividades, compreendendo as razões de uma decisão ou de outra, pois eles são constantemente informados sobre as alterações necessárias que são devidamente justificadas:

Cada um tem o seu papel nessa parceria. A Refap, como financiadora, tem toda a responsabilidade do repasse de recursos. Nós temos que manter uma prestação de contas em dia. O que nós temos aqui é uma relação de boa vizinhança, além de eles serem nossos financiadores. Então, são coisas mais além do que simplesmente... Eu conheço o histórico, agora, aqui, de organizações e de empresas que financiam e só financiando, a relação é diferente. Então, eu acho que a mão é dupla. Eles financiam e nós temos que deixar claro o que acontece aqui. Para mim, é muito tranquilo porque nós temos o maior interesse em divulgar e o objetivo é que a gente seja o projeto referência. Nós temos tudo para ser. Por isso que eu tento sempre priorizar pela qualidade da equipe, para que ela tenha condições de entender, para que eu possa cobrar a execução. Já o Dunga é informado igual a Refap sobre tudo o que acontece. Tipo, funcionários que botam na justiça, o Dunga sabe de tudo. Então, eu digo, assim, que ele pode não estar presente, mas ele sabe das dificuldades que a gente vive, de todas as alegrias também (coordenadora do Centro Refap Cidadã).

De acordo com a coordenadora, sobre todo o investimento efetuado no Centro Refap Cidadã, a empresa consegue, atualmente, um abatimento fiscal de até 1% de seu Imposto de Renda, via o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA - , autorizado pela Lei 8242/91 (Estatuto da Criança e do Adolescente), destinado ao atendimento de políticas, programas e ações voltadas para a proteção de crianças e adolescentes.

Esse recurso, no entanto, é depositado na conta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, somente após o projeto ser aprovado, dependendo do regimento de cada Conselho, o mesmo pode ser direcionado de forma total ou parcial para a entidade sugerida pelo doador. Em Canoas, por exemplo, 20% ficam retidos para serem redistribuídos à outras organizações. E, pelo fato do projeto ser desenvolvido em Canoas, por uma instituição de Porto Alegre, com crianças de Esteio, a iniciativa encontra grandes dificuldades de registro e aprovação de sua proposta. Depois de usufruir do abatimento fiscal a partir do Conselho de Porto Alegre, atualmente, o Conselho de Esteio aceitou ser o intermediário deste repasse. Isto se justifica também pela exigência de participação dos representantes das entidades nas reuniões e fóruns destinados à discussão e aprovação das políticas com relação às crianças e adolescentes dos municípios onde elas se encontram, não querendo ter suas atribuições reduzidas a meros repassadores de recursos, em função das ausências destas entidades, na construção de uma política pública referente à infância e à adolescência.

Soma-se a isto, as dificuldades referentes aos frequentes atrasos de repasses destes recursos advindos dos Fundos Municipais, em função da demora em constituir os convênios

entre as entidades e as respectivas Prefeituras, que são, por lei, as administradoras destes recursos. Devendo acatar as decisões dos Conselhos, muitas vezes, por inadimplência financeira, o Poder Público local também fica impedido de realizar a transferências de recursos, gerando conseqüências desastrosas para os projetos e programas destinados à crianças e adolescentes.

Contudo, apesar destes entraves administrativos e políticos, de acordo com a gerente de comunicação da Refap S/A, a empresa investiu R\$ 900.000,00 na construção do Centro e, deste, R\$ 300.000,00 foram descontados de seu imposto a pagar e R\$ 600.000,00 foram destinados pela empresa, sem obter qualquer vantagem fiscal.

Em 2006, o Centro Refap Cidadã foi agraciado com o Prêmio Top Cidadania da ABRH-RS. De acordo com o balanço social daquele ano, este reconhecimento reafirma o compromisso da empresa em gerar transformação social através da promoção da cidadania e do desenvolvimento de suas atividades de forma sustentável.

Teatro na comunidade

A empresa patrocinou a peça teatral “*A Farça*”, espetáculo que apresenta uma seqüência de quatro histórias baseadas em textos clássicos do teatro mundial: “*Os Faladores*”, de Cervantes; “*O Urso*”, de Tchekhov; “*O Médico Saltador*”, de Molière; e os “*Os Ciúmes de um Pedestre*”, de Martins Pena.

Além do espetáculo teatral, o projeto incluía todo um conjunto de eventos relacionados ao universo do tema da peça, como *workshops*, oficinas, ciclos de cinema e vídeo, exposições e debates, realizados antes e durante a temporada. Este Programa já foi realizado em Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Erechim, Rio de Janeiro, Campo Grande e Cuiabá.

Já para os trabalhadores e comunidade local, a Refap S/A realizou sessões especiais da peça, dirigidas a empregados e familiares, parceiros, participantes do Programa de Relacionamento Comunitário e para crianças do Centro Refap Cidadã.

Bienal do Mercosul

De 2003 à 2007, a Refap S/A apoiou as atividades da Bienal do Mercosul, realizadas em Porto Alegre. Segundo representantes da empresa, a Bienal incentiva a educação pela arte, aproximando pessoas da expressão artística nas suas mais variadas formas e tendências, estimulando o pensar e o olhar crítico sobre o mundo.

A empresa era a patrocinadora exclusiva do Projeto Pedagógico, iniciativa que consolidou a ênfase em educação da Bienal. Destinou para este empreendimento cerca de R\$

2 milhões para proporcionar, aos professores de outras cidades, condições de visita às exposições, participação de conferências e recebimento de materiais específicos para serem utilizados em salas de aula.

As atividades do Projeto Pedagógico da Bienal iniciaram em abril de 2007, tendo realizado 52 encontros de formação com educadores de 380 municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Destes, 9 mil são os professores de escolas gaúchas que receberam o material pedagógico especialmente produzido. Dois simpósios reuniram mais de 1.700 participantes e 156.587 foram os estudantes, oriundos de 172 cidades, atendidos nas visitas guiadas. Além disso, 60.200 alunos participaram das oficinas e outras atividades e 100.000 estudantes da rede pública e demais instituições tiveram transporte gratuito até a Bienal do Mercosul, patrocinados pela empresa.

Na refinaria, foi realizada uma oficina cultural para os empregados, o que possibilitou, segundo a empresa, o estímulo a uma leitura crítica das obras de artes expostas, em um processo enriquecedor e dinâmico, tornando, os participantes, multiplicadores das propostas da Bienal, junto a seus familiares, amigos e colegas de trabalho.

A Refap também promoveu visitas guiadas à Bienal do Mercosul de 2007 para 50 empregados, para 50 moradores vizinhos integrantes do Programa Refap de Relacionamento Comunitário, bem como para 120 crianças do Centro Refap Cidadã.

Para a Bienal de 2009, a gerente de comunicação informou que a empresa não possui contrato estabelecido.

Espaço Educativo Multiuso e Estações Pedagógicas

Ainda durante a Bienal, junto aos espaços expositivos nos Armazéns do Cais do Porto, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul - MARGS - e no Santander Cultural, em 2007, foram montadas 20 estações pedagógicas, além de um Espaço Educativo Multiuso. As estações pedagógicas eram espaços interativos montados junto à determinadas obras de arte, nos quais o artista explicava seu processo criativo. Por sua vez, o público registrava, em depoimentos, sua percepção sobre a obra, compartilhando experiências com o seu autor. O Espaço Educativo, montado no Armazém A3 era composto de sala de pesquisa, auditório, sala de atendimento para o professor, ateliês para uso dos estudantes e sala para exposição dos trabalhos feitos pelos alunos. A empresa também promove visitas monitoradas para seus empregados, crianças do Centro Refap Cidadã e moradores das comunidades vizinhas à empresa, integrando a Bienal do Mercosul ao Programa Refap de Relacionamento Comunitário.

Segundo informações da gerente de comunicação, a refinaria não formalizou nenhuma parceria para o financiamento de nova edição desta iniciativa em 2009.

Feira do Livro

Desde 1998, a Refap é apoiadora da Feira do Livro de Porto Alegre, patrocinando a Área Infantil e Juvenil. Mais recentemente, passou a patrocinar, também, o transporte escolar, permitindo que crianças de todo o Estado possam visitar a Feira. Do mesmo modo, a empresa participa com um estande institucional, no qual são desenvolvidas atividades lúdicas que visam despertar, nas crianças, o hábito e o prazer da leitura.

Doação de materiais

Em parceria com a Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações do Rio Grande do Sul - SUCESU/RS - e do Comitê para a Democratização da Informática - CDI - , a Refap S/A doou materiais de informática e periféricos que já estavam fora de uso para o Centro Social Marista Cesmar, de Porto Alegre e para o Albergue Público Municipal de Canoas, onde, a partir da reciclagem e readequação dos equipamentos, foi possível criar, ali, a Escola de Cidadania e Informática, com a montagem de um laboratório digital para ser utilizado por pessoas que se encontram em situação de rua.

A empresa também contribuiu com a doação de tubulações para a reforma da caldeira que atende a lavanderia e a cozinha do Hospital Centenário, em São Leopoldo, e destinou equipamentos de laboratório para medição de fulgor, concentração de oxigênio e lavadora de frascos para o Centro de Educação Profissional Lindolfo Collor, do SENAI, em São Leopoldo.

Recuperação da Igreja Nossa Senhora das Dores

A Refap apóia a recuperação de prédios históricos e a preservação da memória gaúcha. Em 2006, o destaque foi a continuação dos trabalhos de recuperação da Igreja Nossa Senhora das Dores, em Porto Alegre, com um investimento de R\$ 100 mil. A recuperação da parte interna do templo encontra-se em fase de conclusão. Com este patrocínio, a Refap possibilitou a formação de mão-de-obra especializada em restauro, com a inserção de portadores de necessidades especiais, através de oficinas ministradas dentro do projeto.

Multipalco

A Refap S/A é uma das patrocinadoras do Multipalco de Porto Alegre que, juntamente com o Theatro São Pedro, forma o maior complexo cultural da América Latina, ocupando um espaço de mais de 20 mil m². A empresa proporcionou a criação do Teatro Oficina Refap, um

espaço voltado à espetáculos alternativos, com capacidade para 200 espectadores. Em 2006, o aporte da Refap para as obras foi de R\$ 593 mil.

Transplantes

Através de um Projeto desenvolvido em parceria com a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, denominado de Banco de Tecido Humano – Pele, a Refap S/A viabilizou a aquisição de equipamentos necessários para a coleta, transporte e armazenamento de tecidos humanos. Este banco tornou-se o único em operação desta natureza, hoje, no País, e foi o responsável pelos primeiros transplantes de pele no Rio Grande do Sul, realizados em pacientes com queimaduras graves, em especial, crianças.

Educação Ambiental

A empresa tem por política patrocinar projetos que promovam a educação ambiental capazes de impulsionar o consumo responsável e a reciclagem. Por este motivo, a Refap S/A participa do Programa Permanente de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, através de um convênio celebrado com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos - e com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - Comitesinos -. Pelo programa, a Refap S/A espera contribuir na sensibilização de estudantes e familiares dos municípios servidos pela bacia acerca da importância da preservação dos mananciais aquáticos, em uma ação que pode se tornar referência nacional em termos de educação ambiental.

O convênio prevê a cooperação técnica, institucional e financeira entre os parceiros, cabendo ao Comitê de Gerenciamento, a organização das atividades a serem realizadas e à empresa, o repasse de recursos, além da participação em debates e em algumas ações específicas. Para este Programa, a Refap S/A já repassou o valor de R\$ 182 mil, tendo sido, até o momento, realizadas os seguintes eventos:

- Oficina de Saneamento, a partir da qual os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o diagnóstico da drenagem, do esgotamento sanitário e dos resíduos sólidos da Bacia;
- Curso de Manutenção de Ecossistemas: os participantes conheceram a estrutura biológica dos corpos hídricos, o amparo legal de proteção dessas estruturas, sua relação com os ecossistemas no entorno e sua importância socioambiental;
- Curso de Elaboração de Projetos: visou qualificar os participantes acerca do planejamento de projetos de captação de recursos na área de educação ambiental;

- VII Seminário Regional de Educação Ambiental da Bacia Sinos: antecipou os resultados do Projeto Monalisa e as informações da primeira etapa do Plano de Saneamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos; e
- Oficina “As Águas da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos”: tratou das condições das estruturas dos corpos hídricos e das águas da Bacia do Rio dos Sinos, especificando seu enquadramento legal.

Parceiros Voluntários de Canoas

A empresa é uma das mantenedoras dos programas de voluntariado desenvolvidos pela CICS, a partir de um convênio com a ONG Parceiros Voluntários, que possui sede em Porto Alegre. Denominada de Parceiros Voluntários Canoas, tem por objetivo desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado, estimulando a prática da responsabilidade social de pessoas físicas, escolas e empresas nas organizações privadas sem fins lucrativos do município. Mensalmente, a empresa repassa o valor de R\$ 150,00 para a manutenção das atividades. Ela também patrocina eventos destas entidades, como o Reconhecimento de Responsabilidade Social, concedido, em um café da manhã anual, às empresas que se destaquem na comunidade em termos de realização de ações que visem contribuir para o desenvolvimento da sociedade, a partir do voluntariado. Sobre esse valor, a empresa não possui abatimento fiscal.

Parceiros Voluntários Porto Alegre: Ação Tribos na Trilhas da Cidadania

Objetivando desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado, como forma de atender as demandas sociais e, ao mesmo tempo, possibilitar o pleno exercício da cidadania, a ONG Parceiros Voluntários, sediada em Porto Alegre, criou a Ação Tribos nas Trilhas da Cidadania, na qual jovens de todo o Estado do Rio Grande do Sul são mobilizados a refletirem sobre seus papéis sociais e agirem em prol de suas comunidades. Com apoio de suas escolas e famílias, os jovens são estimulados a identificar os principais problemas da região onde residem e a desenvolver propostas que ajudem a solucioná-los. Desta maneira, tornam-se agentes de transformação social, sobre o contexto que se encontram inseridos. Em 2007, cerca de 93.000 jovens, em 326 escolas, organizaram-se em 319 Tribos que realizaram, até o mês de setembro, diversas ações relacionadas às trilhas de meio ambiente, cultura e educação para paz, em 62 cidades do Rio Grande do Sul. Para esta ação, a Refap S/A vem repassando, anualmente, recursos para a ONG Parceiros Voluntários de Porto Alegre, propiciando a produção de camisetas, adesivo, faixas, cartazes, bem como a realização de

capacitações, eventos, reuniões, arcando com as despesas de transportes, lanches e contratação de profissionais.

Patrocínio Diversos

A empresa se destaca por patrocinar vários projetos na comunidade, inclusive o de cunho empresarial, como os eventos da CICS: *happy hour* mensal, almoços empresariais mensais, palestras quinzenais, cursos etc.

4.4.1.3.3 Categoria: percepções dos empregados

Na Refap S/A, a amostra de entrevistados com o objetivo de se identificar a percepção dos trabalhadores sobre as políticas socioambientais da empresa, também totalizou nove pessoas. Ressalta-se, porém, que elas não foram indicadas pela refinaria e, sim, selecionadas a partir da indicação do Sindicato da categoria, bem como através dos contatos pessoais da pesquisadora, pois, segundo a gerente de comunicação, os trabalhadores não se sentiriam à vontade para conceder as entrevistas. Entretanto, todos os empregados convidados demonstraram interesse em contribuir com a proposta, participando voluntariamente desta pesquisa. Assim, foram colhidas as informações dos trabalhadores de diferentes áreas, quais sejam: da Comunicação; da Saúde e Segurança; da Administração; e da Produção (craqueamento, operação e utensílios).

Em relação às atividades desenvolvidas pela empresa junto à comunidade, os entrevistados, em sua maioria, afirmaram que a mesma possui várias práticas de responsabilidade socioambiental, sendo as que integram o Programa que originou o Centro Refap Cidadã, as mais evidenciadas, conforme demonstra o gráfico:

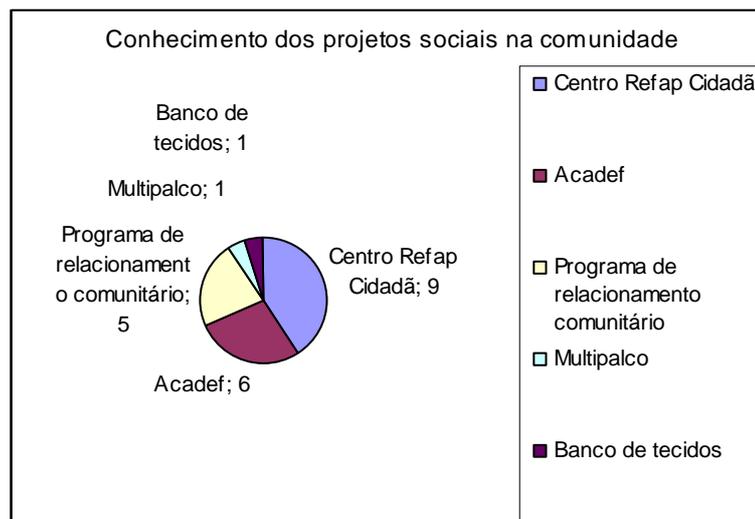


Gráfico 8 - Refap S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social junto à comunidade
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Mais do que conhecido, o Centro Refap Cidadã revelou ser o programa em que os trabalhadores entrevistados possuem o maior grau de informações, pois souberam explicar, de forma detalhada, as atividades realizadas e os objetivos que ele se propõe a alcançar:

Tem esse que é mais recente, o Centro Refap Cidadã, que recupera crianças. São, aproximadamente, 200 crianças de Esteio que jogam futebol, basquete, vôlei... essas coisas (empregado 10).

A empresa tem o Refap Cidadã que atende algumas crianças que moram aqui perto. Lá, fazem o trabalho dentro da sede do Clube dos Empregados, realizando atividades com as crianças. As crianças fazem os trabalhos escolares, elas têm alimentação... (empregado 11).

Outros projetos lembrados foram as ações realizadas junto à Acadef, uma iniciativa elogiada pelos empregados:

Temos um convênio importante com a Associação de Deficientes Físicos que é com o pessoal da Acadef, que eu acho que é uma coisa bastante legal, que as pessoas vem e trabalham e ficam trabalhando por muito tempo, aqui, dentro da refinaria. Isso incorpora basicamente funções administrativas, mas eles são incorporados ao quadro de pessoal e tem contrato como outros terceirizados (empregado 16).

Alguns trabalhadores ainda mencionaram outros programas patrocinados pela empresa, dentre eles, o Relacionamento Comunitário, Multipalco e Banco de Pele:

Então, com a comunidade, nós temos essa revista, ou melhor, esse jornal. Temos palestras, temos eventos e encontros. Depois, nós temos diversas coisas de patrocínio, atividades de patrocínio, principalmente, na área cultural e, também, em áreas específicas de congressos, mas, nesses casos, não sei como funciona essa parceria (empregado 13).

Não saberias te dizer como é a contrapartida, mas ajudamos o Multipalco. Nós somos, também, patrocinadores dentro do Programa do Banco de Tecido Humano, que é da Santa Casa. Além disso, a empresa tem milhares de patrocínios. Realmente, ajuda muitas instituições (empregado 12).

Conforme os depoimentos, alguns entrevistados mencionaram que há, ainda, outras parcerias, contudo, não souberam explicar como as mesmas eram operacionalizadas, concebidas ou articuladas, especialmente em relação às obrigações assumidas pelos envolvidos, ou seja, entre a empresa e seus parceiros. Entretanto, conseguiram revelar, com maior precisão, quais eram as atividades desenvolvidas no Programa de Inclusão realizado junto à Acadef, bem como no Programa Refap Cidadã. Nesse sentido, percebe-se, por um lado, a falta de informações dos trabalhadores sobre os projetos desenvolvidos e, por outro, a diversidade e quantidade de iniciativas apoiadas pela empresa, o que parece tornar impossível, para eles, o conhecimento de todas as ações sociais existentes. Da mesma forma, a estratégia de integração com a comunidade adotada pela empresa revelou ser uma prática distante da realidade dos empregados, uma vez que as decisões sobre a escolha das atividades a serem apoiadas ou patrocinadas cabe ao Setor de Comunicação.

Em relação à área ambiental, os entrevistados lembraram de várias ações, como as que se referem à Bacia do Rio dos Sinos, ao tratamento de efluentes e ao cuidado da refinaria com a fauna e flora, de acordo com o seguinte gráfico:

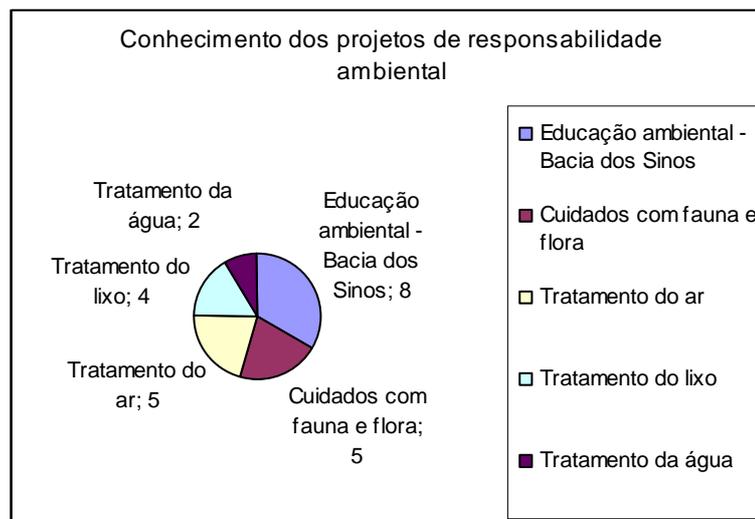


Gráfico 9 - Refap S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Ambiental.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Os entrevistados ressaltaram, com grande entusiasmo, os trabalhos que a empresa desenvolve em parceria com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, citando, entre outros exemplos, a limpeza periódica do arroio e as campanhas junto à comunidade para que objetos não sejam descartados nas margens do rio:

Nós temos o Arroio Sapucaia que passa do outro lado e ela tenta desenvolver um trabalho com as famílias de conscientização, de cuidar daquele rio, de não poluírem, porque, sempre que há essas enchentes, é muito difícil... Ali se encontra um monte de coisas, como sofás, geladeiras... e, por isso, dificultava o trabalho ali, o escoamento daquelas águas. Também tem aqueles trabalhos bem básicos de coleta seletiva, de coleta de lixo. Nós temos uma área de depósito de resíduos que não se enquadra nessa coleta seletiva. Se eu não me engano, são 5 categorias, mas já faz um tempo que é feito isso aí (empregado 10).

De modo geral, a gente tem projetos de tratamento de efluentes, o tratamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos e do Arroio Sapucaia, que a gente tem junto com a comunidade. Tem também o monitoramento da poluição do ar, para ver como estão os índices de poluição, como por exemplo, do enxofre. No Rio dos Sinos, tem mutirão que se faz todo o ano e a empresa limpa o rio, fornece orientações nas escolas para as crianças não jogarem lixo nas margens do rio e para que possam orientar os pais (empregado 13).

Percebe-se, com muita clareza, que o programa desenvolvido na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos é uma iniciativa que visa resguardar o meio ambiente. Contudo, é realizado de maneira externa à empresa com o envolvimento da comunidade, inclusive assim apontado pelos próprios empregados. Nesse sentido, Nascimento (2008b) afirma que o impacto ambiental geralmente também provoca o impacto social, ou seja, existe uma interface entre as

ações sociais e ambientais. Desta forma, parece haver uma sensibilidade por parte da empresa e empregados para a resolução de problemas como o da poluição inerente à Bacia do Rio dos Sinos somente será resolvido com medidas sociais e ambientais articuladas.

Ainda com relação ao meio ambiente, os entrevistados ressaltaram a importância dos cuidados com a fauna e flora, demonstrando orgulho por trabalharem em uma organização que tenha essa consciência. Eles relatam que a refinaria conseguiu obter uma harmoniosa convivência com a natureza, diminuindo o impacto gerado pela sua implantação:

A gente tem um trabalho muito grande junto à Fepam, de preservação, tanto da nossa mata nativa, quanto dos próprios animais que a gente tem aqui dentro, que são: tatu; capivara; galinha; galo; e várias espécies de pássaros. Então, a gente tem um trabalho grande e bonito nesse sentido. (empregado 11)

Tem uma mata nativa dentro das nossas instalações e nós buscamos preservá-la. Estão lá na entrada da refinaria exemplos de plantas nativas da Mata Atlântica. Isso é uma coisa que me orgulha. Nós temos uma área natural que também fica ao lado da nossa Bacia de Geração, com tartarugas, capivaras... que convivem naquela região e isso mostra que é possível trabalhar as duas coisas. Então, por isso que dizem que aqui é a Refinaria Verde (empregado 13).

O tratamento da água, do ar e dos resíduos sólidos são outros exemplos mencionados pelos trabalhadores como importantes atividades ambientais da empresa. Todavia, alguns demonstraram insatisfação com a não colocação, pela empresa, de equipamentos adequados para reduzir a poluição, como filtros, apesar de serem exigidos pela FEPAM:

Toda a nossa água é captada do Rio dos Sinos e, aqui, é tratada e parte volta para o rio. No meu setor, temos os efluentes líquidos que contém lixo contaminado e muitos resíduos sólidos. Na água, por exemplo, temos um lodo carregado de sulfato de alumínio e ele é considerado material pesado, então, precisa ser tratado. Quanto à fumaça dos fornos, caldeiras, a gente tem uma preocupação muito grande, pois há bastante as emissões de gases e a empresa deveria ter um comprometimento maior, colocando mais filtros e não os coloca (empregado 18).

Hoje, a empresa faz o controle das emissões. O meu setor era um dos que mais poluía. Saía um cheiro horrível do lago que acabava indo para as comunidades. Também tem, por exemplo, as caldeiras que emite CO₂, monóxido de carbono, que é o resíduo que sai de uma unidade e é queimado, mas não há colocação de filtros e deveriam colocar. Isso é de conhecimento público. Está no site da Fepam. O que a gente tem que melhorar, é de conhecimento público. Os funcionários fazem o que lhes compete, mas a empresa ainda tem que melhorar muito (empregado 17).

Pelos depoimentos, percebe-se que os entrevistados evidenciaram as iniciativas ambientais que se destacaram como exceção às suas rotinas diárias, como é o caso da limpeza do rio e os cuidados com a mata e com os animais. Somente os empregados com funções mais técnicas souberam explicar sobre os processos mais complexos, como é o caso do tratamento da água, controle de poluição do ar ou o destino dos resíduos sólidos. Esses trabalhadores também conseguiram descrever as atividades mais poluentes ou problemáticas, como o caso do vazamento de óleo no Rio dos Sinos, ocorrido em fevereiro de 2009:

Nós temos um problema sério que é a questão das enchentes. O Arroio Sapucaia que passa aqui no fundo é muito estreito e muito sedimentado. Para encher aquilo ali, é ligeirinho... E aí, o que acontece? Enche ali e, na refinaria, aí, se instala um caos. Os controles que a gente tem de efluentes líquidos se perdem porque fica tudo um grande mar. E, aí, quando tu vê na reportagem, pensas: "Oh, a refinaria poluiu o rio. O óleo saiu mesmo do controle". Mas ele saiu do controle nas condições normais. Ele está sobre controle com barreiras de contenção. Agora, quando inunda, perde-se o controle. E um dos problemas grandes está aí. Não é problema na refinaria. O problema é que a água com óleo está circulando, inevitavelmente, aqui (empregado 15).

Outro fator de destaque é a postura dos empregados quanto à possibilidade de ocorrência de acidentes ambientais, pois também tomam para si a responsabilidade pela prevenção, ao mesmo tempo em que criticam a empresa, em alguns casos, pela não adoção de todos os procedimentos de segurança existentes. Assim, recriminam, mas sempre se colocam à disposição para sugerirem melhorias que possam garantir o correto e seguro funcionamento das atividades na refinaria.

Questionados sobre a existência de práticas que pudessem revelar a política de responsabilidade social interna, os entrevistados apontaram os benefícios concedidos e os programas disponibilizados, sem se preocuparem se os mesmos são ou não exigências legais.

O quadro a seguir revela os incentivos citados pelos empregados, na proporção em que foram lembrados:

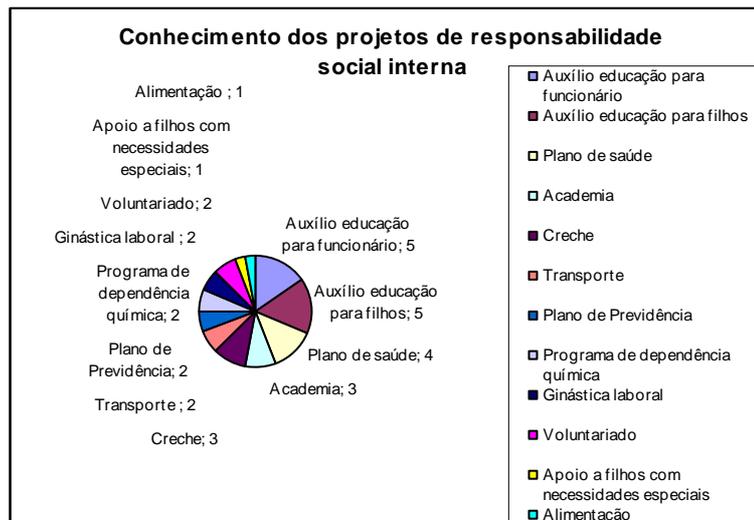


Gráfico 10 - Refap S/A: Conhecimento dos Projetos de Responsabilidade Social interna
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A maioria dos benefícios ressaltados pelos trabalhadores pesquisados é oferecida através do Programa de Qualidade de Vida. Este Programa foi criado pela empresa com o intuito de compreender o ser humano como um ser integral, cuidando de suas dimensões física, espiritual, social, emocional, intelectual e organizacional. Assim, ele compreende várias outras atividades, como as relacionadas à prevenção e controle do tabagismo, melhora do condicionamento físico, incluindo a ginástica laboral, entre outras. Os empregados, em sua maioria, parecem estar bastante satisfeitos com seus benefícios, conforme demonstraram as entrevistas:

Nosso Programa de Qualidade de Vida no trabalho tem a perspectiva de trabalhar o ser integral: as dimensões física; espiritual; e religiosa. São sete dimensões. Eu não me lembro de todas, mas temos um Programa de Saúde, Alimentação Saudável, temos Programas Anti-tabagismo, Programa de Dependência Química, Programa de Assistência para quem tem crianças ou familiares com necessidades especiais, Ginástica Laboral, entre outras. Então, é realmente um conjunto de ações voltadas para o empregado (empregado 16).

Eu valorizo as coisas que, na realidade, são..., digamos assim..., é o normal dentro da refinaria. Na equipe de turno, por exemplo, o transporte é um transporte diferenciado. É um contrato com uma empresa com um ônibus que faz o itinerário pelo endereço do funcionário. Então, no meu horário de trabalho, eu sei que exatamente naquela hora, o ônibus estará passando na minha rua, praticamente na frente da minha casa. Quando eu saio da refinaria, também desço do ônibus na frente da minha casa. Embora isso seja uma..., um compromisso da empresa, para mim, isso representa muito. Eu valorizo (empregado 14).

Uma das coisas fortes é esse lado do benefício. Tem benefícios de saúde, tem ajuda com o colégio, faculdade, tem programa de apoio para fazer ginástica fora, tanto para ginástica, quanto para a natação. A própria empresa em si, ela cuida bastante. Ela dá uma sensação boa de trabalho. O ambiente é muito arborizado e passa uma sensação agradável e de cuidado (empregado 10).

Outro ponto bastante mencionado é o apoio educacional oferecido tanto para os empregados como para seus filhos. Dois programas fornecem estes benefícios. O primeiro é o Auxílio Creche e Educação dos Filhos que procura apoiar o desenvolvimento educacional dos dependentes dos empregados, pelo menos até a conclusão do ensino médio. O segundo é o Auxílio Educação que financia uma parte da matrícula e das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e cursos de inglês. Todavia, os entrevistados mostraram possuir a consciência de que para usufruir das bolsas ofertadas para os cursos superiores e de inglês, devem se submeter à análises da diretoria da empresa, conforme expõem:

Tem o auxílio para a pós-graduação, para o mestrado e doutorado. Claro que não é para todos os empregados. Normalmente, muitas pessoas querem, mas a diretoria seleciona alguns empregados... Tem o curso de idioma estrangeiro que, também, é claro que não é para todos os empregados, mas, principalmente, para aqueles empregados que precisam, seja para ler o manual, seja para entrar em uma reunião, ou até para ir a um congresso. A gente também tem benefícios do auxílio creche, que é um auxílio educacional decorrente da Lei. A gente também tem apoio no supletivo, para o ensino médio, de nossos dependentes, bem como o ensino fundamental e o médio. Isso é muito bom (empregado 11).

É, educação para filhos de funcionários existe, também. O Programa é de reembolso, do ensino médio e ensino fundamental. E, aí, paga o colégio dos filhos, apresenta o recibo e, então, tem-se um reembolso da parcela da mensalidade para os filhos de funcionários. É em torno de 65% (empregado 17).

Em relação à crise financeira, os trabalhadores demonstraram possuir o entendimento das causas que a originaram, bem como acerca de seus reflexos para a empresa. Revelaram que, em função da falta de crédito internacional, a empresa teve suas vendas diminuídas, fato que provocou o decréscimo de suas receitas, obrigando a mesma a reduzir, também, as suas despesas, bem como postergar os seus investimentos. Entretanto, esta política forçou uma

relativa adequação das atividades e uma mínima alteração em relação aos benefícios e ao ambiente de trabalho, segundo seus depoimentos:

A gente percebeu na limpeza e em cortes de materiais. Por exemplo, a empresa tinha uma impressora em cada sala, Agora, é uma geral. E estão buscando minimizar custos. Assim, se tu tens que consertar a tua cadeira, eles perguntam: “Não pode ser depois? Agüenta um tempo”. É uma forma de otimizar recursos (empregado 10).

A refinaria fez cortes, principalmente, na área de infra-estrutura, porque o ano passado inteiro, a refinaria operou no vermelho e teve que se readequar, fazer os cortes internos necessários. Inclusive, foi redução de pessoal, aí, os terceirizados... Está impactando bastante, porque... Tu imaginas, a área continua a mesma, o número de trabalhadores é quase o mesmo e quais os setores que foram atingidos? A área das pessoas que fazem a limpeza dos prédios, transporte... Então, todo o serviço de infra-estrutura foi bastante atingido. Claro que termina causando desconforto nos usuários. Se estávamos acostumado a trabalhar em uma sala sempre limpinha, agora, não tem mais. Fica aquele aspecto de sujo e as pessoas estavam acostumadas com um padrão diferente e isso aí termina afetando o dia-a-dia do trabalhador (empregado 15).

Acho que tiveram cortes, mas a empresa sempre procurou manter a linha de atendimento, manter o foco. Houve cortes pequenos, por exemplo, o plano de saúde que antes era estendido para vários familiares, tipo, eu podia incluir meus pais no plano, agora, ficou restrito para marido e filhos. Já nos setores, teve cortes pequenos de materiais que estavam em excesso, foi feita uma reavaliação de gastos (empregada 12).

Assim, esta crise parece ter promovido pequenas alterações na empresa, tendo sido, os empregados, os que menos foram afetados, ao contrário do que de fato ocorreu com as pessoas que prestam serviços, pois vários contratos foram rescindidos, terminando com a saída dos denominados terceirizados. Com isto, várias atividades não essenciais deixaram de ser executadas, como as que se referem à limpeza, prejudicando as condições de trabalho, motivando certa insatisfação dos trabalhadores em relação à refinaria.

No entanto, faz-se importante registrar que, em momento algum, durante as entrevistas, os trabalhadores transpareceram vivenciar períodos de tensões em relação à possíveis dispensas. Essa não é uma preocupação dos empregados porque, embora se submeta ao regime jurídico privado, a Refap possui elementos do regime público, em virtude do caráter estatal emprestado de sua maior acionista, a sociedade de economia mista Petrobras S/A. Desta maneira, todos os empregados foram aprovados em concursos públicos e respiram uma certa estabilidade, conscientes de que somente serão afastados, caso cometam algum erro grave, conforme depoimento abaixo:

Quem é admitido, hoje, na refinaria, sabe que se fizer um bom trabalho, tem um crescimento profissional e segurança de emprego. Ele não vai ser demitido amanhã ou depois, por qualquer instabilidade. Depende bastante dele crescer na atividade, mas ele sabe que pode se dispor a isso porque ele tem uma segurança no trabalho. Então, o cara chega lá na empresa e já sabe: “se eu não fizer nada errado, eu vou conseguir até me aposentar aqui, dentro da empresa”. Que é a idéia que eu também tive quando cheguei, há 24 anos. Os caras me diziam: “Oh, se tu não fizeres nada de errado, tu vais te aposentar aqui dentro” (empregado 14).

A idéia de se aposentar na empresa é um entendimento praticamente unânime entre os entrevistados, que, em sua maioria, entram bastante novos na refinaria e permanecem nela até se aposentarem. A gerência de recursos humanos nega que os trabalhadores tenham essa estabilidade, mas admite que são raros os casos de afastamentos e os empregados possuem consciência disso:

Em oito anos que estou aqui, teve somente duas demissões: uma porque o cara fumou nas caldeiras e a outra foi uma menina do laboratório que era um problema atrás do outro. Então, tu só sais daqui se fizeres algo muito grave (empregado 12).

Nesse sentido, além da relativa estabilidade, um outro destaque é o plano de carreira, pois, os empregados realizam concurso para uma determinada função técnica e, de acordo com o seu desempenho, conquistam novos cargos, conforme explicam:

Temos o acompanhamento de carreira, programa de planejamento de carreira. Eu acho que o importante de tudo isso é que a gente vê as coisas fazerem sentido no fim das contas, para nós, profissionais, e para a empresa, para o empregado e para a comunidade. O importante é essas coisas caminharem juntas. Aqui, a gente sabe para onde que está indo, qual a política da empresa e que isso faz sentido (empregado 14).

Eu já tenho 21 anos de empresa e acho que, realmente, a gente não sai daqui, porque essa empresa tem toda uma diferença. As pessoas que estão na Refap, já vem para cá muito qualificadas e, cada vez mais, se qualificam ao longo de sua vida profissional. O investimento que a Refap, o Sistema Petrobras, como um todo faz, é muito grande. Então, tu cresces muito aqui dentro. Essa é a diferença de um outro concurso, aqui tu sobes de função (empregado 13).

Outros aspectos positivos da empresa destacados pelos entrevistados revelaram ser as ações desenvolvidas junto à comunidade, o favorável ambiente de trabalho, a utilização de

equipamentos detentores de última tecnologia e os benefícios variados oferecidos que contribuem para que todos tenham qualidade em suas vidas:

Eu acho que a Refap tem esse compromisso com a sociedade e com a comunidade. Ela tem isso muito mais que algumas outras empresas. Ela tem esse compromisso, sim, e até esse próprio programa de voluntariado é o diferencial. Então, a Refap proporciona que a pessoa tenha uma vida melhor. Tu cresces na empresa e, comigo, foi assim. Ela dá essa oportunidade dos empregados também se desenvolverem (empregado 12).

Eu digo que o diferencial é o ambiente de trabalho, os recursos... tudo, desde informática até o material de escritório. Então, realmente, meu Deus, é um conforto. A gente não tem uma instalação aqui, que não seja um conforto, um cuidado diferente com as pessoas. Existe, de fato, um cuidar, desde os exames periódicos que a gente tem que fazer, que é exigido por lei... Todo o ano a gente tem que fazer, mas a Refap, ela faz muito mais do que a lei. Então, só isso já dá uma qualidade de vida muito grande. Pode-se dizer que todo o ano, eu faço um check up pela empresa. Na realidade, é isso. Então, são coisas que diferenciam (empregado 15).

Tem uma ótima assistência médica, depois que eu engravidei... pô, poder ganhar nenê no Hospital Moinhos de Vento, sair e só pagar o valor do meu marido. Claro que a gente contribui todo o mês para o nosso plano, mas, puxa vida, eu poderia ter ganho no Hospital Centenário, em São Leopoldo... Muitas colegas minhas, enfim, parentes... acontece isso. Então, eu acho que isso, sim, é a diferença, é o que faz a diferença. É uma empresa limpa. É uma empresa que se preocupa muito com o bem estar e com a segurança, a saúde das pessoas, que te dá oportunidades. Outro exemplo, quando tu não estás bem, tipo tu estás com enxaqueca ou alguma coisa, tu podes ir e repousar, receberes medicação para quando tu estiveres melhor ou tu ires pra casa ou voltar para o local de trabalho. Então, aqui na empresa, a gente diz que é filho de pai rico (empregado 11).

Apesar de considerar que ela poderia, às vezes, fazer mais, principalmente pelo meio ambiente, eu tenho orgulho de trabalhar na Petrobras. Eu digo Petrobras. porque acho que deveria voltar tudo para o Estado, mas mesmo assim, é uma empresa boa. No meu caso, trabalhei em várias empresas e, na minha profissão, realmente, a Petrobras é o patamar. Quando entrei aqui, a vi como uma empresa máxima, de cunho internacional, uma empresa mãe mesmo (empregado 18).

A partir dos depoimentos, percebe-se uma valorização muito grande em relação ao ambiente de trabalho, aos recursos disponíveis para a realização das atividades ou, ainda, aos benefícios que, na verdade, em sua maioria, são exigências legais. Os próprios entrevistados reconhecem que grande parte do que lhes é concedido faz parte das obrigações da empresa,

sendo fruto de intervenções do sindicato, acertados em dissídios coletivos, mas, mesmo assim, vêem esses ganhos trabalhistas como um diferencial oferecido pela refinaria.

Ainda considerando as entrevistas, as mesmas evidenciam, também, o sentimento de orgulho e confiança dos empregados em relação à empresa, que se coloca como um “pai” ou “mãe protetora”. Essa proteção se inicia quando a pessoa é efetivada, pois ela passa a usufruir de uma relativa estabilidade e possui acesso ao amplo leque de benefícios concedidos, além de obter um plano de carreira que lhe permite crescer profissionalmente e com segurança, sem o medo de ser dispensado. Essas condições de trabalho não são normalmente encontradas em outras empresas privadas que não possuem o caráter estatal. Ao contrário, no contexto totalmente particular, principalmente no atual período de crise financeira, o que se verifica é que paira a incerteza e o medo da perda do emprego.

A Refap S/A, por sua vez, faz questão de evidenciar aos seus empregados que a empresa é vista com bons olhos pela comunidade. Essa estratégia, de acordo com a gerente de recursos humanos, permite que eles tenham maior consciência em relação à importância da refinaria para suas carreiras profissionais, bem como valorizem o ambiente de trabalho. Os entrevistados reconhecem essas condições e apresentam, com orgulho, as conquistas da empresa.

Aqui, a empresa sempre ganha prêmios de melhor lugar para trabalhar. É um lugar que todos gostariam de estar. Ela já tem alguns troféus da comunidade de Canoas, acho que Marcas e Líderes, alguma coisa assim. Sei que é bem importante (empregado 14).

Assim, os empregados demonstraram conhecer, de fato, as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa, pois, nas entrevistas, os principais projetos de diferentes áreas foram mencionados, mostrando que a refinaria possui uma boa comunicação interna com seus trabalhadores. Entretanto, em função da Refap S/A apoiar muitas ações sociais em toda a Região Metropolitana, e por que não, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, ficou evidenciado que seus colaboradores não conseguem assimilar, com profundidade, todas as informações em relação às parcerias existentes, como suas características, formas, contrapartidas e resultados.

Desta maneira, os trabalhadores parecem contribuir com as iniciativas da empresa, no entanto, buscando concentrar seus esforços em algumas atividades específicas, como as que integram o Centro Refap Cidadã, e o Programa de Voluntariado. Demonstrando este fato,

neste último programa, ao ser oportunizado aos empregados, decidiram por conciliar este apoio em atividades do Centro Refap Cidadã. No entanto, apesar destes conhecimentos e tentativas de exercerem as suas responsabilidades individuais em parceria com a Refap S/A, o número de empregados que efetivamente participam destas iniciativas voluntárias demonstrou ser muito pequeno, comprovando que os trabalhadores não possuem um efetivo envolvimento com os projetos socioambientais da empresa, pois somente 20, de um universo de 832 empregados, se comprometem com as ações da refinaria na comunidade, enquanto que o restante assiste, passivamente, a implementação das atividades sociais.

4.4.1.3.4 Categoria: relação com o poder público

Além das reuniões realizadas diretamente com a população local, através do Programa de Relacionamento Comunitário, a Refap S/A procura apoiar os Conselhos de Política Pública, formados por órgãos governamentais e instituições da sociedade civil. A empresa, em seu discurso, declara ser importante o engajamento em ações que promovam o desenvolvimento da sociedade, em conjunto com outras organizações empresariais, entidades sociais e órgãos públicos, na tentativa de se encontrar as soluções para os variados problemas existentes.

Sua participação no Fórum Regional da Sub-Bacia do Arroio Sapucaia é um exemplo disso. Este Fórum, criado em 2001 por iniciativa da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan -, em conjunto com universidades, prefeituras, secretarias estaduais, empresas e associações ambientais e de moradores de determinadas comunidades, procura alternativas para a preservação da natureza e soluções para os problemas ambientais. Também busca estimular novas idéias e apoiar a implantação de projetos que sustentem estes objetivos. A Refap S/A assumiu a direção do Fórum, na pessoa do seu Diretor Técnico, acreditando que o seu maior benefício é “a valorização do aspecto intangível da formação de lideranças e da boa semente que se planta nas pessoas, através destes movimentos” (REFAP, 2006).

Diversos projetos são apoiados pelos parceiros que compõem o Fórum, sendo a Refap S/A uma das grandes financiadoras, conforme afirma a gerente de comunicação:

Na verdade, nós somos patrocinadores do Programa Permanente de Educação Ambiental. Então, as ações de educação ambiental do Programa têm o patrocínio da Refap. Então, na verdade, a nossa ação é permanente, com coordenação, além do patrocínio do Programa (gerente de comunicação).

A empresa também participa da Rede Petro - RS -. Criada em 1999, a Rede é coordenada pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e busca unir universidades, governos, órgãos de fomento e empresas, incentivando o desenvolvimento tecnológico das indústrias gaúchas da cadeia produtiva do petróleo, gás natural, energia e mineração. Para criar novas competências, capacitar e estimular os empresários do Rio Grande do Sul, a Rede promove e realiza diversos eventos, criando espaços de integração, como um canal de comunicação entre as indústrias fornecedoras de energia e as demais empresas gaúchas, para que, juntas, possam enfrentar os novos desafios do mercado, através de novas tecnologias e de parcerias produtivas.

Como outra forma de participação em iniciativas que esteja presente o Poder Público, seja da administração direta ou da indireta, pode ser citada a contribuição financeira que a Refap S/A destina frequentemente para o Programa De Olho no Ambiente, da Petrobras S/A. O Programa investe R\$ 6 milhões em projetos relacionados ao desenvolvimento dos municípios de todo o Brasil, com destaque para os Comitês voltados à elaboração das Agendas 21 Locais.

A refinaria também participa do Programa de Combate à Adulteração e à Sonegação de Combustíveis da Agência Nacional de Petróleo - ANP - , disponibilizando apoio técnico para análise de produtos suspeitos. De acordo com representantes da empresa, o Rio Grande do Sul é um exemplo para todo o país, uma vez que, em quatro anos, o índice de adulteração no Estado caiu de 10% para 0,4%. A Refap S/A mantém um laboratório que disponibiliza apoio a vários órgãos públicos, como a ANP, a Secretaria de Justiça e Segurança, a Fundação de Ciência e Tecnologia - Cientec - , o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro - e o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis.

Da mesma forma, a Refap S/A procura participar das reuniões mensais referentes ao plano de auxílio mútuo proposto pela Defesa Civil do Estado, junto com outras empresas da Região Metropolitana, incluindo as que se localizam no Pólo Petroquímico de Triunfo/RS. Trata-se de um acordo de ajuda recíproca, em casos de incêndio ou outro tipo de acidente. Nestes encontros, além do compartilhamento de experiências quanto à prevenção de danos,

planos integrados de contingência são propostos ou aprimorados pelos representantes das maiores empresas da região.

A empresa também financia o Programa Permanente de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, através de um convênio celebrado com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos - e com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - Comitesinos -. Este Comitê é, na verdade, uma associação pública ou consórcio de prefeituras dos municípios banhados pelo Rio.

No que tange ao investimento em projetos apresentados pela comunidade, mostrou ser política da empresa tentar abater os valores doados nos tributos devidos ao Poder Público, através de procedimentos previstos em leis específicas que autorizam essa prática. Assim, os valores repassados aos projetos referentes ao desenvolvimento de crianças e adolescentes podem ter sido descontados no Imposto de Renda pago, até o limite de 1%. Da mesma forma, o valor destinado ao financiamento de propostas culturais podem ter sido abatido até o limite de 4% e produções audiovisuais, no limite de 3%. Estas deduções estão autorizadas pelas seguintes normas: Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 - ; Lei 8242/91; Lei 9250/95; Lei 9532/97; Lei *Rouanet* ou do Mecenato - Lei 8313/91 - ; Lei 9874/99; Medida Provisória 2228/01; Lei 8665/96; Lei 10454/02; e Medida Provisória 2228-01/01.

Sendo a Refap S/A uma pessoa jurídica tributada pelo regime de lucro real, o investimento repassado às entidades sem fins lucrativos que possuam o certificado de Utilidade Pública Federal ou de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP - , independentemente da causa em que atuem, pode ter sido também abatido como despesa operacional até o limite de 2% do lucro operacional bruto, de acordo com a Lei 9249/95 e Medida Provisória 2113-31/01, diminuindo o valor a pagar em relação ao Imposto de Renda.

Em âmbito estadual, através da Lei da Solidariedade, a empresa pode ter também deduzido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - , 75% do valor aplicado em projetos sociais aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social, através de crédito fiscal, na forma e limites definidos na Lei RS 11853/02 e Decretos RS 42338/03 e 42339/03. Da mesma maneira, a Lei Estadual de Incentivo a Cultura - LIC - autoriza que até 75% do valor doado às iniciativas culturais tenha abatimento de 3 a 20% do ICMS devido, conforme tabela própria, dependendo da fixação anual do governador. As empresas de qualquer natureza também podem compensar até 95% do valor doado, se investirem em acervo e patrimônio. Os procedimentos relativos à estes incentivos se encontram regulamentados nas seguintes normas: Lei RS 10846/96; Lei RS 11024/97; Lei RS 11137/98;

Lei RS 11598/01 e Decreto RS 36.960/96. O detalhamento dos incentivos utilizados pela empresa não foram disponibilizados.

De qualquer forma, por se tratar de uma empresa privada, mas que possui um caráter estatal emprestado pela sua maior acionista, a sociedade de economia mista Petrobras S/A, a organização parece procurar manter um bom vínculo com a comunidade e com o governo, participando de iniciativas socioambientais, principalmente voltadas ao meio ambiente. A questão ambiental aparenta ser a bandeira da empresa, uma vez que nela investe considerável volume de recursos e atua de forma direta, enviando, inclusive, seus empregados para que os mesmos a represente nos fóruns de discussão e criação de políticas públicas em relação à esta área. Estes espaços para debates e implementação de propostas de cunho ambiental são, em sua maioria, coordenados ou promovidos pelo Poder Público.

Assim, evidencia-se, no discurso da empresa, a estratégia de ser reconhecida pela sociedade como a refinaria que se preocupa com o meio ambiente, definindo como tática o envolvimento direto nos setores em que estas questões são debatidas, sejam eles governamentais ou não. Contudo o aporte financeiro parece ter por finalidade apoiar projetos de diferentes áreas, usando, inclusive como critério, a possibilidade de se beneficiar dos incentivos fiscais. Nesse sentido, não se evidencia a interferência direta do governo nas ações, mesmo se tratando de uma empresa que tem, como sua maior acionista, uma empresa estatal, tendo a Refap S/A, portanto, total autonomia para decidir sobre os projetos que financia e atividades que se interesse em participar. Contudo, indiretamente, paira no ar uma obrigação de estar sempre se relacionando com a comunidade e com o governo, em função de sua natureza “quase pública”.

4.4.2 Considerações Finais sobre a Empresa

Mesmo se caracterizando como uma empresa privada que possui a maioria do seu capital como sendo de origem pública, os reflexos da crise financeira também afetaram a Refap S/A. De acordo com o seu demonstrativo financeiro de 2008, a elevação dos preços do petróleo no mercado internacional até o mês de agosto e a valorização do dólar norte-americano nos últimos meses daquele ano, decorrente da crise internacional, implicaram em prejuízos para refinaria, naquele período. Este fato não era comum, uma vez que a Refap S/A

sempre apresentava um histórico anual de lucros. A empresa encerrou o ano com déficit de R\$ 667.666,00.

Como medidas para a redução de custos, segundo a gerente de comunicação, a refinaria rescindiu os contratos com algumas empresas terceirizadas e reduziu despesas com limpeza, viagens e com aquisição de materiais de expediente, bem como também diminuiu a cota de patrocínios para projetos sociais e culturais. Contudo, foi a saída de cerca de 80 pessoas que prestavam serviços diversos o que gerou maior repercussão e provocou uma reação imediata do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul - SINDIPETRO - . O Sindicato denunciou que os prejuízos dos trabalhadores não se restringiam somente ao desligamento dos terceirizados, mas, com as suas saídas, os empregados remanescentes acabaram tendo jornadas de trabalho excessivas, como declarou o presidente da entidade: “Nós vimos que está existindo uma maior exploração. Em lugares em que haviam antes 70 trabalhadores fazendo o serviço, hoje, há 15, por exemplo (SINDIPETRO-RS, 2009).

A presença do Sindicato também foi fundamental nas negociações do repasse da cota anual relativa à participação nos lucros e resultados da empresa, que deveria ser concedido aos trabalhadores. Segundo representantes do Sindicato, mesmo registrando um prejuízo na Refap S/A, o Sistema Petrobrás obteve um lucro e, após várias discussões e negociações com a empresa, o mesmo foi repassado aos empregados da refinaria.

Em 2009, a empresa teve que readequar seus processos e repensar os patrocínios destinados aos projetos socioambientais. O montante dessa redução será conhecido somente no fechamento do ano. Entretanto, segundo os representantes da empresa, constatou-se que os projetos sociais e ambientais, apesar desta readequação, não tiveram reduções maiores que comprometessem o desenvolvimento dos mesmos:

A crise tem causado alguns cortes internos, aqui, no escritório, mas continuamos com todos os investimentos no meio ambiente. Então, é um setor que não sofreu cortes. Pelo contrário, continuamos tocando e propondo projetos de melhoria, principalmente, em relação às tochas (gerente de meio ambiente).

Não tenho essa grandeza para te dizer, mas, com certeza, a gente procurou manter os compromissos que foram assumidos com as entidades. Em outras, a gente negociou isso. Não houve, assim, um impacto nas ações de transformação. As ações que geram transformação não sofreram impacto. O Programa Refap Cidadã, como um todo, claro que ele teve um orçamento menor para esse ano, mas, também, a gente hierarquizou e priorizou aquilo que mantinha o norte do Programa (gerente de comunicação).

Realizando uma análise mais ampla da responsabilidade socioambiental da empresa, percebe-se que ela possui ações nos três eixos norteadores, ou seja, com o público interno, com o meio ambiente e com a comunidade. Tais ações estão previstas no seu planejamento estratégico, sendo fundamentadas por fortes valores que balizam as decisões da organização, reafirmando os apontamentos de Gomes e Moretti (2007) sobre a prática responsável, elevando-a como um diferencial competitivo da empresa.

Considerando o tratamento dispensado aos seus trabalhadores, percebe-se uma grande preocupação em ofertar programas que possam promover a qualidade de vida de todos, o que passa a ser um dos diferenciais da empresa. Contudo, não fica claro e a empresa não faz questão de evidenciar, quais são os benefícios legais e quais são os oferecidos de forma espontânea. No entanto, por possuir práticas que transcendem as obrigações decorrentes de lei, como as que promovem o incentivo à educação dos empregados e a de seus filhos, o apoio ao pagamento de mensalidades em academias de ginástica e o suporte no tratamento de dependências químicas, a refinaria se apresenta como uma empresa socialmente responsável, em relação ao seu público interno.

Assim, abrangendo o atendimento das diferentes dimensões de seus trabalhadores, quais sejam, a física; a espiritual; a social; a emocional; a intelectual; e a organizacional, o Programa Qualidade de Vida encontra-se estruturado para acolher inúmeras ações que se destinem a promover a qualidade de vida de todo o quadro funcional. Todavia, esta supremacia do atendimento aos anseios dos empregados e conseqüente promoção de seus desenvolvimentos, por vezes, tende a abarcar outros programas que possuem, em sua essência, outros objetivos. É o caso, por exemplo, do Programa de Voluntariado, que, a priori, deveria ser uma iniciativa que motivasse o exercício da responsabilidade, tanto dos empregados, como da companhia, em relação à comunidade. No entanto, em função das estratégias da empresa, o seu objetivo volta-se para oferecer, como mais uma alternativa, uma contribuição para o alcance do bem estar dos trabalhadores, deixando as necessidades das comunidades assistidas em segundo plano.

Por sua vez, os poucos empregados que participam das atividades voluntárias externas à empresa parecem resgatar o verdadeiro sentido das ações propostas, pois, através da inserção em realidades sociais diversas às suas, fazendo o bem à outras pessoas e se sentindo gratificadas por tal ação, percebem o quanto são importantes para aquelas instituições e públicos apoiados. Começam, então, a identificar as necessidades das comunidades, ao mesmo tempo em que buscam as prováveis soluções para a melhoria das condições de vida da

comunidade assessorada. Assim, enquanto os empregados voluntários se comprometem na busca de qualidade de vida dos atendidos pelos projetos apoiados, a empresa parece utilizar-se da comunidade para proporcionar qualidade de vida para seus trabalhadores.

Em relação ao meio ambiente, há, sim, uma especial atenção da empresa com relação à natureza, pois sendo uma refinaria de recursos naturais, seu processo produtivo gera alto impacto ambiental e seus produtos possuem alto índice de riscos, tanto de explosão, provocando destruição em grandes proporções, podendo liberar gases nocivos à atmosfera, como de contaminação das águas e do solo. Trata-se, portanto, de um negócio de alta periculosidade, contudo, necessário para o fomento de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, através do fornecimento de energia. E, por tal motivo, procura constantemente minimizar a ocorrência de possíveis eventos que gerem danos de qualquer espécie ao ecossistema natural e à sociedade. Da mesma maneira, preocupa-se em ir além, participando de debates e apoiando a implantação de alternativas que venham possibilitar o desenvolvimento da sociedade, sem precisar expor a comunidade a tantos riscos e sacrificar, tanto, os recursos naturais.

Percebe-se porém, que esta consciência de transcender o mínimo legal exigido em relação ao controle de seus processos produtivos, procurando refletir acerca das atuais políticas em relação ao meio ambiente, parecem sobrevir do caráter “quase” estatal da companhia que, por ter em sua constituição, recursos públicos, sente-se obrigada a defender, também, os interesses difusos e coletivos, na proteção da sociedade.

De qualquer modo, mesmo a empresa se preocupando em mapear todos os seus riscos e monitorar constantemente o seu sistema produtivo, qualquer falha pode provocar grandes danos. Sejam eles relacionados aos dutos subterrâneos que transportam o óleo que chega pelo mar e segue até a refinaria, seja no escoamento da produção, que também segue subterraneamente até seus clientes, percorrendo os arroios da região, ou gerados, da mesma forma, pelo risco de uma explosão que pode ser provocada por combustão na própria refinaria, ou ainda, no caso de vazamento de óleo ou outros produtos tóxicos nos arroios e rios da região. Enfim, tratam-se de riscos em grande escala, apontados por Beck (2002) como os riscos da segunda modernidade que apresentam uma incalculabilidade das conseqüências e danos. Esses riscos incalculáveis são percebidos pelos empregados:

Os acidentes são inerentes à profissão, são processos que exigem muito calor. Então, nas tubulações, os parafusos dilatam e podem vaziar. Então, aqui são vários os pontos de

riscos na refinaria. Estamos sentados, literalmente, em um barril de pólvora. Não se sabe se vai explodir ou não. Claro que se tem o controle, mas não dá para dizer que é 100% (empregado 17).

Neste contexto de riscos, a empresa assegura que possui o controle total sobre os processos produtivos, não havendo, portanto, motivos para alarmes ou coisas do gênero. Entretanto, é fato que ela não pode julgar-se prepotentemente detentora do poder dominador sobre todas as inúmeras variáveis e eventos que poderão vir a ocorrer. O vazamento do óleo no Rio dos Sinos, ocorrido no início do ano, vem provar a veracidade da impossibilidade da existência de um controle absoluto sobre todos os pontos de riscos.

Portanto, vários são os problemas continuamente enfrentados pela empresa na tentativa de minimizar os impactos ambientais que podem ou não, por consequência, causarem danos à sociedade. O próprio gerente de meio ambiente admite que tanto o barulho das tochas que eliminam o gás queimado, como o mau cheiro exalado pelo tratamento dos efluentes geram a insatisfação dos moradores da região.

Estas situações nos remetem à Beck (2006), que relatou sobre as incertezas fabricadas pela modernização, nas quais existe a possibilidade de acidentes, mais não se sabe se irão acontecer, nem quando, nem como, com quem possam vir a acontecer e, muito menos, quais as consequências que causarão no futuro. Trata-se, portanto, segundo Giddens (1997b), de uma “suposição de cenários”, na qual pode-se facilmente discernir novas oportunidades que potencialmente libertam as pessoas das limitações do passado, mas também apresentam-lhes o risco do sofrimento de grandes catástrofes.

Em relação aos projetos sociais da comunidade, desenvolvidos em parceria com a Refap S/A, especialmente os que versam sobre as questões referentes à criança e ao adolescente, bem como os de caráter cultural, artístico, educacional e de saúde, a empresa se limita a disponibilizar recursos financeiros para as iniciativas, não havendo, portanto, um estímulo por parte da companhia à criação de fóruns e à promoção de debates acerca dos efetivos problemas existentes. Assim, as organizações apresentam os mais diferentes projetos à empresa e, internamente, esta decide se financia ou não a proposta, averiguando, talvez, o impacto social a ser gerado, bem como a viabilidade do abatimento fiscal do valor a ser doado. Por fim, as organizações prestam contas e é finalizada ou renovada a parceria.

Por outro lado, é espantoso o montante de recursos que a empresa destina aos projetos desenvolvidos em parceria com a comunidade. Em 2008, o total investido foi de R\$

5.420.938,85. Grande parte desses recursos foram destinados ao Centro Refap Cidadã, sendo este o programa de maior destaque da empresa em relação à comunidade. Contudo, tanto no Centro Refap Cidadã, quanto nos outros projetos sociais, o papel da empresa se limitou ao simples repasse de recursos, sem um efetivo envolvimento na criação, monitoramento ou avaliação das ações. Assim, parece ser a política social da refinaria a transferência de valores para que as organizações parceiras realizem as atividades.

É fato que a empresa não teria como acompanhar, periodicamente, todos os projetos financiados, contudo, dessa forma, acaba terceirizando todas as ações sociais junto à comunidade, sem um efetivo acompanhamento na utilização dos recursos. Como Nascimento (2008b) já afirmava, essas são medidas adotadas para a empresa não perder o seu foco na atividade fim, criando, muitas vezes, fundações para cuidar das políticas de responsabilidade social. No caso da Refap S/A, não ocorreu a criação de uma fundação, mas o setor de comunicação controla todos os patrocínios da empresa a projetos junto à comunidade, que, por sua vez, apresenta as entidades executoras.

Desta forma, verifica-se, portanto, que a empresa possui ações de responsabilidade socioambiental que transcendem à legislação, fato constatado pelo desenvolvimento de diversos programas que oportunizam, aos empregados, condições de obterem melhores condições ou qualidade em suas vidas. Também com a comunidade, a refinaria procura manter um bom relacionamento, investindo em projetos sociais e ambientais. Já como práticas de responsabilidade ambiental, identifica-se um empenho grande da companhia em adotar tecnologias de ponta e buscar o aprimoramento e acompanhamento constante de seus processos. Prova disso é o restrito número de acidentes que ocorreram desde a existência da refinaria.

Por fim, indentifica-se, no discurso de seus dirigentes, uma preocupação com o desenvolvimento da comunidade. O comprometimento com a sustentabilidade e a preocupação com o futuro da sociedade também é reforçado pelo presidente da empresa, que afirma, no Relatório Social e Ambiental de 2008, que a “responsabilidade social corporativa é fundamental para o sucesso da empresa.” Assim, não há como negar que, além de ser a maior geradora de ICMS do Estado, a Refinaria Alberto Pasqualini S/A beneficia, não só a cidade de Canoas de forma econômica, social, cultural, educacional e ambiental, mas, sim, toda a Região Metropolitana e, através de muitos outros projetos, também o Rio Grande do Sul.

Contudo, mesmo com toda a análise realizada, permanece, ainda, uma questão: afinal, qual o preço que a comunidade precisa pagar ou a quantos riscos precisa ser submetida para que ocorra o desenvolvimento sustentável de uma região?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo sido o propósito desta dissertação o estudo das políticas e práticas de responsabilidade socioambiental empresarial, verificou-se que tal objetivo fora atingido. O tema abordado apresentou-se bastante complexo e desafiador, devido às diversas perspectivas teóricas e diferentes conceitos existentes, formulados nas últimas décadas como respostas aos crescentes problemas sociais e ambientais. Através dos estudos de casos elaborados a partir de documentos e entrevistas semi-estruturadas, buscou-se compreender acerca das políticas socioambientais de três empresas, identificando as formas práticas com que tais estratégias se efetivam em relação aos públicos com que as mesmas mantêm relacionamentos, como os empregados, os governos, a comunidade, bem como com o próprio meio ambiente.

Para a compreensão do movimento da responsabilidade socioambiental, o levantamento histórico tornou-se fundamental, uma vez que diversos fatores sociais, econômicos, naturais e culturais, no decorrer do tempo, influíram substancialmente em seu desenvolvimento. Ao lado de governos, muitas vezes sem muito poder de fiscalização, as empresas são apontadas como grandes responsáveis pelos problemas sociais e ambientais que originam. Através de intensas propagandas, os empreendimentos empresariais motivaram as populações a adotarem hábitos de vida que incluíssem a utilização de seus produtos, gerados, muitas vezes, com riscos de danos incalculáveis em seus processos produtivos. Ao mesmo tempo, a venda de tais produtos acarreta certo enriquecimento dos poucos proprietários que se utilizaram do trabalho dos empregados em troca de salários, geralmente mínimos, ocasionando um desnivelamento social e insegurança coletiva, uma vez que, milhares de empregados podem ser dispensados a qualquer tempo. Da mesma forma, podem ser as responsáveis pelo surgimento de várias doenças, tanto nos seus empregados e nas comunidades que se encontram em seu entorno, em virtude da poluição gerada pelos processos produtivos.

Por tais razões, inúmeros são os debates sobre a parcela de responsabilidade das empresas em relação aos impactos sociais e ambientais encontrados na sociedade atual que podem, inclusive, comprometer as condições de existência futura neste planeta, haja vista a intensa alteração climática provocada como uma das conseqüências destes fenômenos. Em função disto, o movimento empresarial tem disseminado a adoção de certas práticas com o intuito de diminuir os efeitos negativos de sua atuação, ao mesmo tempo em que justifica a

necessidade de sua existência, como resposta ao anseio da sociedade por seus produtos e serviços. Assim, as empresas parecem aceitar a sua responsabilidade perante à natureza e à sociedade, porém, revelam como solução, a utilização de meios de produção que minimizem a ocorrência de riscos ou danos, sobretudo com eficientes controles, mas admitindo a impossibilidade de afastá-los por completo. São poucos os empreendimentos que possuem esta visão de conservação socioambiental como estratégia de funcionamento e outras somente a adotam, em virtude de pressão dos governos que exigem alguns procedimentos através de leis. Também existe, por parte da própria comunidade, cobranças por atitudes éticas, uma vez que estas podem expor, através da mídia, de forma negativa os produtos e as corporações, o que pode provocar queda nas vendas e conseqüente diminuição das receitas. Outras empresas, por sua vez, obrigam-se a adotar práticas de responsabilidade socioambiental em função de exigências estabelecidas nos processos de obtenção de algumas certificações internacionais, como a ISO 14.001, a ISO 9.001, a OHSAS 18.001, documentos estes que as habilitam para a realização de comércio internacional.

Contudo, a responsabilidade socioambiental ainda parece ser bastante incipiente e superficial, sem apontar os reais responsáveis pelos riscos a que está sujeita a população. Neste contexto, conforme apontado por Beck (2006, p. 2), a sociedade tornou-se um laboratório sem nenhum responsável pelos resultados do experimento. Esta impossibilidade de atribuir responsabilidades pela produção destes riscos, trata-se, conforme Beck, de uma “irresponsabilidade organizada” em que todos se esquivam de responder pelas conseqüências de seus atos.

Contudo, o setor empresarial, mais do que qualquer outro, obriga-se a inovar constantemente, implementando estratégias que possibilitem o alcance de seus objetivos, em um panorama extremamente competitivo e em transformação e, da mesma forma, tem se sobressaído no contexto socioambiental. As empresas têm mostrado uma contínua capacidade de adaptação e inovação quanto às questões relacionadas às melhorias ambientais, ao tratamento de seus empregados e ao relacionamento com a comunidade, inserindo, cada vez mais, tais iniciativas nos planos estratégicos de seus negócios, embora, muitas vezes, ainda alocando-as como um diferencial competitivo e não como uma responsabilidade perante o desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Beck, ao apresentar a Teoria da Sociedade de Risco, revela que ao serem introduzidos novos cenários de oportunidades, também são fabricadas incertezas, gerando possibilidades de catástrofes. Assim, mesmo trabalhando com alta tecnologia e com inovações de ponta, as

empresas parecem não possuir o total controle sobre os acidentes que podem ser causados em seus processos de produção. Nas três organizações empresariais pesquisadas, estes aspectos foram encontrados, valendo destaque o fato de que os representantes das mesmas informaram que estão buscando minimizar os impactos ambientais, trabalhando com o denominado Sistema de Produção Mais Limpa (UNEP, 2009), utilizando o discurso ambiental com estratégia de negócio.

Entretanto, essa busca desenfreada por novas tecnologias parece não ser suficiente para assegurar a não ocorrência de danos relativos ao meio ambiente, sendo o principal deles, nos casos em tela, a contaminação dos arroios, como o Rio dos Sinos, no qual as empresas têm depositado seus efluentes líquidos. Mesmo as três empresas não sendo parte do grupo de empresas culpadas pela morte dos peixes em 2006, as mesmas eliminam seus efluentes pelos rios, não descartando, assim, a possibilidade de contaminação. A poluição atmosférica é também outro risco ambiental constatado, mesmo as corporações efetuando seus controles, podem ocorrer problemas na emissão, aumentando a poluição do ar do município. Também se caracteriza como fator de risco, a utilização de dutos subterrâneos que percorrem grandes trechos da cidade para o recebimento e escoamento de insumos e produtos de alta combustão, no caso especial, da refinaria pesquisada. Apesar dos controles que afirmam ter, através de programas especiais, como o que envolve a saúde, segurança e meio ambiente, nenhuma delas desconsiderou a possibilidade de ocorrências de acidentes inerentes ao processo de produção.

Analisando a postura das empresas em relação ao desenvolvimento sustentável, discurso comum entre as três corporações que se dizem comprometidas com a sustentabilidade do planeta capaz de garantir a qualidade de vida das gerações futuras, percebe-se que não existe, de fato, um comprometimento com uma agenda de desenvolvimento local. Nesse caso, somente a Refap S/A realiza reuniões com a comunidade, participa de alguns conselhos e mantém um vínculo maior com o Poder Público e com a comunidade, participando e patrocinando eventos que objetivam o desenvolvimento da região. Entretanto, as três empresas pesquisadas revelaram manter um bom relacionamento com os órgãos governamentais para os quais necessitam apresentar relatórios que comprovem a conformidade em relação às exigências legais. Assim, embora politicamente possuam uma força institucional, em virtude do volume de tributos pagos e pelo número de pessoas contratadas, a relação com o governo se encerra, geralmente, com o cumprimento das obrigações legais. Desta forma, percebe-se que o comprometimento das empresas com a sustentabilidade, de fato, encontra-se relacionado à minimização de seus impactos ambientais

e sociais, não existindo, portanto, um efetivo envolvimento com as políticas públicas que englobem objetivos e metas locais ou globais, capazes de assegurar as condições de perenidade da sociedade.

Todavia, a busca do crescimento econômico com proteção ambiental parece ser o caminho adotado pelas empresas pesquisadas, em conformidade com os ditames da Teoria da Modernização Ecológica, apresentada por Mol (1996), Spaargaren (1993) e Buttel (1996). Isso provavelmente acontece pelo fato das empresas terem parte do seu capital vinculado à multinacionais que, por sua vez, exigem o cumprimento de metas ambientais muito mais rígidas do que as estabelecidas pelos governos locais. Da mesma forma, tendo que sobreviver em um cenário altamente competitivo, a palavra inovação é uma constante no vocabulário dessas empresas, forçando, inclusive, que esta modernização tenha reflexos no quesito ecológico. Assim, para elas, o crescimento nunca deve estagnar, mantendo-se a produção, buscando-se sempre minimizar seus impactos no meio ambiente, sem se preocuparem com os reflexos negativos do crescimento econômico que geralmente beneficia somente uma minoria.

Contudo, de acordo com a classificação de Dias (2006), as empresas, em grande parte dos casos, apresentam políticas ambientais reativas, por utilizarem métodos corretivos, ou seja, tratam dos problemas após suas ocorrências. Como exemplo, pode ser citado a preocupação com a destinação de resíduos sólidos somente após sua geração, bem como a busca pela filtragem de emissões atmosféricas em momento posterior ao da constatação que as mesmas provocam a degradação ambiental. Apesar disso, há indícios que as empresas estejam caminhando para a adoção de políticas cada vez mais pró-ativas, devido aos altos investimentos efetuados nos processos de tratamentos de efluentes líquidos, nos controles em relação à qualidade do ar, bem como nas reciclagens dos resíduos sólidos. Entretanto, a longo prazo, tais investimentos resultarão em retornos financeiros para a empresa pois, com a inovação, acabam por reduzir custos nos processos.

Por outro lado, para a realização de vendas no comércio mundial, são exigidas das corporações algumas certificações internacionais privadas, que em seu bojo, também determinam a adoção de posturas éticas em relação aos seus processos produtivos, ou seja, que contenham certos procedimentos que assegurem a diminuição dos impactos ambientais e sociais porventura gerados, dentre outros. Como exemplo, as três empresas pesquisadas possuem o certificado ISO 14.001 por comprovarem adotar tais procedimentos em seus processos. Para a obtenção desta certificação, as organizações estudadas tiveram que adequar suas atividades às exigências dispostas nesta norma que trata do sistema de gestão ambiental,

estabelecendo as bases para a constituição de suas políticas ambientais. Desta maneira, a ISO 14.001, além de ser um balizador, é também uma fonte de inspiração para a implantação de ações em relação à gestão ambiental. Contudo, o fato de possuírem tal certificação, não garante às mesmas o título de “empresas não poluidoras”, uma vez que, de acordo com Haweken, Lovins e Lovins (2000), trata-se apenas de empresas que possuem um sistema de gestão que está baseado nas normas estipuladas pelas certificações. Portanto, ficou constatado que, por se orientarem pela mesma norma, as três empresas possuem políticas ambientais bastante semelhantes, seja em relação ao processo de tratamento da água e do ar, seja no descarte dos resíduos sólidos. Isto também se justifica pelo fato das empresas respeitarem, as exigências estabelecidas pelas leis nacionais e estaduais, sendo fiscalizadas pelo mesmo órgão público, a FEPAM.

Ademais, considerando a dimensão ambiental, percebe-se que as empresas vêm tratando a questão de forma a agregarem valores aos seus negócios. Elas tentam envolver pessoas de diferentes níveis hierárquicos na realização de suas práticas. Também investem grandes quantidades de recursos na área, objetivando a redução de custos em relação aos impactos ambientais gerados. Da mesma forma, realizam treinamentos para seus empregados, estimulando uma conscientização ambiental, bem como monitoram seus processos, visando corrigir possíveis distorções que venham a causar problemas ambientais. Apesar de todas essas ações, resta questionar se realmente as empresas adotariam todas essas iniciativas, caso as mesmas não fossem imposições legais ou exigências das normas certificadoras.

Analisando a responsabilidade das empresas quanto ao tratamento de seus empregados, também foram constatadas políticas bastante similares entre as mesmas, principalmente em relação aos benefícios que são oferecidos, haja vista que, em sua maioria, são incentivos oriundos de exigências da legislação trabalhista ou de acordos firmados com os respectivos sindicatos dos trabalhadores. Não foi possível, em muitos casos, delimitar, exatamente, em quais momentos se encerram as obrigações e em quais se iniciam o repasse dos benefícios espontâneos das empresas para seus empregados, como o caso da lavagem de seus guardapós, oferecimento de planos de previdências privadas, de auxílios creches e educação para os filhos dos empregados, dentre outros. Similarmente, os gestores e empregados não souberam evidenciar, com exatidão, até que ponto a empresa encontra-se cumprindo as imposições das leis ou oferecendo benefícios de forma espontânea. Contudo, foi verificado que as três companhias pesquisadas possuem políticas direcionadas a apoiar a formação educacional de seus trabalhadores, auxiliando no pagamento de estudos, tanto em

nível de ensino fundamental, como médio e superior. Nesses casos, destaca-se a atuação da Springer Carrier S/A que, além de financiar integralmente os estudos dos seus empregados, em suas formaturas, contempla-os com ações do complexo empresarial à qual encontra-se vinculada.

Em relação à responsabilidade das empresas com as comunidades, percebe-se que todas possuem políticas estruturadas, alinhadas às suas visões, missões, valores, princípios e aos planos de ação, ou seja, de acordo com seus posicionamentos estratégicos, em conformidade com o que apontam Porter e Kramer (2002) e Prahalad e Hammond (2002). A prioridade das três empresas parece ser a realização de atividades sociais com jovens, utilizando metodologias de organizações parceiras. A escolha deste público, da mesma forma, apresenta-se como uma definição estratégica, uma vez que trabalhando com os adolescentes, as empresas cumprem com as suas cotas em relação à obrigação legal de empregar jovens, a partir do programa público denominado de Jovem Aprendiz, bem como prepara-os para que se tornem seus futuros empregados, com os seus valores e métodos de trabalho já internalizados, diminuindo, assim, custos com recrutamentos e treinamentos.

Em termos de classificação das ações das empresas, percebe-se que as mesmas não apresentam uma política definida para dialogar com cada *stakeholder* (Asley, Coutinho, Tomei, 2000) ou, em português, com cada público interessado em suas atividades. A única que parece caminhar nesse sentido é a Refap S/A, pois possui programas com cada um dos públicos. Assim, foi percebido que os melhores projetos sociais desenvolvidos pelas corporações, ou seja, que possuem maior estrutura e efetivo relacionamento com as comunidades, possuem suas estratégias definidas a partir do planejamento estratégico das companhias e, nesse sentido, são aguardados resultados que agreguem valor ao negócio. É o que Gomes e Moretti (2007) chamam de gestão estratégica do negócio, que busca conciliar os enfoques econômico, social e ambiental.

Avaliando a dimensão socioambiental, percebe-se que as ações sociais e ambientais não podem ser entendidas isoladamente, haja vista a existência do caráter sistêmico que as interligam, tornando-as, portanto, interdependentes. Apesar dessas atividades se apresentarem como sendo planejadas separadamente nas empresas, é percebido uma aproximação entre o social e o ambiental no momento de suas implementações. Isso se evidencia em diferentes situações, como por exemplo, nas iniciativas consideradas sociais pela Refap S/A que discutem os impactos ambientais de sua produção com a comunidade. Da mesma forma, estipulado como programa social, o Projeto Pescar desenvolvido tanto na Agco do Brasil S/A,

como na Springer Carrier S/A, ao realizar atividades com jovens, terminam por incluir questões ambientais para serem discutidas. Assim também se revela o Projeto Reciclar para o Social da Agco do Brasil S/A, pois a empresa, ao doar para uma cooperativa seus resíduos industriais não poluentes, para que a mesma possa vender e auferir renda para vários membros de uma comunidade carente, trabalha aspectos relacionados ao social e ambiental, possibilitando que tais materiais não agridam o meio ambiente, fato que ocorre quando são simplesmente descartados no aterro público. Nesse sentido, evidenciam-se ações pró-ativas sendo realizadas pelas empresas, considerando-se as diferentes causas com as quais elas acabam atuando.

Como resumo comparativo, o Anexo D apresenta as práticas de responsabilidade socioambiental das empresas pesquisadas, destacando as principais atividades por elas desenvolvidas. Através deste quadro, pode-se perceber que as três empresas possuem efetivas ações em relação à preservação ambiental, ao bem estar de seus empregados e ao apoio para o desenvolvimento das comunidades e das regiões onde se encontram inseridas. Contudo, no quadro seguinte, em uma lista bem mais reduzida, estão relacionadas as ações realizadas em 2009, evidenciando-se as atividades que transcenderam às obrigações legais. Nesse sentido, percebe-se que grande parte das ações estão relacionadas ao mero cumprimento das exigências normativas vigentes no país, mas as empresas as consideram de responsabilidade socioambiental.

Ainda em relação às questões legais, os incentivos fiscais apresentaram-se como uma forte motivação para que as empresas analisadas investissem em iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de crianças e de adolescentes, bem como em projetos de cunho cultural. Isto porque a lei permitiu que os valores repassados aos projetos pudessem ser abatidos dos tributos pagos ao Poder Público. Assim, embora em muitos casos as empresas não tenham aproveitado este benefício de forma integral, foi constatada esta prática no financiamento de iniciativas destinadas a restauração de prédios, promoção de feiras educacionais e culturais, apoios à hospitais e grupos teatrais, bem como para projetos que buscaram a manutenção administrativa de ONGs que trabalham a cidadania de crianças e adolescentes. Portanto, pode-se afirmar que, nestes casos, houve certa intersectoriedade, no qual as empresas, os governos e organizações privadas sem fins lucrativos, juntos, promoveram melhorias sociais para as comunidades. Essas parcerias se tornaram louváveis porque possibilitaram a democratização do acesso aos bens e serviços sociais, bem como a preservação do patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido, vale mencionar que, somente a Refap S/A, em 2008, investiu R\$

5.420.938,85 em projetos na comunidade, como, por exemplo, o Centro Refap Cidadã, a Feira do Livro, Educação Ambiental, entre outros.

Essa democratização dos valores, hábitos e conhecimentos, contudo, acaba tendo um preço, uma vez que, investindo em projetos culturais, educacionais e esportivos, a iniciativa privada acaba por legitimar o que é importante, isto é, passa a ser a grande interlocutora das políticas públicas do país, no tocante às ações sociais, culturais e esportivas.

Se forem considerados os principais problemas sociais de Canoas, quais sejam, a pobreza, o analfabetismo, a falta de saneamento básico, a desnutrição e a poluição, em nenhum momento, as empresas mencionaram ter conhecimentos dessas causas ou mesmo legitimaram suas iniciativas sociais com base nos índices oficiais de desenvolvimento. Da mesma forma, estes indicadores também não foram considerados no momento das escolhas dos projetos ou programas que poderiam apoiar. Assim, ficou evidenciado que tanto as decisões de apoio à iniciativas externas, como as que culminaram com a criação de projetos sociais implantados diretamente pelas companhias, não tiveram, por fundamento, critérios objetivos que efetivamente buscassem a melhora social.

De outro modo, parece que houve uma predominância de critérios subjetivos, como o que se revela pelas escolhas de apoio às atividades que se vinculam ao trato com crianças e com adolescentes, pois trata-se de uma causa de grande apelo emocional. Da mesma forma, outros critérios relacionados à estratégia empresarial foram percebidos, como o que possa direcionar à escolha de apoio a projetos que busquem atender à várias obrigações legais, bem como o que possibilite a decisão em patrocinar iniciativas que consigam trazer um maior retorno de visibilidade às empresas. Entretanto, a possibilidade de abatimento fiscal e a indicação pela própria comunidade também revelaram ser critérios importantes para a efetiva destinação de apoio aos projetos e programas desenvolvidos por outras entidades, ditas sociais.

Ainda em relação aos projetos realizados para as comunidades, alguns são implantados dentro das próprias empresas e, nesses casos, possuem metodologias bem estruturadas, além de contarem com a contratação de equipes especializadas para seus gerenciamentos. Outras iniciativas são desenvolvidas fora das dependências das corporações, nas próprias comunidades, cabendo às empresas, muitas vezes, o repasse de recursos financeiros ou de materiais para as instituições sociais parceiras, bem como a liberação ou incentivo aos seus empregados, para que realizem trabalhos voluntários.

Acerca do voluntariado realizado junto às organizações da comunidade, percebe-se que, no momento da realização da pesquisa somente a Refap S/A possuía um Programa organizado, no qual seus empregados o realizam de forma estruturada. Esse Programa, no entanto, fora criado institucionalmente, não para apoiar o desenvolvimento social, mas, sim, para contribuir com a busca pela qualidade de vida de seus empregados. Pela proposta atual, os trabalhadores podem utilizar algumas horas de seus trabalhos na empresa para a realização de trabalhos voluntários. Já na Agco do Brasil S/A e na Springer S/A, tais ações externas não são muito estimuladas e, quando ocorrem, são iniciativas “populares” advindas dos próprios trabalhadores, visando auxiliar a comunidade em alguma demanda social específica. Desta forma, são iniciativas mais pontuais que, por não terem o apoio dos gerentes ou proprietários das empresas, acabam encerrando as atividades após determinado período. Contudo, as duas empresas possibilitam que seus empregados realizem suas práticas cidadãs através do Projeto Pescar de cada empresa, o que é um motivo de muita satisfação e orgulho para os colaboradores dessa ação.

Em termos de ética e transparência, percebe-se que a Refap S/A possui um certo diferencial em relação às outras empresas. Esta companhia publica, anualmente, o seu balanço social e, nele, informa os valores investidos em projetos sociais e ambientais, embora não especifique a quantia destinada para cada um deles. Provavelmente, o fato de divulgar suas ações socioambientais ocorre por ser uma empresa privada, mas que tem como maior acionista uma estatal. Assim, pode-se afirmar que se trata de uma questão moral buscar ser o mais transparente possível com a sociedade, já que a mesma, com o pagamento de seus tributos, forneceu condições para a sua existência, sendo o povo, então, o seu maior proprietário. Neste contexto, os representantes das outras duas empresas não informaram, durante a pesquisa, o montante investido em projetos sociais ou ambientais e, por também não possuírem uma política de publicação continuada de seus balanços sociais, a obtenção destes dados revelou ser impossível. Portanto, duas políticas bem distintas ficaram evidenciadas, pois, enquanto a Refap S/A publica seu balanço e utiliza-se dessa transparência como uma ferramenta de visibilidade para solidificar o seu relacionamento com a comunidade, a Agco do Brasil S/A e a Springer Carrier S/A preferem não adotar tal política, escolhendo não divulgarem os seus resultados sociais e ambientais, sejam eles financeiros ou em termos de projetos realizados com a comunidade.

Nesse sentido, surge um novo tema a ser respondido, pois argüi-se até que ponto a publicação de balanços sociais interfere na imagem de uma empresa perante a comunidade.

Isto porque, apesar desta pesquisa não ter buscado analisar as estratégias mercadológicas em termos de responsabilidade socioambiental, ocorreram indícios de que a Refap S/A parece ser muito mais reconhecida na comunidade do que as outras empresas pesquisadas, e que tenha um leque muito maior de projetos apoiados na comunidade e busque participar mais das discussões acerca das políticas públicas que visam o desenvolvimento social e a preservação ambiental. Isto possibilita que a empresa tenha uma inserção maior na mídia, em função de suas diversas iniciativas apoiadas.

Como consequência, a empresa parece possuir uma aceitação maior na comunidade canoense, sendo premiada, por exemplo, como “a empresa em que o canoense gostaria de trabalhar”, em uma pesquisa realizada pela Universidade Luterana do Brasil, no contexto do evento Marcas & Líderes 2008. Por sua vez, a Agco do Brasil S/A e a Springer Carrier S/A aparentam não almejar tais títulos e, por tal motivo, apesar de possuírem políticas de responsabilidade socioambiental, não são tão reconhecidas por tais ações, mas, sim, pela qualidade de seus produtos.

Em relação à repercussão da crise financeira mundial de 2008 sobre as corporações pesquisadas, ficou evidenciado que as mesmas foram consideravelmente afetadas. Contudo, antes da crise efetivamente chegar ao Brasil, as organizações já haviam tomado iniciativas preventivas, sendo a revisão de contratos, a primeira ação contingencial realizada por todas elas. Esta medida incluiu a diminuição da compra de insumos e de materiais administrativos, bem como o distrato em relação à prestação de serviços terceirizados, provocando a dispensa de centenas de trabalhadores que trabalhavam indiretamente nas empresas. Em se tratando especificamente das ações de responsabilidade socioambiental, constatou-se que os principais programas foram mantidos, tendo, entretanto, algumas reduções de despesas relacionadas aos cortes de atividades não essenciais para seus funcionamentos, ao mesmo tempo que novas iniciativas foram momentaneamente canceladas.

Nesse sentido, conclui-se que os maiores prejudicados com as medidas adotadas em função da crise financeira não foram os públicos atendidos pelos projetos sociais ou o próprio meio ambiente, como também não foram os empregados diretos das empresas analisadas, apesar da ocorrência da dispensa de alguns trabalhadores neste período, mas, sim, os fornecedores dessas companhias que tiveram seus contratos reduzidos ou cancelados. Tais empresas geralmente são menores, pagam salários inferiores e não dispõem da capacidade do oferecimento de tantos benefícios e políticas de cuidado com seus empregados como acontece

com as corporações pesquisadas. Muitas delas tiveram que dispensar empregados, sendo esses, provavelmente e em maior número, os mais prejudicados com a crise financeira.

Vale destacar, aqui, o fato de que, dentre as companhias pesquisadas, efetivamente, a Agco do Brasil S/A e a Springer Carrier S/A realizaram, juntas, dispensas de cerca de 770 trabalhadores. Entretanto, tais dispensas ocorreram em um período de três anos, ficando evidenciado que elas não tiveram relação direta com a crise financeira internacional de 2008/2009, mas, sim, com outros fatores competitivos. Dentre esses, pode ser destacada a importação de produtos chineses similares aos produzidos pela Springer Carrier S/A. Da mesma forma, pareceu existir uma necessidade de readequação funcional da Agco do Brasil S/A, haja vista que esta corporação chegou a ultrapassar recordes de vendas neste período, tendo sido beneficiada por linhas de créditos especiais, a baixo juros, oferecidas pela União aos seus clientes, como forma de fomento à agricultura nacional, em função da crise financeira, bem como em virtude das alterações climáticas que provocaram as perdas das plantações como enchentes ou estiagens prolongadas. No entanto, não foi afastada a possibilidade de utilização do momento de crise para a justificativa das dispensas.

Nesse sentido, evidenciam-se mais questões para futuras pesquisas, pois, ao serem consideradas as efetivas práticas em relação à responsabilidade socioambiental empresarial, considerando os tratamentos das empresas destinados a todos os seus públicos com os quais possuem relacionamentos, será que, em momentos de crise, estas empresas mantêm seus compromissos antes assumidos ou são tão frágeis que, nestas situações, tendam a declinarem, abdicando de princípios e valores antes divulgados em momentos de não-crise?

Então, além de suas atividades naturais de atendimento às demandas por produtos e serviços da comunidade, tendo por consequência a obtenção de recursos para que possa continuar realizando estas atividades, incluindo a obtenção de lucros, como sendo estes os “salários” de seus investidores, proprietários ou acionistas, as organizações têm sido impelidas a fazerem mais, a demonstrarem que são socialmente responsáveis. Assim, tendo esta pesquisa o propósito de ser uma referência empírica sobre o tema, percebe-se a necessidade da presença de alguns requisitos fundamentais para que uma empresa possa responder positivamente face às novas demandas sociais e ambientais, diante da nova modernidade que se apresenta. Dentre as quais podemos citar a ética, transparência, controles de riscos de danos diversos à sociedade e ao meio ambiente, atitudes responsáveis com todos os públicos com os quais ela mantém relacionamentos, incluindo, um tratamento pró-ativo em relação a questão ambiental, bem como uma participação efetiva nas discussões e formulações de políticas

públicas locais e internacionais, devendo buscar, sempre, as inovações tecnológicas capazes de pensar o uso racional dos recursos naturais, como também nunca desrespeitar o ser humano, onde quer que ele esteja, seja na comunidade, trabalhando dentro da empresa, fornecendo serviços e produtos ou, até mesmo, comprando-os.

Desta forma, chegar a este patamar de responsabilidade socioambiental empresarial, para muitos, parece ser um sonho impossível, para outros um objetivo possível. Por ora, o fato é que as iniciativas pontuais revelam uma tentativa, um caminho, uma tendência, que pode ser apoiada ou desconsiderada, dependendo das atitudes e concordâncias tanto dos gestores da sociedade, da comunidade, como dos trabalhadores, administradores e proprietários das empresas, que levam consigo a consciência da responsabilidade socioambiental individual.

Para que estes passos tenham prosseguimentos, entretanto, faz-se necessário que a responsabilidade socioambiental corporativa esteja traduzida em uma vontade real da alta direção das empresas, em termos de comprometimento com as políticas estratégicas e práticas a serem implementadas no tratamento de seus públicos, na efetivação dos propósitos para os quais se destinam. Além disso, as ações que as empresas pretendem realizar devem estar calcadas nos reais problemas sociais que as comunidades estejam enfrentando e ter a profundidade necessária para que sejam asseguradas as respostas que seus públicos anseiam, sejam eles os empregados, fornecedores, meio ambiente, comunidade do entorno e Governos, além dos seus próprios investidores financeiros. Por fim, sugere-se o alinhamento de tais políticas a um programa maior, que objetive o desenvolvimento local e global.

Seguindo estes apontamentos, acredita-se que a responsabilidade empresarial passará a ser mais eficaz e respeitada, uma vez que realmente se tratará de um compromisso ético em relação ao desenvolvimento social e ambiental, através do respeito pleno ao ser humano e à natureza. Desta forma, com decisões que não somente visem o lucro, mas também a perenidade do ambiente e das relações sociais positivas, construtivas, apostas para o desenvolvimento de uma comunidade digna, justa e solidária, os empresários, certamente, poderão assegurar a existência futura das próprias organizações, bem como das sociedades, revelando o efetivo comprometimento das empresas com as suas responsabilidades socioambientais em relação ao futuro do planeta e, conseqüentemente, da humanidade.

REFERÊNCIAS

A CARTA da Terra. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.doc>. Acesso em: 20 mar. 2009.

ACSELRAD, H. Zoneamento ecológico-econômico: entre ordem visual e mercado-mundo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12., 2000, Caxambu. *Anais eletrônicos...* [S.l]: ABEP, 2000. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/>. Acesso em: 02 fev. 2009.

AGCO DO BRASIL. Crescimento com responsabilidade: balanço social 2003. Trindade, 2004.

AFONSO, C. M. *Sustentabilidade: caminho ou utopia?* São Paulo: Annablume, 2006.

AHORN, M. R.; DEMAJOROVIC, J. *Gestão integrada: como ficam as pequenas empresas?* Disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/arquivos_materias/sigas2005/res_13.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2009.

ALMEIDA, J. Entrevista. *Eatv: a webtv da administração*. Disponível em: <www.ea.ufrgs.br/eatw/acervo/pre_entr.htm>. Acesso em: 20 mar. 2009.

ANTUNES, P. B. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 1997.

ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B. G.; TOMEI, P. A. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: ANPAD, 2000.

ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 14001: sistemas de gestão ambiental - especificação e diretrizes para uso*. Rio de Janeiro, 1996.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARROS, A. P.; LEHFELD, N. A. S. *Projeto de pesquisa: proposta metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do *corpus*. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-63.

BAUER, M. W., GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECK, U. *A segunda modernidade e o papel ambivalente da ciência*. São Leopoldo, 2007. Entrevista com Ulrich Beck em 31 maio 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=7509>. Acesso em: 20 out. 2008.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

BECK, U. *Incertezas fabricadas*. São Leopoldo, 2006. Entrevista com Ulrich Beck. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihu>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BECK, U. *La Sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo, 2002.

BOEIRA, S. Ética empresarial e capital social: aproximações conceituais. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, Florianópolis, v. 2, n. 2, jul./dez, 2005.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.105*, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Brasília, 24 de março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm>. Acesso em: 10 fev. 2009.

BUENO, W. C. B. *Comunicação empresarial: teoria e pesquisa*. São Paulo. Manole, 2003.

BUTTEL, F. Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. *Rural Sociology*, v. 61, n. 1, p. 56-75, 1996.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P.(Org.). *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CAMARGO, A. L. B. *As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana*. 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UFSC, Florianópolis, SC, 2002.

CAPPELLIN, P. *Empresas na sociedade nacional e na sociedade local: um confronto de perspectivas*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA, 1., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: NUSMER, 2009.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHESFI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47

CASTEL, R. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 2003. p.153-176.

CHÁVEZ, M. G. G. Una era da biodiversidade: ambiente, reflexividade e sociedade cosmética. *Revista Theomai*, Quilmes, inverno 2004. Número especial. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/124/12499304.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

CLARKSON, M. B. A stakeholder framework for analyzing and evolving corporate social performance. *Academy of Management Review*, New York, v. 20, n. 1, p.92-127, 1995.

CLIPPING do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping_fonte/clipping/id47033.htm>. Acesso em: 20 mar. 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTA, M. A. N. Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 73, p. 67-89, dez. 2005.

CRUZ, P. M.; BODNAR, Z.; XAVIER, G. Pensar globalmente e agir localmente: o estado transnacional ambiental em Ulrich Beck. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 18., São Paulo, 2009. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/bh/grazielle_p_xavier.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

DEMAJOROVIC, J. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. São Paulo: SENAC, 2003.

DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. São Paulo, LTC: 1986.

DUBRIN, A. *Princípios de administração*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

FERREIRA L. Águas revoltas: um balanço provisório da sociologia ambiental no Brasil. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 41, 1996.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova, 1984.

GIDDENS, A. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILIBAND, D. (Org.) *Reinventando a esquerda*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, A. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

GIL A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDBLATT, D. *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOMES, A.; MORETTI, S. *A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas*. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRAJEW, O. Entrevista Oded Grajew. *Gv executivo*, São Paulo, v. 4, n.1, fev./abr. 2005. Disponível em: <<http://www16.fgv.br/rae/redirect.cfm?ID=3719>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

GUIVANT, J. S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 46, 1998.

GUIVANT, J. S. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 5, p. 1-17, 2002. Disponível em: <<http://www.iris.ufsc.br/pdf/riscos%20alimentares%20revista%20Desenvolvimento%20e%20Meio%20Ambiente.PDF>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

GUNN, L. *Consumo sustentável: o que é isso? Entrevista com Lisa Gunn*. Disponível em: <www.unisinos.br/_ihu/index.php?com_noticias&itemid+18&task=detalhe&id=15649>. Acesso em: 20 fev. 2009.

HAWKEN, P.; LOVINS, A. LOVINS, L. H. *Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial*. São Paulo: Cultrix, 2000.

HERCULANO, S.; PORTO, M.; FREITAS, C. (Org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EDUF, 2000.

INSTITUTO AKATU. *Responsabilidade social nas empresas: percepção do consumidor brasileiro 2006/2007*. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3345&Lang=pt-&Alias=ethos&itemNotID=8654>>. Acesso: 20 abr. 2008.

INSTITUTO BRASIL PNUMA. *Produção mais limpa: uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável, com a conscientização e participação do setor produtivo*. Disponível em: <www.brasilpnuma.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2009.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005.

JACOBI, P. R. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo: USP, 2003. p. 519-543.

KIRSCHNER, A. M. Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em contextos de desigualdade e exclusão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA, 1., Florianópolis, 2009. *Anais...* Florianópolis: NUSMER, 2009.

LENZI, C. L. Modernização ecológica e a política ambiental catarinense. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 39, p. 117-134, 2006a.

LENZI, C. L. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru: EDUSC, 2006b.

LIMA, G. F. C. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos de educadores*. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007. v. 2.

LIPOVETSKY, G. A sociedade humorística. In: _____. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1983.

LISBOA, A. M. Empresa cidadã. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LORA, E. E. S. *Prevenção e controle da poluição nos setores energético, industrial e de transporte*. Brasília: ANEEL, 2000.

MACHADO FILHO, C. P. *Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações: responsabilidade social, instituições, governança e reputação*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

MARTINI, L. C.; GUSMÃO, A. C. F. *Gestão ambiental na indústria*. Rio de Janeiro: Destaque, 2003.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. Corporate social responsibility: a theory of the firm perspective. *Academy of Management Review*, New York, v. 26, n. 1, p.117-127, 2001.

MELLO, M. C. A. *Produção mais limpa: um estudo de caso na Agco do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

MELO NETO, F. P. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MOL, A. P. J. A globalização e as mudanças dos modelos de controle de poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, S. (Org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

MOL, A. P. J. Globalization and changing patterns of industrial pollution and control. In: HERCULANO, S. (Org.). *International Seminar on the Quality of Life and Environmental Risks*. Rio de Janeiro: UFF, 1996.

MOL, A. P. J.; SPAARGAREN, G. Environment, modernity, and the risk-society: the apocalyptic horizon of environmental reform. *International Sociology*, Netherlands, v. 8, n. 4, p. 431-459, 1993.

NASCIMENTO, L. F. *A qualidade ambiental em empresas dos setores primário, secundário e terciário no sul do Brasil: um estudo de três casos*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

NASCIMENTO, L. F. O insustentável sustentável. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008a. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/trabalho_popup.php?cod_edicao_trabalho=8805>. Acesso em: 23 fev. 2008.

NASCIMENTO, L. F. Quando a gestão social e a gestão ambiental se encontram. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008b. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/trabalho_popup.php?cod_edicao_trabalho=7159>. Acesso em: 23 fev. 2008.

NEGRA, C. A. S.; TEIXEIRA, F. S.; CARMO, R. F. O balanço social na gestão das instituições de ensino superior. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 31, n. 138, p. 69-87, nov./dez. 2002.

NOTÍCIAS do Brasil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

PAOLI, M. C. Empresa e responsabilidade social: os enredos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. The competitive advantage of corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, dec. 2002.

PRAHALAD; C. K. *A riqueza na base da pirâmide*. São Paulo: Bookman, 2005.

PRAHALAD, C. K.; HAMMOND, A. Serving the world's poor, profitably. *Harvard Business Review*, Sept., p. 48-57, 2002.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

REFAP. Balanço social 2005. [S.l]: Graphos's Comunicação Empresarial, 2006.

REFAP. Balanço social 2006. [S.l]: Graphos's Comunicação Empresarial, 2007.

REFAP. Balanço social 2007. [S.l]: Graphos's Comunicação Empresarial, 2007.

REFAP. Relatório social e ambiental. Canoas: Refap, 2008. Disponível em: <www.refap.com.br/upload/documento/doc19.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

RESPONSABILIDADE social das empresas: pesquisa 2006-2007: sumário das conclusões. [S.l]: Instituto Akatu, [2008?]. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/Sumario_RSE_2006_2007_Ethos_Akatu.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Saúde e Meio Ambiente. *Aquecimento global: somos todos responsáveis*. Porto Alegre: CORAG, 2007.

ROCHA, M. T. *Aquecimento global e o mercado de carbono: uma aplicação do modelo CERT*. 2003. 213 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://recyclecarbono.tempsite.ws/SP/biblio/tese_marcelo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009.

ROESCH, S. *Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, J. *Estratégias de transmissão para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SARAIVA, S. P. O movimento de responsabilidade social das empresas no Brasil e no mundo. 2001. In: *Relações públicas e a responsabilidade social das empresas com o público interno*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Públicas) – Escola de Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2007.

SANTOS, A. S. R. *Desenvolvimento sustentável: considerações*. Disponível em: <www.ultimaarcadenoe.com/artigo2>. Acesso em: 22 mar. 2009.

SCHOMMER, P. C.; ROCHA, A. G. P.; FISCHER, T. Cidadania empresarial no Brasil: três organizações baianas entre o mercado e o terceiro setor. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 23., 1999, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

SILVA, A. *Gestão da produção mais limpa: o caso Weg*. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SINDIPETRO-RS. Disponível em: <http://sindipetrors.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=78&Itemid=9>. Acesso em: 20 mar. 2009.

SINGER, P. I. *Utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SIQUEIRA, J.; OTT, E. E.; VIEIRA, E. P. *O posicionamento social e ambiental nas organizações: um estudo em indústrias do setor metal-mecânico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 2009.

SOARES, G. F. S. *Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, R. S. *Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas*. Disponível em: <www.qmn.com.br/artigos.asp>. Acesso em: 20 jan. 2008.

SPRINGER CARRIER. *70 anos: inovação com responsabilidade*. [S.l]: Plural Comunicação., 2004.

TACHIZAWA, T. *Organizações não governamentais e terceiro setor*. São Paulo: Atlas, 2004.

TENÓRIO, F. G. *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TEODÓSIO, A. S. S.; BARBIERI, J. C.; CSILLAG, J. M. Sustentabilidade e competitividade: novas fronteiras a partir da gestão ambiental. *Revistas Gerenciais*, São Paulo, v. 5, n. especial, p. 37-49, jan./jun. 2006.

THE MILLENNIUM Development Goals Report 2008. New York: United Nations, 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/The%20Millennium%20Development%20Goals%20Report%202008>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

TINOCO, J. E. P. *Balanço social: uma abordagem a transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

TOLDO, M. *Responsabilidade social empresarial*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNEP - United Nations Environment Programme. Disponível em: <www.unep.org>. Acesso em: 20 mar. 2009.

VALLE, C. E.; LAGE, H. *Meio ambiente: acidentes, lições e soluções*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

VAZAMENTO de óleo chega a arroios de Canoas. *Diário de Canoas*, Canoas, 21 fev. 2009. p. 3.

VIOLA, E. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 21., Chicago, 1998. *Proceedings...* Chicago: [s.n.], 1998.

WEBER, P. S. A gestão ambiental na empresa. *Revista Sanare*, São Paulo, v. 12, jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

WRIGHT, P.; KROLL, M.; PARNELL, J. *A administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHESFI, K.; PEREIRA, D. B.(Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZÜLSKE, M. L. *Abrindo a empresa para o consumidor*. 3. ed. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1991.

ANEXO A - RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS TRABALHOS ACADÊMICOS JÁ REALIZADOS NAS EMPRESAS NA ÁREA SOCIAL E AMBIENTAL

Agco do Brasil S/A

MELLO, M. C. A., *Produção mais limpa: um estudo de caso na Agco do Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

NASCIMENTO, L. F. *A qualidade ambiental em empresas dos setores primário, secundário e terciário no sul do Brasil: um estudo de três casos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SIQUEIRA, J.; OTT, E. E.; VIEIRA, E. P. *O posicionamento social e ambiental nas organizações: um estudo em indústrias do setor metal-mecânico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Unijuí, 2009

Springer Carrier S/A

MISSIAGGIA, R. R. *Gestão de resíduos sólidos industriais: caso Springer Carrier*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Refap S/A

BAYARDINO, R. A. *A Petrobras e o desafio da sustentabilidade ambiental*. Universidade Federal do Rio De Janeiro, 2004.

MOACIR, J. B. *Avaliação do desempenho em segurança e meio ambiente da refinaria Alberto Pasqualini a partir da nova filosofia de gestão dos riscos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, L. P. *Comunicação e gerenciamento ecológico: um estudo de caso da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S/A*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

ANEXO B - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTUDADAS



ANEXO C - PRINCIPAIS NORMAS E CERTIFICAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Certificação	Normatizador	Objetivos
SA 8.000 1998	<i>Council of Economic Priorities Accreditation Agency.</i>	Tem como objetivo divulgar, para os <i>stakeholders</i> , as políticas cujos temas possam influenciar outras empresas. Quesitos: Trabalho Infantil; Trabalho Forçado; Saúde e Segurança; Liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva; Discriminação; Práticas Disciplinares; Horário de Trabalho; Remuneração; e Sistemas de Gestão.
OHSAS 18.001	<i>Sistema de Gestão Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho</i>	Demonstrar o compromisso da empresa com a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho permite melhorar significativamente a eficácia das operações internas e conseqüentemente reduzir acidentes, riscos e períodos de paragem.
ISO 14.001 1993	<i>International Organization for Standardization</i>	Estabelecer o sistema de gestão ambiental da organização, avaliando as conseqüências ambientais das atividades, produtos e serviços da organização. Estabelece políticas e objetivos baseados em indicadores ambientais definidos pela organização que podem retratar necessidades desde a redução de emissões de poluentes até a utilização racional dos recursos naturais. Implicam na redução de custos, na prestação de serviços e em prevenção. É aplicada nas atividades com potencial de efeito no meio ambiente.
AA1000 1999	<i>Institute of Social and Ethical Accountability, Londres, Inglaterra</i>	Regulamenta a gestão da responsabilidade social corporativa e abrange o processo de levantamento de informações, auditoria e relato social e ético, com enfoque no diálogo com os <i>stakeholders</i> , internos e externos.
ISO 9.001 2000	<i>International Organization for Standardization</i>	Estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de uma organização. Visa aumentar a satisfação dos clientes através de uma aplicação efetiva do sistema, incluindo processos para melhoria contínua do negócio, e necessita demonstrar a sua habilidade em prover produtos e serviços que cumprem constantemente com os requisitos dos clientes e regulatórios.
ABNT NBR 16.001 2004	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	Estabelecer os requisitos mínimos relativos a um sistema da gestão da responsabilidade social, permitindo à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros, considerando seus compromissos éticos e sua preocupação com promoção da cidadania, promoção do desenvolvimento sustentável e transparência das suas atividades.
ISO 26.000 Previsão para 2010	SIS (Suécia) e ABNT (Brasil)	Norma Internacional de Responsabilidade social. Institui-se como norma de diretrizes, sem finalidade de certificação e sem características de sistema de gestão, aplicável a qualquer tipo de organização.

Fontes: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/docOrientativo.asp>; <http://www.ohsas-18001-occupational-health-and-safety.com/>; http://www.iso.org/iso/management_standards.htm.

**ANEXO D - QUADRO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS DAS
EMPRESAS PESQUISADAS**

Políticas Empresa	Ambientais	Sociais internas	Com a comunidade
Agco do Brasil S/A	Usina de tratamento de efluentes líquidos; Usina de tratamento de resíduos sólidos – Projeto Reciclar para o Social.	Auxílio Educação; Idiomas; Assistência Saúde; Alimentação; Previdência Privada; Transporte; Ginástica Laboral; Uniforme limpo.	Projeto Pescar; Projeto ISCA; Doações – fundo da criança e do adolescente; Projetos culturais; Doações financeiras à ONGs; Doações de materiais.
Springer Carrier S/A	Usina de tratamento de efluentes líquidos; Usina de tratamento de resíduos sólidos; Tratamento da qualidade do ar.	Programa Educação; Dietoterapia; Fisioterapia; Plano de Previdência Privada; Plano médico; Alimentação; Transporte.	Projeto Pescar; Grupo Solidariedade; Dia do Voluntariado; Doações de aparelhos de ar condicionado; Café da Manhã Solidário; Latinhas que Fazem Andar; Doações financeiras à ONGs; Projetos culturais.
Refap S/A	Usina de tratamento de efluentes líquidos; Usina de tratamento de resíduos sólidos; Tratamento da qualidade do ar.	Programa de Qualidade de Vida; Programa de Voluntariado; Programa de Assistência especial; Transporte; Auxílio creche.	Jovem Aprendiz; Inclusão de PPD; Centro Refap Cidadã; Programa de Relacionamento Colunário; Teatro na Comunidade; Bial do Mercosul; Feira do Livro de Porto Alegre; Espaço Multiuso Margs; Doações de materiais; Doações financeiras à ONGs. Restauração Igreja das Dores; Patrocínio Espaço Multipalco; Patrocínio do Banco de Pele; Educação Ambiental.

Principais políticas e práticas realizadas em 2009 e que transcendem a legislação:

Políticas Empresa	Ambientais	Sociais internas	Com a comunidade
Agco do Brasil S/A	Usina de tratamento de efluentes líquidos; Usina de tratamento de resíduos sólidos – Projeto Reciclar para o Social.	Auxílio Educação; Idiomas; Ginástica Laboral; Uniforme limpo.	Projeto Pescar; Projeto ISCA; Doações financeiras à ONGs.
Springer Carrier S/A	Usina de tratamento de efluentes líquidos; Usina de tratamento de resíduos sólidos; Tratamento da qualidade do ar.	Programa Educação; Dietoterapia; Fisioterapia;	Projeto Pescar; Grupo Solidariedade; Doações financeiras à ONGs.
Refap S/A	Usina de tratamento de efluentes líquidos; Usina de tratamento de resíduos sólidos; Tratamento da qualidade do ar.	Programa de Qualidade de Vida; Programa de Voluntariado; Programa de Assistência especial;	Inclusão de PPD; Centro Refap Cidadã; Programa de Relacionamento Coluntário; Educação Ambiental. Doações financeiras à ONGs.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)